

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE HISTÓRIA, DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

MARCOS ANTÔNIO GIGANTE

**HISTÓRIA ORAL DE IDOSOS ASILADOS EM SÃO CARLOS-SP.
VELHICE, ASILO E MEMÓRIA DA CIDADE (1950-2008)**

FRANCA-SP

2008

MARCOS ANTÔNIO GIGANTE

**HISTÓRIA ORAL DE IDOSOS ASILADOS EM SÃO CARLOS-SP.
VELHICE, ASILO E MEMÓRIA DA CIDADE (1950-2008)**

Tese apresentada para obtenção do Título de Doutor em História, à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Área de Concentração: História e Cultura Social.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi.

FRANCA-SP

2008

Gigante, Marcos Antônio

História oral de idosos asilados em São Carlos-SP : velhice, asilo e memória da cidade(1950-2008) / Marcos Antônio Gigante. –Franca : UNESP, 2008

Tese – Doutorado – História – Faculdade de História, Direito Serviço Social – UNESP.

1.São Carlos (SP) – História oral – Idosos. 2.Velhice – Memória. 3.Idosos – Legislação – Brasil.

CDD – 907.2

MARCOS ANTÔNIO GIGANTE

HISTÓRIA ORAL DE IDOSOS ASILADOS EM SÃO CARLOS-SP. VELHICE, ASILO E MEMÓRIA DA CIDADE (1950-2008)

Tese apresentada para obtenção do Título de Doutor em História, à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Área de Concentração: História e Cultura Social.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi

1º Examinador(a): _____

2º Examinador(a): _____

3º Examinador(a): _____

4º Examinador(a): _____

Franca, ____ de _____ de 2008.

Dedico este trabalho ao Moacir Gigante, meu irmão,
amigo, companheiro e camarada, quem primeiro me incentivou
a ter inquietação científica, filosófica e social, desde criança,
quem sempre me socorreu nas piores angústias.

E à Tereza, minha esposa amada.

AGRADECIMENTOS

O primeiro a quem agradeço imensamente é meu orientador, Prof. Dr. Pedro Geraldo Tosi. Deu-me toda a liberdade de desenvolver a pesquisa conforme meu emprego permitia. Todas as vezes em que procurei Dr. Pedro Tosi, atendeu-me com prontidão, boa vontade e respeito.

Agradeço às professoras Dr.^a Teresa Maria Malatian e Dr.^a Tânia Costa Garcia, da Unesp de Franca, que participaram da Banca de Qualificação, pelas críticas e sugestões.

Gostaria de agradecer pelo empenho e profissionalismo aos meus professores do programa de pós-graduação em História, área de concentração História e Cultura Social, da Faculdade de História, Direito e Serviço Social de Franca (Unesp): Jean Marcel Carvalho França (professor de “História e Cultura Social”), Maria Aparecida de Souza Lopes (Professora de “Seminários de Tese”), Ivan Aparecido Manoel (professor de “Cultura Religiosa”).

Agradeço à boa companhia de colegas que compartilharam comigo alguns anos de pós-graduação em História, em especial: Vinícius Rezende, Marcelo dos Reis Tavares, Marco Baldin, Everton Luis Sanches, Cássia Donizetti Vassi, Thaís de Fátima Vaz, Cesar Agenor Fernandes da Silva, Tercio Pereira Di Gianni, Carlos Wellington Martins de Melo.

Ao professor, escritor e intelectual português, João Bernardo, por ter me sanado dúvidas em relação à própria obra, através de e-mails. Também agradeço-o por me apresentar tão breve e precisamente como o velho aparece na obra de Balzac.

Aos profissionais da Fundação Pró-Memória de São Carlos, que com profissionalismo e respeito abriram as portas dos arquivos para mim: Juliana Geraldi, Luiza Shimada, Heloísa, Marco Antonio Leite Brandão (Marco Bala), Leila Maria Massarão.

Aos profissionais do IBGE de São Carlos, muito atenciosos, em especial, Mariana Tiemi Cláudio.

Aos meus assistentes de pesquisa: João Paulo da Silva, Otávio Gentil dos Santos e João Otavio Mariani Siqueira Júnior. Muito rapidamente aprenderam o trabalho, foram comigo em arquivos, ajudaram-me nas transcrições das fitas da História Oral, nas revisões de originais. Fotografaram notícias de jornais antigos que me interessavam, visitando constantemente o Pró-Memória e a Biblioteca da Câmara dos Vereadores de São Carlos-SP. Resolveram problemas tecnológicos: câmeras digitais, computador, passaram conteúdos de fitas cassetes para CDs, para garantir a durabilidade do material. Todos eles são meus alunos de História no Centro Universitário Central Paulista.

Um imenso agradecimento aos idosos asilados, colaboradores da pesquisa, que aceitaram ter suas vidas um tanto invadidas por um pesquisador que aos poucos foram conhecendo e ganhando confiança: Francisco Antonio Gonçalves, Maria Aurora Marques Buckviser, Francisco Borttoloti, João Carlos de Príncipe, José Pascoalino Antunes, Maria de Lurdes Rizzo Torres, Sebastião de Oliveira César, Armando Gigante (que é também meu tio, irmão de meu pai, e que infelizmente faleceu no dia 22 de maio de 2007, num leito da Santa Casa de São Carlos, às duas horas da tarde), Ivani Miller, Mário Geraldo Parejo Ramirez, Maria do Carmo de Souza. Agradeço por me permitirem entrevistá-los, colaborando com a pesquisa, e também por permitirem que outros pesquisadores conheçam suas histórias de vida.

Às profissionais do Abrigo de Idosos “Dona Helena Dornfeld”, da Sociedade Presbiteriana de Assistência Social, primeira entidade onde iniciei minha pesquisa sendo muito bem recebido, em especial: Maria Lucia Brito dos Santos (Malu), que também me cedeu uma entrevista gravada, Teresa e Jucilene, todas da diretoria administrativa.

Agradeço aos profissionais do Cantinho Fraternal “Dona Maria Jacinta”, que tão bem me receberam como pesquisador: em especial, Benedita Valentina Ruy (Assistente Social), que me permitiu gravar uma entrevista com ela própria, além de facilitar ao máximo meu trabalho, Fernanda Cristina Santim (Auxiliar de Escritório), Adriana Ribeiro da Silva (Encarregada de Telemarketing), Fernanda M. C. Ruvolo (Enfermeira), Flávia Engelbrecht (Fisioterapeuta), que também ajudou muito em meu trabalho, além de demonstrar muita paciência com meu tio Armando, asilado que mal conseguia se movimentar, Juliana Maria Perseguini (Terapeuta Ocupacional), Fábio Luiz Moreira da Silva (Administrador), que muito me ajudou quando meu tio ficou doente, Maria Regina Venturin Top (Presidente). A todos vocês, muito obrigado.

Aos profissionais do Núcleo “Os Guardiões do Amor”, “Abrigo de Idosos Cantinho de Luz”, que muito bem me receberam, apoiando a pesquisa sem qualquer ressalva: Maria de Fátima Fontes (Lia, Diretora Social), que também me cedeu uma entrevista gravada, Vilma Ap. Fazolino (Assistente Social), Roseli Ap. Soares de Mello (Auxiliar de Enfermagem) e Marcelo Jose Pizzonia (Presidente da Entidade).

À minha mãe. Durante a graduação em Assis, Amélia, diante de dificuldades que tive para me manter, voltou à máquina de costura em São Carlos, para poder ajudar a me sustentar estudando. E tudo começou ali.

Ao meu pai, em memória. Atílio se foi enquanto eu cuidava da redação desta tese, no dia 5 de dezembro de 2007. Enquanto teve consciência do que fazia, ajudou o quanto

pôde para ver seu filho realizado. Meu pai foi consumido pelo Mal de Alzheimer, e por isso lamento muito.

À imemorial solidariedade operária: Aparecida, Ana e Irene, minhas irmãs, que me ajudaram de várias formas. Ao Carlos, ao Fredy, pelos momentos de descontração. À Stela.

Aos familiares de minha esposa, em Dracena-SP, em especial Sivaldo e Valdice, meus sogros.

Ao meu sobrinho, Lucas Cid Gigante, que me emprestou sua câmera digital para meu trabalho no museu, até que eu comprasse uma. Além disso, sua amizade e incentivo sempre foram muito importantes. Estendo o agradecimento à sua namorada, Priscila, igualmente incentivadora e atenciosa. Tornaram-se, além de sobrinhos, um casal de amigos.

Agradeço aos colegas seguintes, às horas de descontração trazidas em poucos ensaios que nossa banda amadora, a “Horda”, realizou. Nada como uns solos de guitarra! São eles: Lucas (baterista), Edie (contrabaixista), Vicente (guitarrista), Thiago (guitarrista) e João Paulo (vocalista e assistente de pesquisa).

Aos meus colegas de trabalho do Centro Universitário Central Paulista de São Carlos: Renata de Cássia Nunes, Ailton Pereira Morila, Fransérgio Follis, Mariângela de Lello Vicino, Waldir Paganotto, Alessandra Batista Paganotto, Marco Antonio Pratta e Sônia. Agradeço à professora Renata Moschen Nascente, também do Unicep, que corrigiu meu abstract.

Aos grandes amigos, Tomzé e New, em memória. À Tainá e Mika, sempre amigas e divertidas.

“Verba volant, scripta manent”.

“Dura satis miseris memoratio prisca bonorum”

(Maximiano).

“Mas o bem dizendo, você tando com a família, acho que já é um lazer, não acha? Eu acho, dá pra entender como lazer. Se você tá convivendo com eles, trocando assunto, já é bem diferente, como diz, do dia pra noite” (Príncipe, Fita 6, Lado B).

“Puxa vida, é difícil, viu? Uma frase só resumida... não sei se pode ser assim, eu... se fosse pra mim voltar a trabalhar, a viver novamente, né... eu iria ter muita estrutura, muito juízo pra viver e pensar no amanhã, não sei... pensar muito no amanhã, não ia ser um munheca, mas não ia jogar fora o que eu ganhava com suor, porque o cara alfaiate ele tem que trabalhar muito pra tirar o dinheiro. Dá pra tirar, porque o... eu ganhava suficiente, mas eu chutava... chutava com os dois pés na bola e (Risos)... meu próprio futuro” (Sebastião – o famoso alfaiate “Bastião, o bom”, Fita 2, Lado B).

RESUMO

Este estudo propõe uma investigação acerca da memória de idosos que residiram na cidade de São Carlos-SP, pelo menos na maior parte de suas vidas, e que hoje residem em seus asilos. Trata-se de um estudo que busca analisar as manifestações culturais, em especial aquelas ligadas à memória da cidade, presentes na sua versão da história, mediante as metamorfoses vividas na própria cidade. Estuda a cidade como espaço de conflitos sociais, tomando o idoso como patrimônio. O trabalho contempla a história oral como proposta metodológica, utilizando uma variação desta modalidade, chamada “narrativa biográfica”. É entendida como um método privilegiado para se ter em conta a memória dos idosos asilados que passaram pelas mudanças vividas na cidade. A pesquisa inclui, além de fonte oral, outros tipos de fontes, como leis, jornais, revistas e fontes secundárias (teóricas). A memória, e em especial a aqui chamada “memória avessa”, constitui-se a partir da ação dos indivíduos no interior dos conflitos sociais e marca certo descompasso em relação às reestruturações produtivas do capitalismo; tomada como fonte, da margem a memória informa o historiador sobre o centro complexo das reestruturações do capital. Informa o historiador sobre teores históricos que ficariam olvidados caso este se limitasse a outros tipos de fontes. A pesquisa desenvolve o conceito de memória a partir de intelectuais que serviram (e servem) de base para diversos estudos que se debruçaram sobre este tema: principalmente Bergson, Halbwachs e Iúri Lótman, menos conhecido no Brasil. São apresentadas leis relativas à velhice no Brasil, feitas na segunda metade do século XX. Deu-se atenção especial à ação dos diferentes atores sociais, para os quais o Estado brasileiro teve de dar respostas através de leis. É possível se falar de uma espécie de produção social da velhice, que vai muito além do mero envelhecimento biológico. São caracterizados os abrigos de idosos de São Carlos, mediante a historicidade dessas instituições num contexto histórico mais geral do qual o Brasil participa. Finalmente, são analisadas as entrevistas feitas sob o método da história oral com os idosos dos três abrigos filantrópicos da cidade. Ressaltam-se, então, dois aspectos da chamada “memória avessa”, presentes na memória dos idosos asilados. O primeiro se refere ao anacronismo criado pelas constantes reestruturações, que levam à construção, por parte dos sujeitos, de resistências silenciosas, memórias avessas, porque o trabalhador força por aumentar sua autonomia, por congelar sua carga de significados. Não obstante, não controla suas capacidades e competências, que vão sendo rapidamente destruídas, desprezadas, descartadas nas reestruturações. O outro aspecto da memória avessa implica uma subversão de si. É um escape para uma vida cotidiana possível e alienada. A memória se volta contra o sujeito que lembra, fazendo-o dispensar o passado. O sentido da transformação não é captado, pois ela não permite que seja possível a reconstituição dos elos. O sujeito absorve acriticamente uma outra estrutura decodificadora do mundo, vinda de outro grupo, realizando um processo de auto-desmemorialização, que é também memória (avessa, alienante, domesticadora).

Palavras-chave: Asilos; História Oral; Idosos; Memória; Velhice.

ABSTRACT

This study proposes an investigation concerning senior citizens' memories who, at least for most of their lives, resided in the city of São Carlos-SP, living now in local nursing homes. It is a study that attempts to analyze cultural manifestations, especially those linked to the city's memory, present in their history version, throughout the own city's metamorphoses. It studies the city as a social conflict space, taking the senior citizens as patrimony. The work contemplates the oral history as methodological approach, using one of its variations, the so called "biographical narrative", which is understood as a privileged method to study the memories of senior citizens who have taken part of the changes by which the city has been through. The research includes, besides oral sources, other kinds of them, such as laws, newspapers, magazines and secondary sources (theoretical ones). The memory, and especially what here is called "reversed side memory", is constituted departing from the individuals' actions inside the social conflicts and it accomplishes certain disharmony in relation to the capitalism's productive restructurings. The historian is informed about the complex center of the capital restructurings by the memory margins of the participants. This source informs the historian about historical themes which would be forgotten if he limited himself to the use of other kinds of sources. The research develops the concept of memory starting from intellectuals who were, and still are, the base for many studies related to this theme: mainly Bergson, Halbwachs and Iúri Lótman, not very well-known in Brazil. Laws regarding senior citizens in Brazil enforced from the second half of the twentieth century on are presented. It was given special attention to actions of different social actors, for which the Brazilian State had to give answers through laws. It is possible to speak about a kind of social production of the elderly, which goes far beyond mere biological aging. Senior citizens from São Carlos nursing homes are characterized, by means of historicity of those institutions, contextualized in a more general historical framework of which Brazil participates. Finally, interviews, which were carried out under the method of oral history with seniors of three philanthropic nursing homes of the city, are analyzed. Two aspects of the so called "reversed side memory" are emphasized, which are present in the senior citizens' memory. The first refers to the anachronism created by constant restructurings, which is part of the issues constructed by the silent resistances of reversed side memory, because the worker attempts autonomy increasing, by freezing meaning changes. Nevertheless, he does not control his capacities and competences, that are becoming quickly untreated, despised, discarded in the restructurings. The other aspect of the reversed side memory implies in its own subversion. It is an escape for a possible and alienated daily life. The memory turns against the subject who remembers it, making him to exempt the past. The sense of the transformation is not captured, therefore it does not allow for possible rebuildings. The subject uncritically absorbs another world's decoding structure, which comes from another group, accomplishing a self-unmemorizing process, which is also a sort of memory (reversed sided, alienating, domesticating).

Word-key: Nursing Home; Memory; Old Age; Oral History; Senior Citizens.

LISTA DE SIGLAS

ABASC	Associação Beneficente dos Alfaiates de São Carlos
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
AVC	Acidente Vascular Cerebral
AVD	Atividades da Vida Diária
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAASO	Centro Acadêmico Armando de Salles Oliveira
CCQs	Círculos de Controle de Qualidade
CLPS	Consolidação das Leis da Previdência Social
CNDI	Conselho Nacional dos Direitos do Idoso
CNS	Conselho Nacional de Saúde
COBAP	Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz
DEM	Partido político “Democratas”
DNA	Ácido Desoxirribonucléico
DOU	Diário Oficial da União
EUA	Estados Unidos da América
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEBRAFARMA	Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica
FHC	Fernando Henrique Cardoso
IAPAS	Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social

IPL	Indústrias Pereira Lopes
LCP	Lei Complementar
LOPS	Lei Orgânica da Previdência Social
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MPAS	Ministério da Previdência e Assistência Social
MTIC	Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
MTPS	Ministério do Trabalho e da Previdência Social
NEHO	Núcleo de Estudos em História Oral (USP)
ONGs	Organizações Não Governamentais
P&D	Revista “Planejamento & Desenvolvimento”
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRORURAL	Programa de Assistência ao Trabalhador Rural
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIMPLES	Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Médio Porte
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SSVP	Sociedade São Vicente de Paulo
SUS	Sistema Único de Saúde
TFP	Tradição, Família e Propriedade
UDN	União Democrática Nacional
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UNICEP	Centro Universitário Central Paulista
UOL	Universo On-Line
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 PROLEGÔMENOS: MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL	32
CAPÍTULO 2 LEIS PARA IDOSOS E OS ABRIGOS BENEFICENTES DE IDOSOS EM SÃO CARLOS-SP	65
CAPÍTULO 3 HISTÓRIA ORAL DE IDOSOS ASILADOS EM SÃO CARLOS-SP: MEMÓRIA DA CIDADE	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	211
REFERÊNCIAS	215

INTRODUÇÃO

Titono, irmão mais velho de Príamo, era filho de Laomedonte e de Estrimo, a filha do deus-rio Escamandro. Era tão belo, que por ele se apaixonou perdidamente Éos, a Aurora, e o raptou. Os amantes tiveram dois filhos, Emátion e Mêmnon. Estava de tal maneira enamorada a formosa Aurora que quis se ligar ao esposo por laços eternos e pediu para ele, a Zeus, a imortalidade. No entanto, esqueceu-se de pedir, ao mesmo tempo, a juventude eterna. E foi assim que, com o passar dos anos, a funesta velhice trouxe ao amante outrora belo as rugas e a fealdade. Dentro em pouco ele se tornou um velho de frente enrugada, de olhos baços e de boca flácida. Em vão, Éos tentou nutri-lo com a celeste ambrosia, que torna os corpos incorruptíveis. Cada vez mais o devastava a velhice. Sobreveio depois uma lamentável decrepitude. A deusa então relegou Titono a uma câmara da qual fechou hermeticamente as portas brilhantes. O velho ali ficou na solidão, até que os deuses, compadecidos, o metamorfosearam em cigarra (GUIMARÃES, 1989, p. 303).

Meu tema de mestrado ligou-se à questão do estudo da memória de velhos através do uso da história oral. A idéia teve início ainda durante a graduação em História na Unesp de Assis, quando era estagiário de uma pesquisa intitulada “Fontes para a história de Tatumã” (1995). O livro “*Memória e Sociedade: lembranças de velhos*”, de Ecléa Bosi, muito inspirador, influenciou bastante na escolha. À época, fiz um projeto que levei adiante no mestrado, agora na Unesp de Franca, iniciado em 1996 e finalizado em 1999 (GIGANTE, 1999). Mudar para a Unesp de Franca naquele momento permitiu-me iniciar estudo sistemático de um autor no qual deposito até hoje muito interesse: João Bernardo, marxista português.

Em Tatumã-SP, cidade estudada durante o mestrado, distante 15 km de Assis-SP, houve um forte êxodo rural, e naquele momento eu enfocava questões relacionadas ao campo. Neste aspecto, meu interesse mudaria. Morando em minha cidade natal, São Carlos-SP, e trabalhando nela fiquei mais curioso em relação à sua história. Restava então ligar a memória de velhos a ela.

Entre 17 e 19 de setembro de 2001, fiz um curso intitulado “*História, História Oral: possibilidades e procedimentos*”, ministrado pela professora Sônia Maria de Freitas, considerada uma autoridade brasileira no assunto. O curso era um dos resultados da parceria entre o Unicep, onde leciono desde 2000, e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Foi realizado no Unicep.¹ Fiquei feliz em perceber que não estava desatualizado no debate historiográfico relacionado à história oral.

¹ No primeiro capítulo, em que discuto fundamentação teórico-metodológica, muitas questões que foram abordadas neste curso deverão aparecer com maiores detalhes. Por ora, uma breve síntese do que foi o curso: a prof.^a Sônia Freitas procurou fornecer conceitos ligados à história oral, apresentar experiências de seu uso na Grã-Bretanha, especialmente vinculado ao trabalho pioneiro do historiador Paul Thompson (autoridade no assunto), e no Brasil. Discerniu memória e história oral, construindo um histórico da memória – Antiguidade Clássica, Idade Média, Iluminismo, séculos XIX e XX, subsidiada por estudiosos como Jacques Le Goff, Walter Benjamin, Henri Bergson, Maurice Halbwachs, Robert Darnton, entre outros. Explicou como se elabora um projeto de pesquisa em história oral. Houve também um treinamento prático durante o curso, quando eram feitas entrevistas entre os próprios alunos e com convidados.

O curso foi muito importante para mim: foi exatamente no dia 19 de setembro de 2001 que formulei, então, o tema que agora estudo, pensado da seguinte maneira naquele momento: “*Titono rejuvenesce*: a cidade, a velhice e o asilo” (Agenda Particular, 19 set. 2001).

Há certo conjunto de questões que também influíram, e que são resultados tanto de meus estudos quanto de certa postura pessoal na qual fui me construindo como estudioso: questionar sempre as pretensões de poder; pensar contra a corrente; atualizar-me sem cair nas seduções das modas intelectuais simplesmente por estarem na moda, procurando um melhor discernimento; revoltar-me contra as histórias celebrativas, oficiais e oficiais, que auxiliam grupos dominantes a sepultar autonomias, ainda que relativas; “desconstruir” (ainda que não, exatamente, no sentido foucaultiano, e sim no sentido de “desmascarar” as relações sociais de exploração escondidas nos e pelos discursos) versões consagradas; não re-encantar o mundo.

Pareceu-me bastante apropriado o mito de Titono como uma alegoria da sociedade contemporânea naquilo que toca a questão da velhice, durante toda minha pesquisa de Mestrado em História (área de concentração: História e Cultura). Ali, em Tarumã, município recém-emancipado à época de minha pesquisa, em meio ao ânimo da população e à vontade de “mostrar serviço” por parte do primeiro governo municipal, havia no grupo de convívio da “Terceira Idade”, e nas secretarias municipais, um paradigma que procurava desligar os velhos de seu passado de pequenos sitiantes, meeiros, trabalhadores rurais, e toda a carga de significados que suas raízes traziam, incluindo uma *outra versão* da constituição da cidade e do desenvolvimento da potência política e econômica local – a Usina Nova América. Nesta *outra versão*, o idílico da versão celebrativa dava lugar à luta diária pela sobrevivência, ao trabalho, às tentativas de fazer permanecer algum grau de autonomia material e cultural, ante as transformações sempre mais fortes que aqueles laços ancestrais, proxêmicos.² Eram os idosos tratados como crianças, como pessoas incapazes de se adaptar – daí o “apoio” que os mais jovens por ora lhes emprestavam – ao valor (e ao comportamento advindo) das mudanças “benéficas” e “inexoráveis” do progresso. Perpassava a prática que tentava transformar o idoso em algo que não representasse seu passado, tomado como entrave para as novas práticas; tal como os deuses compadecidos que metamorfosearam Titono em cigarra.

² Michel Maffesoli empresta o termo *proxemia* da Escola de Palo Alto. Refere-se às vivências pautadas no empático, no próximo, onde se articulariam as histórias vividas no dia-a-dia e a trama comunitária. (MAFFESOLI, 1987, p. 169).

Aquela outra versão era outra memória. Incomodava-me certa imaterialidade da memória, sua “irrealidade” – quantas desconfianças das versões construídas com base nas lembranças! Já disse alguém: “as melhores lembranças são aquelas que nós mesmos inventamos!” O uso da história oral, tão cara às minhas investigações, teria “prostituído” a História. Teria a tomado, segundo alguns críticos, um “vale-tudo”. O ofício do historiador implica um olhar retrospectivo. Ele busca apreender as transformações sociais de um ponto de vista interpretativo, diria: *visto de fora*. Recorre aos documentos escritos, jornais, registros, fotografia, cinema, mídias em geral, discursos oficiais (ou não), recenseamentos gerais, etc.³, além das teorias que de alguma forma lhe prestam amparo.

O que faz a história oral? Traz à tona mais um *documento*.⁴ A história oral se traduz numa forma de constituição de um documento alternativo para o historiador, que permite dar voz aos que foram silenciados em outros tipos de documentos. E com uma vantagem em relação aos demais tipos: ela não apenas admite a intersubjetividade, condição negada pela pretensa objetividade daqueles; transforma-a em fonte. A relevância de se trazer à tona este “outro documento” está em melhor aproveitar a capacidade que o ser humano tem de se perceber *de fora*, transcender-se a si mesmo, juntar os fragmentos e reconstruir sua história passada.

Tentei compreender aquela memória, do trabalhador rural migrante, cuidando para não lhe atribuir qualquer saudosismo ou paraíso – não era esta a questão. Tomou-se evidente a *comunidade de destino*⁵ dos entrevistados (*colaboradores*), que havia ali um “subsistema cultural” cuja lógica interna guardava uma capacidade de taquigrafar, filtrar, as transformações (diria: “reestruturações produtivas”) sob outro ângulo: a memória parece pretender congelar significados em meio às intempéries ligadas à potencialização da capacidade de acumulação de capital. Os discursos políticos, mesmo os de esquerda, passam ao largo da constituição deste tipo de memória social – presos que estão à institucionalização de suas práticas, na aceitação das “regras do jogo” oficial.⁶

³ Os historiadores também utilizam o “relato” há muito tempo, o que não é confessado na maior parte das vezes. Entretanto, “relato” não é “história oral”.

⁴ Não tomo o “documento” como sinônimo de “prova documental”, tal como faziam os positivistas. Caso o fizesse, seria total contradição a utilização da “história oral” nestas investigações. Tomo-o como *monumento*, tal como Jacques Le Goff propõe compreendê-lo (LE GOFF, 1994).

⁵ Algumas categorias analíticas aqui utilizadas dizem respeito ao método da história oral. Foram sistematizadas por Meihy (1996), que para tal se serviu dos estudos de outros *oralistas* (historiadores ou outros profissionais que utilizam o método da história oral), além das investigações que o próprio Meihy realizou.

⁶ Para verificar (através de um método hipotético-dedutivo à moda de Popper, ou outro método que melhor se justifique para este caso) estas afirmações acerca da esquerda, seria necessário um estudo mais aprofundado, que relacionasse o que aqui denomino “memória avessa” com os diversos discursos esquerdistas e movimentos sociais. Há o caso da não aceitação das “regras do jogo” por parte do MST, por exemplo, mas se faria necessária uma verificação de como são considerados pelo movimento aqueles laços de ancestralidade desenvolvidos pelos mais velhos, desde quando conseguiam, além do trabalho dedicado à produção da fazenda, dedicarem tempo às suas próprias hortas, criações de animais, venda de pequenos excedentes, participação em mutirões, etc. Conheci idosas que não gostavam de comprar leite de saquinho; leite se tira da vaca, diretamente. Se há sobra, leva-se ao vizinho, pela amizade, pela proximidade. Café não pode ser comprado pronto. Café se faz, do pé passando pelo torrador, pilão, etc., até chegar à mesa. Quando todos os passos do processo foram ao mercado, na “memória avessa” ficou a percepção de que ao trabalhador sobrou apenas o salário (ou seja, quase nada).

O historiador trabalha com documentos orais, escritos, iconográficos, etc. A análise da constituição interna dos discursos deve auxiliar o historiador a recuperar “objetos” de estudo, no caso o passado, relações sociais, conflitos sociais, numa palavra, as diversidades ligadas às relações humanas. Embora seja em geral defendida a interdisciplinaridade da História com outras disciplinas (até em clássicos como no famoso livro *A história nova*, organizado por Jacques Le Goff), persistem na prática algumas reservas quanto a isso. A história oral imprime certa necessidade interdisciplinar, para dar conta da análise do documento que está sendo tecido: um discurso, uma *versão*, uma memória. Na medida em que essas reflexões vão sendo engendradas, o método é aperfeiçoado, e a leitura da sociedade passa a contar com elementos não percebidos anteriormente.

Enfim, o estudo anterior, de Mestrado, relacionou *memória, velhice e êxodo rural* em Tarumã-SP. Utilizando o instrumental da história oral de vida, foram levadas em conta as peculiaridades de uma cidade pequena, onde há permanências da vida rural, num processo mais geral, no qual o desenraizamento e o *Animal Laborans* têm relações íntimas (a sociedade de consumo). Entretanto, as entrevistas realizadas demonstraram o esforço, fomentado pelo velho trabalhador, de manter vivos os “tesouros do passado”, em meio às intempéries. O estudo de Mestrado relevou a leitura que os próprios trabalhadores rurais fizeram das fortes metamorfoses que não apenas vislumbraram, mas viveram, de forma a possibilitar a contestação da imperante história oficial, oficializada e celebrativa que as autoridades locais tentaram (e tentam) promover. Essa história oficializada-celebrativa é problemática não apenas por representar *uma visão instrumental-dominadora*, mas justamente porque em muito pouco contribui para o entendimento da história social. Trata-se de uma interpretação tacanha dos complexos processos históricos, advindos com a chamada modernidade e sua inerente “aceleração da história”.

No presente estudo, relacionam-se memória, velhice no asilo, e cidade (São Carlos-SP). Propõe uma investigação acerca da memória de velhos que residiram na cidade de São Carlos-SP, pelo menos na maior parte de suas vidas, e que hoje residem em seus asilos. Trata-se de um estudo que busca analisar as manifestações culturais, presentes na sua versão da história, mediante as metamorfoses vividas na própria cidade. Estuda a cidade como espaço de conflitos sociais, tomando o idoso como patrimônio. O capitalismo, ao expandir-se e reestruturar-se, promove alterações profundas nas formas de viver, de pensar, de evocar o passado, dos grupos a ele submetidos. A pesquisa investiga esta memória à luz dos termos *memória avessa* e *resistências silenciosas*. Nos demais itens do estudo, o que entendo por memória avessa é trabalhado em maiores detalhes.

Qual a relevância do tema aqui proposto? A sociedade brasileira, e mundial, está “envelhecendo”. Segundo dados do IBGE (Censo Demográfico de 1980), a pirâmide etária no Brasil tende a deixar de ser do tipo *povos em crescimento*, em benefício de novo formato: campânula (tipo *povos estacionários*). Não por acaso, há algum tempo, pesquisas sobre velhice e envelhecimento começaram a serem feitas sistematicamente. As instituições ligadas a seguros de vida e de saúde, particularmente, interessam-se muito por tais estudos.

De certa forma, os gregos parecem ter ao menos tocado todos os assuntos importantes com os quais ainda nos deparamos. Ocorre o mesmo em relação à velhice. Titono, o mito grego, é raptado por Éos, que por ele se apaixonou, jovem belo que era. Éos não tardou a pedir a Zeus que conferisse eternidade a seu amado, querendo ligar-se eternamente a ele, no amor e na beleza. Um “esquecimento” de Éos marcaria para sempre o destino de seu amado. Esqueceu-se que a beleza não seria atributo dos velhos, que o belo Titono um dia ficaria feio, que não adiantava pedir a eternidade se esta não fosse acompanhada da juventude eterna. Percebido o erro, tenta-se corrigi-lo: mantê-lo jovem. A velhice não é admitida. A celeste ambrósia era uma esperança. Não resolveu – definhava-o a velhice. Vieram as rugas, a fealdade, a flacidez, a decrepitude. Depois vieram o abandono e a solidão. Feche-o aos olhos! – a feiúra não pode ser arrostada. Diria Simone de Beauvoir: “os homens eludem os aspectos de sua natureza que lhes desagradam” (BEAUVOIR, 1990, p. 7). Somente a compaixão dos deuses lhe restou: Titono é transformado em cigarra.

Arrosta-nos o “fantasma” da velhice. São inúmeros os discursos e representações a ela referentes que denunciam nossa própria história social num contexto maior. Sobram eufemismos: “segunda infância”, “terceira idade”, “melhor idade”, etc., termos apenas na aparência carinhosos. Numa sociedade de consumo, em que tudo é descartável, sedenta por “novidades”, aceita-se a velhice apenas quando disfarçada, maquiada, para que não se afronte a feiúra que as próprias pessoas lhe atribuíram. Ora, belo e feio não são conceitos absolutos – informam-nos sobre aquilo que valorizamos e o que não valorizamos a partir de determinada cultura, época, contexto histórico.

Os velhos trabalhadores, residentes dos asilos, trabalharam e, de alguma forma, suas vidas foram “vampirizadas” pelas pedras da cidade, pelo espaço urbano, pelas empresas. Suas mãos e peles, agora enrugadas, criaram a riqueza material da qual nos utilizamos, e às vezes destruimos (também porque agora, e somente agora, podemos fazê-lo) em nome de um novo patamar tecnológico, social e produtivo. Mas são novos os paradigmas, e segundo estes,

em geral os mesmos velhos apenas são proprietários de uma feiúra lastimável.⁷ A analogia com Titono? Os deuses gregos, compadecidos com a velhice de Titono, metamorfosearam-no em cigarra. Algo semelhante ocorre hodiernamente: devemos atribuir-lhes atividades que os mantenham em seus guetos, sem nos incomodarem; transformá-los em consumidores de cosméticos ou outros produtos (os técnicos já classificaram: consumidor A, B, C, D, E...). Mas como lhes dar voz, história, analisar seus discursos, suas versões sobre o passado da própria cidade? Ora, os idosos são patrimônios da história social de uma cidade.

A velhice aparece não apenas como processo biológico, mas como – e principalmente – uma decorrência social. Se não é o caso de dizer que *a velhice é produzida!* E é este um fio condutor deste trabalho. Não apenas uma hipótese de pesquisa; é mais que isso: trata-se de um circunstanciamento teórico. À pergunta “Para você, com que idade uma pessoa inicia a velhice?” respondo que há idades “cronológicas” variadas em cada sociedade, geralmente em torno dos 60 anos, que são consideradas como o início da velhice, mas isso informa mais sobre o sistema de (des)assistência pública, sobre os planos de saúde e aposentadoria deste ou daquele país, neste ou naquele momento, que sobre a velhice. Ora, à velhice não pode ser atribuído um número de anos vividos que valha para todos os envelhecimentos. Cada sociedade, ou se preferir, cada estrutura social produz não apenas seus velhos, mas suas crianças, jovens, adultos, etc. O plano biológico é em muito suplantado pelo plano histórico-social. Tanto materialmente (noção entendida como relações sociais) quanto ideologicamente, há diferentes formas de produzir a velhice, há um lugar reservado aos idosos, e há uma noção de “velhice”, “maturidade”, etc. É lícito afirmar que estruturas “pré-

⁷ O preconceito contra o idoso não é universal, nem irrestrito, como apontou o estudo da psicóloga e gerontóloga, Anita Liberalesco Néri. Esta autora argumenta que as atitudes negativas em relação aos velhos e à velhice, por parte dos brasileiros não idosos, mesmo considerando-se a urbanização e a industrialização, devem ser tomadas de forma parcimoniosa e relativa. (NERI, 1991, p. 45). Não devemos, portanto, generalizar as proposições para além de certos limites, haja vista que o objeto da história, *ela própria*, fundamenta-se em certos graus de indeterminismos e arbítrios que são partes constituintes das ações individuais e coletivas. As sociedades humanas podem criar e recriar diferentes formas de convivência social. Não obstante, tomar as *atitudes* em relação ao velho e à velhice em termos de preconceito, ou não preconceito, pode restringir a análise num campo *psicológico*. Esta postura pode auxiliar pessoas e grupos a mudarem sua *postura* diante do idoso, mas em pouco isso diminui o impacto das reestruturações produtivas que engendram os anacronismos (daí a *velhice social*, constituída historicamente). Derivar o respeito ao idoso da necessidade de adequação a um mercado consumidor específico se traduz num daqueles cinismos liberais (ou, mais precisamente, neoliberais), que valorizam pessoas e coisas somente na medida de seu valor comercial, como oportunidade para a acumulação – é continuar na esteira da ação estratégica-instrumental diante do outro, ainda que, na aparência, o respeito seja referendado em algumas *atitudes*. Repito aqui a mesma observação feita em Gigante (1999).

capitalistas”, ou determinados grupos vastamente estudados por antropólogos, podem ter desenvolvido um lugar nada privilegiado para seus velhos.⁸

Não obstante, poderá o leitor, ou a comunidade acadêmica, discordar o quanto quiser de tal circunstanciamento teórico, propondo outro no lugar dele. Afinal, há uma tradição de estudos sobre a loucura, a velhice, asilos e sanatórios, que caminha na direção de pressupostos tais como as noções de “arquivos de discurso”, genealogia, desconstrução, etc. A importância desses estudos é inegável. Ou então, poder-se-á contestar o grau de “afinidade eletiva” que existiria (ou não) entre o capitalismo e a velhice, e na pergunta fica implícita a resposta: a tendência desta postura seria ver mais afinidade eletiva nas relações intra-familiares, de forma que as famílias explicariam melhor que outros “elementos afins” o lugar de seus velhos. O problema, nestes casos, não subsume que aqueles enfoques sejam incapazes de pensar a questão da velhice, da memória, etc. Antes consiste em querer fazer deste estudo algo que ele não se propôs a ser. Nenhum intelectual poderá dizer que seu circunstanciamento teórico aborda melhor o tema e por isso ficou “insatisfeito” com o tratamento conferido. Ou poderá, mas este tipo de posição atrapalha a compreensão do que é desenvolvido neste estudo, porque os enfoques não apenas têm o poder de produzir temas, senão o de ignorá-los por completo. Como uma lagartixa intrusa analisaria um quadro de Van Gogh? Ou como as galinhas de Francis Bacon se comportariam, se soubessem que aquele que as trata diariamente um dia lhes passará a navalha no pescoço? Sem abusar das alegorias, porque elas têm limites estreitos, se este trabalho não for lido a partir de um canal de comunicação com o enfoque adotado, não haverá interfaces, não haverá comunicabilidade, muito menos interação.

É uma questão de “posicionamento”, e tantas vezes o intelectual em geral, e o historiador em particular, disfarçam para não desagradar, pois estão circunstanciados não apenas teoricamente, mas institucionalmente, o que nos remete à má-fé ou, no mínimo, à ambigüidade. Sem disfarces, as relações sociais são caras demais à análise aqui empreendida, e as reestruturações produtivas são evidentes demais, de tal forma que é justamente por conta do circunstanciamento teórico aqui colocado, aderente às evidências empíricas, que posso abordar o que abordo. E eu não posso tomar o empírico (ou os homens de carne e osso, se preferir) como guarda-roupas de fatos mortos, sem relação. Os homens são seres de carne e osso, indubitavelmente, mas o historiador não é um cirurgião na sala de operações. O objeto

⁸ Mas também deverá ser levado em conta que há muitas sociedades “tradicionais” que reservavam um lugar importante para seus idosos, grupos onde eles eram os responsáveis pelos “tesouros do passado”, pela continuidade da tradição, onde sua memória coincidia com a memória viva do grupo. Nestes casos, a velhice é o lugar do conselho, da rememoração, sua função ali é lembrar e aconselhar os mais jovens.

do historiador são construções sociais, assentadas nos homens de carne e osso, mas que só são possíveis e realizáveis nas relações que esses seres tecem entre si nas diferentes temporalidades dos diferentes processos. O conhecimento é possível porque tais relações são observáveis. De forma que não cabe negar a realidade do real, já que o objeto de estudo aqui não são “os pensamentos secretos de Deus”, e sim admitir sua complexidade. De forma que não cabe limitar o trabalho a uma análise das formas institucionais, em especial a família nuclear, nem às “afinidades eletivas” no bojo dessas formas, porque muito facilmente não perceberíamos sob tal enfoque como a estrutura social, mais que a familiar, produz historicamente a velhice e um lugar para ela. A hipótese, embora à primeira olhada possa não parecer, é flexível, porque não responde simplesmente que o capitalismo produz a velhice e um lugar para o velho, o que suporia que em nenhuma outra sociedade existisse um lugar tão pouco confortável, importante, ou privilegiado (que seja) para o idoso, ou que sequer haveria nela a velhice.

Se assim este trabalho é tomado, então o belo filme “*Balada de Narayama*”, de Shohei Imamura (Japão, 1983, Drama, Colorido, 128 minutos), o destrói de início. Mas não é bem esta a questão. Este trabalho aborda as formas mais específicas de o capitalismo realizar tal processo, e elas são muito complexas, e evidencia que diferentes grupos, diferentes sociedades, também possuem suas próprias formas de criar a velhice na cultura material e imaterial, ou ideologicamente, por assim dizer. Porém, neste último caso, um levantamento mais extenso vai além dos limites deste trabalho.

As pessoas, os sujeitos humanos, constroem-se, constituem-se socialmente. Significa dizer que fazem-no mediante práticas sociais. Estas são conflituosas, complexas, multifacetadas. Aí são constituídas suas condições de humanidade, seus subsistemas identitários, culturais. Por isso, o idoso precisa ser compreendido como um patrimônio histórico (JEUDY, 1990, *passim*).

Dito de outra forma, o capitalismo⁹ precisa reestruturar-se continuamente, e o faz mediante os conflitos sociais, sem os quais não seriam necessárias as reestruturações (fomentadoras do anacronismo). Ora, o conflito social não é só necessário. Ele é a condição para que haja reestruturação. O conflito social é a própria expressão das estratégias de lutas,

⁹ É sabido que o termo “capitalismo” reúne tantas controvérsias que houve quem quisesse abrir completamente mão dele nas ciências humanas. Porém é igualmente sabido que, se o fizéssemos, seríamos obrigados a adotar um termo absolutamente sinônimo deste. Senão é o “ideal”, ao menos carece de substituto. Em especial na historiografia, ficam bastante patentes as tentativas de fazer rodeios que permitam a não utilização da palavra, em nome de uma suposta isenção analítica; isso implica, mais uma vez digo isso, em má-fé ou, no mínimo, em ambigüidade. Uso o termo “capitalismo” neste trabalho, e no conjunto da obra é possível ser constatado como o termo é tomado.

organizadas ou não, das classes trabalhadoras e capitalistas. Ocorre que os trabalhadores reivindicam. Quando não é possível colocar diques que impeçam a concessão pelos capitalistas de alguns direitos reivindicados, eles, os capitalistas, têm de desenvolver estratégias de recuperação das concessões, para não inviabilizarem o processo de acumulação. E são exatamente as estratégias de recuperação das lutas que se cristalizam na forma de reestruturações produtivas. Significam novos métodos de produção com mais trabalho e tecnologia agregados, que viabilizam a continuidade do processo de acumulação.¹⁰

O que dá dinamicidade ao sistema, notadamente, são os conflitos sociais: as concessões às reivindicações e a recuperação das reivindicações.¹¹ Sem conflito social, não há reestruturação; tal é a condição necessária¹² e indispensável para as reestruturações. É daí, justamente, que advém o anacronismo que refiro. É justamente ao criar o anacronismo, mudando suas próprias regras, que o capitalismo fada ao sepultamento as condições de

¹⁰ Como negar o quão observáveis são tais processos? Apenas alguns exemplos: posteriormente à Revolução Industrial, temos o desenvolvimento do fordismo, do taylorismo, do toyotismo, e mais recentemente a informatização. Ganharam nomes porque foram mais “gritantes”. Mas tais processos são contínuos. Trata-se de processos de produção reestruturados, que criam formas novas de relação e produção, embora todas elas fundamentalmente capitalistas, e que criam o anacronismo – é aqui que identifico a velhice “social” produzida sob o capitalismo. Há uma defasagem entre tais reestruturações e a forma de constituição da memória dos idosos asilados que estudei. Daí as “resistências silenciosas” que refiro. Daí a “memória avessa”.

¹¹ Em países como o Brasil, onde o arrocho salarial é uma prática comum, portanto mais efetivada do que as concessões aos trabalhadores, um outro aspecto da reestruturação produtiva talvez seja ainda mais importante: o incremento tecnológico diminui o custo unitário dos produtos, permitindo que mesmo com arrocho salarial, em tese o trabalhador possa aumentar seu acesso aos produtos, especialmente em períodos de maior oferta de crediários nas lojas e de créditos nos bancos. A aparentemente paradoxal possibilidade de um maior “acesso” do trabalhador aos bens, à “cidadania”, ao mesmo tempo em que se imprime maior exploração de seu trabalho, é uma das questões que fazem os intelectuais, ao não compreenderem o processo (ou compreenderem muito bem?), falarem em “pós-capitalismo”, “sociedade do acesso”, “ampliação de direitos”, etc., além de redirecionarem as lutas das esquerdas para o “acesso” mais justo aos bens por um número maior de pessoas – como se isso significasse ir, a passos suaves e sem grandes conflitos, em direção ao “socialismo”; quando na verdade gostariam de dizer “comunismo”, mas não é oportuno fazê-lo. Tal é uma forma de conseguir cargos políticos, garantir meios de vida, de ascensão social, e ganhar “legitimidade” perante os trabalhadores, “excluídos”, “desfiliados”, “marginalizados”. Não obstante, os trabalhadores continuam fadados à heteronomia e hetero-organização.

¹² Isso provavelmente soe reducionista ou mecanicista num olhar habituado a um ecletismo acadêmico institucionalmente arraigado ao menos no Brasil, que pega um tijolo de cada arquitetônica filosófica, no intuito de fazer uma casinha. A falta daqueles tijolos descontextualizados derruba as arquiteturas maiores, e a casinha eclética fica tão pequenininha... Bem, mesmo para estes tenho de dizer algo: o reducionismo é a operação que traz um fenômeno complexo e nebuloso do alto para um andar de baixo, de onde se pretende tornar possível enxergar o que lhe é fundamental. Se a história não realiza operações do gênero, e isso os *Annales* mostraram bem, ela se perde nas inúmeras batalhas, nas inúmeras dinastias, e não abstrai explicação alguma – torna-se um conjunto de cabides de fatos. Em relação ao mecanicismo, isso nos remete à substituição do organicismo de Aristóteles inicialmente, depois da escolástica, por uma noção de espaço geométrico, que vai se desenvolver principalmente com Newton, sob o qual os objetos são governados por uma causalidade que segue uma lógica mecânica, porém cega. As duas palavras se tornaram “palavrões” para os padrões acadêmicos atuais, embora continuem oferecendo bases a inúmeros intelectuais, ainda que nas entrelinhas (e nos disfarces) de seus discursos. Minha objeção refere-se ao mecanicismo, mais que ao reducionismo, haja vista que o processo descrito neste trabalho mostra-se bem pouco “mecânico”, e extremamente aberto a possibilidades diferentes de realização.

humanidade do ser humano idoso. E descarta o velho como patrimônio que não serve como referência; sucateando competências e o próprio velho enquanto patrimônio. O irônico é que ao longo da vida, o próprio indivíduo ajudou a pôr em movimento mecanismos que no longo prazo o tornou dispensável. As máquinas e as novas gerações com “capacitações adequadas” substituem-no. As reestruturações produtivas, depois de tê-lo consumido, tomam o velho como “estoque” que deve ser queimado, descartado junto com seus referenciais carregados de significado. O asilo é seu destino.

Assim é que, um tanto esquematicamente, podemos afirmar que o fordismo, ao exigir grande concentração de trabalhadores nas instalações fabris, teve como efeito o desenvolvimento de grandes sindicatos, extensamente burocratizados e que levavam a efeito a negociação com o patronato, influenciando decisivamente no mercado de trabalho. Aqui se desenvolveu, na resistência, diferentes esquerdas – a reformista, a social-democrata, e a mais radical, revolucionária e comunista, especialmente o leninismo. De outro lado, os capitalistas constituíram práticas keynesianas. O taylorismo, por sua vez, basicamente se desenvolveu sob o mesmo contexto. As práticas keynesianas permitiram a absorção de boa parte das reivindicações e das pressões dos trabalhadores, e puderam fazer permanecer o controle do processo em mãos capitalistas.

Não obstante, devemos levar em conta que esse amplo processo de desenvolvimento do fordismo-taylorismo e das práticas keynesianas ocorreu de maneira discrepante em diferentes lugares do mundo, especialmente na América Latina. Mesmo em países que se industrializaram, como o Brasil, esse processo não atingiu uma “completa” efetividade, comparativamente ao centro difusor do capitalismo. Daí as expressões “fordismo de segunda classe” e “fordismo periférico”, cunhadas por Alain Lipietz (apud GRANJA, 1998, p. 24).

A relação regulacionista específica do fordismo entre incremento salarial e a produtividade também foi simplificada na América Latina. Os períodos de crescimento econômico não representaram necessariamente crescimento real dos salários. Muito pelo contrário, no Brasil, só para citar um exemplo, nos anos de ditadura militar houve grande crescimento econômico paralelo ao achatamento dos níveis salariais. Tampouco, se constituiu no Brasil um Estado de bem-estar no sentido Europeu (GRANJA, 1998, p. 24).

A cada momento de estruturação da produção, as relações sociais nutrem diferentes formas de constituição da memória social. E também o seu avesso, ou o que chamo aqui de “memória avessa”. Como veremos em Iuri Lótman, memória é lembrança e, a um só tempo, esquecimento. Sob o taylorismo, os tesouros do passado trazidos pelos trabalhadores, vindos em sua esmagadora maioria do campo, e empurrados para a migração pelo

extraordinário desenvolvimento da produtividade agrícola, ocorrida a partir do séc. XVIII na Europa e logo em seguida nos EUA, tornavam-se obstáculos à sua adaptação aos novos tempos. A memória dos trabalhadores era naturalmente uma resistência que devia ser suplantada. A cada trabalhador devia caber, portanto, o conhecimento parcelar do âmbito imediato de seu trabalho – o taylorismo era uma forma de gestão absolutamente adequada à rápida adaptação de trabalhadores tão heterogêneos em sua memória, em sua cultura, em seus sistemas identitários.

Em meio século haviam afluído aos Estados Unidos cerca de vinte e oito milhões de imigrantes, quase todos procurando emprego na indústria. Tratava-se de uma mão-de-obra que conhecia só o cultivo tradicional dos campos e o horário de sol a sol e que era totalmente ignorante das condições de vida urbanas e dos ritmos exigidos pelas máquinas. O método aperfeiçoado por Taylor fez com que esses milhões de homens e mulheres esquecessem rapidamente os seus hábitos e adotassem outros. E como esta gente nada sabia das novas formas de trabalho e como era necessário ensiná-la de um dia para o outro, Taylor partiu corretamente do princípio de que todo saber adquirido por parte do trabalhador era nocivo para a indústria, porque representava uma herança de hábitos pré-capitalistas. Os engenheiros de produção substituíram-se à memória dos operários e ditaram-lhes os gestos que eles passariam a adotar e os ritmos a que eles passariam a obedecer. É errado pensar que o taylorismo tivesse se destinado a destruir o *savoir faire* artesanal dos artífices das velhas oficinas e manufaturas. Sem dúvida que isso sucedeu também, mas apenas como um efeito secundário, porque o taylorismo endereçou-se prioritariamente a um tipo muito diferente de mão-de-obra, oriundo dos campos e desprovido de quaisquer hábitos industriais ou mesmo urbanos (BERNARDO, 2004, p. 164-165).

Esses trabalhadores recentemente postos sob gestão taylorista desconheciam formas de luta que fossem adequadas à sociedade industrial. Submeteram-se, para fazer funcionar a fábrica, à disciplina dos engenheiros, de um lado e, para lutar contra os patrões, à burocracia sindical de outro. Diferentes das novas gerações de trabalhadores, de início familiarizadas com a sociedade industrial e capazes de driblar as normas, essas desenvolveram formas de resistência que dificultaram em grande medida a dominação patronal. Conhecedores das máquinas, do ritmo da produção, da vida urbana, essas novas gerações engendram outra memória, de trabalho, de luta. Essas referências dificultaram sobremaneira o controle dos gerentes e fiscalizadores da produção. E não só, notadamente. Dificultaram crescentemente a atuação dos gestores da força de trabalho, aqueles sindicatos burocráticos e os partidos igualmente burocráticos e autoritários da própria esquerda.

Segundo Bernardo (2004, p. 165-166):

A história das formas de administração de empresa ao longo dos três primeiros quartéis do século XX pode resumir-se às sucessivas tentativas do sistema taylorista, originariamente destinado a aplicar-se a uma massa trabalhadora desprovida das qualificações necessárias a uma sociedade industrial, para submeter uma força de trabalho já plenamente habituada à indústria. Simultaneamente, os sindicatos e os partidos operários, tanto sociais-democratas como comunistas, viram-se cada vez mais contestados por uma base que deixara de aceitar o centralismo e o

autoritarismo dos dirigentes, porque já não precisava entregar as suas reivindicações a mãos alheias.

Não obstante, a tecnologia se traduz numa resposta ao conflito social. Ela não é imparcial e não está acima de tais conflitos. A resistência ao capital não significou sua destruição, e uma nova reestruturação produtiva se constituiu – o toyotismo. Seu advento reside na resposta dada pelo capital aos movimentos autonomistas das décadas de 1960 e 1970, movimentos esses que seriam o resultado das resistências geradas durante o taylorismo (BERNARDO, 2004, p. 166).

O toyotismo mostrou-se capaz de absorver as diversas formas de luta, da esquerda leninista, centralista e autoritária, aos movimentos autonomistas e libertários. Na nova estruturação, há grande desenvolvimento do setor de serviços, assim como o desenvolvimento de uma camada média mais bem remunerada, além de certa multiplicação jamais vista de categorias e profissões novas, diluindo determinadas formas de sociabilidade entre os trabalhadores e dificultando a constituição de consensos de luta. Não significa que o capital tenha deixado de ser contraditório; mas que nas reestruturações consegue alterar em grande medida as condições históricas dos trabalhadores, levando a outro patamar as formas de resistências individuais e coletivas, sejam passivas ou ativas.

Segundo Antunes (1997, p. 26-27, grifos do autor), no toyotismo

[...] o trabalho passa a ser realizado em equipe, rompendo-se com o caráter parcelar típico do fordismo. Uma equipe de trabalhadores opera frente a um sistema de máquinas automatizadas. Além da flexibilidade do aparato produtivo, é preciso também a flexibilização da organização do trabalho. Deve haver agilidade na adaptação do maquinário e dos instrumentos para que novos produtos sejam elaborados. Neste ponto encontra-se mais uma nítida diferença frente à rigidez do fordismo. Gounet nos diz que esta é uma das maiores dificuldades para a expansão ampliada do toyotismo junto às estruturas produtivas já existentes e resistentes a essa flexibilização. Ao contrário da verticalização fordista, de que são exemplo as fábricas dos EUA, onde ocorreu uma *integração vertical*, à medida que as montadoras ampliaram as áreas de atuação produtiva, no toyotismo tem-se uma *horizontalização*, reduzindo-se no âmbito de produção da montadora e estendendo-se às subcontratadas, às ‘terceiras’, a produção de elementos básicos, que no fordismo são atributo das montadoras. Essa *horizontalização* acarreta também, no toyotismo, a expansão desses métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores. Desse modo, *kanban*¹³, *just in time*, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, eliminação do desperdício, ‘gerência participativa’, sindicalismo de empresa, entre tantos outros elementos, propagam-se intensamente.

¹³ *Kanban* é uma palavra japonesa que significa “cartão”, “etiqueta”. É um elemento do método de produção desenvolvido no toyotismo que consiste em ser um guia de remessa interna, uma ordem de fabrico de circulação permanente no fluxo de produção. Seu objetivo é ditar o ritmo da produção, engendrará-la a partir da procura de componentes padronizados. Como há diferenças de capacidade entre os postos de trabalho, o *kanban* possibilita a comunicação e gerenciamento internos da produção, com vistas ao estoque zero.

Essa reestruturação produtiva, que ainda avança atualmente e conta com o suporte proporcionado pela microeletrônica e pela tecno-ciência¹⁴, passou a exigir tamanho dinamismo dos sujeitos humanos que numa tal situação há uma produção mais intensa do anacronismo da memória, do anacronismo da pessoa mediante o mercado de trabalho e as formas novas de constituição de sociabilidade. Neste sentido, há uma produção social mais intensa da própria velhice, na medida em que o sujeito pode se tornar mais facilmente “inadequado”. Daí a insistência dos arautos do novo avião da modernidade em promover a “reciclagem” de si, em especial quando se dirigem aos idosos, como se as pessoas fossem coisas. E sequer se dão conta do que dizem. Em geral, nos asilos não há espaço para que os idosos mantenham objetos pessoais, seus apoios de memória, por exemplo. Eles devem se livrar do “cacareco”. Suas competências desenvolvidas tornaram-se dispensáveis. Como veremos, há casos em que eles absorvem essa postura de tal maneira que seu passado lhes parece se tornar dispensável para eles próprios, tal como um cacareco.

Neste trabalho, essa relação de aproximação e distanciamento entre a memória dos idosos asilados de São Carlos-SP (relevada pelo método da história oral) e as reestruturações produtivas, levadas a cabo na cidade, apelidada recentemente de “capital da tecnologia”, é tomada sob o imperativo das especificidades locais.

Por que então recorrer ao velho como *patrimônio histórico*? O idoso é um patrimônio para o historiador (não para o capitalismo, nem para as mistificações de seus empreendedores). Embora a realidade seja multifacetada, e o cuidado com o idoso envolva questões éticas, compaixão, retribuição dos descendentes pelo que fizeram seus idosos, embora haja nas ações relativas ao idoso a preocupação com a continuidade dos adultos que um dia serão idosos, o sistema já não os quer; é um peso que deve ser descartado, ou transformado num mercado específico (se for bom para os empreendedores): remédios, previdência, assistência, cosméticos, etc. Aquilo que os idosos sabem, o que fizeram, não é desejado. Foram para o depósito – o asilo –, tornados “estoques” descartáveis. O asilo se assemelha, neste sentido, a um canto de almoxarifado, onde são colocados máquinas e equipamentos que não servem mais, o “capital morto” (aqui não entendido, temporariamente, como capital constante).

Não o é, entretanto, para a História. A história é uma disciplina indispensável para o resgate dos elos perdidos – que dão referência e sentido à existência. A história não pode se

¹⁴ São Carlos-SP é uma cidade particularmente interessante sob tal aspecto. Contar com universidades federal e estadual, além de centros universitários contribuiu para o desenvolvimento de pólos de tecnologia que a colocaram no mapa mundial do setor tecno-científico.

confundir com as disciplinas que instrumentalizam para a dominação;¹⁵ ela é o interlúdio do ser humano que pensa criticamente sobre si mesmo. A história permite-nos o descentramento, o ponto de vista arquimediano. Ela lança luzes, põe na ribalta os atores vencidos, esquecidos.

As vivências do passado são os primeiros tesouros a serem descartados pelas reestruturações produtivas, pelo capitalismo, exceto aqueles tesouros que foram “vampirizados” (os conhecimentos técnicos incorporados na esfera produtiva). O Estado (de Bem-Estar social?) acaba legitimando sua existência na “necessidade” (criada) de tais trabalhadores terem de ser assistidos por ele. Promovem de cima para baixo o anacronismo, e dele se alimentam nas suas promessas de campanhas eleitorais, no uso de seu voto – eis uma estratégia oculta nas capas de uma democracia “pirata”. Esta democracia se alimenta do saque; ajuda a gerar a putrefação e dela se nutre.¹⁶ Este aspecto fulcral da democracia brasileira permite compreender, entre outras questões, por que se insiste tanto em tomá-la restritivamente, ou seja, em seu *aspecto processual*, de eleição de líderes.¹⁷

Há uma preocupação analítica neste trabalho que, quero crer, fica cada vez mais evidente, mas também uma preocupação documental. Como registrar a fala dos que não têm voz, senão criando um documento alternativo? No caso do estudo proposto neste projeto, é à história oral a qual recorro, haja vista que esse método permite exatamente a construção de um documento que de outra forma não existiria.¹⁸ É algo relativamente novo, que exige novas abordagens dos processos sociais, e não apenas a história tem encontrado um manancial de novas interpretações e reflexões; também outras ciências sociais e humanas têm atestado resultados práticos desse novo fenômeno de percepção social.

¹⁵ Será preferível tomá-la tal como a vê o *Angelus Novus*, no quadro pintado por Paul Klee, em 1920, segundo a clássica interpretação que Walter Benjamin tece sobre a pintura, embora a situação do anjo seja de “maldição”.

¹⁶ Estas proposições não devem ser descontextualizadas, ou se poderá supor que nas entrelinhas deste estudo são desejados outros regimes de governo, que seriam pretensamente mais benéficos aos idosos. O fato de desmascarar formas sutis de dominação, atualmente levadas a cabo pelo Estado, pelos partidos e sindicatos, não deve levar à conclusão de que se preferirão formas menos sutis. É por tomar as resistências silenciosas como foco da investigação que tais observações, termos, ensaios e metáforas, tornam-se relevantes. Por outro lado, não basta pensar a democracia como sinônimo de “ela não é perfeita, mas entre os males, é o menor, portanto o melhor regime de governo”, haja vista que uma tal postura, pretensamente “progressista”, limita os horizontes de possibilidade – nossa busca por algo melhor que a própria “democracia”. Bem, sinceramente, isso para quem ainda consegue vislumbrar – os felizes!

¹⁷ Ensaia dizer: uma democracia sem democratismo. Não à toa os movimentos sociais são tomados como caso de polícia, sinônimos de “bagunça” e “falta de controle” por parte do governante. Assim procede mesmo aquela parte da grande imprensa que nos quer fazer vê-la como “progressista”, “democrática”.

¹⁸ “História oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas. Ela é sempre uma *história do tempo presente* e também conhecida por *história viva*. Como história dos contemporâneos, a história oral tem de responder a um sentido de utilidade prática e imediata. Isto não quer dizer que ela se esgote no momento da apreensão e da eventual análise das entrevistas. Mantém um compromisso de registro permanente que se projeta para o futuro sugerindo que outros possam vir a usá-la” (MEIHY, 1996, p. 13).

As citações que aparecem neste trabalho seguem a ortografia do livro, jornal ou documento de onde foram extraídas. Não realizei “correções”. Todo texto é um inter-texto, e partindo disso preferi manter as diversas temporalidades que se atravessam na construção de meu discurso historiográfico, deixando todas as pistas possíveis para que outros pesquisadores possam, inclusive, chegar a outras conclusões a partir daquilo que relevei. Por isso, este trabalho está recheado de notas explicativas. Apenas como exemplo, quando cito algumas passagens do livro *Ensaio de Semiótica Soviética*, cuja tradução é portuguesa, não altero a língua de Portugal, em benefício de uma melhor compreensão por parte dos brasileiros. Mantenho intactas a sintaxe e a ortografia. Então, se o tradutor usa a palavra “demonstrar” e não “demonstrar”, ainda que em nossa língua aquele vocábulo tenha caído em desuso, fica mantido.

Do ponto de vista da história de São Carlos, mais especificamente, as obras que estudam a cidade têm seus méritos, mas estão entre os registros do historiador-artesão, cronista, pouco teórico e analítico,¹⁹ e estudos como o de Oswaldo Truzzi, *Café e Indústria*, muito interessante e teoricamente mais consistente. Também há estudos realizados na área de Turismo, inventários, estudos econométricos, e relacionados aos atrativos turísticos; são úteis para esta pesquisa, embora se refiram às tentativas de mercantilização do passado.

O estudo que mais se aproxima do que aqui está proposto é a tese de doutorado em Sociologia de Maria Inês Rauter Mancuso, intitulada “*A cidade na memória de seus velhos: estudo sobre São Carlos, Itirapina e arredores*” (1998). Este trabalho serve de “variável de controle” para minha análise. A autora utiliza o que denomina “memória oral”, não se vinculando à esteira da História Oral e aos seus balanços e reflexões utilizados no presente estudo. No tocante à memória, utiliza-se de autores como Ecléa Bosi, Maurice Halbwachs, Michel Maffesoli, Marina Maluf e Michel Pollack. Sua análise da memória não é estritamente ligada à oralidade; utiliza-se de memórias escritas também. Foca a relação dos velhos com a cidade, o que também realizo, porém no meu caso a partir do fato de se tratarem de idosos asilados.

Finalizando, como afirmado anteriormente, o presente estudo focaliza a memória de idosos asilados, no tocante às transformações sociais nas quais estiveram presentes, residindo na cidade de São Carlos-SP. O desconhecimento do passado leva-nos a saltos no

¹⁹ Incluo nesta categoria os estudos de Cincinato César da Silva Braga e Ary Pinto das Neves. Estes são tomados nesta investigação como fontes primárias, cronistas, afinados com a história oficial. Também incluo nesta categoria um diametral oposto, especular, também celebrativo, ligado aos trabalhadores: Paino (2002).

escuro.²⁰ O passado é uma referência, não tem de ser uma repetição, mas também não podemos fazer uma *tábula rasa* deste passado.

A delimitação da pesquisa, no que toca o tempo e o espaço, traduz-se no tempo de vida daqueles que estão sendo entrevistados através do método da história oral, os idosos que residem nos asilos de São Carlos. Foi escolhida a década de 1950 como ponto inicial, por ter representado o início de algumas mudanças a nível nacional e local nas diretrizes política, social e econômica, e por ser convenientemente um período possível de ser lembrado pelos colaboradores.

O trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, são discutidos detalhadamente os prolegômenos da pesquisa. É desenvolvido o conceito de memória, a partir de intelectuais que serviram (e servem) de base para diversos estudos que se debruçaram sobre este tema. No Brasil, o menos conhecido dentre esses intelectuais é Iúri Lótman, não obstante bastante valorizado no presente estudo. Também no primeiro capítulo discuto o método da história oral, prestando atenção especial às possibilidades teóricas e analíticas do uso daquilo que denomino “*memória avessa*”. Críticas à história oral tiveram de ser rebatidas, mesmo que o uso da história oral esteja razoavelmente consolidado em algumas comunidades acadêmicas, posto que é justamente quando um método ou teoria vai se tornando institucionalmente aceito que é o caso de nos perguntarmos se já não começa a esgotar seu potencial inovador.

O segundo capítulo apresenta as leis relativas à velhice no Brasil, sobretudo as que pertencem à segunda metade do século XX. Uma vez que no país coexistem muitas realidades, tradicional e moderno, solidariedade e individualismo, rigorosismo moral e relativismo, atenção ao idoso e abandono, era o caso de analisar se algum processo um tanto unificador se desenvolvia no interior dessa multiplicidade. Neste capítulo, então, tenho em conta especialmente a ação dos diferentes atores sociais, para os quais o Estado brasileiro teve de dar respostas através de leis. Ali pude avaliar uma espécie de produção social da velhice, que vai muito além do mero envelhecimento biológico. Também neste capítulo caracterizei os abrigos de idosos de São Carlos mediante a historicidade dessas instituições num contexto histórico mais geral do qual o Brasil participa.

²⁰ Como afirma Meneses (1987, p. 185), “[...] a memória gira em torno de um dado básico do fenômeno humano, a mudança. Se não houver memória, a mudança será sempre fator de alienação e desagregação, pois inexistiria uma plataforma de referência, e cada ato seria uma reação mecânica, uma resposta nova e solitária a cada momento, um mergulho no passado esvaziado para o vazio do futuro”.

No capítulo 3, são analisadas as entrevistas feitas sob o método da história oral com os idosos dos três abrigos filantrópicos de São Carlos-SP.²¹ Foram entrevistados onze idosos, duas diretoras e uma assistente social. No Abrigo de Idosos “Dona Helena Dornfeld” – Endereço: Rua Venezuela, n. 101, bairro Nova Estância – foram entrevistados: Francisco Borttoloti, 2 fitas cassete gravadas; João Carlos de Príncipe, 5 fitas cassete gravadas; José Pascoalino Antunes, 3 fitas cassete gravadas; Maria de Lurdes Rizzo Torres, 2 fitas cassete gravadas; Sebastião de Oliveira César, 2 fitas cassete gravadas. Também foi entrevistada a diretora Maria Lúcia Brito dos Santos (Malu), 1 fita cassete gravada. No Cantinho Fraternal “Dona Maria Jacinta” – Endereço: Rua 7 de Setembro, n. 1000 – foram entrevistados: Armando Gigante, 3 fitas cassete gravadas; Ivani Miller, 2 fitas cassete gravadas; Mário Geraldo Parejo Ramirez, 1 fita cassete gravada. Também foi entrevistada a assistente social Benedita Valentina Rui (Benê), 1 fita cassete gravada. No Abrigo de Idosos “Cantinho de Luz” – Endereço: Rua Prof. Antonio Munhoz, n. 210, bairro Jardim Maracanã – foram entrevistados: Francisco Antonio Gonçalves, 2 fitas cassete gravadas; Maria Aurora Marques Buckviser, 3 fitas cassete gravadas. Também foi entrevistada a diretora Maria de Fátima Fontes (Lia), 1 fita cassete gravada.

A variação no número de fitas cassete utilizadas nas entrevistas se deve à dinâmica das falas dos colaboradores. Os narradores possuem diferentes estilos, desde os monossilábicos, que nada dizem sem serem insistentemente perguntados, até aqueles que ficam completamente à vontade para falar, fazem questão de fazê-lo e de explicar tudo muito detalhadamente.

Foi utilizado um roteiro aberto com os idosos, no momento das entrevistas, apenas para auxiliar o entrevistador. A prioridade era que o idoso imprimisse o encadeamento das lembranças. As perguntas serviam para animá-lo a realizar esse processo, tocando as seguintes questões: a casa e a família; rotina doméstica; refeições; relação com os pais; atividades da família; religião; política; lazer; comunidade; trabalho; escola; casamento; “velhice” e asilo. Tais procedimentos são sistematizados por aquilo que o método da história oral denomina “narrativa biográfica”, ou seja, uma história oral de vida articulada a um ou mais temas específicos – no caso, a memória da cidade e o asilo. A cada item, o idoso ficava à

²¹ Nesta tese, ainda não foram incluídos os abrigos privados, haja vista que isso mudaria a “comunidade de destino” dos entrevistados. Posto que a utilização do método da história oral em geral demanda do pesquisador mais tempo de trabalho que outros métodos, mediante os prazos do programa de pós-graduação, escolhi deixar os abrigos privados para uma futura ampliação temática da pesquisa.

vontade para avançar na resposta, podendo caracterizar diferentes “épocas” na própria vida. Já na entrevista com as profissionais dos abrigos, foi utilizado um roteiro fechado:

1. Nome completo do profissional; função na instituição.
2. Pela sua experiência, quais são os principais motivos que levam uma pessoa a ir para o asilo? (Família, conflitos familiares, alcoolismo, pobreza, doenças como derrame, incapacidade de trabalhar, etc.).
3. Pela sua experiência, quanto uma pessoa é responsável por ela própria ter de ir para o asilo quando fica mais velha? (Levou uma vida desregrada, não se relacionou bem com a família, etc.).
4. Quem está no asilo, o ex-operário, o ex-alfaiate, o ex-pequeno comerciante, o ex-empresário, etc.?
5. Como é organizado o abrigo no seu dia-a-dia? Pode descrever a rotina do abrigo? (Refeições, atividades religiosas, culturais, artesanais, de lazer, educativas, etc.).
6. Critérios para aceitação, não aceitação, expulsão do interno.
7. Cuidados médicos.
8. Estuda-se alguma forma de os asilados poderem conviver mais com objetos pessoais ou outra coisa que pudesse garantir-lhe manter sua identidade, seu jeito de ser? Ou o asilo não tem mesmo condição de fazer isso? (Falta de espaço, falta de recurso, etc.).
9. O que você acha que toda pessoa deveria saber sobre os asilos e não sabe?

As entrevistas com as diretoras e a assistente social foram também de suma importância para que se captasse outros pontos de vista, de quem não está na condição do idoso, mas que organiza a instituição que o recebe, que cuida dele, que se relaciona com a família do idoso e que convive com problemas relativos à velhice. São entrevistas informativas e reveladoras.

É também no terceiro e último capítulo que volto a falar de memória, de “memória avessa”, de maneira a tentar dar conta de toda a complexidade, e até sutileza, que a envolve.

Tomemos, pois, o testemunho de Titono!

CAPÍTULO 1

PROLEGÔMENOS: MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL

Neste capítulo são discutidos os conceitos de memória, e em especial a validade do termo *memória avessa*, a partir de alguns intelectuais que estudaram a memória e que atualmente se tornaram clássicos: Henri Bergson, Maurice Halbwachs, Charles Bartlett e Iúri Lótman. O livro de Ecléa Bosi (1994), embora pertencente à área de Psicologia Social, traduz-se num precioso subsídio para muitas das reflexões aqui lançadas.²² Minha pesquisa de mestrado (GIGANTE, 1999) é retomada em vários momentos deste trabalho, haja vista que se tratou de um estudo acerca da memória de idosos (tal como este).²³

Num segundo momento, o presente capítulo discute o método da história oral, tomado como forma privilegiada de relevar o que aqui denomino memória avessa, além dos demais aspectos da memória. Dito de outra forma traduz-se no único método que permite a reconstrução histórica de grupos que não registram sua trajetória de outra forma. Em alguns momentos, poderá parecer ao leitor que enveredo para uma apologia da história oral. Mas tal não é a intenção. Antes relaciona-se com certo contexto historiográfico em que o historiador que percebeu a importância do referido método debate-se com seus pares, porque é exigido dele que se explique melhor: “Afim, por que escolheu este método ‘suspeito’”? Não obstante, nesta pesquisa é evidente sua importância: a bem da história entendida como resgate de elos perdidos, a complexa relação entre memória (ou se preferir-se, tradição) e reestruturações produtivas só pode ser relevada com um método capaz de transformar a memória em fonte para o historiador. As críticas à história oral, necessariamente, tiveram de ser rebatidas.

²² Não foi fortuitamente que tais estudiosos foram privilegiados neste estudo da memória. Bergson, Halbwachs e Bartlett são extensamente estudados pela respeitável pesquisadora Ecléa Bosi, e os retomei no meu trabalho tentando equacionar para minha investigação tanto as reflexões daqueles quanto as reflexões da própria E. Bosi. Entrando em contato com essa bibliografia, percebe-se que são bastante precisas e instigantes as considerações que E. Bosi faz daqueles autores, especialmente porque o foco desta autora são os idosos. Daí a inegável importância e dívida que tenho para com a obra **Memória e Sociedade** (1994). Além disso, o fato de Bergson ser metafísico, Halbwachs, sociólogo positivista, e Bartlett considerar a questão das classes sociais no estudo da memória, traduz-se na congregação de algumas das mais importantes linhas de pesquisa na leitura que estas realizam do tema memória, dispensando um estudo de maior número de autores que trataram o tema; haja vista que esses últimos, em grande medida, inspiraram-se em uma ou mais daquelas matrizes, notadamente. Já Iúri Lótman foi, a princípio, indicado a mim num parecer da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), por ocasião de minha pesquisa de mestrado, cujo tema também era memória de idosos. Em Lótman, a questão dos conflitos sociais é fundamental na análise da memória; daí sua inegável importância em meu estudo. Obviamente foram consultados outros autores, como Jacques Le Goff, Ulpiano Meneses, Antonio Torres Montenegro, et al., mas aqui não receberam o tratamento mais detalhado que Bergson, Halbwachs, Bartlett em menor medida, e Lótman receberam. Na presente investigação, esses estudiosos foram considerados “clássicos”, “paradigmas”, no estudo da memória.

²³ O mesmo ocorre com um artigo recentemente escrito por mim (GIGANTE, 2006).

Por outro lado, a atitude de negação em relação à história oral não é de modo algum universal entre os historiadores. Dependendo do ambiente em que se está, seu uso é bastante tranquilo, plural e não requer tantas justificativas. Neste sentido, rebater as críticas feitas à história oral se traduziria num esforço desnecessário neste estudo. Mas não me dispensei dessa discussão, haja vista que o fato de ter se tornado modismo, ou uma tradição aceita pela institucionalidade acadêmica, não significa que deva ser dispensada a discussão do método. Aliás, lembrando Thomas Kuhn, é justamente quando é aceito que o método não irá mais operar no sentido do avanço científico; ou o fará mais limitadamente, tal como este historiador das ciências qualifica o caráter um tanto cumulativo da “ciência natural”, ou da “ciência normal”. O momento criativo é quando princípios e métodos são submetidos a uma discussão filosófica em torno de sua validade, o que Kuhn caracterizou como “ciência extraordinária”.

Existem, em princípio, somente três tipos de fenômenos a propósito dos quais pode ser desenvolvida uma nova teoria. O primeiro tipo compreende os fenômenos já bem explicados pelos paradigmas existentes. Tais fenômenos raramente fornecem motivos ou um ponto de partida para a construção de uma teoria. Quando o fazem [...], as teorias resultantes raramente são aceitas, visto que a natureza não proporciona nenhuma base para uma discriminação entre as alternativas. Uma segunda classe de fenômenos compreende aqueles cuja natureza é indicada pelos paradigmas existentes, mas cujos detalhes somente podem ser entendidos após uma maior articulação da teoria. Os cientistas dirigem a maior parte de sua pesquisa a esses fenômenos, mas tal pesquisa visa antes à articulação dos paradigmas existentes do que à invenção de novos. Somente quando esses esforços de articulação fracassam é que os cientistas encontram o terceiro tipo de fenômeno: as anomalias reconhecidas, cujo traço característico é a sua recusa obstinada a serem assimiladas aos paradigmas existentes. Apenas esse último tipo de fenômeno faz surgir novas teorias. Os paradigmas fornecem a todos os fenômenos (exceção feita às anomalias), um lugar no campo visual do cientista, lugar esse determinado pela teoria (KUHN, 2003, p. 131, destaque do autor).

Não obstante, o exame da aceitação ou não aceitação da história oral numa perspectiva da história das ciências, ou mesmo da historiografia, para nos atermos às questões mais cabíveis e habituais entre os historiadores, vai muito além dos limites deste trabalho. Aqui procuro me limitar ao que é mais diretamente relevante ao meu tema: a história oral como método de apreensão da memória de idosos asilados em São Carlos. Enfim, a história oral talvez seja o único método capaz de garantir à memória do idoso asilado um lugar no *campo visual* do historiador. Mas seu uso envolve problemas que o método tem de enfrentar, ao invés de contar com a condescendência da comunidade dos historiadores.²⁴

Feitas essas observações iniciais, tomemos devidamente o tema da memória.

²⁴ Com exceção dos congressos de História Oral, insisto na percepção de que os ambientes acadêmicos são em geral bastante reticentes quanto ao uso deste método.

Urano – personificação do céu estrelado –, filho de Géia – a Terra –, uniu-se à sua mãe, e dessa união nasceram seis Titãs e seis Titânidas, entre as quais Mnemósina, seguidos dos Cíclopes e Hecatônquiros – seres de cem braços. Mnemósina, personificação da memória, uniu-se, durante nove noites, a Zeus – o deus supremo. Zeus partilhou do leito de Mnemósina a pedido dos deuses olímpicos, que desejaram a criação de divindades capazes de cantar sua vitória, comandada pelo próprio Zeus sobre os Titãs, expulsos do céu. Mnemósina deu à luz nove filhas – as Musas –, deusas da inspiração poética, e que presidem o pensamento em todas as suas formas: eloquência, persuasão, sabedoria, história, matemática e astronomia (GUIMARÃES, 1989; GIGANTE, 1999, p. 37).

Nessa “vasta mitologia da reminiscência”, enquanto identidade sobrenatural, divinizada, a deusa Memória dava aos poetas, adivinhos, o poder da volta ao passado para que este fosse lembrado à coletividade. Inspirados por Mnemósina, as obras dos poetas, artistas e historiadores que contassem as ações, palavras, gestos, investidas, até a fisionomia de mortais, podiam atribuir-lhes imortalidade, tornando-os memoráveis (GIGANTE, 1999, p. 37).

Mnemósina [...] lembra aos homens a recordação dos heróis e dos seus altos feitos, preside a poesia lírica. O poeta é pois um homem possuído pela memória, o aedo é um adivinho do passado, como o adivinho o é do futuro. É a testemunha inspirada dos ‘tempos antigos’, da idade heróica e, por isso, da idade das origens (LE GOFF, 1994, p. 438, destaque do autor).

Nascida para celebrar os heróis, para guardar os tesouros do passado, os tempos áureos da musa, quando se podia esperar dela univocidade e estabilidade, caíram no ocaso. A própria Mnemósina teria se dado conta de que o passado é um campo de luta. Remetendo-nos aos tempos mais contemporâneos:

A evolução das sociedades na segunda metade do século XX clarifica a importância do papel que a memória coletiva desempenha. Exorbitando a história como ciência e como culto público, ao mesmo tempo a montante enquanto reservatório (móvel) da história, rico em arquivos e em documentos/monumentos, e a aval, eco sonoro (e vivo) do trabalho histórico, a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção (LE GOFF, 1994, p. 475, destaque do autor).

É o caso, então, de concentrar esforços no equacionamento teórico das complexas questões ligadas à memória, este “campo de luta”. Acompanhem os clássicos: Bergson, Halbwachs, Bartlett e Lóttman.

Henri Bergson (1859-1941) é um dos estudiosos mais importantes do conceito de memória. Tentou recuperar a metafísica, como forma de reagir contra o Kantismo e o Positivismo, predominantes no século XIX. Desenvolveu uma filosofia dualista, ao mesmo

tempo em que tentava superar dificuldades comumente enfrentadas pelo dualismo filosófico.²⁵ O espírito se opõe à matéria, não se confunde com ela, e se relaciona com ela. A base dessa relação é o *élan vital*, o impulso original de onde provém a vida, e que no desenrolar do processo evolutivo inventa formas de complexidade crescente até chegar ao instinto (animal) e à intuição (homem). A intuição subsume o instinto tomando consciência de si mesmo, de seu devir criador.

Em *Matéria e Memória* (BERGSON, 1990), primeiramente publicada em 1896, a intenção de Bergson era afirmar a realidade do espírito e da matéria, tentar determinar a relação entre eles a partir do exemplo “privilegiado” da memória; e assim superar o *Idealismo* (para quem a matéria é representação) e o *Realismo* (para quem a matéria seria misteriosamente capaz de produzir representações em nós, capacidade à qual chamamos de pensamento, “espírito”, fora, entretanto, da perspectiva metafísica).

Bergson se colocava introspectivamente para lançar um problema inicial na sua investigação acerca da memória, embora sob uma espécie de eu catedrático (nós) que nos convida à auto-análise, para em seguida assumir a voz da primeira pessoa (eu):

Iremos fingir por um instante que não conhecemos nada das teorias da matéria e das teorias do espírito, nada das discussões sobre a realidade ou a idealidade do mundo exterior. Eis-me portanto em presença de imagens percebidas quando abro meus sentidos, despercebidas quando os fecho (BERGSON, 1990, p. 9).

Bergson reduzia a matéria a um conjunto de imagens, sob uma perspectiva metafísica, notadamente. “Chamo de matéria o conjunto das imagens, e de percepção da matéria essas mesmas imagens relacionadas à ação possível de uma certa imagem determinada, meu corpo” (BERGSON, 1990, p.13).²⁶

Magistralmente, E. Bosi sintetizou a pergunta inicial de Bergson da seguinte forma: “*O que percebo em mim quando vejo as imagens do presente ou evoco as do passado?*” (BOSI, 1994, p. 44, grifo da autora). A própria forma como Bergson punha a questão informava seu método – a introspecção, a vida interior. E respondia: toda imagem está mediada pelo meu corpo, pela *presença do corpo*; fazemos imagens de nós mesmos nos

²⁵ Em Descartes, o dualismo repousaria nos princípios de pensamento e extensão. Houve outras tantas doutrinas dualistas, cujo caráter comum é afirmar duas realidades diferentes e irreduzíveis, como teoria e prática, matéria e espírito, etc. Criticando o dualismo no anseio de superá-lo, no prefácio da sétima edição de *Matéria e Memória*, afirma Bergson: “Essas dificuldades [do dualismo] devem-se, em sua maior parte, à concepção ora realista, ora idealista, que é feita da matéria. O objeto de nosso primeiro capítulo é mostrar que idealismo e realismo são duas teses igualmente excessivas, que é falso reduzir a matéria à representação que temos dela, falso também fazer da matéria algo que produziria em nós representações mas que seria de uma natureza diferente delas” (BERGSON, 1990, p. 1).

²⁶ Em outra passagem, afirma categoricamente: “A matéria, para nós, é um conjunto de ‘imagens’” (BERGSON, 1990, p. 1).

lugares, lembramos a partir do nosso ponto de visão. A corporeidade convive com a percepção do meio físico e social (BOSI, 1994, p. 44). Por isso, visitar um local freqüentado na infância faz-nos estranhar as dimensões. Tudo parece agora tão pequeno! Guardamos a imagem quando nossas dimensões eram menores. Depois que crescemos, tudo nos parece pequeno. Na infância, formamos referências sobre as dimensões do lugar. Quando adultos, voltamos ao mesmo lugar, e novas referências são comparadas às antigas.

Haveria, não obstante, uma particular relação entre imagem do corpo e ação: a continuidade do presente (onde estamos) é manifestada por movimentos, ações-reações do corpo sobre o ambiente. Aqui haveria um esquema motor: imagem→cérebro→ação-reação, ou seja, ida da imagem ao cérebro e volta em forma de ação-reação. A ação é positiva, porque a resposta é efetiva. A ação é reflexa, se resposta motora; ou é voluntária, quando escolhida. Mas em ambos os casos, há efetividade. Ou seja, a imagem não pára no cérebro (BOSI, 1994, p. 44).

Já na relação imagem do corpo / representação, o processo é diverso: a imagem suscitada “pára” no cérebro, não volta em forma de ação-reação; trata-se, neste caso, da percepção. Assim opera o esquema perceptivo: imagem→cérebro→representação, de onde se desenvolve a consciência. Ou seja, a representação tornada consciência é derivada de um processo inibidor (*sistema nervoso central*, idéia relativamente nova à época das reflexões desse intelectual), porque aqui o estímulo não produz ação respectiva, não há efetividade. A representação é, portanto, negativa (sem resposta exterior) (BOSI, 1994, p. 45).

Mas tanto o esquema motor quanto o receptivo dependem da relação corpo / momento atual (presente, imediato), porque o corpo estaria interposto entre os objetos que agem sobre ele e os que ele influencia, tal como um condutor que se encarrega de recolher os movimentos. Se não detém os movimentos, transmite-os a certos mecanismos motores, determinados (ação reflexa) ou escolhidos (ação voluntária). No caso da ação reflexa: “O movimento centrípeto comunicado pela excitação reflete-se imediatamente, por intermédio das células nervosas da medula, num movimento centrífugo que determina uma contração muscular” (BERGSON, 1990, p. 19). No interior do corpo, o cérebro seria uma espécie de “instrumento de análise com relação ao movimento recolhido e um instrumento de seleção com relação ao movimento executado” (BERGSON, 1990, p. 20).

A representação seria a imagem parada, que não produziu reação motora. Aqui a imagem não foi resolvida em ações, daí sua maior complexidade, a maior complexidade do pensamento “puro”. Bergson (1990, p. 22) enuncia a seguinte lei: “a percepção dispõe do

espaço na exata proporção em que a ação dispõe do tempo”. Em outras palavras, o intervalo entre percepção e (re)ação é variável, desde a imediatidade em que a percepção se traduz num simples contato até um intervalo maior, que demanda período de incerteza, de hesitação, de avaliação. Somente a possibilidade de utilização de certo repertório (e aqui vem à baila a memória), a bem da avaliação, permite uma percepção consciente.

Mas, se só existe o presente do corpo, a imagem aqui-agora tornada percepção ou ação, como conceber o problema da passagem do tempo, da atualização da vida psicológica, interior? Para responder, Bergson opõe percepção atual e lembrança, finalmente enfrentando a questão da memória. O esforço de Bergson é diferenciar a percepção-ideia (já descrita) do fenômeno da lembrança (ligado à passagem do tempo).

Bergson entende que não haveria percepção que não estivesse impregnada de lembranças, de memória. Dito de outra forma, a lembrança, a memória, impregna as representações. Percebemos o presente mediante nossas imagens de memória. A percepção (esquema estímulo→cérebro→representação) já possui lembranças logo de início. As lembranças deslocam nossas percepções reais, retendo as indicações mais ligadas às antigas imagens tornadas representação. Lembrar é trazer à tona o que estava submerso. Daí o *souvenir*, o vir à tona, o *souvenir* (BOSI, 1994, p. 46). Nessa relação *memória / percepção presente* é onde reside nossa consciência. Sem a memória o presente não se realiza²⁷, nem o futuro.

A sua percepção, por mais instantânea, consiste portanto numa incalculável quantidade de elementos rememorados, e, para falar a verdade, toda percepção é já memória. *Nós só percebemos, praticamente, o passado*, o presente puro sendo o inapreensível avanço do passado a roer o futuro. A consciência ilumina portanto com seu brilho, a todo momento, essa parte imediata do passado que, inclinada sobre o futuro, trabalha para realizá-lo e agregá-lo a si (BERGSON, 1990, p. 123, grifo do autor).

²⁷ Isso não significa que a criança não tem memória e, portanto, não tem presente. A memória é um conceito ampliável para outras dimensões que não apenas a social. Ela também é um fenômeno cerebral. A constituição biológica do organismo, do sujeito, é memória da espécie. Além dessa memória genética, há uma memória imediatamente extra-genética (pouco além do DNA – Ácido Desoxirribonucléico – embora provavelmente muito relacionada a ele) complementar para o recém-nascido, que será ampliada na direção da memória social, da cultura. A criança nasce capaz de um conjunto de ações – chorar, sugar, agarrar, ouvir – que é memória extra-genética da espécie, a partir da qual será ampliada, desenvolvendo outras capacidades físicas e culturais. Bergson não se preocupou muito com esse aspecto que envolve a criança. Para ele, a criança também tem memória, pois tem espírito, tem élan vital, e a memória é a maneira pela qual o espírito se relaciona com a matéria, de forma que não vê necessidade de explicar a criança separadamente. É bem possível que Jean Piaget tenha ido bem mais longe nesse aspecto, ao conceber a epistemologia genética, distinguindo as fases de desenvolvimento da inteligência na criança, desde a sensorial-motriz até a lógico-discursiva, atingida na adolescência. Cf. PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Trad. Maria Alice Magalhães D’Amorim; Paulo Sérgio Lima Silva. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994, passim.

Em Bergson, toda ação presente está assente em ações passadas, em percepções passadas. Como observa E. Bosi (1994, p. 46-47), a Memória seria, então, em Bergson, o lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas. Ela limita a indeterminação do pensamento e da ação, porque leva o sujeito a reproduzir formas de comportamento que deram certo. Seu princípio fundamental é a conservação do passado. Ela é reserva crescente a cada instante, dispondo da totalidade da experiência adquirida. É conservação, imutável, porque cumulativa – questão que será criticada futuramente. Mas é o presente que convoca a memória.

A memória opera como um cone invertido sobre um plano P (descrito em BERGSON, 1990, p. 125 et seq.; também BOSI, 1994, p. 47 et seq.). A área mais larga do cone, na parte superior, o círculo AB , seriam nossas lembranças mais longínquas. Com o vértice S , forma o cone SAB – a totalidade das lembranças acumuladas, a memória propriamente dita. S toca o plano P , e, para Bergson, é onde figura o presente. O presente (o vértice) avança no tempo sem cessar, tocando P , um plano móvel que traduz a representação atual que o indivíduo tem do universo. S é o presente, a relação entre o real e a vida psíquica. P é interior ao sujeito, é percepção, não ação. S concentra a imagem a partir do corpo, da corporeidade, ao mesmo tempo em que faz parte do plano P (representação), já que o toca pontualmente. O corpo se limita (é bom ter em conta neste momento o dualismo *matéria / espírito* que Bergson concebe) a receber e devolver ações vindas de todas as imagens do plano P . A memória avança, acumula imagens, aumentando o cone. A memória forma novas representações de um lado, e ações e reações de outro. A figura de um cone invertido sobre um plano representa uma vida psíquica, interna, mas S é relação com o meio, por isso é vértice, pontual, pequeno. Já o reservatório SAB , o cone propriamente dito, é grande. Não obstante, sua resposta, ou representação de novo elemento, é pontual. Por isso é um cone invertido, e não em pé.²⁸ Na verdade, Bergson completa a idéia depois de já ter apresentado outra figura, em forma de conchas. Fato é que o cone invertido sobre um plano não explica tudo o que Bergson pretendia. Quando fala da imagem do cone, já havia utilizado a imagem das conchas (adiante comento essa imagem).

Preparemos terreno para avançar no surpreendente conceito de memória desenvolvido por este filósofo. Para Bergson, mais precisamente, há duas memórias. A *memória-hábito*, cujos mecanismos são motores. Esta é baseada na repetição, nas exigências de *socialização* (diria Ecléa Bosi), a serviço da vida cotidiana: comer segundo a etiqueta,

²⁸ Para melhor explicitar essa questão, há outra passagem onde Bergson (1990, p. 28) afirma: “O que você tem a explicar, portanto, não é como a percepção nasce, mas como ela se limita, já que ela seria, de direito, a imagem do todo, e ela se reduz, de fato, àquilo que interessa a você”.

escrever, falar língua estrangeira, dirigir automóvel, costurar, etc. Subsume um adestramento cultural. E a *imagem-lembrança*, a “memória pura”, a lembrança pura, as lembranças isoladas, independentes dos hábitos, singulares, verdadeiras ressurreições do passado. Esta tem caráter evocativo, idílico, poético, às vezes subversivo, como observou Bosi (1994, p. 49), e supõe a *sobrevivência do passado na memória*. Daí também as críticas que Bergson disparou contra teses associacionistas, defendidas por biólogos e psicólogos de seu tempo.

Neste momento, uma observação torna-se crucial: o difícil é articular a questão da criação, da novidade, do subversivo, com a questão da memória pura, ou mesmo da imagem-lembrança, que é passado. Mas compreender tal aspecto é avançar na explicação bergsoniana. Ora, a memória se refere ao espírito (Bergson revitaliza a metafísica, como foi dito). E enquanto a matéria é repetição, o espírito é novidade, é criação. A memória subsume, em Bergson, o prolongamento do passado no presente – aí reside seu caráter evocativo e criativo ao mesmo tempo, o que implica numa visão evolucionista do espírito que pode referendar algumas visões religiosas.

Imaginar não é lembrar-se. Certamente uma lembrança, à medida que se atualiza, tende a viver numa imagem; mas a recíproca não é verdadeira, e a imagem pura e simples não me reportará ao passado a menos que seja efetivamente no passado que eu vá buscá-la, seguindo assim o progresso contínuo que a trouxe da obscuridade à luz. É isso que os psicólogos esquecem freqüentemente quando concluem, do fato de que uma sensação rememorada torna-se mais atual quando sentimos melhor seu peso, que a lembrança da sensação era esta sensação nascente. O fato que eles alegam é sem dúvida exato. Quanto mais me esforço por recordar uma dor passada, tanto mais tendo a experimentá-la realmente. Mas isso se compreende sem dificuldade, já que o progresso da lembrança consiste justamente, como dizíamos, em se materializar (BERGSON, 1990, p. 111-112, grifo do autor).

Voltando à questão da memória como criação, novidade, subversão. Tratar-se-ia de uma *memória avessa*? Uma observação inicial acerca do que denomino *memória avessa*: ela é também, desde o início, memória. Eu a adjetivo para relevar um tipo específico de memória que é encontrada nos idosos, em especial os asilados, e que se relaciona muito intimamente com as reestruturações produtivas, à medida que são tais reestruturações que criam o novo, e conseqüentemente, o velho, o “ultrapassado”; algo que permite ao capital sua revitalização e que, ao mesmo tempo, dispensa detentores de competências (memória) “ultrapassadas”. Arriscaria dizer: por memória avessa entendo aquela humanidade do sujeito que é traduzida em lembranças que não se coadunam com as novas formas de produzir, viver e pensar que o

capital traz à tona em momentos de reestruturações mais profundas.²⁹ Ora, senão são nesses momentos que os discursos pedagógicos ficam mais agressivos, e gerenciadores vêm à arena exigir que se “refundam” os sujeitos!³⁰

A dificuldade de visualizá-la reside no fato de que a memória avessa está mais para o fragmento do que para a totalidade (apenas pode ser visualizada se estiver no campo visual da teoria, já que as teorias também criam seus próprios temas), e tal não é casual. Seus motivos residem no seio dos conflitos sociais. Mas para discutir isso, só com o auxílio de Lózman, mais adiante.

Voltando a Bergson. A imagem-lembrança está nas zonas profundas do psiquismo (receberá de Bergson o nome de “inconsciente”). É uma lembrança de data certa, definida, individualizada. Ora, a relação entre memória-hábito e lembrança (imagem-lembrança) pode ser conflituosa. A primeira é restritiva, é adestramento; a segunda é poética, resiste ao enquadramento, convida a transformar sonhos em novas realidades. Mais precisamente, não é que a memória pura esteja a serviço, como suporte, da consciência. Ela é tal consciência, sendo a consciência, portanto, o passado acumulado. Outra observação se faz necessária: a imagem-lembrança não é a memória pura, exatamente, mas o início de sua materialização, e ao mesmo tempo uma percepção nascente. A lembrança-imagem (ou imagem-lembrança, tanto faz) participa tanto da memória pura quanto da percepção (BERGSON, 1990, p. 109).

A Memória possui níveis de expansão. Para expor sua tese, Bergson (1990, p. 83 et seq.; também BOSI, 1994, p. 50 et seq.) desenha dois conjuntos de semicírculos contrapostos – um conjunto em cima; outro, embaixo; assemelha-se a uma concha aberta, se considerarmos apenas dois semicírculos contrapostos. Mas são vários:

²⁹ Ou pode ser avessa num sentido um pouco diverso, como o leitor verá na seqüência desta investigação, quando a memória se coaduna com as novas formas de produzir a partir das convencionalizações, influxos ideológicos, discursos da mídia, e do escape para o cotidiano possível – quando, enfim, o sujeito veste a roupagem de outro grupo, fato que carrega sua memória de ambigüidades e contradições. Mas mesmo nesse caso, o principal processo que nutre a constituição desse outro aspecto da memória avessa é o descompasso entre as reestruturações produtivas e as formas de constituição da humanidade dos sujeitos, ou seja, sua memória. Daí a maior agressividade dos discursos refundadores de sujeitos em tais momentos.

³⁰ Uma crítica a alguns discursos pedagógicos concebidos nas últimas décadas, bem como a tarefa de mostrar a filiação de tais discursos às reestruturações produtivas, não cabem no presente estudo, além do que já têm sido feitas. No segundo capítulo deste trabalho, entretanto, “*Leis para Idosos e os Abrigos Beneficentes de Idosos em São Carlos-SP*”, há uma análise crítica que inclui os naturalizadores de discursos ideológicos que politicamente são “reformistas” a darem “cara nova” ao momento presente, sem alteração substancial senão a conformação com as estruturas vigentes de poder. São sobretudo gerenciadores de conflitos sociais. Ali fica mais clara a amarração teórica no interior da qual as observações sobre o discurso pedagógico feitas agora e outras observações encontradas ao longo desta tese fazem sentido.

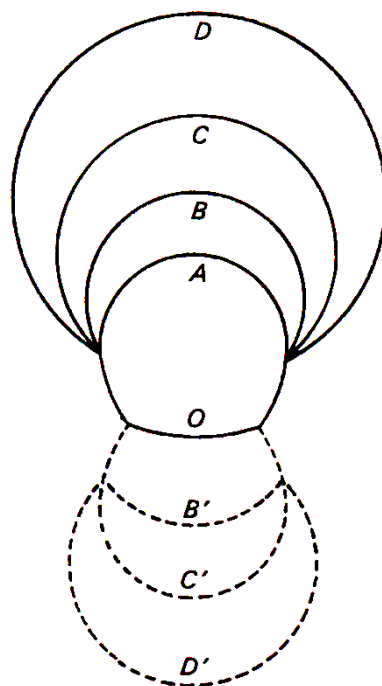


ILUSTRAÇÃO 1 – NÍVEIS DE EXPANSÃO DA MEMÓRIA

Fonte: Bergson (1990, p. 83); Bosi (1994, p. 50).

A linha levemente curva *O* demarca a divisão entre os semicírculos superiores (de linhas contínuas) e os inferiores, de linhas tracejadas. *A* é o mais estreito, e para Bergson representa a percepção imediata – tal como o vértice do cone invertido. Nesse nível, há apenas o objeto *O* e a imagem consecutiva que o cobre, *A*. Tratar-se-ia de uma relação matéria / espírito, ou dito de outra forma, da relação do objeto externo com a imagem interna que corresponde a ele. Os círculos cada vez mais expandidos *B*, *C*, *D*, na parte superior do desenho, respondem a esforços nascentes de expansão intelectual (a memória seria o lado subjetivo de nosso conhecimento das coisas).

É a totalidade da memória, conforme veremos, que entra em cada um desses circuitos, já que a memória está sempre presente; mas essa memória, que sua elasticidade permite dilatar indefinidamente, reflete sobre o objeto um número crescente de coisas sugeridas – ora os detalhes do próprio objeto, ora detalhes concomitantes capazes de ajudar a esclarecê-lo. Assim, após ter reconstituído o objeto percebido, à maneira de um todo independente, reconstituímos com ele as condições cada vez mais longínquas com as quais forma um sistema (BERGSON, 1990, p. 84).

Desta feita, a simples percepção de um objeto vai se inserir num sistema maior de percepção, em que aquela fará sentido de maneira ampliada. Esse sistema subsume um conhecimento, que é memória. Na parte inferior do desenho, temos *B'*, *C'* e *D'*, círculos tomados como causas de profundidade crescente. Tais causas estão situadas atrás do objeto *O*,

e são virtualmente dadas com o próprio objeto. Mas tal como num espelho de níveis de expansão, há um “progresso da atenção” que tem por efeito criar algo maior que o objeto apercebido, que são sistemas cada vez mais vastos vinculados ao mesmo objeto. Enquanto *B*, *C*, *D* correspondem a uma expansão mais alta da memória (subjetividade, espírito), *B'*, *C'*, *D'*, reflexões daqueles, correspondem a camadas mais profundas da realidade (matéria). Ou seja, deixa de ser uma imagem sozinha para se tornar uma imagem num sistema complexo e em relação. Enfim, a memória permite um conhecimento mais profundo das coisas. Ela é nossa constante referência.

Outro importante estudioso da memória foi Maurice Halbwachs (1877-1945). Era professor de Psicologia Social do *Collège de France*. Suas principais obras são: *Os quadros sociais da memória* e *A memória coletiva*. Foi morto no campo de concentração de Buchenwald em 1945. Halbwachs se baseou em Émile Durkheim; na esteira dessa tradição sociológica, que pressupõe a precedência do *fato social* e do *sistema social* sobre fenômenos individuais ou psicológicos, Halbwachs deslocará o enfoque dos fenômenos psicológicos (percepção, consciência, memória) para as funções que esses cumprem no interior do grupo e da sociedade (BOSI, 1994, p. 53).

Com efeito, Halbwachs não irá estudar a memória em si; ele desloca o objeto: os *quadros sociais da memória*. Anuncia radicalmente que a memória é coletiva, e leva essa tese às últimas conseqüências. A própria consciência social é tributária da memória coletiva. E mesmo a memória do indivíduo está inteiramente ligada à memória coletiva, ou aos quadros sociais da memória. Bastante distinto de Bergson, relativiza a importância da diferenciação que Bergson operava entre espírito e percepção. A memória em Bergson é o passado conservado no espírito, que aflora à consciência como imagens-lembrança. Em Halbwachs, a memória é um fenômeno social, não espiritual, como é para Bergson. Halbwachs parte do pressuposto de seu mestre, Émile Durkheim, que afirmava o poder coercitivo dos fatos sociais sobre a maneira de pensar, agir e sentir dos indivíduos:

[...] na medida que cedemos sem resistência a uma sugestão de fora, acreditamos pensar e sentir livremente. É assim que a maioria das influências sociais que obedecemos com mais freqüência nos passam desapercibidas (HALBWACHS, 1990, p. 47).

Para Halbwachs, apenas na aparência o *Eu* está sozinho. Em Bergson, temos o método introspectivo; em Halbwachs, que parte de outro ponto de onde se fala, o método sociológico. Diferentes enfoques dão luz a diferentes temas. A Halbwachs interessa a realidade interpessoal das instituições sociais que formam o sujeito, e não a relação pessoal entre o corpo e o espírito, como em Bergson. A maior parte de nossas lembranças viriam

quando provocadas por nossos pais, amigos ou outros homens e mulheres, no presente, nas relações coletivas presentes.

A partir de Halbwachs, temos outra noção do que seja a memória. Ela não seria sonho, nem espontânea, nem livre, nem um reviver; muito menos “pura”, como em Bergson. A memória seria trabalho, refacção, reconstrução, repensamento do passado com imagens e idéias do presente. O passado coletivo não é retido; é reconstruído com o presente, no presente. A lembrança é uma imagem construída com materiais presentes; esses materiais são representações de nossa consciência atual. As lembranças feitas no presente mudam o passado, não o ressuscitam (BOSI, 1994, p. 60). As lembranças seguem as alterações que se processaram em nossas idéias, juízos, valores; é um outro ponto de vista.

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade (HALBWACHS, 1990, p. 34).

A memória da pessoa está impreterivelmente amarrada à memória do grupo. E a memória do grupo está amarrada à tradição, à memória coletiva de cada sociedade. Apenas no sonho o indivíduo estaria mais afastado da sociedade – as imagens oníricas parecem ter se mantido intactas, “puras”, no fundo da alma. Há uma frouxidão relativa da consciência, daí a menor interferência do presente. Mas mesmo aqui jamais nos despojamos do *eu atual*; Halbwachs dá o exemplo da surpresa que temos quando, no sonho, aparece alguém já falecido. Não teríamos tal surpresa se o *eu atual* também não estivesse presente. Vivemos em sociedade, compartilhamos a linguagem, que é um instrumento socializador da memória. Por isso, as noções gerais permanecem em nosso espírito mesmo durante o sono. Fazemos uso constante delas, sentimo-las sempre ao nosso alcance (BOSI, 1994, p. 56).

Nos dizeres do próprio Halbwachs (1990, p. 51):

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. Não é de se admirar que, do instrumento comum, nem todos aproveitam do mesmo modo. Todavia quando tentamos explicar essa diversidade, voltamos sempre a uma combinação de influências que são, todas, de natureza social.

Familiares, grupais, coletivas, sociais, as noções gerais são categorias que a linguagem atualiza. Essas noções gerais fornecem explicações que interferem sobremaneira nas lembranças – na vigília (acordados) de forma coesa; no sonho, frouxamente. Tal se aplica nas relações de espaço (aqui, aí, ali, dentro, fora, em cima, embaixo, à esquerda, à direita, etc.), nas relações de tempo (agora, já, antes, depois, sempre, nunca, ontem, hoje, amanhã,

etc.) e nas relações de causa e conseqüência (porque, para que, tal que, de modo que, por causa de, etc.) (BOSI, 1994, p. 56).

De forma que, com a lembrança, *reconstruímos* o passado; ele não vem à tona puro. Vem “atualizado” pelo *eu atual* que está no presente, vivendo em grupo, coletivamente, socialmente. Aqui a memória é refacção, refazimento, e não um revive. Produzimos anacronismos ao tentar “reviver” o passado. Colocamos nele elementos que não estavam lá, elementos de nossa percepção presente:

Para sentir o espírito de um tempo que já não existe, para fazer-se contemporâneo dos homens de outrora [...] a dificuldade não está tanto no que é preciso saber do que no que é preciso não saber mais. Se nós quisermos verdadeiramente viver no século XV, quantas coisas deveremos esquecer: ciências, métodos, todas as conquistas que fazem de nós modernos! Devemos esquecer que a terra é redonda e que as estrelas são sóis, e não lâmpadas suspensas em uma abóbada de cristal, esquecer o sistema do mundo de Laplace para só crer na ciência de santo Tomás de Aquino, de Dante e daqueles cosmógrafos da Idade Média que nos ensinam a criação em sete dias e a fundação dos reinos pelo filho de Príamo, depois da destruição de Tróia, a Grande (HALBWACHS, *Les cadres sociaux de la mémoire*, apud BOSI, 1994, p. 58-59).

O conjunto das noções do presente nos obriga a avaliar e alterar (mesmo involuntariamente) o conteúdo das lembranças, a memória. Não é apenas um condicionamento externo à memória, não é uma justaposição de quadros que influem num fenômeno interno ao qual chamamos memória. No interior da lembrança, no âmago da imagem evocada, ali já trabalham as noções gerais de filiação institucional (família, grupo, coletivo, sociedade). É por causa das noções gerais que as imagens resistem e formam a memória:

[...] num estado de consciência verdadeiramente pessoal, reencontramos, aprofundando-o, todo o conteúdo do espírito visto de um certo ponto de vista. Mas por conteúdo do espírito é preciso entender todos os elementos que assinalam suas relações com os diversos meios. Um estado pessoal revela assim a complexidade da combinação de onde saiu (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Depreende-se dessas observações que um idoso pode desenhar sua memória atual sobre um pano de fundo mais definido que um jovem ou adulto, porque o idoso já atravessou um determinado tipo de sociedade, enquanto o jovem e o adulto estão ainda muito mais impregnados das lutas e contradições do presente (BOSI, 1994, p. 59). Já no asilo, o idoso pode ser levado, não obstante, a um processo de desmemorialização, notadamente.

Ao analisar precisamente o trabalho de Halbwachs, Ecléa Bosi equaciona algumas questões cruciais acerca da velhice. Para o adulto, evocar seria um repouso, um relaxamento do espírito, é o passado em forma de sonho, evasão, lazer, contemplação, porque ainda está entretido nas tarefas do presente que o consomem. Para o idoso, segundo Bosi (1994, p. 60),

evocar o passado é um ato consciente e atento, que quer trazer à baila a substância da vida. Ele não está se entregando ao sonho e ao devaneio, porque a função social do velho (portanto sua função no presente, que é o que nutre a lembrança) é outra: é lembrar, é lembrar precisamente, é ser a memória da família (que lhe dá identidade), do grupo, da instituição, da sociedade (BOSI, 1994, p. 60).

Não obstante, nesta pesquisa tento mostrar que o asilo traz uma outra situação para o idoso. Afinal, ali ele não seria, justamente, descartado de sua função, supondo que de fato a função do velho seja a de lembrar?

Uma ressalva a Halbwachs: diferentes sociedades nutrem expectativas diferentes em relação ao idoso. A sociedade industrial, por exemplo, não atribui ao velho um prestígio por se lembrar, haja vista que os conhecimentos ficaram em seções das empresas, transformados em tecnologia que agora dispensa quem não pode contar com a vitalidade física de outros tempos. O velho é descartável nesse tipo de sociedade (e prefiro não apelar para nenhum eufemismo).

Os ideais presentes do velho “desfigurariam” seu passado: modelam seu passado aquilo que Halbwachs chama de “pressão dos preconceitos” e “preferências da sociedade do velho”. Ou, ainda, um termo do qual este autor não faz uso, mas nos é caro: a presença da *ideologia* na reconstrução do passado (BOSI, 1994, p. 63-64).

Em relação ao estudo da memória, faltava, então, ligá-la mais fundamentalmente a questões ideológicas e culturais de um dado contexto histórico, e não apenas coletivas. Arriscaria dizer que essa operação foi iniciada por outro importante estudioso da memória: Frederic Charles Bartlett (1932-1977). Bartlett escreveu uma importante obra, *Remembering*. Ali utiliza o conceito de *convencionalização*, termo que extrai do etnólogo W. H. R. Rivers. Em Rivers, convencionalização seria o processo de adaptação de imagens e idéias recebidas de fora por um outro grupo indígena. As imagens e idéias importadas acabam por assumir uma forma de expressão que é ajustada às convenções verbais estabelecidas pela tradição do grupo receptor. Já Bartlett, transpondo o conceito para a Psicologia Social, pensa a convencionalização como o tratamento e estilização pelos quais passa a “matéria-prima” da recordação. Ou seja, é o ponto de vista cultural e ideológico do grupo em que o sujeito está inserido no presente que fornece o formato da lembrança. É um trabalho de modelagem da lembrança no contexto das idéias e valores presentes dos sujeitos que lembram (BOSI, 1994, p. 64-66).

Tal como Halbwachs, Bartlett fixa a importância dos “quadros sociais”, das instituições e das redes de convenção verbal (a língua é pacto, é convencional) no processo das lembranças. Como exemplo, fala de um estudo das tribos *swazi*: líderes *swazi* vão à Inglaterra para resolver pendências de terra. Na volta, os ingleses da colônia lhes perguntam acerca da metrópole. A lembrança comum dos *swazi*: guardas de trânsito de mãos levantadas. Por que algo tão simples ficou na memória? Porque o gesto é familiar, está associado ao sistema de convenções do receptor; para os *swazi*, o gesto é de saudação. A nitidez da memória está associada a toda a experiência social do grupo. Há uma relação direta entre o ato de lembrar e o relevo existencial e social daquilo que é recordado (BOSI, 1994, p. 66).

Para Bartlett, há a *matéria da recordação* (o que se lembra) e o *modo de recordação* (como se lembra). A matéria da recordação relaciona-se com o interesse social que o sujeito tem pelo fato lembrado. O modo de recordação é mais complexo, porque envolve a personalidade (temperamento e caráter) do sujeito que lembra (BOSI, 1994, p. 64). Halbwachs não se interessou por essas diferenças pessoais que interessaram a Bartlett; fixou-se o primeiro nos “quadros sociais” da memória como suficientes para explicá-la. Haveria também subprocessos possíveis da convencionalização: a *assimilação*: incorporação da forma cultural estrangeira; a *simplificação*: despojo de aspectos e conotações estranhos à prática social do receptor; a *retenção parcial com hipertrofia do detalhe*: dar relevância especial a aspecto desimportante no contexto da fonte (extragrupal, estrangeira); e a *construção de outra forma simbólica*: o grupo receptor transforma a matéria recebida através das próprias interações, e incute-lhe o sentido de uma prática social específica (BOSI, 1994, p. 66).

A memória das pessoas também dependeria desse longo e amplo processo, pelo qual sempre ‘fica’ o que significa. E fica não do mesmo modo: às vezes quase intacto, às vezes profundamente alterado. A transformação seria tanto mais radical quanto mais operasse sobre a matéria recebida a mão-de-obra do grupo receptor. Assim, novos significados alteram o conteúdo e o valor da situação de base evocada. No outro extremo, se a vida social ou individual estagnou, ou reproduziu-se quase que só fisiologicamente, é provável que os fatos lembrados tendam a conservar o significado que tinham para os sujeitos no momento em que os viveram (BOSI, 1994, p. 66, destaque da autora).

Um determinado grupo (colônia, rede) que trabalha intensamente em conjunto tenta fixar sua imagem para a história, cria esquemas coerentes de narração, universos de discurso e de significado. Aí entra a ideologia, com seus estereótipos e mitos. Quando não, há tendência ao esquecimento por não ser a lembrança “atualmente” significativa para o grupo de convívio do sujeito. O sujeito pode evocar a lembrança, mas não vem o reforço, o contínuo apoio do grupo. As lembranças solitárias podem, entretanto, alimentar o sonho, num nível mais individual e resistente (memória avessa?).

Individual, coletiva ou social? Um pouco de tudo (ecletismo)? Explicar a questão da memória não é tarefa simples. A partir de Halbwachs ficou difícil admitir a noção de memória “pura”. Não obstante, embora a memória seja coletiva, nunca “pura”, é inegável certo *núcleo duro* da memória, núcleo que é indubitavelmente individual. Mesmo em casos de Mal de Alzheimer, este núcleo duro parece ser o último a desaparecer. Diz respeito diretamente ao que a pessoa tem de mais seu, sua personalidade, seu *modus faciendi*, maneira de agir, de resolver as coisas, de onde jamais recua a um nível ainda mais “primário” (na ausência de um termo mais adequado).

Tomemos agora os estudos de Iúri Mikháilovich Lótman: historiador e semiótico estoniano, pouco conhecido no Brasil, exceção feita a Jerusa Ferreira. Por volta de 1960, o estruturalismo teria recebido forte impulso na agora extinta URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), mediante trabalhos de lingüistas que exploravam o campo da cibernética. A confluência destes com a retomada dos estudos iniciados pela Escola Formalista Russa teria enriquecido e inovado a reflexão acerca de temas ligados aos sistemas de signos (mito, folclore, religião, cultura, memória, arte, poética), durante a década de 1970 e início da década de 1980, especialmente se considerada a tradição marxista bastante forte no leste europeu naquele período. Lótman morreu aos 71 anos, em 1993. Trabalhou no Instituto de Estudos Eslavos, na Academia das Ciências (URSS) e também em Tártu. Com ele trabalharam intelectuais como Ivanov, Toporov, Uspenskii, Rezvin, Piatigórkii, Meilakh, Zolkhóvski e Cheglóv.³¹

Lótman pretendia avanços científicos, e se mostrava animado com o desenvolvimento técnico-científico, com a união e colaboração entre ciências exatas e humanas;³² numa palavra, propunha avanços científicos a partir da abordagem semiótica, e do desenvolvimento de uma ciência em formação à sua época, e à qual o próprio Lótman estava ligado: a cibernética do texto artístico. Nessa esteira, entre outras considerações, procura Lótman dissipar temores comuns quando são referidas as relações *ciência/arte*, *arte/técnica*:

A apreensão que se faz sentir em relação a uma cientificação e a uma tecnicização da cultura remonta bem longe e tem raízes profundas. O homem mecânico, o *robot*, a boneca viva, a dominação dos autômatos, são pesadelos tradicionais da cultura dos tempos modernos (LÓTMAN, 1981, p. 27, destaque do autor).

³¹ O livro **Ensaio de Semiótica Soviética**, Lisboa: Livros Horizonte, 1981, contém uma reunião de ensaios de alguns desses pensadores. Para esta pesquisa, destaco o ensaio contido nesta coletânea cujo título é “*Sobre o mecanismo semiótico da cultura*”, de Iúri Lótman e Borís A. Uspenskii, p. 37-65. Este texto foi escrito em 1971.

³² Algo do qual Lótman teria participado em sua atuação profissional, na cadeira de Literatura Russa na Universidade de Tártu, quando colaborava com os cibernetas do Instituto de Mecânica de Precisão para a Aeronáutica de Leningrado, atual São Petersburgo.

O ambiente histórico da cibernética teórica é o da cibernética das fábricas, da grande indústria, da robótica, notadamente – *o tempo é implacável*. Há uma postura complacente em relação ao desenvolvimento da explicação científica de fenômenos humanos, que às vezes não obstante parecem escapar do enquadramento técnico-científico. Esta “resistência” dos fenômenos seria passageira mediante a evolução científica, na ótica lotmaniana.

A Natureza aparece como um excelente exemplo de estrutura complexa e eficaz que as máquinas construídas pelos humanos ainda não podem reproduzir: “Para a consciência científica moderna, o mundo da Natureza é um mecanismo extremamente complexo e racional de que não podemos aproveitar a lição apenas porque estamos, nesse campo, mal preparados” (LÓTMAN, 1981, p. 28). Ou não teríamos, ainda, a chave devida, a cultura devida, a memória devida.

Na teoria da comunicação desenvolvida por Lótman, em que a memória desempenha importante papel, a *interação* não se confunde com *nivelamento*; este último se traduziria na suspensão da comunicação. Sendo justamente a especialização das diversas esferas da cultura o que torna a comunicação um problema complexo para a semiótica, não se deve temer nem o desenvolvimento da técnica, nem da cultura, nem das máquinas, etc. Afirma Lótman:

Quanto mais a arte for arte e a ciência ciência, tanto mais específicas serão as suas funções culturais e tanto mais o diálogo entre elas será possível e fecundo. [...] A complexidade dos organismos bioquímicos da Vida mostra todavia ser uma barreira que ainda não conseguimos ultrapassar (LÓTMAN, 1981, p. 28-29).

Por outro lado, elementos culturais, como a arte, possuiriam traços de biossimilitude. Em outras palavras, tais elementos seriam comparáveis à homeóstase orgânica, biológica. Senão é esta a noção mais cara da cibernética. Seriam também artefatos; portanto sujeitos à modelização.³³ Quer com isso dizer, por exemplo, que a arte se constrói sobre o modelo da língua natural, mas não remete para ele a sua decodificação, e sim ao construir-se, constrói seu próprio modelo. É então que Lótman pode falar da arte, da cultura, da memória, de algo que como uma esfera garante a longevidade de certos pactos, relações, estruturas, ao mesmo tempo em que acredita estar possibilitado a traduzir em “língua científica” textos artísticos, literatura – um texto ligado à esfera da memória, que informa não apenas sobre seu autor, mas acerca de seus leitores e da história. Traduzir em língua científica tais questões

³³ No contexto da análise lotmaniana, a *modelização* ocorre quando se constrói sobre o modelo da língua natural outro modelo cuja decodificação não remete à língua natural, haja vista que este segundo modelo, ao construir-se, constrói-se a si próprio. É o caso, por exemplo, do texto artístico.

responde a um dos objetivos mais caros e característicos da semiótica soviética que Lótman representa, qual seja, a presença do marxismo como disciplina indispensável nos nexos necessários para a compreensão dos fenômenos sociais, políticos, históricos e culturais.

A semiótica da arte e a semiótica da cultura permitem actualmente, por um lado, ver na obra de arte criada pelo homem um dispositivo pensante e, por outro, considerar a cultura como um **mecanismo natural historicamente formado de inteligência coletiva**, possuindo uma memória colectiva e capaz de realizar operações intelectuais. Isto arranca o intelecto humano do seu estado de unidade, o que nos parece ser um passo científico substancial (LÓTMAN, 1981, p. 29, grifo nosso).

Como foi dito anteriormente, estava Lótman celebrando uma ciência em formação, sob o nome de cibernética do texto artístico. Nutria neste azo a esperança de que o ciberneta teórico e o criador de novas formas de técnica compartilhariam do momento no qual os estudos rigorosos dos fenômenos artísticos e dos mecanismos da cultura a eles ligados se tornariam comuns.

A teoria semiótica da cultura poderia nos trazer com clareza, cientificamente, os fundamentos da mediação, uma *socioesfera*, uma estrutura, que é, a um só tempo, cultura e memória, identificadas na mesma esfera. A fundação, o discurso fundador, uma ciência rigorosa interessada em “qualquer sistema de signos usados na sociedade humana”, residiria nesta ordem, na ordem da memória. Não deixaria de ser um projeto racional, onde está implícita a idéia de que a razão vai melhorar as coisas e nos levará a uma situação melhor. Aliás, antes de a razão fazê-la, a própria cultura inicia a tarefa: “a cultura tem por vocação, nomeadamente, analisar e dissipar os temores” (LÓTMAN, 1981, p. 27).

A tese central de Lótman, no tocante à cultura, seria a de que se trata de um mecanismo complexo, dúctil e organizado da consciência para conservar informações sempre a partir da elaboração contínua de procedimentos mais vantajosos e compatíveis: “A cultura não é um depósito de informações [...] Recebe as coisas novas, codifica e decodifica mensagens, traduzindo-as a um outro sistema de signos” (LÓTMAN apud FERREIRA, 1994-95, p. 116). Para ele, o âmbito da cultura “é o teatro de uma batalha ininterrupta de tênues desencontros e conflitos de toda ordem, lutando-se pelo monopólio da informação” (FERREIRA, 1994-95, p. 117). Se a essência da cultura é informação, há o problema da sua relação com a transmissão e a conservação, ou seja, com as noções de língua e texto: “O livro é uma muito velha e muito primitiva máquina de memorização. Tornou-se o modelo da memória das máquinas” (LÓTMAN, 1981, p. 30). A linguagem só poderia ser tomada como fenômeno em si, se içada numa abstração científica. Ela constitui com a cultura uma totalidade complexa, incorporadas num sistema:

O ‘trabalho’ fundamental da cultura [...] consiste em organizar estruturalmente o mundo que rodeia o homem. A cultura é um gerador de estruturalidade: cria à volta do homem uma sociosfera que, da mesma maneira que a biosfera, torna possível a vida, não orgânica, é óbvio, mas de relação (LÓTMAN, 1981, p. 39, destaque do autor).

Cultura é informação, codificação, transmissão e, finalmente, memória – “somente aquilo que foi traduzido num sistema de signos pode vir a ser patrimônio da memória” (LÓTMAN apud FERREIRA, 1994-95, p. 117). Ou seja, Lótmán identifica a cultura à memória:

[...] visto que a cultura é *memória* (ou se preferem, gravação na memória de quanto tem sido vivido pela colectividade), ela relaciona-se necessariamente com a experiência histórica *passada*. No momento da sua aparição portanto, uma cultura não pode ser constatada enquanto tal: adquire-se plena consciência dela *post factum*. Quando se fala da criação duma nova cultura, verifica-se uma inevitável antecipação: entende-se, noutros termos, aquilo que, segundo se supõe, se *tornará* memória, do ponto de vista dum futuro reconstruível (e só o futuro, naturalmente, será capaz de demonstrar [sic] a legitimidade de tal conjectura) (LÓTMAN, 1981, p. 41, destaques do autor).

A experiência humana é convertida em cultura, em memória. A memória é um fenómeno essencialmente social. Para Lótmán, cultura é “memória não hereditária da colectividade” (LÓTMAN, 1981, p. 40). Todo texto se colocaria diante de uma *dinâmica recriadora*, que contribui para a memória, mas também surpreendentemente para o esquecimento. Haveria basicamente dois tipos de esquecimento: um que é par dialético da memória – se algo foi presentificado e, de alguma forma, retido, é porque algo ficou de fora –, e outro que é desordem e fragmentação. Aqui o anjo da história também nada pôde resgatar.³⁴

Há para Lótmán certa incompletude na cultura humana. Haveria aí, ousaria dizer, uma margem de desenvolvimento ao que denomino memória avessa:

O pressuposto de estruturalidade elaborada a partir da prática da comunicação lingüística exerce uma intensa acção sobre todo o complexo dos meios de comunicação. Deste modo, todo o sistema de conversação e transmissão da experiência humana constrói-se como um sistema concêntrico, em cujo centro estão dispostas as estruturas mais evidentes e coerentes (as mais estruturais, por assim dizer). Mais próximas da periferia, colocam-se formações de estruturalidade não

³⁴ A metáfora do Anjo da História, utilizada por Walter Benjamin (1892-1940) na célebre interpretação que fez de um quadro do pintor suíço Paul Klee (1879-1940), a qual referi anteriormente, o *Angelus Novus*, é baseada na noção de que os destroços do passado, ou o próprio passado poderiam ser resgatados, quem sabe redimidos, mas a condição do anjo é a de não poder realizar essa tarefa, pois está na mesma situação dos vencidos. Não permanecendo em sintonia com o poder, o anjo da história é um anjo decaído e condenado a assistir ao progresso – identificado à destruição – e à degradação de si mesmo, pois a função inicial de um anjo seria a de salvar. A imagem é poética e ilustrativa, cujo contexto é o tumultuado início do século XX, quando se desconfiou do poder destrutivo do progresso (arsenais de guerra, bombas poderosas, exploração dos trabalhadores, etc.), mas seria mais apropriado falarmos em reconstrução ou reconstituição, ou ainda presentificação do passado na memória pessoal, social, ou mesmo na memória historiográfica, na tradição histórica. Não há, exatamente, um *resgate* senão de uma matéria bruta que irá passar por filtros, o que abre uma certa distância de Bergson, mas não de Halbwachs, menos ainda de Lótmán, pois para esse último a *dinâmica da memória é recriadora*.

evidente e não demonstrada; mas que ao estarem incluídas em situações sócio-comunicativas gerais, *funcionam como estruturas*. Na cultura humana, essas paraestruturas [kvazistruktury] ocupam, evidentemente, um lugar bastante importante. Aliás, é justamente a ausência de uma ordem precisa interna, o incompleto da organização, o que assegura à cultura humana uma ‘*performance*’ interna e um dinamismo desconhecidos de sistemas mais harmônicos (LÓTMAN, 1981, p. 40, destaques do autor).

Certos subsistemas culturais reticentes quanto às mudanças trazidas pela tecnologia, por novos comportamentos, etc., que em geral exprimem resistências silenciosas, bastante comuns entre pessoas que passaram pelo êxodo rural, ou mesmo as que se enraizaram fortemente num modo de vida distinto e hodiernamente superado, podem ser encontrados na memória dos idosos. Essa memória avessa, certamente, não constitui o centro da cultura, porque está a reboque não simplesmente da maior capacidade estrutural do centro; ela reside nos destroços documentais dos conflitos sociais. E, no entanto, inspirando-se em Lótman, esses subsistemas funcionam como estruturas; forçam alguma interação, notadamente conflituosa, com o centro. Daí seu caráter de resistência, ao mesmo tempo em que não está totalmente de fora da esfera da memória longa.

Esta resistência não subsume, necessariamente, uma atitude organizada, deliberada, contra um regime de governo, um sistema político, uma ditadura militar, ou contra a soberania das empresas, etc. Recentemente, há alguns autores, cujo tema é a ditadura militar no Brasil (1964-1985), que questionam o conceito de resistência, que questionam o que de fato é resistência. Tem-se em conta a questão da *fabricação da memória*. É o caso de Daniel Aarão Reis. A pergunta que se faz, por exemplo, é até que ponto houve a negação da ordem dominante, haja vista que haveria complexas e íntimas relações entre a ditadura e a sociedade. Relações que certa memória desenvolvida a partir de então tenta negar. Segundo essa memória, haveria “de um lado, a ditadura, um tempo de trevas, o predomínio da truculência, o reino da exceção, os chamados *anos de chumbo*. De outro, a *nova república*, livre, regida pela Lei, o reino da cidadania, a sociedade reencontrando-se com sua vocação democrática” (REIS, 2002, p. 7-8, destaques do autor). Vocação democrática esta que é negada por Aarão, seja em relação à direita, seja à esquerda:³⁵

Nesta reconstrução, as esquerdas freqüentemente aparecem como vítimas. Quando lutam, o fazem integradas em um processo de *resistência*. Esta é uma palavra-chave na memória das esquerdas submetidas pela ditadura. Nessa reconstrução os valores democráticos, embora derrotados em 1964, sempre contaram com um apoio amplo e maciço na sociedade, embora sob vigilância, acudados pela repressão, pelo menos até

³⁵ A idéia de que à época do Golpe Militar a esquerda era tão golpista quanto a direita é defendida por um bom número de estudiosos, entre os quais Marco Vila, Jorge Ferreira e Leandro Konder. Esta tese é rebatida de forma contundente por Caio Navarro de Toledo, no artigo “1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo”. **Crítica Marxista**. Campinas-SP, n. 19, p. 27-48, out. 2004.

1974. Foi exatamente nessas circunstâncias, sem válvulas de escape, que alguns grupos de esquerda – desesperados e desesperançados – se lançaram à luta armada. Constituídos fundamentalmente por jovens estudantes, audaciosos, mas inexperientes, foram destroçados em uma luta desigual contra os aparelhos da repressão. Bravos jovens! Radicais, equivocados, mas generosos! A rigor, a ditadura, sempre segundo essas versões, fora a grande responsável pela luta armada, redimensionada como uma reação desesperada à falta de alternativas (REIS, 2002, p. 8, destaque do autor).

Uma tal memória implica a resistência num mascaramento. Como os valores mais atuais seriam opostos aos fundamentos do estado de exceção, nossa dificuldade em lidar com aquele passado leva-nos a criar máscaras acerca do período. Tais máscaras pretensamente aumentam a ruptura entre o passado de trevas e as luzes do presente.

Bem, entretanto as resistências existem, sejam sob aspectos ativos ou passivos, sejam individuais ou coletivos, consideradas as diversas possibilidades intermediárias entre tais aspectos. Elas estão no âmago dos mesmos conflitos sociais que nutrem inclusive os mascaramentos operados na (e pela) memória. De forma que é necessário não simplesmente desmontar idéias ou desconstruir linguagem; é necessário desconstruir no nível analítico as relações sociais. O quanto cada autor no referido debate realiza isso não cabe neste estudo.

Quando neste trabalho são referidas resistências silenciosas, refiro uma memória pouco adequada às novas competências exigidas por novas estruturas produtivas, e que se traduzem numa resistência não apenas silenciosa, mas geralmente individual e passiva. E não só. Ela pode ser involuntária, por exemplo quando um sujeito humano não consegue se adequar às “reciclagens”, pois enquanto a memória pessoal pode ser dispensável para um sistema de produção³⁶, ela é indispensável nos processos identitários dos sujeitos. Há uma defasagem sob a qual a memória avessa se desenvolve.

Paradoxalmente, se esta resistência silenciosa vem à tona, deixa de ser silenciosa. Lembrando Lótmán, se isto ocorre, traduz-se numa *paraestrutura*, e no grande sistema decodificador da memória social, os idosos asilados podem inscrever com minha ajuda analítica sua própria memória:

[...] qualquer texto contribui não só para a memorização, mas também para o esquecimento. [...] Um texto não é a realidade, mas o material para a reconstruir. [...] Uma vez elaboradas as regras para a reconstrução da realidade baseando-se num texto, o investigador saberá tirar do documento mesmo aquilo que, do ponto de vista do seu autor, não constituirá um ‘facto’ e estava submetido ao esquecimento, mas que o historiador pode valorar doutro modo, se à luz do seu próprio código cultural esse ‘não-facto’ intervém como um acontecimento significativo (LÓTMAN, 1981, p. 44, destaques do autor).

³⁶ As empresas se nutrem da memória de gerações inteiras de trabalhadores, especialmente quando essas encontram soluções para problemas advindos do chão da fábrica, do dia-a-dia de trabalho, absorvendo-a em seções específicas de trabalho intelectualizado.

Como se verá, é justamente o método da história oral que permite a construção deste tipo de documento. Outra questão que devo lembrar é que, com o referencial lotmaniano agora mais bem explicado³⁷, torna-se contundente que não se trata de uma *hipótese de pesquisa* tomar o capitalismo como promotor da condição do idoso. Sequer uma questão de demonstrar uma afinidade eletiva entre capital e velhice, que seria desmentida por uma afinidade *ainda mais* eletiva entre a família e a velhice. Ora, trata-se de um circunstanciamento teórico. A história, neste estudo, opera de forma a tomar como “fato” digno de memória, importante na constituição dos elos do passado com o presente, a forma como o capitalismo tem produzido a velhice. E não só. No seio do processo, está a forma como o idoso asilado desenvolveu sua memória.

Poderemos incluir na análise da formação do trabalhador, levada a termo pelo capital, as formas de produção de sua velhice e morte. Assim é que a velhice é o ponto de vista da exterioridade. Ela não se inscreve tanto na percepção interna do sujeito quanto na visão (social e culturalmente) circunstanciada do outro, daquele que olha para o idoso: “Não sinto essa velhice minha, não sinto a vivência minha, não sinto eu viver como eu estou” (Camila, Fita 8, Lado B, apud GIGANTE, 1999, p. 8). Não obstante, no asilo, o idoso está sob um circunstanciamento que pode fazê-lo absorver a idéia de que ele e seu passado são dispensáveis. Nos asilos de São Carlos, não por má-intenção de ninguém, mas por um problema de condição e falta de condição, esta tem sido a regra. Mas mesmo neste caso, ainda está na baila o ponto de vista da exterioridade. E não é gratuitamente um ponto de vista. São práticas sociais que o nutrem.

O contexto teórico de Iúri Lótman é estruturalista, e este se sente à vontade para repetir os termos estrutura, estruturalidade, estrutural, ao infinito, ligando-se desta feita à autoridade científica desfrutada pelo estruturalismo à época da produção intelectual deste autor. Notadamente, temos certos desenvolvimentos teóricos ulteriores equacionados sob títulos como “pós-estruturalismo”, “pós-modernidade”, etc. Entretanto, o historiador não faz uma reflexão tão solta quanto em geral fazem os filósofos. A história, não obstante, é uma disciplina que não pode abrir mão do campo empírico. É-nos essencial a aderência entre a

³⁷ Como é comum numa tese, existem vários referenciais que a nutrem. E não necessariamente isso se traduz num ecletismo. É importante amarrar elementos passíveis de diálogo, que possuem chaves semelhantes, códigos e métodos semelhantes ou complementares, sem por isso obrigar-se a levar adiante os objetivos iniciados por este ou aquele autor. Neste sentido, embora a cibernética tenha contribuído no desenvolvimento da teoria lotmaniana, os propósitos deste trabalho não incluem levar adiante os estudos cibernéticos, senão muito indiretamente.

análise e o que encontramos nos documentos, nas ruínas, nos destroços. E é neste sentido que os intelectuais aqui estudados, Bergson, Halbwachs, Lótmán, trazem valiosas contribuições.

O pós-modernismo nutre grande preocupação com as questões lingüísticas. Não à toa recuperam reflexões promovidas por filósofos como Ludwig Josef Johann Wittgenstein (1889-1951), um dos fundadores da filosofia analítica, e Martin Heidegger (1889-1976), para quem a morada do ser é a linguagem. Na hermenêutica heideggeriana, a língua não é designativa; o mundo é um pacto interpretativo e a objetividade, construída intersubjetivamente. Não importam as coisas; importa a forma como os homens se referem àquilo que constroem como “coisas”, como “real”, como “mundo”, como “homem”. Daí a questão da interpretação, da representação, e de seus limites, que é retomada no pós-modernismo.

Com efeito, a *interpretação* não é bem referendada por Lótmán, ao menos não naqueles termos – há diferenças fundamentais entre a hermenêutica e a semiótica. Para Lótmán, a vida transformada em texto é menos interpretação, e mais uma “introdução de eventos na memória coletiva” (FERREIRA, 1994-95, p. 118). Os eventos históricos são tomados como empíricos, e constituintes da memória e da cultura; portanto podem ser lembrados de um ou outro modo, ou esquecidos. Podem participar da memória longa da comunidade ou perderem-se como fragmentos. Os constrangimentos à interpretação não seriam apenas naturais, mas também históricos, tal como no pós-modernismo neste tocante. Porém esta história não seria um caleidoscópio cujo movimento e mudança de cores seriam regidos por algo absolutamente inexplicável, sobre o que nada se poderia dizer – ou sequer assobiar, como ironizaria o matemático britânico contemporâneo de Wittgenstein, Frank Ramsey (1903-1930). Seguindo Michel Foucault, podemos no máximo *descrever* cada momento de sua configuração, sempre circunstancial, que não segue nenhum propósito a não ser os pactos dos jogos, que não têm por que, não têm propósito. Diferentemente, em Lótmán a história real está contida nos textos culturais, na memória. E estas são diferenças fundamentais.

Hoje, Hamlet [...] não é apenas uma peça de Shakespeare, mas é a memória de todas as suas interpretações e, ainda mais, a memória de todos os eventos históricos que ocorreram fora do texto mas cujas associações a peça de Shakespeare pode evocar. Tudo conta, o que sabiam os coetâneos e o que aprendemos desde então. Assim é que [Lótmán] nos lembra que a comunicação com outrem só é possível se há algum grau de memória comum, e um texto se define pelo tipo de memória que ele necessita para ser entendido (FERREIRA, 1994-95, p. 119).

Enfim, para Lótmán a história participa do complexo da memória longa, está incorporada nela; a cultura, geradora de estruturalidade, identifica-se à memória. A dinâmica

recriadora da cultura-memória admite, ainda que nas esteiras do estruturalismo, algum dinamismo. A história não é imóvel, nem deixa pouca margem, poucos lugares, à memória, como defende Pierre Nora³⁸; também não a escraviza.

Até aqui, desenvolvi consideravelmente o conceito de memória com base em intelectuais que já se tornaram “clássicos” no tema, ao mesmo tempo lançando especial atenção à possibilidade do desenvolvimento da memória avessa, marginal, certa resistência silenciosa. Mas a melhor forma de continuar a análise das teorias da memória, e verificar a memória avessa além dos demais aspectos da memória, é colocá-las diante do campo empírico; ou seja, a memória dos idosos asilados de São Carlos.

Como falar de memória sem um método apropriado de levantamento de um documento que convida a memória do idoso a vir à tona? Que convide-a a se tornar “objeto” deste estudo, e passar a compor o debate historiográfico? Volto-me à discussão, então, do método da História Oral e de sua peculiar relevância na presente pesquisa. Faço-o talvez com esforço maior do que qualquer outro, quando para justificar o uso de métodos mais comumente utilizados pelos historiadores.

Eric Hobsbawm inicia um de seus artigos afirmando que a história vinda de baixo, da gente comum, não necessita mais de propaganda. Todos se convenceram de sua importância, restando o desenvolvimento de técnicas e procedimentos que possam auxiliar na empreitada, haja vista que é mais difícil estudar esta modalidade de história que aquela tradicional, tantas vezes a história política, mais bem servida de documentação (HOBSBAWN, 1988, *passim*).

Não é assim com a história oral. Recheada de desconfianças, incluindo as de Hobsbawm, todo pesquisador que porventura resolva utilizá-la deverá justificar-se com esforço maior, embora o relato oral tivesse sido amplamente utilizado, por historiadores e cientistas sociais, muito antes do termo *história oral* ter sido sequer posto em questão.

Tal fato pode levar o historiador a praticar uma *apologia* da história oral, convencido que está dos benefícios de sua utilização, mediante as críticas que enfrenta, boa parte das vezes injustas.³⁹ Todo material, toda fonte de evidência para o historiador merece tratamento metodológico devido, justificativas, etc. Mas quando o assunto é história oral, boa parte das críticas tem o peso da negação completa da possibilidade de seu uso. Na verdade, é

³⁸ Cf. NORA, 1993, p. 7-28.

³⁹ Não é uma “apologia” que pretendo em minha pesquisa. As críticas dirigidas à história oral têm de ser debatidas seriamente. Além disso, deve haver uma “normalidade” em tal discussão: qual método adotado não requer daqueles que o adotaram uma reflexão acerca dos seus fundamentos?

mesmo extremamente fácil cometer sérios erros no uso da história oral – tantas vezes há o “abuso”.⁴⁰ A situação se complica ainda mais quando pesquisadores que fazem entrevistas que notadamente não respeitam o método da história oral, se auto-intitulam “oralistas”.⁴¹

Há pelo menos três tipos de críticas à história oral⁴² que vêm sempre à tona, se bem que nem todas vêm da história e sim também da sociologia: a de que haveria uma “*ilusão biográfica*”, termo cunhado por Pierre Bourdieu⁴³, que eleva uma noção de senso comum, a de que todo indivíduo teria uma história, ao *status* de ciência; a de que a fonte oral não é fidedigna para o historiador; a de que a história oral é sempre uma *história do tempo presente*, fato que a tornaria inapropriada para o estudo do passado.

Pierre Bourdieu (1930-2002) é sociólogo, muito importante lembrar. Em sua visão de sociólogo, na longa tradição desta disciplina que se pretende acima do objeto, forçada que foi, desde seu início, a nascer como “ciência”, que vê o objeto como algo que pede uma interpretação mediada por esta ou aquela estrutura (sociológica), quase sempre fixa e quase imóvel, a biografia aparece como uma criação artificial de sentido (como se o sociólogo não corresse esse risco quando interpreta, analisa). É perceptível esse caráter em Bourdieu na crítica à história oral e em boa parte dos sociólogos, embora haja outros desenvolvimentos na área da Sociologia que enveredam para outros caminhos, como a Sociologia do Conhecimento, atenta aos circunstanciamentos sociais na produção do conhecimento – portanto problematizando a subjetividade/objetividade.

Dirá Bourdieu, a coerência é posta *a posteriori*, a partir de representações arbitrárias que o indivíduo faz de si mesmo. O indivíduo não estava realizando nenhum propósito predeterminado em sua “trajetória”, e agora, na velhice, vem mostrar como o teria realizado. É inegável a importância do teor desta crítica de Bourdieu, e serve de precaução ao oralista, porque atenta para o cuidado que este deve tomar em não reproduzir certa “ilusão retórica” que o biografado pretendeu, tornando mais difícil a compreensão dos temas que o oralista está abordando.

Com efeito, o uso da história oral deve levar, e tem levado, a reflexões sobre os diferentes tipos de entrevistados – há tendências diferentes: um se sobrevaloriza, outro se autodeprecia, outro trata seu passado com humor, outro com angústia, etc. Notadamente, os

⁴⁰ Daí o sugestivo título do livro: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

⁴¹ Pesquisadores que utilizam história oral.

⁴² Ao responder às três críticas, apresento ao mesmo tempo os principais fundamentos metodológicos de minha pesquisa.

⁴³ Cf. BOURDIEU, Pierre. A Ilusão Biográfica. Na obra de Amado (1996, p. 183-191).

colaboradores em história oral comumente realizam um pouco de todas essas tendências. E há momentos, não raro, em que o indivíduo pode atingir graus consideráveis de objetividade em relação ao que foi a própria vida.

Por outro lado, seria o caso, igualmente, de nos perguntarmos qual sentido não é criado um tanto artificialmente, digamos mentalmente, circunstanciado sob certas condições da inteligibilidade humana. Embora sejam estruturas reais que o sociólogo tente apreender, no máximo consegue construir estruturas ideais para tentar explicar aquelas. Tal é uma artificialidade também.⁴⁴ Quando se identifica uma estrutura social, quando ela é desvelada, revelada, etc., a sensação que se tem é a de que se “descobriu” (tirou-se o véu) o propósito daquela formação social ou daquele grupo social; tem-se a sensação de que foram compreendidos seus mecanismos fundantes, e queremos crer que de fato os foram.⁴⁵

Durkheim, inegavelmente um papa para grande parte dos sociólogos, propõe o *fato social* como coisa a ser compreendida cientificamente. O real como objeto da sociologia, e esta como ciência, são fundamentos pertencentes ao tratado inicial da sociologia, e em grande medida permanecem. Os problemas começam quando ocorre a percepção de que o real está recheado de irrealidades, que o que é objeto numa teoria não o é na outra⁴⁶, que o social não é uma estrutura estática tão passiva aos determinismos, que os indivíduos possuem graus de autonomia variados, i.e., lêem diferentemente as expectativas sociais e podem criar diferentes formas de convivência social – obrigando o sociólogo a tentar novamente a compreensão, a reboque que estamos do “mundo real” (tanto daquele que estaria na ordem do

⁴⁴ A teoria da *práxis* talvez resolva melhor este problema, na medida em que o homem pode compreender aquilo que lhe é extensivo, referente *ad hominem*, haja vista que o mundo é construção do próprio homem, o mundo está no cerne da própria ação humana, que ao humano retorna. A *práxis* permitiria a ponte mundo real / pensamento.

⁴⁵ Não que o conhecimento seja uma profissão de fé. Bem, pode até ser, dependendo de qual tipo de conhecimento estamos referindo. Ocorre que, para dar alguns exemplos, se os pré-socráticos punham dúvidas do gênero em relação ao conhecimento, que talvez fosse uma sensação (Protágoras e Teeteto), se muito mais tarde Descartes imaginava um demônio malévolo e astuto com poder de incutir imagens falsas nos filósofos, se Marx referiu a ideologia como limitante da consciência, e Freud mostrou que não somos senhores dentro de nossa própria casa, pois na vida psíquica é o inconsciente quem fala mais alto, se mais recentemente Wittgenstein pôde desconfiar que as principais perguntas filosóficas não eram problemas filosóficos, mas problemas de linguagem, não é descabido afirmar que em grande medida estamos órfãos diante de tão poucos recursos (intelecto, sensações, experiência, prática) para explicar o que quer que seja. De outro lado, não podemos abrir mão desses recursos. Aliás, nem haveria uma tal possibilidade, a não ser na imaginação – e mesmo assim seria apenas uma imaginação alimentada pelo recurso intelecto.

⁴⁶ Não consigo imaginar, por exemplo, como eu poderia estudar meu tema caso não houvesse a possibilidade da construção do tipo de documento ao qual me propus – o da história oral. Como ter em conta a versão da história de São Carlos a partir das lembranças de idosos asilados senão desta forma? Como problematizar as diferentes temporalidades entre a memória e as reestruturações produtivas do capital, e supor que haja *memória avessa*, resistente silenciosamente, diacronias, sincronias, ucronias ou “consciência possível”? Em tempo, uma ressalva: história oral é método, não teoria, embora esta seja outra polêmica. Ela provocou (provoca) reflexões teóricas que mudou teses defendidas anteriormente, ainda que na qualidade de método – as metodologias às vezes podem subverter as teorias.

pacto humano quanto daquele que ainda não nos diz respeito e que talvez do qual nunca vamos nos dar conta).⁴⁷ Por outro lado, há inegavelmente⁴⁸ panos de fundo, contextos estruturadores da ação em cada momento, no devir histórico. São estes panos de fundo que vão aparecendo mais claramente na fala do indivíduo, na sua biografia.

A história oral deverá transformar aquela fala em documento para ser analisado. Desde que se tome a devida consciência do que implica utilizar o método, e saber bem utilizá-lo, surgirá um documento que, para além da *ilusão biográfica*, poderá conter importantes elementos para se pensar o real, para estudá-lo, levando em conta a *leitura* que os indivíduos fazem dos processos históricos dos quais, de um modo ou outro, participaram. Pode, enfim, auxiliar o historiador a realizar o que Bourdieu pretende como estudioso: “objetivar mais completamente a relação objetiva e subjetiva com o objeto”. A história oral, inclusive e em certa medida, faz do próprio entrevistador objeto de sua pesquisa, já que ele foi participante ativo da construção do documento que irá analisar. Aquela relação um tanto arrogante sujeito-objeto tem de ser deslocada.⁴⁹

A segunda crítica referida, a de que a fonte oral não é fidedigna para o historiador, deve ser também relativizada. Como é a mais comum, será mais extensivamente rebatida.

Podem ser coligidos alguns argumentos contrários ao uso do relato oral, feitos a partir da década de 1960, cujo aspecto comum se traduz na desconfiança em relação a este tipo de fonte. Vamos a eles. Em linhas gerais, para os críticos, o historiador deve se ocupar de fontes mais confiáveis – cartas, atas, jornais, registros de cartório, censos, relatórios parlamentares, etc., além das chamadas fontes secundárias, bibliográficas. Quando algum elemento considerado importante não é encontrado nessas fontes, pode o pesquisador “apelar” para o depoimento oral. Este seria, então, um acessório para casos excepcionais. A entrevista, da qual se origina o relato oral, é sempre uma relação social, e enquanto tal suscita influências sobre o material colhido, suscita um viés indesejado, que distorce a verdade que se pretendia atingir. A fonte oral pressupõe que haja entrevistador e narrador, cada um com interesses não coincidentes em relação ao outro – um quer conhecer determinado fenômeno social, histórico, através do entrevistado; o outro, auto-valorizar-se naquilo que considera digno de ser

⁴⁷ Coloco o “mundo real” nestes termos para lembrar Heidegger, quando diferenciava *terra*, que é concreta, *physis*, inegável, e *mundo*, que é *nomos*, cultura, pacto, construção, e para ter em conta a complexidade do assunto abordado.

⁴⁸ Digo “inegavelmente” porque se não o fizer, não posso pressupor que meus intentos se dirijam ao meu tema, como algo passível de ser em alguma medida compreendido, traduzido, posto num nível inteligível. Em outras palavras, reduzido à explicação.

⁴⁹ A crítica de Bourdieu é extremamente relevante. Mas se aplica melhor a quem utiliza mal a história oral e não à história oral como um todo. Refiro-me a quem a utiliza sem se informar devidamente sobre o método, fato infelizmente comum.

conservado. Isso seria um obstáculo intransponível para atingir a verdade. A memória, na qual se baseia o depoimento oral, é falível, seletiva e fantasiosa; com os fragmentos das lembranças, o depoente não procede de outra forma senão dando-lhes um viés que deturpa a forma concreta na qual ocorreu o relatado. Sobretudo em relação aos idosos, porque a deterioração física atinge a memória determinadamente, além do problema da nostalgia que seria inerente à velhice. Os narradores são fortemente influenciados pelas visões coletivas do passado, e nessas há presença marcante de ideologias.

Em resposta, os oralistas desenvolveram nos primeiros manuais de história oral critérios para avaliação do quão fidedigna era a memória que embasava o relato oral. Interessante é notar os deslocamentos no debate, deslocamentos na própria noção do que é ser fidedigno.

Paul Thompson⁵⁰ se utilizou de um experimento de laboratório com a memória, realizado por um estudioso chamado Dallembach, com figuras, rostos de colegas de classe, *etc.* Apesar de um teste de laboratório não ser suficiente para avaliar a confiabilidade da memória, Thompson aponta que o fato surpreendente verificado nessa experiência oficial foi que “a perda da memória no decorrer dos primeiros nove meses é tão grande quanto a que se observa durante os 34 anos seguintes” (THOMPSON, 1992, p. 152). Ele observava também que mesmo depois de um intervalo de 50 anos, os rostos daqueles que eram considerados amigos não eram esquecidos (THOMPSON, 1992, p. 152).⁵¹

Na tentativa de mostrar a fidedignidade da memória, os argumentos admitiam seu aspecto seletivo, porém ainda assim confiável, sobretudo no tocante aos elementos que eram objeto de interesse do sujeito que lembra. Admitia-se também, de forma subjacente, que até esse interesse é mediado pela capacidade de compreensão do indivíduo, seu “universo”.

As respostas dos historiadores orais aos seus críticos também incluíam advertências referentes aos documentos textuais. Esses não são menos seletivos e tendenciosos, portanto não menos mediatizados, que a memória, base das lembranças utilizadas como fonte pelo historiador oral.

Ainda no contexto da questão da fidedignidade da memória, foi salutar a interdisciplinaridade presente na história oral. A Psicologia Social e a Antropologia trouxeram pistas para a determinação do viés e das fantasias da memória, chamando também atenção

⁵⁰ Paul Thompson está entre os primeiros estudiosos que se debruçou seriamente sobre o tema da história oral, pensando suas vantagens e limites para a historiografia. Seu trabalho continua sendo fundamental para quem queira utilizar este método. Seu livro, **A voz do passado**, é considerado um clássico.

⁵¹ Como meu tema aborda a questão da velhice, fiz questão de incluir essas considerações de Thompson.

para a importância, inclusive terapêutica, das lembranças, sobretudo a influência positiva do entrevistador que desencadeia um “processo de afloramento de lembranças”. Também a Sociologia deu subsídios à história oral, sobretudo no tocante à *amostragem representativa*, na medida em que era empregada pelos historiadores orais para conseguir do relato oral o elemento representativo por excelência; acreditando atingir daí o fidedigno.

Houve também momentos em que as coisas se inverteram. Quando o gravador passou a ser bastante utilizado, não mais a taquigrafia, aquele parecia ser a fonte de fidedignidade por excelência, por “gravar” de forma precisa a fala. Há de se levar em conta que o debate da fidedignidade constantemente se deslocou (e ainda se desloca), especialmente se considerarmos as diferentes linhas de pensamento, os diferentes pressupostos teóricos, ou mesmo as diferentes tendências ideológicas. Os historiadores orais, inicialmente, serviram-se também de documentos textuais como base de verificação da fidedignidade da memória oral.⁵²

No entanto, a preocupação com a fidedignidade foi dando lugar a um outro tipo de procedimento, sobretudo a partir dos anos 1980. Ao invés de tratar as “deturpações” da memória como empecilho para a pesquisa, passa-se a utilizá-las como recurso para desvendar os motivos que levam ao enviesado e à fantasia – a subjetividade. Para Paul Thompson, aí reside a superioridade da fonte oral: “Toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva, mas apenas a fonte oral permite-nos desafiar essa subjetividade: descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta” (THOMPSON, 1992, p. 197).

Nesse segundo momento – digamos assim – da história oral, é a interdisciplinaridade com a Psicanálise que passa a dar subsídios aos historiadores orais – o narrador vai para o divã. É detectável nesse momento uma certa “bifurcação” entre os historiadores orais. Alguns interpretaram a nova “guinada” como “uma visão “invertida” da memória”, preferindo a utilização do relato oral como superior às outras fontes inclusive no tocante à confiabilidade. Houve então uma hostilidade inicial, na desconfiança de que a nova postura estaria dando sustentação às críticas anteriores, referentes à “não-confiabilidade” da história oral (THOMPSON, 1997, p. 53).⁵³ Ou seja, admitia-se que ela não era mesmo fidedigna, de forma que a saída seria buscar nela uma fonte para outros tipos de evidências,

⁵² THOMPSON, Alistair. *Recompondo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. Projeto História*. São Paulo, n. 15, p. 52, abr. 1997. Cf. também o capítulo 4, “Evidência”, do livro de Thompson (1992, p. 138-196).

⁵³ Esta questão teria ficado bastante evidente na Conferência Anual da Associação de História Oral Australiana, em 1985.

que não fossem factuais, por exemplo. O procedimento de retirar da memória sua fidedignidade provocou irritação.

É possível iniciar uma história da história oral, porque esta ganhou diferentes contornos em diferentes épocas.⁵⁴ Paul Thompson tentou fazê-lo, mas muitas coisas aconteceram desde então, e diria que já há algumas tradições desenvolvidas, instituições de história oral espalhadas pelo Brasil, pelo mundo todo, i.e., está na hora de fazer balanços. Mas não é este o objetivo de meu trabalho.⁵⁵

Enfim, nenhum tipo de documento deve fugir à análise do historiador. Se tivesse que definir, em poucas palavras, a história oral, assim o faria: trata-se de um método para a construção de um *documento*, a partir de entrevistas que respeitam alguns procedimentos bem delimitados, possíveis devido à existência de modernos equipamentos (gravadores, câmeras) que permitem este tipo de registro.⁵⁶ E teceria a seguinte ressalva: a noção de “documento” foi inicialmente importada da *jurisprudência* para a *história*, como sinônimo de “prova”. Daí o problema da fidedignidade da fonte. Não obstante, desde então, a historiografia mudou muito em relação a esta noção.⁵⁷ O documento passa a ser tomado como *monumento* (Jacques Le Goff) – e, mais uma vez, a questão da fidedignidade se desloca.

Enfim, o documento criado a partir da história oral, por vezes, é tomado como um documento sem fidedignidade. Não obstante, a história oral permite a construção de um arquivo vivo mediante a falta de certo tipo de registro. A história baseada nos arquivos “tradicionais” é a história pautada nos processos de seleção que vão para os arquivos institucionalizados, de acordo com interesses políticos, acadêmicos, etc. Isso desloca a questão da fidedignidade para outro nível de discussão.

Em minha pesquisa, é “fidedigna” a história oral, porque é a versão do idoso que me interessa, em sua objetividade, subjetividade, mistificações, falsificações e tudo que nela

⁵⁴ Até é possível se falar em “épocas” no tocante à história oral.

⁵⁵ Entretanto gostaria de registrar que, embora estes balanços ainda estejam por se fazer, conseguiu-se sintetizar conhecimentos em história oral de forma respeitável. Cf. MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Loyola, 2002.

⁵⁶ Como afirma Meihy, “História oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas. Ela é sempre uma história do tempo presente e também conhecida por história viva. Como história dos contemporâneos, a história oral tem de responder a um sentido de utilidade prática e imediata. Isto não quer dizer que ela se esgote no momento de apreensão e da eventual análise das entrevistas. Mantém um compromisso de registro permanente que se projeta para o futuro sugerindo que outros possam vir a usá-la” (MEIHY, 1996, p.13).

⁵⁷ Os historiadores se deram conta de que as questões são bem mais complicadas: seu trabalho está circunstanciado por ideologias e sequer a ciência é “imparcial”, etc. A “prova documental” pode caber bem à jurisprudência, mas não à história, porque uma teoria ilumina e obscurece a um só tempo quando olhamos um mesmo documento. Olhá-lo sem teoria, para “não ser enganado”, seria um absurdo lógico talvez extraído do senso comum. Bem, mais precisamente, foi extraído do positivismo, que em muitos pontos coincide com o senso comum.

pode comportar. Notadamente, a fidedignidade aqui foi tomada como uma qualidade da fonte oral, que pode agora, depois de delimitado seu campo, ser utilizada na pesquisa histórica, i.e., tratou-se de um aval historiográfico, teórico, e não de uma prova factual em sentido restrito.

Finalmente, consideremos a última crítica, a de que a história oral é sempre uma *história do tempo presente*, fato que a tornaria inapropriada para o estudo do passado. Sim, porque o documento criado foi tecido no presente, embora se refira na sua quase totalidade ao passado.

Também chamada de *história viva*, a história oral é uma história do tempo presente, indubitavelmente. Mas tal não a torna inapropriada para o estudo do passado. A história oral toma a memória como fonte, e o passado, em grande medida, ali ficou retido, ainda que ele seja objeto de uma “refacção” quando evocado no presente. Além disso, Não é novidade utilizar a memória de idosos para permitir ao pesquisador encontrar elos com o passado. Para Maria Isaura Pereira de Queiroz,

[...] realmente, se a memória de determinados valores e comportamentos se desfizesse com o desaparecimento das organizações sociais, então seria impossível a utilização dos relatos orais em geral, e das histórias de vida em particular, na análise de coletividades e sociedades (QUEIROZ, 1987, p. 278).

E neste caso, Queiroz considerou uma situação extrema, a do desaparecimento de determinadas organizações sociais.

A questão, então, pode ser assim enunciada: o ser humano pode reconstituir o passado, através da memória, ou a “ditadura do presente” só permite que o capte parcialmente, seguindo demandas atuais e distorcendo-o? A maior distância entre dois pontos seria, então, o tempo?⁵⁸

Em primeiro lugar, afirmativa ou negativa⁵⁹, a resposta àquela questão não invalidaria a importância da história oral como método para o historiador, haja vista que, no caso de ser afirmativa, ele pode tomar como fonte, como objeto, o fragmento e a distorção, No caso de ser negativa, pode o historiador contar com uma fonte que se aproxima das oficiais ou, melhor dizendo, das usuais – este último procedimento dispensaria algumas distinções entre fonte escrita e oral.

Mas o problema também aparece, porque tal como a fonte oral, as escritas estão recheadas de subjetividade; a diferença residiria no fato de que a construção destes documentos escritos se deu no passado, o que lhes traz algumas vantagens em relação ao

⁵⁸ Esta pergunta faz referência à fala de um dos personagens da peça teatral de Jorge Andrade, **A Moratória**, encenada pela primeira vez em 1955.

⁵⁹ A experiência no uso da história oral tem me mostrado que a resposta é afirmativa e negativa – ambos os casos ocorrem em graus variados.

documento oral. Daí a peculiaridade mais fulcral da fonte oral: *ela não é coetânea* como outros tipos de documentos: lembranças da década de 1930, por exemplo, já não estão mais lá; na história oral elas são evocadas no presente. Não é o caso do documento coetâneo escrito, porque evidentemente sua carga está na época em que é produzido. Porém, mesmo isso pode não ser, exatamente, uma desvantagem, porque a lembrança congrega o passado e o que veio depois, até o presente, de forma que há ali a própria história se realizando nos seus processos; aquilo que ficou só na “promessa” também vai aparecer, algo que autoriza a memória a informar acerca dos processos históricos, dos conflitos sociais. Tais “vantagens” e “desvantagens”, na verdade, dependem mais do tema, do enfoque, do problema de pesquisa, etc.

Coloco-me entre os historiadores que se utilizam da história oral, mas que não dispensam outros documentos. Entretanto, aquele debate é antigo. Como foi mostrado, à tese de Henri Bergson, de que haveria uma “memória pura”, Maurice Halbwachs se opunha afirmando que o passado, quando evocado, podia ser remanejado pelas idéias e ideais do presente, pelo reconhecimento grupal que a pessoa requer no presente. Haveria também um mecanismo de “*convencionalização*”, conceito que Frederic Bartlett empresta de W. H. R. Rivers e que consiste num “trabalho de modelagem que a situação evocada sofre no contexto de idéias e valores dos que a evocam” (BOSI, 1994, p. 66). Tal modelagem desemboca no fato de que a memória retém fragmentadamente – “‘fica’ o que significa”, diria Ecléa Bosi. Tais remodelações, refações, padrões e valores podem ser compreendidos fundamentalmente como ideológicos.⁶⁰ Em Lótmán, a memória aparece como estruturadora, decodificadora, como cultura, enfim, para garantir tanto a lembrança quanto o esquecimento.

Talvez sejam, entretanto, exagerados os cortes entre passado e presente comumente operados. Como diria João Bernardo, “em qualquer tentativa de história o começo é abusivo” e “a necessidade de um começo resulta da incapacidade humana de analisar diretamente o contínuo”.⁶¹ Em relação à memória, trata-se de um mecanismo individual mas também coletivo, um tanto misterioso, é verdade, que todos compartilhamos e que nos torna capazes de ligar o ocorrido ao ocorrente. Tanto melhor para nós se pudermos fazê-lo, porque o desenraizamento consiste na perda sumária das referências, e a mudança, neste caso, é

⁶⁰ Cf. capítulo 1 – “*Memória-sonho e memória-trabalho*” – do livro de BOSI, 1994.

⁶¹ BERNARDO, João. **Poder e dinheiro**: do poder pessoal ao Estado impessoal no Regime Senhorial, séculos V-XV. Parte I. Porto: Afrontamento, 1995, p. 21. Não há necessidade desta obra aparecer na bibliografia de minha pesquisa, porque só utilizo o já anunciado. Ela foge muito de meu assunto. Por isso, preferi indicá-la em rodapé. Procedo da mesma forma em casos semelhantes.

sempre “um mergulho do passado esvaziado para o vazio do futuro” (MENESES, 1987, p. 185).

Na medida em que o olhar do historiador é retrospectivo, toda história é, ao menos em parte, uma história do tempo presente. As temporalidades se entrecruzam na historiografia, nada mais comum para o historiador, que deve sempre pautar-se nos métodos da história para realizar a crítica dos documentos – no caso da história oral, crítica dos depoimentos.

Mas o presente não é uma “tábula rasa do passado”. Vivemos sobre e sob processos históricos, de diferentes durações. Evocar o passado é uma ação circunstanciada pelo presente, mas que recupera dimensões passadas. No caso de minha pesquisa, a ação do presente na lembrança do passado dos idosos não atrapalha a problemática. Ao contrário, torna-a possível. As pessoas idosas:

[...] já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem marcadas e conhecidas; elas já viveram quadros de referência familiar e cultural igualmente reconhecíveis: enfim, sua memória atual pode ser desenhada sobre um pano de fundo mais definido do que a memória de uma pessoa jovem, ou mesmo adulta, que, de algum modo, ainda está absorvida nas lutas e contradições de um presente que a solicita muito mais intensamente do que a uma pessoa de idade (BOSI, 1994, p. 60).

Apenas mais uma observação torna-se necessária no tocante à questão da “história do tempo presente”: história oral é sinônimo de história do tempo presente, mas esta última não é sinônimo da primeira. A história do tempo presente pode se basear exclusivamente em fontes escritas (ou audiovisuais, que podem não ser história oral). Não obstante, embora se diferencie da história oral, fornece mais um argumento favorável a esta última. A história do tempo presente evoca a importância da contingência e do fato, resguarda-nos da tentação de introduzir no relato do passado (não me refiro ao relato oral) racionalidades que não podiam estar lá, postas que são *a posteriori*. Tudo isto porque, ao percebermos as surpresas e ardis que os fatos de nosso presente nos apresentam, e os percebemos melhor porque vivemos nele, desconfiamos que muitos ardis existiam no passado, e por não estarmos lá não os percebemos. Devemos então supor que o passado está cheio de armadilhas para o historiador, especialmente os que não se dão conta de quão frágil é a objetividade que arrogam para si.⁶² A história oral enfrenta o problema da subjetividade todo o tempo. Boa vacina!

⁶² RÉMOND, na obra de Amado (1996, p. 208-209).

CAPÍTULO 2

LEIS PARA IDOSOS E OS ABRIGOS BENEFICENTES DE IDOSOS EM SÃO CARLOS-SP

Conforme podemos observar no Mapa 1, o município de São Carlos se localiza praticamente no centro do estado de São Paulo, região sudeste do Brasil. Dista 228 km da capital, São Paulo. A 856 metros acima do nível do mar (referência: centro da cidade), o clima agradável rendeu à cidade o apelido de “capital do clima”, embora atualmente tentem lhe imprimir a marca de “capital da tecnologia”. Hodiernamente, cerca de 95% dos habitantes do município reside em área urbana enquanto 5% vive na área rural. Entretanto, a zona urbana reúne 6% da área de todo o município.

No limite norte de São Carlos encontramos a cidade de Luís Antonio, onde o empresário Antônio Ermírio de Moraes (Grupo Votorantim) possui vasto território que alimenta sua indústria de papel (caminho para outra cidade importante do estado de São Paulo, Ribeirão Preto). Ao sul, São Carlos faz fronteira com Itirapina; a leste, com Descalvado; a oeste, Ibaté; a noroeste, Rincão; a nordeste, Araraquara e Américo Brasiliense; a sudeste, Analândia; a sudoeste, com Brotas e Ribeirão Bonito. A vegetação de São Carlos caracteriza-se por ser uma zona de transição da Mata Atlântica, com ocorrência de cerrado.

Na cidade de São Carlos-SP, não existe asilo público, embora o poder público colabore de alguma forma, com alguma verba, para manter os abrigos beneficentes. Abrigos para idosos que pertencem à iniciativa privada existem alguns, como o “Aconchego”, “Bom Jesus”, “Espaço Livre” e o “Residencial para Idosos Nova Jerusalém”, este último mais sofisticado, amplo, com jardins e piscina. Em geral, abrigos para idosos são abertos por entidades filantrópicas ou pela atividade empresarial.

Essas entidades filantrópicas são comumente tomadas como pertencentes ao “terceiro setor”, considerando que o “primeiro setor” seria o Estado (setor público) enquanto o “segundo”, o mercado (setor privado). Em geral, os objetivos declarados do *terceiro setor* consistem em pugnar pela melhoria da qualidade de vida da população, nas áreas de saúde, cultura, educação, meio ambiente. Entretanto, algumas dificuldades do segmento são bastante comuns, seja no tocante a entidades ligadas a idosos, a crianças e adolescentes, a famílias carentes, ou às que cuidam de pessoas que portam necessidades especiais, tal como aponta outro estudo também referente a São Carlos-SP:

Dentre tais dados [levantados pela pesquisa] estão as principais dificuldades encontradas pelas instituições para perpetuar a sua atuação, ou seja, para o cumprimento dos seus objetivos. As respostas mais frequentes dadas a esse

problema são: falta de recursos financeiros, falta de voluntários para o desenvolvimento de atividades, insuficiência de recursos materiais, necessidade de pessoal qualificado para atender as especificidades, entre outras (MARTINS, on-line).



MAPA 1 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

Fontes: **PLANO Diretor do Município de São Carlos**. Lei n. 13.691, 25 nov. 2005 (1 CD-ROM). BALTIERI, Maria Lúcia (Coord.). **Inventário Turístico de São Carlos**. [Trabalho para disciplina: Organização de Eventos Turísticos. Colaboradores: Alcides Chinaglia, Gene Reinaldo Barnabé, José Ap. Rodrigues, Sonia Lencione]. São Carlos-SP: SENAC, 2002.

Na presente pesquisa, como foi dito anteriormente, foram entrevistados sob o método da história oral asilados de três abrigos de idosos, justamente aqueles que são filantrópicos na cidade de São Carlos: Abrigo de Idosos “Dona Helena Dornfeld”, cujo endereço é Rua Venezuela, n. 101, bairro Nova Estância; Cantinho Fraternal “Dona Maria Jacinta”, Rua 7 de Setembro, n. 1000; e o Abrigo de Idosos “Cantinho de Luz”, sito na Rua Prof. Antonio Munhoz, n. 210, bairro Jardim Maracanã.

Mais adiante, voltamos a considerar cada um desses abrigos da cidade de São Carlos. Antes, consideremos alguns contextos históricos e leis relativas aos idosos que foram sendo regulamentadas.

O aumento da expectativa de vida combinado à redução da taxa de mortalidade foram alguns dos fatores que contribuíram para o envelhecimento da sociedade brasileira, processo ainda em marcha. Os censos das últimas décadas não deixaram dúvidas acerca disso. O poder público, a reboque, tenta dar respostas ao *problema social* da velhice. No caso brasileiro, pode-se localizar essa preocupação com o idoso como “problema social” na mesma época da criação da Previdência Social, cujos primórdios nos remetem à Lei Eloy Chaves, de 1923 (MAGALHÃES, 1989, p. 27). As lutas operárias do início do século XX, tratadas como caso de polícia pela República Velha, forçaram o Estado a ir assumindo novas tarefas, entre as quais a de incluir na legislação, regulação e vigilância a questão da velhice.

Nas últimas décadas, o Estado se viu obrigado a interferir crescentemente nos assuntos referentes aos cidadãos de maior idade, até desembocar na Lei 10.741 de 2003 (o Estatuto do Idoso). Mediante a intensa urbanização no Brasil durante a segunda metade do séc. XX, acompanhada do aviltamento das condições de permanência das famílias trabalhadoras no campo, o “problema público e social” da velhice teve de ser enfrentado pelos governos militares. Governantes militares e tecnocratas organizaram em outubro de 1976, na capital do país, o *I Seminário Nacional sobre Estratégias de Política Social para o Idoso no Brasil*. A Revista “Planejamento & Desenvolvimento” (P&D), que era governamental e de distribuição gratuita, noticiou o evento. Na ocasião proclamava-se a necessidade de diagnosticar a situação do idoso e reunir condições para superação do estágio de abandono e falta de assistência. No discurso de abertura do seminário, Nascimento e Silva, Ministro da Previdência Social, destacou:

A velhice é um problema prioritário para o País, e devemos estudá-lo desde agora. [...] A conformação que a sociedade foi assumindo no crescente processo de industrialização e urbanização provocou uma ruptura no equilíbrio de numerosas situações, como a do idoso, que, expelido do contingente de força de trabalho ou mesmo incapaz de nela ingressar, já não encontra na estrutura familiar a proteção de que necessita (Planejamento & Desenvolvimento, 1976, p. 13).⁶³

Evidenciava-se a necessidade de intervenção do Estado mediante processos históricos, ali identificados como de industrialização e urbanização, que retiravam da família a capacidade de proteger seus entes de maior idade, agora incapazes de trabalharem e de se proverem com autonomia. Neste contexto, havia a expectativa de que os asilos ganhassem maior importância, mediante o número crescente de pessoas que necessitariam deles.

Declarações do então presidente, o general gaúcho Ernesto Geisel, eleito pelo Colégio Eleitoral, eram curiosamente próximas das falas de geriatras e gerontólogos,

⁶³ Cf. GIGANTE, 1999, p. 214 et seq.

comumente preocupados com a capacidade produtiva desses trabalhadores agora tão avançados na idade, e em número crescente na sociedade, até um ponto “assustador”:

[...] o idoso não deve ser encarado como um doente, condenado ao isolamento, mas como uma pessoa inserida na sociedade, trabalhando e se sentindo útil. E o asilo só pode ser utilizado nos casos em que a velhice prejudique o desempenho de qualquer atividade [...] (Planejamento & Desenvolvimento, 1976, p. 13).⁶⁴

Novas realidades, incluindo a automação do trabalho, levariam o idoso a perder sua anterior posição de relevo, e passa a ser bastante citada a “desagregação familiar”, que marginalizaria os mais velhos e tiraria da família sua capacidade de supri-los. O Ministro da Previdência Social da Ditadura Militar, Nascimento e Silva, em seu discurso, além de outras questões, preparava terreno para o favorecimento do setor privado na organização e gestão da previdência social brasileira, ainda não se referindo a ele, propriamente, mas tentando sensibilizar as opiniões para a importância da previdência – e, se para tal, a iniciativa privada pudesse “ajudar”, tanto melhor:

Há uma atitude juvenil de contestação aos dados da sabedoria e experiência dos mais velhos que se generaliza por toda parte, constituindo um dos fenômenos inquietantes de nossa época. Com o afrouxamento dos laços de família, agravou-se o problema da velhice. Os avós ou tios foram abandonados ou esquecidos em seus próprios lares ou obrigados a procurar refúgio em asilos. Dentro desse quadro, o papel desempenhado pela Previdência Social é de excepcional importância (Planejamento & Desenvolvimento, 1976, p. 13).

Dois anos depois, se havia dúvidas sobre tais intenções, elas desapareceriam. A revista *Planejamento e Desenvolvimento* de abril de 1978 trazia uma matéria intitulada “*Previdência Privada: uma alternativa para aumentar o nível de rendimentos da aposentadoria*”. Num destaque, sem a menor tendência “politicamente correta” naquele momento (bem, antes sem disfarces), estampava-se: “A renda proporcionada pelos fundos de pensão destinam-se a solucionar, pelo menos parcialmente, **o risco econômico acarretado pela longevidade**” (Planejamento & Desenvolvimento, 1978, p. 20, grifo nosso).

O velho é tomado como um risco econômico. Depois de ter seus braços utilizados à exaustão, no decorrer da vida, passava a ser visto como um peso tão logo não pudesse mais fazer aquilo ao qual está fadada sua classe social – o trabalho. Sim, o trabalho reproduz a vida, mas trata-se do trabalho alienado. Isso pode soar como óbvio, mas é tão mais óbvio quanto o grau de legitimidade que determinadas relações sociais ganharam. E é assim que discursos podem ser desconstruídos: fazendo o caminho contrário. O que está em conta aqui é que a Ditadura Militar deu notáveis avanços na direção da desarticulação do sistema de assistência pública. O que se assistiu desde então foi uma enorme expansão dos planos

⁶⁴ Cf. GIGANTE, 1999, p. 214 et seq.

privados de saúde e de aposentadoria, notadamente. O que veio depois da ditadura, patenteado bastante equivocadamente de neoliberalismo, não foi exatamente uma ruptura, senão a continuidade.⁶⁵

O incentivo à iniciativa privada para participar mais ativamente de questões previdenciárias foi anunciado com ar de conclusão de longo processo de amadurecimento filosófico, de forma que encontramos aqui um discurso bastante próximo daquele que incluía a metáfora do “avião da modernidade”, utilizado especialmente na década de 1990, período de implantação ainda mais acelerada do neoliberalismo no Brasil. A Lei n. 6.435, de 15 de julho de 1977, mais um série de documentos legais concluídos em fevereiro de 1978, concluiriam “a base filosófica de um dos mais importantes instrumentos econômico-sociais estabelecidos pelo atual Governo: a regulamentação das atividades da previdência privada” (Planejamento & Desenvolvimento, 1978, p. 21). Era uma vitória das legitimações desestatizantes.

A Lei 6.435/1977 dispunha sobre as entidades de previdência privada. Esta lei, depois de passar por várias alterações, foi revogada pela Lei Complementar (LCP) 109 em 25 de maio de 2001, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso. Segundo a Lei 6.435/1977, no seu Artigo 5º, “As entidades de previdência privada serão organizadas como: I – sociedades anônimas, quando tiverem fins lucrativos; II – sociedades civis ou fundações, quando sem fins lucrativos”. No caso da previdência privada ela se fundamentaria na criação

⁶⁵ Nosso sistema democrático é tão mais “efetivo” quanto é pródigo em destruir as oposições, até o ponto em que a oposição é aquela aceita, sem grandes diferenças em relação à posição. E a ditadura formal deixa de ser necessária, porque foi absorvida pelos corpos e mentes. Bastante sintomático é o fato de a tropa de choque estar sendo tão comumente acionada em diferentes tipos de manifestações, inclusive por reitores de universidades públicas, cujas notas musicais já são parte de seu canto do cisne e ao mesmo tempo a introdução melódica da Sinfonia dos Colegiões de 3º. Grau (ou seriam de 2º. Grau e meio?) que se pretende implantar. Esta introdução é composta por decretos que facilitam a separação ensino-pesquisa-extensão, para posterior propagação dos colegiões mais baratos, porém esvaziados entre outros motivos porque aviltam o trabalho dos pesquisadores. É a tropa de choque que “cuida” da oposição nesta nossa admirável democracia. O opositor, quando de fato é opositor, é qualificado como “baderneiro” por nossa admirável grande e democrática imprensa; conceito aliás que carece de qualquer precisão, senão subsume justamente a tentativa de desqualificar o outro como um participante da “ação comunicativa”, para utilizar um termo de Jürgen Habermas. Quando nos lembramos que, no *stricto sensu*, democracia significa “poder do povo”, fica demais evidente que essa palavra nada diz, ou melhor ainda, diz tudo: muleta de oligarcas rurais e urbanos. E se isso soa como uma condenável militância que destrói o discurso científico do historiador, é porque nossa casca científica já absorveu a ideologia dos bons modos que essa mesma “democracia” propugna. É interessante notar o quanto os revisionistas da Ditadura Militar cobram uma postura que a esquerda não teria à época, qual seja, a de que, tal como a direita, a esquerda não era “democrática” e sim “golpista”. Os dizeres “Reformas, na lei ou na marra!” vindos da esquerda, pouco anteriores ao golpe de 1964, soam-lhes como golpismo, e nisso sequer conseguem compreender o caráter agitativo das palavras de ordem. Isso sem contar as tentativas de João Goulart de se beneficiar daquelas palavras de ordem apenas para ganhar força política, como quem se põe à frente do povo, tal como um novo Getúlio Vargas, contra tudo e todos. Falta-lhes, no mínimo, uma análise dos termos, pois que tomam um discurso e transformam-no num ente metafísico, num fetiche, sem se remeterem às relações sociais e de poder que nutrem sua legitimidade. Ocorre que mesmo um historiador costuma ver a *sua* época como a época por excelência, e o passado como um conjunto de desvios do reto caminho que, entretanto, só agora pôde se realizar. E aqui se transformam em legitimadores.

de fundos de pensão. Posta à disposição também da iniciativa privada, a demanda de indivíduos que pretendiam garantir uma vida no futuro com padrões semelhantes ao seu período produtivo era transformada em oportunidade de lucro para empresas financeiras. A poupança do indivíduo que envelhece é transformada em investimento, em capital no processo produtivo. A longevidade representaria, a princípio, um “risco econômico”; a previdência privada garantiria, não obstante, oportunidades para transformar um “risco” em acumulação de capital, a partir da defasagem entre o maior volume de poupança e o menor volume de rendimentos pagos pela administradora, e da utilização desse volume poupado em constantes aplicações no mercado financeiro. Uma nova rede se ligaria à cadeia produtiva, tornando o sistema como um todo mais complexo; alguns diriam, acertadamente: mais moderno.

Bastante sintomáticas, portanto, são as afirmações de Moysés Glat, à época professor da Fundação Getúlio Vargas e membro do Departamento Econômico da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, ao se pronunciar sobre a Lei 6.435/1977:

Os fundos de pensão privados e oficiais são destinados a solucionar, pelo menos parcialmente, o risco econômico acarretado pela longevidade. A forma encontrada para fazer face a este risco se constitui numa poupança forçada, oriunda das empresas e dos empregados. Muitos fatores convergem para sustentar o conteúdo social, de extrema relevância, expresso na seguridade social, através da utilização de poupanças forçadas como veículos de provisão de rendas para a aposentadoria (Planejamento & Desenvolvimento, 1978, p. 21).

O entrevistado pela Revista P&D, Moysés Glat, que havia defendido no ano de 1977 sua Dissertação de Mestrado em Economia na Fundação Getúlio Vargas, cujo título era “*Fundo de participação nos lucros: uma alternativa para a previdência social*”, explicava o problema que era a conjugação da incapacidade de gerar renda, advinda com a idade, com a insuficiência da poupança voluntária no Brasil. Daí a necessidade de haver uma “poupança forçada”, que é um termo usado pelos economistas e que consiste basicamente numa redução forçada de consumo, seja para guardar recursos para a previdência, seja para direcionar recursos para o governo financiar obras, pagar dívidas ou manter superávit primário, seja para outro objetivo macro-econômico, para utilizar um termo mais atual. Durante a Ditadura Militar era imperativa a tentativa do governo de lidar com problemas sobrevividos dos processos de modernização (êxodo rural, urbanização, envelhecimento populacional, quebra de laços ancestrais, familiares e grupais) que recentemente haviam desembocado numa nova configuração da sociedade brasileira.

Na referida entrevista, Glat diagnosticava que:

[...] a poupança pessoal disponível, nas últimas décadas, não acompanhou em crescimento a renda disponível. A melhora no padrão de vida, através da disseminação do crédito pessoal para consumo, o impacto da propaganda em massa e a preferência temporal pelo consumo imediato, ao lado do crescimento dos impostos e da incidência inflacionária, enfraquecem a vontade de poupar e, obviamente, esgotam largamente a renda corrente (Planejamento & Desenvolvimento, 1978, p. 21).

Nesta sociedade complexa, economicamente falando, a “renda”⁶⁶ pode ser criada e usada de diferentes formas, e desta feita formam-se redes que beneficiam mais um setor que outro. Além de oferecerem trabalhadores às empresas, o consumo das famílias alimenta como um todo a produção das mesmas; se recursos anteriormente utilizados em consumo passam a ser aplicados em poupança, e se tais poupanças são tornadas fundos de pensão, há um deslocamento de oportunidades para um tipo específico de produção, que é a produção de dinheiro através de dinheiro – o investimento no mercado financeiro. Era este o setor que começava a ser mais intensamente beneficiado com as políticas desenvolvidas a partir da Ditadura Militar.

Além de suas finalidades sociais, as entidades de previdência privada desempenharão importante papel econômico, como aplicadores de recursos no mercado de capitais. Na verdade, a ser seguido o exemplo norte-americano, elas deverão caminhar para um *status* de grande investidor institucional, destinando somas de dinheiro para, em última análise, a capitalização das empresas brasileiras. Esta preocupação esteve, sem dúvida, presente na reunião do Conselho Monetário Nacional de 22 de fevereiro, que aprovou o regime das aplicações das reservas técnicas das entidades de previdência privada (Planejamento & Desenvolvimento, 1978, p. 25).

Sinteticamente, a construção da previdência social no Brasil realiza o trajeto que vai da dispersão inicial à unificação, seguida da crise do sistema. Nos anos 1930, são criados os IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões), e desde então a previdência passava a ser vista como uma possibilidade financeira de alavancamento de instituições financeiras e da própria industrialização (HADDAD, 1993, p. 29). O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC), criado em 1930, passou a cuidar dos assuntos referentes à previdência, antes respeitantes ao Conselho do Trabalho. Eram medidas marcadas pela tentativa de organizar racionalmente o trabalho assalariado sob o governo de Getúlio Vargas.

A partir da década de 1950, ampliava-se a concepção de benefícios e serviços, levando a consideráveis aumentos de despesas por parte das instituições previdenciárias, sem haver correções nas questões relativas à arrecadação. Era grande a participação de políticos

⁶⁶ O termo “renda” é mais interessante para a análise (neo)liberal que para outro vetor de análise socioeconômica, pois retira ideologicamente das relações que fazem nascer a “renda” seu caráter de exploração. Desta forma, os atuais economistas podem afirmar, sem serem repreendidos, que o trabalho gera a renda salário, que o capital rende juro, que a terra rende aluguel, que a tecnologia rende *Royalty*, que a capacidade empreendedora empresarial rende lucro.

ligados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no MTIC e também nos IAPs, interessados em obterem vantagens políticas (desde empregos até o agrado de eleitores) e desta feita tendendo a aumentar os gastos dessas instituições. Esta era uma das dificuldades enfrentadas pelos defensores da racionalização do trabalho e da administração.

Haddad (1993, p. 30) observa que:

[...] no Legislativo, a previdência social foi também utilizada como mecanismo de controle ou de mobilização das classes trabalhadoras e das facções partidárias. Em função do seu significado no momento eleitoral, ela foi objeto de barganhas políticas. Veja-se, por exemplo, que Kubitschek, ao assumir o poder, viu-se às voltas com as pressões para a reforma do sistema previdenciário. O presidente assumiu, então, a condução da reforma, cuja luta legislativa se arrastava por mais de uma década.

O espírito assistencialista deveria dar lugar ao desenvolvimento econômico, pois só este garantiria o bem-estar, no futuro, da população. Enveredaram os desenvolvimentistas para este caminho, num cenário que lhes era relativamente favorável na década de 1950. Tal subsumia a contenção de despesas por parte do Estado. Com efeito, o que se assistiu foi o aumento de despesas não acompanhado do aumento da arrecadação no tocante à assistência pública. O modelo populista não tardaria a se esgotar, mediante os indícios de queda na taxa de crescimento, arrocho salarial, manifestações e greves dos trabalhadores. Processos modernizadores levados a efeito ao longo de décadas traziam novas demandas, as demandas das massas assalariadas da cidade e do campo, agora mais politizadas, com gerações enraizadas em relações menos ancestrais que as de seus pais.

Em agosto de 1960, durante a presidência de Juscelino Kubitschek, foi instituída a Lei Orgânica da Previdência Social (Lei 3.807/1960; LOPS), que ainda rege o sistema previdenciário no Brasil, mantendo-se através de contribuições obrigatórias feitas por empregadores e empregados. Essas contribuições são calculadas sobre os salários. Não existe, ainda, uma revogação expressa desta lei ordinária, embora tenha passado por muitas alterações desde sua instituição. Boa parte de seus artigos foram revogados ou alterados. Mas é a lei orgânica em vigor (embora efetivamente superada pela Lei Orgânica da Seguridade Social – Lei 8.212, de 24 de julho de 1991) sobre a previdência social brasileira, e afirma no seu primeiro artigo:

Art. 1º. A previdência social organizada na forma desta lei, tem por fim assegurar aos seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de idade avançada, incapacidade, tempo de serviço, prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente, bem como a prestação de serviços que visem à proteção de sua saúde e concorram para o seu bem-estar (BRASIL, 1960).

A questão importante a se observar é que o conjunto da LOPS, no contexto populista, trazia proteções aos trabalhadores que não se sustentariam

mediante reestruturações produtivas que exigiriam do Estado respostas mais efetivas a novas necessidades da acumulação capitalista. Ao invés de ser tão assistencial, o Estado deveria abrir possibilidades de participação maior da iniciativa privada. Mas isso ainda demorou um pouco para ser efetivado, mediante resistências de setores populistas e também dos trabalhadores.

Ainda sob o populismo, agora do governo João Goulart, em 1961, em substituição ao MTIC foi criado o Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS). No início da mesma década, o Estado teve de dar respostas às demandas vindas do campo. Segundo Haddad (1993, p. 31):

Em função das tensões desenvolvidas no campo e da conseqüente formação, no fim dos anos 50 e início dos anos 60, das famosas Ligas Camponesas, o Estado acenou, em 1963, com o Estatuto do Trabalhador Rural e, em 1964, com o Estatuto da Terra, criando *‘novas condições para a expansão do capitalismo no campo, ao mesmo tempo que se criam novos instrumentos de subordinação do trabalhador rural’*.⁶⁷

Não obstante, os trabalhadores rurais só puderam gozar de cobertura previdenciária efetiva em 1971, com a instituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), embora tenham sido inseridos na Lei 4.214/1963, que dispunha sobre o “Estatuto do Trabalhador Rural” e que num tom um tanto agressivo declarava: “**Art. 1º.** Reger-se-ão por esta lei, as relações do trabalho rural; sendo, nulos de pleno direito, os atos que visarem a limitação ou, a renúncia dos benefícios aqui expressamente referidos”. A Lei 4.214/1963 foi revogada pela Lei n. 5.889, de 08 de junho de 1973, que estatuiu normas reguladoras do trabalho rural: “**Art. 1º.** As relações de trabalho rural serão reguladas por esta Lei e, no que com ela não colidirem, pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 01/05/1943”. Embora (como ocorre com praticamente todas as leis) tenha sofrido alterações, a Lei 5.889/1973, instituída no governo militar de Emílio Médici, não foi revogada.

⁶⁷ A citação de Haddad, em itálico, foi extraída de BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis: Vozes, 1984.

Em 1964, houve o golpe militar no Brasil⁶⁸, seguido da instalação de um governo autoritário que não poderia deixar de imprimir sua marca no sistema previdenciário:

Foi no clima marcado pela obstinação dos donos do poder pela estabilidade e segurança que a tecnocracia, cuja atuação se faria sentir durante toda a ditadura, foi convocada para concretizar a proposta polêmica e contraditória que atravessou a história da previdência social brasileira: a unificação dos institutos previdenciários (HADDAD, 1993, p. 32).

Os tecnocratas assumem vários níveis de decisão, e um imenso aparato burocrático é criado: em 21 de novembro de 1966 é instituído o Decreto-Lei 72, que criou o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS, hoje INSS), que unificou os IAPs. O presidente era o General Castello Branco, que usou de atribuições conferidas pelo Ato Institucional n. 2 de 1965: “**Art 2º.** O INPS constitui órgão de administração indireta da União, tem personalidade jurídica de natureza autárquica e goza, em toda sua plenitude, inclusive no que se refere a seus bens, serviços e ações, das regalias, privilégios e imunidades da União” (Decreto-Lei n. 72).

A partir deste imenso aparato, a previdência passou a cobrir quase que a totalidade da população. Entretanto, o orçamento do Ministério de Saúde não permitiu que este assumisse um de seus atributos, qual seja o de formular a Política Nacional de Saúde, de forma que a saúde preventiva não pôde ser efetivada, haja vista que requeria mais recursos. Esta política, não obstante, favoreceu imensamente as grandes empresas internacionais que produziam remédios e equipamentos médicos em geral. Era já possível se falar em “crise do sistema de previdência social”.

Não por acaso, a contratação por parte do INPS de serviços de terceiros privilegiou imensamente o setor privado ligado à prática médica. Esta se torna uma prática

⁶⁸ Esse período tão conturbado da história brasileira começa com um discurso muito interessante (e sintomático), proclamado por José Magalhães Pinto no dia 1º de abril de 1964, político da União Democrática Nacional (UDN – dá para dar algum crédito ao termo “democracia”, em seu sentido restrito pelo menos? Recentemente, o Partido da Frente Liberal (PFL), nascido do seio da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), ligada à ditadura e ao autoritarismo, tornou-se Democratas – DEM), banqueiro, à época governador de Minas Gerais, um dos articuladores do golpe, e pouco depois Ministro das Relações Exteriores da Ditadura Militar. Eis algumas passagens do discurso: “Foram inúteis todas as advertências que temos feito ao País. Contra a radicalização de posições e atitudes [...]. Pelas reformas estruturais, dentro dos quadros do regime democrático [...] Tivemos, sem dúvida, o apoio de forças representativas, todas empenhadas em manifestar o sentimento do povo brasileiro, ansioso de paz e de ordem para o trabalho, único ambiente propício à realização das reformas profundas que se impõem, que a Nação deseja, mas que não justificam, de forma alguma, o sacrifício da liberdade e do regime” (CARONE, 1980, p. 266). Tomar o discurso como excrecência de práticas sociais é particularmente interessante, para desconstruir não apenas idéias e discursos, mas relações sociais. Isso, de certa forma, lembra o velho Marx, que estabelecia pelo menos oito pontos de vista sobre a mesma questão relativamente a diferentes práticas sociais. Como as próprias e demais práticas sociais aparecem a um banqueiro? Para responder rapidamente, aparecem de tal forma que “democracia”, autoritarismo militar, submetimento dos trabalhadores e dos movimentos sociais, torturas, eliminação da oposição, não nutrem entre si absolutamente nenhuma contradição.

altamente lucrativa – o INPS realizou financiamentos a hospitais privados, comprou serviços médicos e fez convênios com empresas. Mas este era o “fundo das aparências”, pois:

[...] aparentemente, o Estado cumpria o seu papel no que se refere à seguridade social. Em 1967, o seguro de acidentes de trabalho foi integrado ao INPS. Em 1971, criou-se o PRORURAL. No ano seguinte, pela Lei 5.859, de 11 de dezembro, os benefícios previdenciários foram estendidos às empregadas domésticas. Seis meses após, em 08 de junho de 1973, a Lei 5.890 contemplava os trabalhadores autônomos (HADDAD, 1993, p. 33-34).

A insatisfação popular e das “camadas médias” em relação ao governo militar se acentuou durante meados da década de 1970. O setor privado tornava custosa a assistência médica, enquanto aumentava a demanda pelos serviços. As denúncias de corrupção também faziam aumentar a insatisfação. A Ditadura Militar aliou paternalismo e repressão. Em 1974, foi criado o Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). A direção do sistema previdenciário passou, então, a ser exercida por este ministério. Para completar a centralização administrativo-financeira, foi instituída a Lei 6.439/1977, que criou o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, o SINPAS, coordenado pelo MPAS. O setor de assistência médica é, então, desmembrado no órgão intitulado Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), também coordenado pelo MPAS. Na mesma ocasião, foi criado o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS).

Por outro lado, a arrocho salarial na década de 1970 aviltava as condições dos trabalhadores. O controle da inflação era importante para garantir os ganhos de produção, para garantir acumulação aos empresários, e para tal tornava-se imperativo o controle salarial:

Com relação aos reajustes dos proventos dos aposentados e pensionistas, não bastasse os índices de correção terem sido, até então, inferiores à inflação, foi estabelecida, através da Lei 6.205, de 29 de abril de 1975, a descaracterização do salário-mínimo como fator de correção monetária. A correção pela variação do salário-mínimo foi substituída, pelo Executivo, por ‘*um sistema especial de atualização monetária*’ (art. 2º.) (HADDAD, 1993, p. 35).

Sob o governo do general Ernesto Geisel, foram consolidadas as Leis de Previdência Social, através do Decreto n. 77.077, de 24 de janeiro de 1976. Eis a expedição: “A Consolidação das Leis da Previdência Social (CLPS), [...] que compreende as disposições da Lei Orgânica da Previdência Social (Lei número 3.807, de 26 de agosto de 1960) e da respectiva legislação complementar, revistas, atualizadas e renumeradas”. Por um lado, afirma-se: “O salário-de-benefício não pode, em qualquer hipótese, ser inferior ao salário-mínimo vigente na localidade de trabalho do segurado, nem superior ao maior valor-teto (artigo 225, § 3º) vigente na data do início do benefício” (Decreto 77.077/1976, Art. 26, inciso III, § 4º). Por outro lado:

Art. 225. A contar de 30 de abril de 1975, os valores monetários fixados com base em salários-mínimos estão substituídos por valores-de-referência, para cada região do País, reajustáveis segundo sistema especial estabelecido pelo Poder Executivo, na forma da Lei nº 6.205, de 29 de abril de 1975.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica aos seguintes valores, que continuam vinculados ao salário-mínimo:

- a) os benefícios mínimos (artigo 28, § 3º);
- b) a cota do salário-família (artigo 47);
- c) o salário-de-contribuição do empregado doméstico (artigo 138, item III);
- d) a renda mensal vitalícia (artigo 74) (BRASIL Decreto 77.077/1976).

Desde então, calcular proventos de aposentados e pensionistas usando como parâmetro um valor abaixo do salário mínimo passou a ser habitual mesmo depois de superado oficialmente o período da Ditadura Militar. Mais recentemente, isso mudou. Porém, encontrou-se uma forma sutil de driblar o sistema para garantir que aposentados e pensionistas não ganhem menos que o salário mínimo, mas ainda assim, que ganhassem menos: são dados abonos aos trabalhadores da ativa, de forma que esses valores não são computados como aumento de salário mínimo. Essa é uma política corrente em relação ao funcionalismo público.

Não tardariam as resistências, especialmente com a mudança da política salarial, efetivada na Lei n. 6.708/1979, que ocasionou defasagens salariais para os beneficiários da previdência. Exemplo disso foram as caravanas para Brasília-DF, organizadas pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP). Em janeiro de 1979, é instaurado o Decreto n. 83.080, que aprovava o regulamento dos benefícios da Previdência Social.⁶⁹ Entre outras questões, essas leis fizeram com que os benefícios previdenciários, atrelados ao salário-mínimo, fossem reajustados semestralmente de acordo com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do semestre anterior, de forma que a base de cálculo era o salário-mínimo anterior – resultado: arrocho salarial e dos próprios benefícios.

A difícil situação enfrentada pelos beneficiários da previdência social tornou-se caótica a partir de 1979. Tendo os recursos comprometidos com os interesses privados e a cobertura de benefícios e serviços ampliados, a previdência social viu-se atingida pelo declínio das receitas. Declínio das receitas e crescimento dos gastos levaram o governo a adotar a estratégia de elevar as primeiras e diminuir os segundos, penalizando contribuintes e beneficiários. Os privilégios concedidos aos interesses privados foram mantidos. Os proventos recebidos pelos aposentados passaram a não cobrir as mínimas necessidades de sobrevivência (HADDAD, 1993, p. 36-37).

⁶⁹ Revogado mais tarde pelo Decreto n. 3.048 de 1999.

A década de 1980 assistiu à instalação da Assembléia Constituinte e, depois da derrocada formal da Ditadura Militar, foi promulgada a Constituição de 1988, que deveria consolidar o Estado de Direito, em oposição ao Estado de Exceção; diversas reivindicações históricas das classes trabalhadoras foram atendidas e passaram a compor a Constituição, incluídos aí direitos aos idosos, como os seguintes:

Não incidirá, nos termos e limites fixados em lei, sobre rendimentos provenientes de aposentadoria e pensão, pagos pela previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a pessoa com idade superior a sessenta e cinco anos, cuja renda total seja constituída, exclusivamente de rendimentos do trabalho (BRASIL, 1988 [Art. 153, § 2º, Inciso II – revogado dez anos depois]).

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei (BRASIL, 1988 [por enquanto, nenhum inciso deste artigo foi revogado; a questão tem residido em manter ou não a independência do benefício em relação à contribuição à previdência]).

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida. [...]

§ 2º - Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos (BRASIL, 1988).

Não obstante, em 1989, Fernando Collor de Mello venceu a eleição presidencial por voto direto; voto direto que não ocorria desde 1960. Em 1990, durante seu malfadado governo, que entretanto ajudou a consolidar um grande projeto das elites, o neoliberalismo – chamado neoliberalismo, mas que no entanto, no tocante às políticas públicas previdenciárias, representou a continuidade das diretrizes do Regime Militar –, o Ministério da Previdência Social novamente foi integrado a outro Ministério, agora o do Trabalho. O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) substituiu o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS). Diversos projetos de reforma constitucional foram enviados ao Congresso na década de 1990.⁷⁰ Atualmente, cogita-se fazer com que os aposentados voltem a contribuir

⁷⁰ Apenas em 1994, quando o Presidente da República era Itamar Franco, e o futuro presidente-sociólogo, Fernando Henrique Cardoso, era Ministro da Fazenda, foram realizadas seis Emendas Constitucionais de Revisão.

com a Previdência Social, algo que já se traduziu em realidade para algumas categorias profissionais, inclusive funcionários públicos.⁷¹

Em 1998, o Congresso Nacional aprovou mudanças na aposentadoria, na tentativa de adaptar o sistema previdenciário ao projeto de equilíbrio fiscal, uma das bases do neoliberalismo, mediante novas realidades, como o crescimento demográfico, o aumento da expectativa de vida, e o fato de a maioria dos brasileiros agora residir nas cidades. Um problema enfrentado até hoje é o *Déficit da Previdência*. Tenta-se, desde então, aumentar a idade mínima para a aposentadoria e o tempo de contribuição dos trabalhadores à previdência. Aliás, pretende-se substituir tempo de serviço por tempo de contribuição. Apenas como exemplo do processo descrito, observemos que o inciso II do § 2º do Artigo 153 da Constituição Federal, citado anteriormente, foi revogado pela Emenda Constitucional n. 20, de 1998.

Um histórico, realizado por Simões em 1999, acerca da previdência social no Brasil, depois de considerar análises de autores que chamaram a atenção para a unificação do sistema previdenciário pós-1964, traz as seguintes considerações:

De toda essa discussão, emerge o ponto que nos interessa ressaltar: o abalo causado pela unificação do sistema previdenciário na capacidade de ingerência dos sindicatos na gestão dos recursos financeiros e nos empregos concentradas na Previdência. Essa fonte de poder político, que os sindicatos detinham através da interação com os vários institutos, é perdida com a unificação. O poder de pressão dos sindicatos em favor da manutenção e da ampliação dos benefícios e serviços previdenciários enfraqueceu a ponto de fazer com que essas questões deixassem de ser uma preocupação primordial da luta sindical, como eram até então. Os sindicatos passaram a voltar sua atenção cada vez mais exclusivamente às questões de interesse do pessoal da ativa, reservando à aposentadoria um tratamento secundário, freqüentemente reduzido ao interesse pelo voto dos aposentados nas eleições sindicais. Levados a uma situação de orfandade política, os aposentados e pensionistas foram, assim, obrigados a encontrar outras formas de atuação (SIMÕES, 2004, p. 103-104).

A unificação do sistema previdenciário teria levado a uma fragmentação no tocante aos trabalhadores, nas suas formas de resistência passiva e coletiva⁷², haja vista que os idosos, aposentados e pensionistas, tiveram de buscar outras formas de realizarem pressão que não nos sindicatos de trabalhadores. Em grande medida, isso os enfraqueceu. Sob outro aspecto, entretanto, não seria exatamente isso que os enfraqueceu. Quando os próprios sindicatos lutam para gerir o valor gerado pelos trabalhadores, isso não subsume que tais

⁷¹ Tramita, neste exato momento em que escrevo, no Congresso Nacional, a reforma da Previdência.

⁷² “As greves inteiramente controladas pelas burocracias sindicais, em que os trabalhadores permanecem em casa, sem terem oportunidade para infringir na prática a disciplina da empresa, equivalem na verdade a um feriado e são, por isso, uma forma de luta *coletiva e passiva*” (BERNARDO, 1998, p. 12, destaque do autor), haja vista que não caracterizam movimentos contestatórios de maiores proporções no sentido da transformação.

instituições fortaleçam os trabalhadores, senão que elas competem pelo valor gerado pelo trabalho, sob a lógica do capital.⁷³

A situação de orfandade política dos idosos, aposentados e pensionistas, entretanto, teria aberto “caminho para a formação de um movimento unitário de aposentados, em boa parte baseado em um novo tipo de associações que se autodenominam ‘ecléticas’, por reunirem aposentados *per se*, independentemente das divisões em categorias profissionais” (SIMÕES, 2004, p. 88). A ênfase está na luta por cidadania.

Com efeito, no Brasil, a ampliação de direitos sociais também (ou talvez principalmente) se deu em momentos de ditadura, quando o Estado, em mãos golpistas, atacou severamente direitos políticos e civis, considerando ao menos abstratamente certa separação social/político/civil. O Estado nutre nesses momentos fortes imagens do Grande Pai que a todos atende, se nos comportarmos direito – o que pressupõe retirar dos agentes históricos seu papel de sujeitos.

Com a redemocratização pós-1985 e o neoliberalismo que se seguiu, o Estado não requisitou para si a posição de Grande Pai, embora seja cobrado para sê-lo por diversos setores. De outro lado, historicamente mostrou-se incapaz de assumir a tarefa de costurar as fraturas que os processos de reestruturação produtiva trazem à sociedade, seja em relação ao Estado de Exceção, seja em relação ao Estado de Bem-Estar Social, seja ainda em relação ao Estado Democrático de Direito. Num e noutro, o que se assiste é o aumento da desigualdade social, em benefício da crescente capacidade produtiva das empresas, especialmente as transnacionais.

As observações que adiante transcrevo são precisas e atentam para alguns efeitos dessa desigualdade no que toca a questão do idoso asilado:

Este histórico da previdência social no Brasil mostra-nos a persistência de um sistema dual (Cohn, 1995) de proteção social, em que pesem as tendências universalizantes recentes. O vínculo empregatício e a capacidade contributiva foram, desde o início, o passaporte de ingresso na cidadania social entre nós, relegando-se os excluídos por esse critério aos cuidados da filantropia e do assistencialismo descomprometidos com a garantia dos direitos destes mais carentes ao acesso a meios de sobrevivência. As propostas de reforma previdenciária do atual governo [1999, governo Fernando Henrique Cardoso], dando mais ênfase ao tempo de contribuição e insistindo na elevação uniforme da idade mínima para aposentadoria, bem como a sobreposição do programa Comunidade Solidária aos esforços de implementação da Lei Orgânica de Assistência Social, não sinalizam a superação daquele padrão dual (SIMÕES, 2004, p. 110, entre parênteses indicação do autor; entre colchetes observação nossa).

⁷³ Cf. BERNARDO, 1987.

O plano é, sinteticamente, cuidar das boas condições para que as reestruturações produtivas se realizem, permitindo ganhos de produtividade cada vez maiores às empresas (cada vez mais soberanas), mas se o efeito disso, impreterivelmente, é produzir concomitantemente fraturas sociais, marginalizados e excluídos, para estes casos o plano é desenvolver “redes de proteção” (para cada vez mais súditos?).⁷⁴ Basta lembrar este aspecto para percebermos que o governo seguinte (presidente Lula) não fugiu à regra do anterior. Afinal, seja este, seja aquele, o *script* já estava escrito.

Dentro de um quadro de crescente subordinação dos gastos sociais à gestão econômica, a reforma dos sistemas de aposentadoria tem sido colocada como uma das condições mais importantes para o ajuste do setor público, acompanhada de novas estratégias de gestão de programas sociais, como a privatização, a descentralização e o reforço de programas focalizados, dirigidos aos grupos mais pobres (SIMÕES, 2004, p. 108).

O conceito de “seguridade social” que a Constituição de 1988 pressupunha tem passado por mudanças relacionadas à reestruturação produtiva mais recente, e responde largamente aos interesses de gestores de capital. Tomemos a Constituição de 1988 novamente:

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento;

II - uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - equidade na forma de participação no custeio;

VI - diversidade da base de financiamento;

VII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados [alterado].

O Inciso VII foi alterado pela Emenda Constitucional n. 20, de 1998; eis sua nova redação: “VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados”. Ou seja, retifica-se a participação governamental, e

⁷⁴ As referências “soberanos” e “súditos” são inspiradas em Bernardo (2004).

restringe-se o caráter democrático à competência de órgãos colegiados, representativos. É justamente, entre outras questões, esse caráter, posto desta forma, que permite a atuação mais intensa de gestores de fundos de pensão, gestores da poupança dos velhinhos. É o direito transformado em capital vivo, como se verá.

Na aparência seria paradoxal o confronto entre a tendência universalizante, observado na história da previdência brasileira, e o direito efetivo do “contribuinte”, haja vista que

[...] as formas de cálculo favorecem as aposentadorias por tempo de serviço e as chamadas ‘aposentadorias especiais’ (concedidas a certas carreiras do serviço público), permitindo que mantenham valor médio unitário consideravelmente superior aos demais benefícios e absorvam a maior porcentagem dos recursos disponíveis, apesar de seu contingente ser inferior ao das aposentadorias por invalidez e velhice e ao das pensões (SIMÕES, 2004, p. 104-105, destaque do autor).

O confronto referido não é, entretanto, paradoxal, por conta da atuação dos gestores de capital, que não só não podem se limitar à Lei, aos Estados Nacionais e às esferas ideológicas ou culturais, pois sua tarefa no tocante aos idosos é a de vivificar os recursos desses últimos, tornando-os capital financeiro. São, outrossim, agentes dos processos de mudanças ocorridas nas próprias leis.⁷⁵ Volto a esta questão mais adiante.

Há, ainda, outras proposições na Constituição de 1988 que interessam diretamente aos trabalhadores idosos em geral e aos asilados aqui estudados. Trata-se da “*Seção III, Da Previdência Social*”, bastante alterada. Na seqüência, o Art. 202 (da Seção III) antes e depois da alteração, respectivamente:

Art. 202. É assegurada aposentadoria, nos termos da lei, calculando-se o benefício sobre a média dos trinta e seis últimos salários de contribuição, corrigidos monetariamente mês a mês, e comprovada a regularidade dos reajustes dos salários de contribuição de modo a preservar seus valores reais e obedecidas as seguintes condições:

I - aos sessenta e cinco anos de idade, para o homem, e aos sessenta, para a mulher, reduzido em cinco anos o limite de idade para os trabalhadores rurais de ambos os sexos e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, neste incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal;

II - após trinta e cinco anos de trabalho, ao homem, e, após trinta, à mulher, ou em tempo inferior, se sujeitos a trabalho sob condições especiais, que prejudiquem a saúde ou a integridade física, definidas em lei;

III - após trinta anos, ao professor, e, após vinte e cinco, à professora, por efetivo exercício de função de magistério.

§ 1º - É facultada aposentadoria proporcional, após trinta anos de trabalho, ao homem, e, após vinte e cinco, à mulher.

⁷⁵ Cf. BERNARDO, 1987.

§ 2º - Para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos sistemas de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei [antes da alteração] (BRASIL, 1988, destaque nosso).

Art. 202. O regime de previdência privada, de caráter complementar e organizado de forma autônoma em relação ao regime geral de previdência social, será facultativo, baseado na constituição de reservas que garantam o benefício contratado, e regulado por lei complementar. [Redação dada pela Emenda Constitucional n. 20, de 1998].

§ 1º A lei complementar de que trata este artigo assegurará ao participante de planos de benefícios de entidades de previdência privada o pleno acesso às informações relativas à gestão de seus respectivos planos. [Redação dada pela Emenda Constitucional n. 20, de 1998].

§ 2º As contribuições do empregador, os benefícios e as condições contratuais previstas nos estatutos, regulamentos e planos de benefícios das entidades de previdência privada não integram o contrato de trabalho dos participantes, assim como, à exceção dos benefícios concedidos, não integram a remuneração dos participantes, nos termos da lei. [Redação dada pela Emenda Constitucional n. 20, de 1998].

§ 3º É vedado o aporte de recursos a entidade de previdência privada pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e outras entidades públicas, salvo na qualidade de patrocinador, situação na qual, em hipótese alguma, sua contribuição normal poderá exceder a do segurado. [Incluído pela Emenda Constitucional n. 20, de 1998].

§ 4º Lei complementar disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada. [Incluído pela Emenda Constitucional n. 20, de 1998].

§ 5º A lei complementar de que trata o parágrafo anterior aplicar-se-á, no que couber, às empresas privadas permissionárias ou concessionárias de prestação de serviços públicos, quando patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada. (Incluído pela Emenda Constitucional n. 20, de 1998).

§ 6º A lei complementar a que se refere o § 4º deste artigo estabelecerá os requisitos para a designação dos membros das diretorias das entidades fechadas de previdência privada e disciplinará a inserção dos participantes nos colegiados e instâncias de decisão em que seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação. [Incluído pela Emenda Constitucional n. 20, de 1998] (BRASIL, 1988).

Na Constituição Federal de 1988, é a Seção III, artigos 201 e 202, que trata da previdência social. Como se pode observar na última citação, e na leitura em passim da Constituição e das alterações que ela sofreu, as mudanças apontam para uma importante mudança conceitual, ou talvez mais precisamente para uma mudança de compreensão no interior do próprio conceito. O que era tomado como “Previdência” vai passando a ser tomado como “Seguridade”. O *caput* do Art. 202, anterior à alteração, dizia que a aposentadoria era assegurada, tal como um direito. A nova redação do mesmo artigo preocupa-se em estabelecer

a previdência privada complementar e independente em relação ao “regime geral de previdência social” (público). Coloca o que era tomado como um direito na dependência de uma reserva anterior, uma poupança prévia, haja vista que, justamente após se ter estabelecido um teto para o regime geral de previdência, criar-se-ia a procura mais intensa pela previdência complementar, especialmente por parte de setores de maior poder aquisitivo.

Enfim, o conceito de “seguridade” vai substituindo o de “previdência” como um direito. Ou ainda, a “seguridade social” passa a não ser mais concebida como um direito, e sim como uma espécie de poupança compulsória que deve ser vivificada por grupos especialistas em fazer dinheiro render dinheiro até que chegue o momento do poupador se aposentar – para, então, este último receber... o próprio dinheiro.

Fato é que mesmo antes, sempre se vinculou a contribuição efetiva com o valor da aposentadoria futura. Não obstante, com as mais recentes alterações, há um teto no regime de previdência pública que tende a criar boas oportunidades econômicas para empresas privadas cujo negócio é a aposentadoria futura de seus clientes.

E não só. O seguro privado empresarial passa a modelar a lógica previdenciária mais geral, pois o Estado se liberta de algumas “amarras”, de forma que os recursos poupados pelos trabalhadores passam para a mão de gestores de grupos de pensão, previdência pública e privada – recursos que passam a ser transformados em capital financeiro. Os aposentados, no futuro, receberão não exatamente um direito, mas o próprio dinheiro, dinheiro que no presente passa a fazer as delícias dos gestores.⁷⁶

Vários intelectuais têm captado a ação deste setor ao qual João Bernardo chamou de “gestores”. Vejamos algumas importantes considerações do sociólogo Francisco de Oliveira em *O Ornitorrinco*, uma espécie de ensaio que é, tal como referiu o próprio autor numa entrevista à tevê Cultura, um “pedido de socorro” intelectual:

A estrutura de classes também foi truncada ou modificada: as capas mais altas do antigo proletariado converteram-se, em parte, no que Robert Reich chamou de ‘analistas simbólicos’: são administradores de fundos de previdência complementar, oriundos das antigas empresas estatais, dos quais o mais poderoso é o Previ, dos funcionários do Banco do Brasil, ainda estatal; fazem parte de conselhos de administração, como o do BNDES, a título de representantes dos trabalhadores. A última floração do Welfare brasileiro, que se organizou basicamente nas estatais, produziu tais fundos, e a Constituição de 1988 instituiu o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) – o maior financiador de capital de longo prazo no país, justamente operando no BNDES. Tal simulacro produziu o que Robert Kurz chamou de ‘sujeitos monetários’: trabalhadores que ascendem a essas funções estão preocupados com a rentabilidade de tais fundos, que ao mesmo tempo financiam a reestruturação produtiva que produz desemprego. Sindicatos de trabalhadores do setor privado também já estão organizando seus próprios fundos de previdência

⁷⁶ Processos semelhantes podem ser identificados em relação à Educação e à Saúde.

complementar, na esteira daqueles das estatais. Ironicamente, foi assim que a Força Sindical conquistou o sindicato da então Siderúrgica Nacional, que era ligado à CUT, formando um ‘clube de investimento’ para financiar a privatização da empresa; ninguém perguntou depois o que aconteceu com as ações dos trabalhadores, que ou viraram pó ou foram açambarcadas pelo grupo Vicunha, que controla a Siderúrgica. É isso que explica recentes convergências pragmáticas entre o PT e o PSDB, o aparente paradoxo de que o governo de Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o: não se trata de equívoco, nem de tomada de empréstimo de programa, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e economistas *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do ‘mapa da mina’ (OLIVEIRA, 2003, p. 146-147).

Recolhem-se valores produzidos pelos trabalhadores para gerirem recursos que passam para a mão de gestores de grupos de pensão, previdência pública e privada. São gestores de capital financeiro que vêm à baila – *gestores*, pois não possuem posse privada dos meios de produção, mas se apropriam de boa parte do capital gerado através de suas formas particulares de intervenção e gestão dos valores fomentados pela força de trabalho.

O idoso aparece, com efeito, como vivificador do capital, haja vista que sua poupança é esse instrumento vivificador. O Estado deixa de provê-lo, e passa a administrar a velhice (indubitavelmente biológica, mas ao mesmo tempo social), que por sua vez é, em grande medida, produzida pelas mesmas reestruturações que colocam novas demandas para o Estado – demandas que têm sido atendidas, conforme pudemos verificar na historicidade das leis relativas à previdência social.

O gestor não é proprietário do dinheiro. Não obstante, possui o poder de transformar políticas públicas, o poder de produzir senso comum e percepções. Se nos atuais manuais de economia⁷⁷ prevalece a redução do todo social estruturado à prerrogativa da demanda do consumidor na sua relação com o produtor, de forma individuada e fragmentada (Microeconomia), para a qual a Macroeconomia gerida pelo Estado tem de dar respostas mais ou menos esperadas (superávit, déficit, equilíbrio orçamentário, política de juros, câmbio, etc.), a questão, não obstante, é que o que ocorre é a prerrogativa da oferta.

Senão, mais do que isso: a “produção do consumo”. As demandas são criadas mediante a produção, propaganda, publicidade, e se os consumidores podem em algum

⁷⁷ Salvo engano do qual duvido muito, poderia citar a esmagadora maioria dos (senão todos os) manuais de economia que têm sido publicados, todos apresentando a Macroeconomia e a Microeconomia como partes interdependentes da atual “Ciência Econômica”, quando se tratam da expressão ideológica de práticas sociais particulares, cujo modelo é o da hegemonia do consumo. São, no fundo, técnicas de gestão empresariais. É o caso de: VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de Economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005. Tornaram-se indispensáveis tais manuais nas universidades, para a formação de força de trabalho qualificada para ser explorada em cargos pouco mais elevados – universidades que já não são, exatamente, concebidas para “pensar o país” ou formar a elite comandante, pois os novos colégios de terceiro grau são destinados às massas (e bem mais baratos).

momento fazer observações sobre suas preferências, estas são agregadas pelas empresas na produção da demanda. É bastante interessante lembrar Adam Smith, em “*A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*”, explicando que os bens de consumo necessários não são tornados assim apenas pela natureza, senão pelas “regras do decoro”.⁷⁸

Enfim, os gestores, além das empresas, podem produzir percepções, idéias, intervêm na cabeça das pessoas, na cultura, no senso comum, arraigando as percepções que pretendem imprimir; isso inclui a estética. Há aqui a moldagem física do consumidor. No tocante à velhice, na nossa sociedade do simulacro, a indústria de cosméticos está entre as que mais crescem no mundo. Não apenas se pode vivificar, como capital financeiro, os recursos gerados e poupados pelos idosos. Não apenas se pode criar um nicho de mercado bastante promissor para a indústria farmacêutica. Pode-se também moldar o disfarce da velhice, pode-se criar a percepção de que podemos “tapear a natureza” (e jamais supor algo de social no mesmo processo de envelhecimento):

É a própria pessoa física que se pretende moldar, e os padrões não são escolhidos pelos consumidores, mas impostos maciçamente pelas mesmas empresas que vendem os produtos e serviços de beleza. Quando se sabe que, segundo Jacques-Franck Dossin, um analista da firma Goldman Sachs, os fabricantes de produtos de beleza gastam em pesquisa laboratorial entre 2% e 3% dos seus lucros brutos, mas dirigem entre 20% e 25% para promoções e publicidade, percebemos o caráter inteiramente fictício dos artigos deste tipo, que só existem enquanto elementos componentes de uma imagem. Por seu turno, essa imagem é reproduzida e amplificada pela indústria cinematográfica e televisiva de massas, que converteu atores e atrizes em demonstrações vivas da beleza consumível (BERNARDO, 2004, p. 68).

Pode-se, enfim, morrer produzindo valor para o capital. Fica difícil agora supor que o capitalismo não tem relação com o envelhecimento uma vez que em todas as sociedades, em especial as pré-capitalistas, também se envelhece e também os idosos, em vários casos, são enviados para instituições de amparo ou para o abandono na montanha, na floresta. Pelo contrário, a “hipótese”⁷⁹ da relação entre capitalismo e velhice se sustenta, porque o capitalismo já invadiu o terreno do envelhecimento.

É, portanto, observável que certos processos levados a termo vão tornando letra morta a Constituição de 1988, exceto naquilo que nela própria se alterou. Os gestores criam, manipulando paulatinamente a opinião pública, um conceito novo. Na Constituição se quis universalizar um direito que, na prática, não provê os idosos. Os trabalhadores vão sendo

⁷⁸ A este respeito, cf. Bernardo (2004), em especial o capítulo “A produção do consumo”, p. 63-76.

⁷⁹ Uso o termo “hipótese”, mas não se trata exatamente disto. Trata-se, mais precisamente, de um circunstanciamento teórico que possibilita estreitar (observar) a relação capitalismo / envelhecimento. Houve sociedades não capitalistas que desprezaram os velhos, e em alguma medida os produziram também. Um *felá egípcio* envelhecia antes do faraó.

empurrados para a previdência privada, porque o gestor não pode ficar submetido a um Estado que poderia, em tese, como expressão do “poder público”, garantir aos indivíduos da sociedade o direito à velhice. O pacto intersubjetivo pelo direito à velhice, mediante uma possível percepção geral de que perdemos nossas armas a partir de uma idade (não absoluta) mais avançada, é substituído pelo simulacro estético, pelo arraigamento das percepções que dão carta branca às decisões empresariais e gestoriais, que delegam soberania a esses grupos, pois é justamente aí que se legitimam as alterações que vão sendo costuradas no interior do próprio Estado. O gestor foge do quadro da Constituição, quando não a altera profundamente.

Jürgen Habermas insistia na idéia de que o capitalismo tardio realizava a sua “legitimidade” através da percepção intersubjetiva, constringida pela razão instrumental, de que, se algo é mais eficaz, é tomado automaticamente como legítimo. Como originariamente a eficácia não corresponde à legitimidade, o capitalismo tardio subsumia uma crise de legitimação. Neste contexto, Habermas insistia na idéia de ineficiência dos sistemas teóricos, que na década de 1970 se tratava de um tema que lhe era caro. A ação comunicativa se mantém preta de pretensão de validade, mas não é devidamente efetivada como prática social, porque o estado de coisas não a permite, haja vista que as partes interessadas não podem participar do contexto discursivo. A competição pelo poder sob o antagonismo social as impede. Para Habermas, essa situação era uma “patologia” do que denominava “mundo vivo” ou “vivenciado”. Haveria, então, “*A crise de legitimação no capitalismo tardio*”, título da obra à qual me refiro.

Com efeito, a soberania que vêm reunindo tanto as empresas quanto os gestores mostra-nos que estes têm obtido sucesso perante a opinião pública, e perante a intelectualidade (tantas vezes ela própria constituída de gestores), na sua tarefa de transformar e convencer. Seus discursos, expressão de suas práticas sociais, são absorvidos crescentemente pelo senso comum. À soberania corresponde um alto grau de “legitimidade”. Eis o campo fértil para incutir nas mentes das pessoas que elas precisam da aposentadoria complementar, organizada sob a lógica do seguro privado. Os gestores ultrapassam em muito os limites das Leis, dos Estados Nacionais inclusive, porque sua ação corresponde às estratégias mais sofisticadas (no “capitalismo tardio”) de fazer dinheiro sem a posse privada dos meios de produção. Sem nenhum limitador moral, transformam a poupança dos velhinhos em capital vivificado.

É nesse contexto, de vinculação ambígua entre um “Estado Democrático de Direito” – com muitas dificuldades em se afirmar, sem uma ruptura efetiva com entulhos

coronelísticos, foros privilegiados, etc. – e o aumento tanto da influência de gestores de capital financeiro quanto do poder empresarial, que assistimos a uma seqüência de leis que de alguma forma dizem respeito aos idosos.

A LOPS de 1960 não foi expressamente revogada. Não obstante, sob o governo de Fernando Collor, a Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, foi instituída como “*Lei Orgânica da Seguridade Social*”; e não da “Previdência”. A preferência pelo termo *seguridade* não deixa dúvidas acerca do tipo de prática social sob o véu do discurso. Seu Artigo 1º repete os dizeres do Artigo 194 da Constituição Federal, citado anteriormente. Era recente demais a conclusão da Constituição naquele momento para se fazer uma lei que preparava terreno para fortes mudanças, que levariam inclusive a alterações na própria lei máxima do país, sem uma referência inicial, tal como uma ode, à Constituição de 1988. Seguindo os “princípios constitucionais”, a nova lei parecia complementar sob a mesma “filosofia” uma constituição que deveria ser mudada. Fato é que a “filosofia” era outra.

Enfim, a Lei 8.212 dispõe sobre a organização da seguridade social, institui plano de custeio, e dá outras providências, como várias considerações sobre a modernização da previdência social, a partir do Artigo 63. Há, por exemplo, uma curiosa preocupação com a reciclagem dos funcionários, à moda das novas modalidades de gestão empresarial:

Art. 83. O Instituto Nacional do Seguro Social-INSS deverá implantar um programa de qualificação e treinamento sistemático de pessoal, bem como promover a reciclagem e redistribuição de funcionários conforme as demandas dos órgãos regionais e locais, visando a melhoria da qualidade do atendimento e o controle e a eficiência dos sistemas de arrecadação e fiscalização de contribuições, bem como de pagamento de benefícios.

Vão sendo feitas leis, revogações e alterações relativas à Previdência, e em especial aos idosos, de forma a articular a necessidade de equilibrar o orçamento previdenciário, para que não seja deficitário, a retirada de direitos conquistados pelos trabalhadores (ou cedidos aos trabalhadores), a introduzir a aposentadoria complementar facultativa e a garantir algum nível de proteção social sob o Estado Democrático de Direito.

Na mesma data da Lei 8.212, em 24 de julho de 1991, foi instituída a Lei 8.213, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, e dá outras providências. Estas duas leis foram republicadas no Diário Oficial da União em 11 de abril de 1996 e em 14 de agosto de 1998. A “Publicação Consolidada” da Lei 8.212 foi determinada pelo Artigo 12 da Lei 9.528 (10 out. 1997). No Art. 18 da Lei 8.213, pertencente à Seção I (“Das Espécies de Prestações”), há sintomáticos itens, revogações e alterações: “O Regime Geral de Previdência Social compreende as seguintes prestações, devidas inclusive em razão de eventos decorrentes

de acidente do trabalho, expressas em benefícios e serviços: I - quanto ao segurado: a) aposentadoria por invalidez; b) aposentadoria por idade[...]” Ocorre que no item c), a redação foi alterada. Anteriormente: “aposentadoria por tempo de serviço”. Substituída por “aposentadoria por tempo de contribuição” – redação dada pela Lei Complementar n. 123, feita em 2006, bem recentemente. O abono de permanência em serviço foi revogado em 1994. Daí a conseqüente alteração no inciso II do Art. 25, referindo os períodos de carência, onde também desaparece o abono de permanência em serviço.⁸⁰ Eis a redação: “aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de serviço e aposentadoria especial: 180 contribuições mensais”, ou seja, 15 anos.

Agora essencialmente (e cada vez mais) por idade (e tempo de contribuição) e não mais por tempo de serviço, o direito à aposentadoria teve de receber “disposições transitórias”. A Lei n. 8.213 da qual estou tratando dispõe atualmente de uma tabela que substituiu a anterior através de uma redação de 1995 (Lei 9.032). Para resumir, a segunda tabela exige mais meses de trabalho a partir do ano de 1996 (ano seguinte à nova redação da tabela) e não toma mais como referência o ano de entrada do requerimento mas o de implementação das condições necessárias para o benefício. A primeira ia até 2012; a segunda vai até 2011. Resultado: o trabalhador que se enquadra nas disposições transitórias trabalha mais tempo para se aposentar, porque são estabelecidos mais meses e porque o período transitório diminuiu em um ano.

Eis a tabela que atualmente vigora:

TABELA 1: MESES DE CONTRIBUIÇÃO EXIGIDOS PARA APOSENTADORIA –
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Anos de implementação	Meses de contribuição exigidos	Anos de implementação	Meses de contribuição exigidos
1991	60 meses	2002	126 meses
1992	60 meses	2003	132 meses
1993	66 meses	2004	138 meses
1994	72 meses	2005	144 meses
1995	78 meses	2006	150 meses
1996	90 meses	2007	156 meses
1997	96 meses	2008	162 meses
1998	102 meses	2009	168 meses
1999	108 meses	2010	174 meses
2000	114 meses	2011	180 meses
2001	120 meses		

Fonte: Lei n. 8.213/1991.

⁸⁰ No caso do “abono de permanência”, em 2005, durante tramitação da reforma da Previdência, o governo federal (presidente Lula) decidiu pagá-lo aos servidores que haviam cumprido os requisitos para se aposentar mas que decidiram continuar trabalhando. O governo teve receio de perder de uma hora para outra servidores que estavam na plenitude de sua capacidade e qualificação, e que, com medo de saírem perdendo com as novas regras, acelerariam suas aposentadorias.

A Lei Complementar 75, de 20 de maio de 1993, dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União. Esta lei complementar se traduz no Estatuto do Ministério Público: “Art. 1º O Ministério Público da União, organizado por esta lei Complementar, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbendo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis” (Lei Complementar 75/1993). Em relação aos idosos, destacam-se os artigos 5º e 6º:

Art. 5º São funções institucionais do Ministério Público da União: [...]

III - a defesa dos seguintes bens e interesses: [...]

e) os direitos e interesses coletivos, especialmente das comunidades indígenas, da família, da criança, do adolescente e do idoso; [...]

Art. 6º Compete ao Ministério Público da União: [...]

VII - promover o inquérito civil e a ação civil pública para: [...]

c) a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor; [...] (BRASIL, 1993).⁸¹

Os idosos são inseridos na “proteção dos interesses individuais indisponíveis”, termo jurídico apropriado às minorias que não dispõem diretamente da Justiça. Mais uma mostra de que seus interesses não são, em geral, atendidos. Fato é que a Jurisprudência se traduz numa arena de conflitos entre interesses humanitários e de caridade, de um lado, e de outro, as tentativas sistemáticas de inserir a atividade humana na esfera das relações de troca. Agora é o idoso uma arena de disputa, tomado como “objeto de mercantilização”. Não basta, portanto, focar o envelhecimento de forma individual, psicológica, biológica e gerontologicamente, como algo que ameaça certa continuidade (ainda que transitória⁸²) do que nos faz sermos o que somos – nosso pensamento, sentimento, consciência –, para daí restar-nos temer o Mal de Alzheimer, a perda de movimentos físicos e de autonomia. É preciso levar em conta a *produção social* da velhice.

⁸¹ Neste estudo, muito colaborou a seguinte obra, que além de apresentar na íntegra o Estatuto do Idoso, destacou na legislação vigente outras tantas leis, artigos, incisos e parágrafos, todos relativos aos idosos: PAULO, Antonio De; SILVA, Júlio César. MARTINS FILHO, Plínio (Org.). **Estatuto do Idoso**, Lei 10.741/2003. Política Nacional do Idoso e Conselho Nacional do Idoso, Lei 8.842/94 e Dec. 1.948/96. Sobre a prioridade no atendimento, Lei 10.048/2000. Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI, Dec. 4.227/2002. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

⁸² Digo *continuidade transitória* porque os sujeitos humanos se constroem e se reconstroem nas suas relações. A identidade não é fixa, não é congelamento; é processo contínuo. Não obstante, para que tal ocorra é igualmente necessária certa continuidade, sem a qual seríamos uma tábula rasa a cada segundo.

A Lei 8.842, de 04 de janeiro de 1994, criou o Conselho Nacional do Idoso. Existe aí uma preocupação em se estabelecer condições de “autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”, condições compreendidas como “direitos sociais do idoso” (Art. 1º.), considerada idosa a pessoa maior de sessenta anos. São ressaltados pela política nacional do idoso os “direitos de cidadania”, à vida, a não sofrer discriminação. Insiste-se na viabilidade de participação e integração do idoso às “demais gerações”, no “estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais do envelhecimento” (Lei 8.842, Art. 4º., Inciso VIII). Como todos nós envelhecemos, é o caso de tomarmos consciência disso, compreendermos informações trazidas por diferentes ciências (biologia, psicologia, sociologia...⁸³), que devem nos auxiliar na não desintegração com as “demais gerações”.

Há uma preocupação com a área educativa que toca tanto o idoso quanto as demais gerações que devem bem se relacionar com ele. Deve, então, haver uma maior “normalidade” na compreensão de que todos nós envelhecemos. Não deixa de ser interessante que no justo momento em que a sociedade e o próprio Estado dedicam uma atenção especial ao tema, insistindo na “normalidade” e na não desintegração do idoso, procura-se igualmente criar maneiras de dissimular o processo de envelhecimento. Não costumamos enxergar a história de vida das pessoas nas rugas e marcas de suas faces. Queremos amenizar este aspecto de nossa “natureza”, e então exageramos a preocupação com aspectos biológicos, tantas vezes estético, que dificilmente poderemos driblar por completo.

Não seria letra morta uma lei que pugna pela não desintegração do idoso sob os imperativos de reestruturações produtivas que realizam exatamente esta desintegração? Ocorre que essas contradições não são tão evidentes para a maior parte das pessoas. Além disso, insistir na não desintegração do idoso pode se traduzir, em termos práticos, quando um anjo torto ouve nossa prece, em integrá-lo num nicho de mercado, num nicho (quem sabe?) de mão-de-obra, num tipo específico de capital vivificado.

Um historiador não pode olhar apenas para o que dizem os documentos jurídicos, ou demais documentos. A história vivida está no nível do efetivo, mas num efetivo entrelaçado aos possíveis não realizados, ao verossímil. Ela se relaciona com as intenções dos

⁸³ Tal como a diretriz: “apoio a estudos e pesquisas sobre as questões relativas ao envelhecimento” (Lei 8.842, Art. 4º., Inciso IX). Há outros artigos, na mesma lei, que se preocupam marcadamente com a construção de um cabedal de conhecimento científico – pesquisas e publicações que possam auxiliar na compreensão e intervenção das questões relativas ao envelhecimento.

sujeitos, intenções que performativamente interferem no efetivado embora possam não ser realizadas na sua completude.

A questão pode passar a ser, desta feita, à qual integração pode estar referida uma lei e a “filosofia” moral que esta proclama, que tipo de integração é efetivada, e o quanto podemos nos habituar, absorver padrões de integração que apenas tocam aspectos não muito amplos de nossa forma de vida.

Não precisamos ser “velhos” para sentirmos o peso da *produção da velhice*. As novas gerações não têm procurado adiar o quanto podem a “maturidade” (na falta de um termo melhor)? Não enxergam um “prêmio” esperando por quem conseguiu mergulhar nas “aguras” do trabalho, ou de alguma forma compreendem bem o ditado francês: “perde-se a vida tentando ganhá-la”. Nós agregamos valor ao capital, e somos dispensados em seguida. No máximo, o prêmio parece ser o de mudar de nicho de mercado. Sob o ponto de vista estritamente “psicológico”, pode haver “níveis de felicidade” nisso, especialmente se as mídias continuarem insistindo em fundir sujeitos consumidores, compradores, “cidadãos”, e não produtores criativos não apenas de bens, mas de formas de vida menos “alienadas”.

Isso merece uma boa dose de reflexão. O liberalismo insiste que não é necessariamente ruim a divisão do trabalho. Pelo contrário, esta dinamiza as relações humanas, a produção, o mercado, compra e venda, oferta e procura, e também ajuda a realizar as potencialidades do indivíduo, que vive o máximo de felicidade possível nesta “sociedade aberta”.

Ocorre, não obstante, que quando eu compro, transfiro a outro a experiência do fazer, do produzir. Quando eu compro, eu me alieno da experiência de fazer eu mesmo, ainda que eu faça outra coisa da qual não me alieno. Mas mesmo esta outra coisa que faço a faço num processo em que não sou senhor do que estou fazendo, pois a faço mediante relações sociais assalariadas. Mesmo aí há alienação.

Tem mais: os movimentos ecológicos não parecem insistir em transformar não apenas o modo como produzimos, mas o modo como consumimos (para que seja “sustentável”, “renovável”, “reciclável”)? Os trabalhadores não escolhem como produzem. Boa parte dos trabalhadores sequer pode produzir, por estar excluída ou marginalizada; quanto mais consumir! Não poderão os trabalhadores escolherem como consomem também? Que potencial individual pode ser desenvolvido quando apenas uma parcela ínfima da sociedade tem autonomia? Um direito à aposentadoria poderia nos tirar deste mecanismo, na medida em que poderíamos só então nos concentrar em fazer o que não pudemos fazer antes.

Mas ao manter os idosos “integrados” (o que tantas vezes se traduz em insistir numa aposentadoria só para os “momentos finais” da vida), um novo nicho de mercado, estamos a mantê-los nas mesmas amarras. Eles podem finalmente consumir o que nunca puderam consumir antes? Em geral não, porque os recursos financeiros são comumente menores que no período “ativo” do trabalho. Mas ainda que pudessem, viveriam uma alienação de mesma natureza. Seria por isso que na já superada (e clássica) obra sobre a velhice, Simone de Beauvoir teria dito que para que um homem seja respeitado na velhice seria necessário que já estivesse sendo respeitado desde criança? Já que foi falado dos liberais, o próprio Adam Smith (liberal insuspeito) dava mostras de que a ênfase, a prerrogativa, não está na procura, mas na oferta, na produção.

Os liberais gostam do capitalismo porque são os capitalistas que detêm a prerrogativa. Produzem, em sentido amplo, uma sociedade à sua imagem e semelhança. Realização das potencialidades individuais? Sim, as deles principalmente. Limitam, fecham (e não abrem) o universo do possível, para que qualquer outro universo nos apareça como impossível. A “sociedade aberta” é bem fechada. Quantos liberais se opuseram à Ditadura Militar no Brasil quando viram que tinham “aberto demais” a participação popular, da esquerda, etc.?⁸⁴ O universo do possível nos aparece como “cidadania”, termo muito presente na legislação, na mídia, em partidos políticos de diferentes tendências. Não sai da boca dos gestores. Mas a questão está na forma como são fundidos os cidadãos, como estes têm sido talhados e, portanto, como são criadas as “idades”, as “fases” da vida, em especial a velhice; e esta forma é uma limitação do universo do possível.

Voltando aos documentos jurídicos, a Lei 8.909, de 06 de julho de 1994, “dispõe, em caráter emergencial, sobre a prestação de serviços por entidades de assistência social, entidades beneficentes de assistência social e entidades de fins filantrópicos e estabelece prazos e procedimentos para o recadastramento de entidades junto ao Conselho Nacional de Assistência Social, e dá outras providências”. Houve nesta lei, promulgada durante a presidência de Itamar Franco, tentativas de tornar menores os custos com burocracia por parte das entidades filantrópicas e beneficentes, além da questão do recadastramento, necessário ao disciplinamento de tais entidades.

⁸⁴ Essas reflexões dificultam a citação de uma ou outra obra em específico, pois são feitas a partir de sínteses teóricas. Pode o leitor, entretanto, conferir que meu texto dialoga ao menos com o seguinte inter-texto: BERNARDO, João. **O inimigo oculto**: ensaio sobre a luta de classes – manifesto anti-ecológico. Porto: Afrontamento, 1979; POPPER, Karl. **A Sociedade Aberta e seus inimigos**. São Paulo: Itatiaia, 1998; em alguma medida, com: WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 2003.

Também durante a presidência de Itamar Franco, a Lei 8.926, de 09 de agosto de 1994, tornou “obrigatória a inclusão, nas bulas de medicamentos, de advertências e recomendações sobre seu uso por pessoas de mais de 65 anos”. A regulamentação desta lei devia se dar no prazo de trinta dias. Os escritores de bulas, médicos, bioquímicos, deviam se disciplinar a discriminar diferenças de idade que pudessem interferir nos efeitos dos remédios; o “uso adequado” devia se atrelar a essas diferenças, agora com especial atenção aos idosos. Os estudos científicos, farmacológicos, que levam à “compressão” dos princípios ativos, à produção de “comprimidos”, deveriam voltar sua atenção aos aspectos do envelhecimento que pudessem interagir de maneira diferente em relação às demais “idades” (perdas ósseas, etc.) no tocante à adequação de seu princípio ativo. Entretanto, é sempre um tanto difícil medir o que está no plano do efetivo, do “natural”, do “biológico”, e o que está no plano do factual, do cultural, do construto intersubjetivo. A operação de discriminar “idades”, “velhice”, no equilíbrio interno dos “organismos”, dos sujeitos, coloca uma lente de aumento abaixo de nossa epiderme.

A Lei 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, promulgada durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, regulamentou o inciso LXXVII do Artigo 5º da Constituição de 1988, qual seja o de que “são gratuitas as ações de **habeas corpus** e **habeas data**, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania”. Por exemplo, a gratuidade do “registro civil de nascimento e o assento de óbito” (Lei n. 9.265, Art. 1º. Inciso VI). Em tese, o Estado de Direito deve garantir constitucionalmente que o indivíduo não poderá ser coagido por abuso de poder; quando está na iminência de sofrê-lo, deve ser aplicado o princípio do *habeas corpus*, ou seja, “que tenhas teu corpo”. De forma semelhante se dá o *habeas data*, o direito de conhecer os dados sobre si mesmo, dados constantes nos registros governamentais. Mais diretamente relacionada ao idoso, a lei pugna pela gratuidade do que é necessário para que este seja “cidadão”. Todos estes princípios pertencem ao Estado de Direito. Já o grau de efetividade de tais direitos, num país com tantos ranços da Ditadura Militar, com tropas de choque removendo estudantes que se manifestam no interior das universidades, um país que faz tantas vistas grossas às torturas comumente praticadas nos porões das delegacias e presídios, um país cuja liberdade de imprensa está mais para soberania de empresa interessada em criminalizar movimentos sociais, bem, o grau de efetividade de tais direitos, enfim, não é alto.⁸⁵

⁸⁵ A evidência é tanta que dispensa a apresentação de qualquer dado estatístico, bastando simplesmente estar no mundo de forma não bestial. Vale a pena citar: “Toda tragédia só me importa quando bate em minha porta, porque é mais fácil condenar quem já cumpre pena de vida” (Música “Classe Média”, de Max Gonzaga).

O Decreto 1.948, de 03 de julho de 1996, regulamentou a Lei 8.842, de 4 de janeiro de 1994, tratada anteriormente, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso. Este decreto estabelece as competências de órgãos como o Ministério da Previdência e Assistência Social, o INSS, o Ministério do Planejamento e Orçamento, Ministério da Saúde, do Trabalho, da Justiça, etc. Para a pessoa que perdeu qualquer autonomia, temos especialmente o estabelecido no Artigo 3º.:

Entende-se por modalidade asilar o atendimento, em regime de internato, ao idoso sem vínculo familiar ou sem condições de prover à própria subsistência de modo a satisfazer as suas necessidades de moradia, alimentação, saúde e convivência social.

Parágrafo único. A assistência na modalidade asilar ocorre no caso da inexistência do grupo familiar, abandono, carência de recursos financeiros próprios ou da própria família (BRASIL, 1996).

A Lei 9.455, de 07 de abril de 1997, e publicada no dia seguinte no Diário Oficial da União, define os crimes de tortura e as penas. São quatro artigos. No Artigo 1º, parágrafo 4º, houve uma alteração feita pelo Estatuto do Idoso de 2003 que incluiu o maior de sessenta anos nos casos em que o crime de tortura é cometido contra criança, gestante, deficiente (nova redação refere “portador de deficiência”), adolescente e agora o idoso. A reclusão para o crime de tortura é de dois a oito anos, e aumenta de um sexto até um terço quando praticado contra tais “segmentos”.

A Lei 9.459, de 13 de maio de 1997, alterou os seguintes artigos da Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989:

Art. 1º. Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor. [...]

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar, pelos meios de comunicação social ou por publicação de qualquer natureza, a discriminação ou preconceito de raça, por religião, etnia ou procedência nacional.

Pena: reclusão de dois a cinco anos.

§ 1º Incorre na mesma pena quem fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.

§ 2º Poderá o juiz determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência:

I - o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo;

II - a cessação das respectivas transmissões radiofônicas ou televisivas.

§ 3º Constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido (BRASIL, 1989).

Os artigos passaram a ter a seguinte redação:

Art. 1º. Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. [...]

Art. 20. Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

Pena: reclusão de um a três anos e multa.

§ 1º Fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

§ 2º Se qualquer dos crimes previstos no caput é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza:

Pena: reclusão de dois a cinco anos e multa.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência:

I - o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo;

II - a cessação das respectivas transmissões radiofônicas ou televisivas.

§ 4º Na hipótese do § 2º, constitui efeito da condenação, após o trânsito em julgado da decisão, a destruição do material apreendido (BRASIL, 1997).

As mudanças se referem à inclusão da idéia de *cor*, e não somente de *raça*, mudança do tempo de reclusão por tais crimes resultantes de preconceito. Está presente também certa preocupação com o nazismo. É interessante citar esta lei justamente porque ela não inclui a discriminação por idade, não inclui o preconceito contra os idosos. O mesmo ocorre com o Artigo 2º da mesma lei, artigo este que acrescenta um parágrafo no Artigo 140 do velho Código Penal de 1940: “Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião ou origem: Pena: reclusão de um a três anos e multa” (BRASIL, 1997).

A Lei 9.656, de 03 de junho de 1998, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 04 de junho de 1998, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, e que entrou em vigor noventa dias após sua publicação, dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde. Esta lei possui 36 artigos, e quase todos passaram por alterações realizadas através de medidas provisórias ainda sob a mesma presidência em 2001. Destaquemos as questões mais pertinentes aos idosos. O Art. 15 estabelece que só pode haver variação das “contraprestações pecuniárias”, dos custos financeiros de assistência médica, nos

casos em função da idade, quando prevista no contrato inicial “as faixas etárias e os percentuais de reajustes incidentes em cada uma delas”, seguindo as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Aos “consumidores” maiores de 60 anos que participavam dos “produtos” há mais de dez anos ficava proibida a variação. O Art. 18, Inciso II, privilegia as pessoas com mais de 65 anos de idade, além de gestantes, lactantes e crianças de até cinco anos, no tocante à marcação de consultas e exames.

A Lei 9.720, de 30 de novembro de 1998, dava nova redação a dispositivos da Lei 8.742/1993, que dispunha sobre a organização da Assistência Social. Ficava estabelecido que a Conferência Nacional de Assistência Social fosse convocada ordinariamente a cada quatro anos, para avaliar e “propor diretrizes para o aperfeiçoamento do sistema” (Lei 9.720/1998, Art. 18, Inciso VI). A idade mínima de 70 anos prevista para o benefício de um salário mínimo mensal para quem não possuísse meios próprios de prover subsistência nem família que o fizesse reduziu para 67 anos.

A Lei 9.732, de 11 de dezembro de 1998, alterou dispositivos das Leis 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, analisadas anteriormente. Também alterou dispositivos da Lei 9.317/1996, a que estabeleceu o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Médio Porte (SIMPLES), e que foi revogada. O Art. 55, Inciso III (Lei 7.732/1998), estabelece que se “promova, gratuitamente e em caráter exclusivo, a assistência social beneficente a pessoas carentes, em especial a crianças, adolescentes, idosos e portadores de deficiência”.

O Decreto 3.409, de 10 de abril de 2000, definiu as ações continuadas de assistência social:

Art. 1º. São consideradas ações continuadas de assistência social aquelas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social para atendimento mensal à criança e ao adolescente, à pessoa idosa, à pessoa portadora de deficiência, e as relacionadas com os programas de Erradicação do Trabalho Infantil e da Juventude (BRASIL, 2000).

Este decreto foi revogado por outro, o 5.085/2004, durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. Basicamente amplia na redação o que deverão ser consideradas ações continuadas de assistência social. São aquelas ações:

[...] financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social que visem ao atendimento periódico e sucessivo à família, à criança, ao adolescente, à pessoa idosa e à portadora de deficiência, bem como as relacionadas com os programas de Erradicação do Trabalho Infantil, da Juventude e de Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2004).

Trocou-se “atendimento mensal” por “periódico e sucessivo”; incluiu a família e o combate à violência contra menores. Ampliou os segmentos atendidos pelo conceito, mas deu margem à flexibilidade no atendimento, não mais necessariamente mensal.

A Lei 10.048, de 08 de novembro de 2000, dá prioridade de atendimento às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, portadoras de deficiência, lactantes, pessoas com crianças de colo, nas repartições públicas, empresas concessionárias de serviços públicos, empresas públicas de transporte, etc.

No mesmo sentido, a Lei 10.173, de 09 de janeiro de 2001, alterou a Lei 5.869/1973 (Código de Processo Civil), para dar prioridade de tramitação aos procedimentos judiciais em que figuram pessoas com idade igual ou superior a 65 anos.

Durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, o Decreto 4.227, de 13 de maio de 2002, criou o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), não obstante revogado pelo Decreto 5.109, de 17 de junho de 2004, sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, que também tratava basicamente das mesmas questões que o decreto anterior: composição, estruturação, competências e funcionamento do CNDI. O novo decreto inclui o acompanhamento e avaliação da execução do Estatuto do Idoso, de 2003.

A Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, instituiu o Código Civil, com 2.046 artigos. Entrou em vigor um ano após sua publicação. Revogou o antigo código civil de 1916 e a primeira parte do código comercial instituído ainda no Brasil Império (1850). Destaco algumas questões mais diretamente endereçadas aos idosos. Por exemplo, o fato de que pessoas maiores de 60 anos só podem se casar sob regime de separação de bens. O código prevê situações em que pessoas, possivelmente idosos, não podem se suprir sob suas próprias forças. A família é acionada.

Art. 1.695. São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalca do necessário ao seu sustento.

Art. 1.696. O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros.

Art. 1.697. Na falta dos ascendentes cabe a obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos⁸⁶ como unilaterais.⁸⁷

Art. 1.698. Se o parente, que deve alimentos em primeiro lugar, não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados a concorrer os de grau imediato; sendo várias as pessoas obrigadas a prestar alimentos, todas devem

⁸⁶ Irmãos que procedem do mesmo pai e da mesma mãe.

⁸⁷ Irmãos por parte de pai ou por parte de mãe.

concorrer na proporção dos respectivos recursos, e, intentada ação contra uma delas, poderão as demais ser chamadas a integrar a lide (BRASIL, 2002).

O jornal “Folha de S. Paulo”, entre outros, mostrou em seu editorial certa preocupação não apenas com a questão do idoso e com o envelhecimento da sociedade brasileira, algo que foi tomado como uma equiparação com processos pelos quais passaram pouco anteriormente os países do “primeiro mundo”, mas também com a aplicabilidade do Estatuto (Lei 10.741 de 2003).

O estatuto, aprovado por unanimidade, deverá passar sem problemas pelo Senado. O fato de que seja aprovado, no entanto, não assegura automaticamente que a situação dessa faixa da população vá melhorar. É preciso não apenas que o poder público zele pelo seu cumprimento, mas que a sociedade se conscientize cada vez mais da importância de assegurar condições dignas àqueles que já alcançaram idade avançada (Folha de S. Paulo, 25 ago. 2003).

Enfim, a Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, instituiu o Estatuto do Idoso. Com seus 118 artigos inseridos ao longo de sete títulos, destina-se a regular direitos assegurados às pessoas com idade mínima de 60 anos. Seu artigo 3º estabelece:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2003).

E é inequívoco em relação à percepção social de que muitas pessoas não poderão suprir a si próprias na velhice – perderão qualquer autonomia –, cabendo preferencialmente à família os cuidados com seus idosos. Quando esta condição não puder ser satisfeita: asilo! “A garantia de prioridade compreende: [...] V. priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência” (Estatuto do Idoso, Art. 3º).

Com a quantidade de trabalho que pesa sobre as famílias trabalhadoras, que estas devem despender no processo de produção, não é caso raro ter de passar a velhice numa instituição asilar. A “flexibilização” e o aviltamento do trabalho, desenvolvidos especialmente a partir do toyotismo (e do neoliberalismo), a diminuição de seu valor unitário relativamente ao incremento da capacidade produtiva do sistema como um todo, aumentou a carga de trabalho exigida, e não o contrário.

A renda do trabalhador brasileiro caiu 12,7% entre 1995 e 2005. No mesmo período, a taxa de desemprego subiu 52,5%: em 1995, atingia 6,1% da população economicamente ativa (PEA), e, em 2005, passou a 9,3%, uma diferença de 3,2 pontos percentuais. Os dados são da pesquisa Indicadores Sociais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Entre 2004 e 2005, houve uma evolução positiva na renda, que subiu 4,6%. Mas a alta não foi suficiente para anular as perdas dos últimos anos (SALÁRIO cai..., on-line).

Não obstante, o Estatuto pugna para manter o idoso integrado à sociedade, e gozando de benefícios e direitos consideráveis – muitos dos quais podem ser bastante difíceis de serem efetivados. Vários artigos de jornais referiram essa dificuldade de implementação dos direitos dos idosos, além do editorial do jornal “Folha de São Paulo” anteriormente citado.

A proibição de reajustes dos planos de saúde a partir dos 60 anos, trazida pelo Estatuto do Idoso, gerou um aumento para os mais jovens nos contratos assinados a partir deste mês. O levantamento foi apresentado no CNS (Conselho Nacional de Saúde). Antes concentrados principalmente nas faixas de 50-59 anos e de 60 a 69, os reajustes passam a pesar mais, agora, já a partir dos 39 anos, mostra o levantamento. Nas novas tabelas adaptadas ao estatuto, concentram-se principalmente entre os 44 e 48 anos e na faixa de 59 anos ou mais. Em outubro, quando o estatuto foi sancionado, o ministro da Saúde, Humberto Costa, causou constrangimento ao governo por prever uma punição aos mais jovens. A pasta encaminhou um parecer contrário ao limite. Uma pessoa de 39 anos pagará, neste ano, 29,3% a mais por um novo plano, segundo comparação das médias das mensalidades de 2003 e de agora. Já para uma pessoa de 49 anos, o aumento será de 80,5%. Para quem tem 59 anos, a elevação será de 91,1%. A análise é do preço de entrada de planos individuais, que não é controlado pela ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar). Hoje, pouco mais de 30% do mercado é de planos individuais – considerando os posteriores à lei que rege o setor, de 1998. “Uma política que encarece ou expulsa o consumidor com certeza, a longo prazo, terá impacto sobre o SUS [Sistema Único de Saúde]”, diz Mário Scheffer, representante de usuários no conselho e responsável pelo levantamento. [...] Com o veto aos reajustes a partir dos 60 anos, a ANS foi obrigada a redistribuir os aumentos. Antes do estatuto havia sete faixas e reajustes de dez em dez anos. Agora são dez faixas e os aumentos ocorrem com mais frequência, de cinco em cinco anos (Folha de S. Paulo, 27 jan. 2004).

Afirma o Estatuto: “§ 3º É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade” (Art. 15). Até o momento em que escrevo estas palavras, este parágrafo não foi revogado ou adaptado às condições “reais” de aplicação da lei.

Não durou nem duas semanas. Empresas de ônibus conseguiram nesta semana liminar na Justiça que as desobriga de conceder dois lugares gratuitamente a idosos em viagens interestaduais. A normativa havia sido editada em 25 de outubro. Conforme o superintendente da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), José Antônio Schmitt, essas companhias entraram com recurso, alegando que seriam prejudicadas financeiramente. Um dos artigos da resolução prevê que caberá à agência estabelecer a revisão das tarifas para a ‘recomposição do equilíbrio econômico-financeiro’, se o benefício resultar, ‘comprovadamente’ em desequilíbrio. **Benefício:** A determinação garantia o benefício àqueles idosos que ganham até dois salários mínimos. Quando os dois lugares estivessem ocupados, os outros solicitantes deveriam ter desconto de 50% no preço da passagem. No caso de descumprimento, as companhias poderiam pagar multa de até R\$ 2,8 mil. Com a liminar, a ANTT ficou impedida temporariamente de aplicar a penalidade (JUSTIÇA derruba..., on-line, grifo do autor).

Empresas de transportes terrestres revoltaram-se contra o Art. 40 do Estatuto do Idoso, que estabelece:

No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica: **I** – a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para

idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos; **II** – desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários-mínimos. **Parágrafo único.** Caberá aos órgãos competentes definir os mecanismos e os critérios para o exercício dos direitos previstos nos incisos I e II.

A velhice se tornou derradeiramente um “problema social” que o Estado e a sociedade têm de enfrentar. Há uma preocupação em relação à “mudança de cultura” com relação ao idoso, para que se tornem “legítimos” seus direitos, ainda que em alguma medida isso se traduza num maior gasto financeiro para as “outras idades”, num maior “custo de produção” para as empresas – barreiras tantas vezes difíceis de atravessar toda vez que o “Estado de Direito” desafia a capacidade de lucro capitalista. Na lógica do capital, um direito só pode ser concedido mediante contrapartida nos ganhos, e quando não há como resistir às pressões sociais; geralmente tal caso é solucionado com o desenvolvimento tecnológico, que permite ganhos de produtividade os quais diminuem o impacto do *output*, da parte dos rendimentos que não fica com as empresas.

Esta lógica lembra a metáfora do bolo – a riqueza precisa ser primeiro gerada, para depois ser dividida. E, no fundo, a questão não é bem esta, porque não existem esses dois momentos distintos: um de geração, outro de distribuição (mais ou menos “justa”). A produção da riqueza é já, desde sua base, a produção da desigualdade, pois se dá no nível das relações sociais. Uma vez garantida a prerrogativa do capital (e não do trabalho) na Jurisprudência, corre-se atrás de uma distribuição no segundo momento (o da distribuição, circulação) abstraído do primeiro (o da produção), no nível do Direito, da Cidadania, etc. Corre-se atrás, a reboque, do direito do idoso, da criança, dos trabalhadores, etc. E corre-se atrás da “mudança de atitude cultural” em relação ao idoso, à criança, ao adolescente. Ainda que se consiga tais conquistas, em alguma medida, e sim, elas são importantes, está-se sempre a reboque, caudatário, sem independência, servilmente.

Em outubro de 2001, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados realizou a V Caravana Nacional dos Direitos Humanos, dedicada à visita de casas de internação de idosos em quatro estados brasileiros. Das 28 instituições visitadas, espalhadas pelas cidades de São Paulo-SP, Rio de Janeiro-RJ, Recife-PE, Camaragibe-PE, Olinda-PE, Curitiba-PR e Londrina-PR, apenas 6 foram consideradas com condições adequadas. O relatório conclui que as instituições para idosos, no Brasil, seguem fundamentalmente o modelo asilar. Ou seja, os idosos são apartados da sociedade, são abstraídos de sua identidade, de sua memória, não se reconhecem naquele espaço que lhes é estranho. Seus apoios de

memória são dispensados; sequer possuem mobílias próprias. É um espaço de desenraizamento.

No relatório da V Caravana Nacional de Direitos Humanos, o deputado do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Sul, Marcos Rolim, afirma que:

[...] os asilos são aquelas instituições onde se verifica, primeiramente, uma segregação dos idosos diante da comunidade de entorno. Como regra, os idosos estão apartados de qualquer convivência comunitária; não saem do asilo ou, quando o fazem, realizam apenas breves e vigiadas incursões. Além desta apartação, tão típica das 'instituições totais' (Goffmann), deveríamos agregar outra característica fundamental, a saber: o abandono. Os idosos internados em asilos estão abandonados duplamente. Primeiro, pela família; segundo, pela própria instituição. Esse duplo esquecimento os condena a uma realidade sempre idêntica, não raras vezes definida por eles mesmos como um cotidiano onde se 'come e dorme'. Aos idosos vitimados por esse modelo asilar não se oferece atividades. Para todos os efeitos, eles estão internados em um espaço cuja realidade se situa entre o silêncio e a morte. O silêncio incontornável da vida que resta e o silêncio futuro que resultará do fim da vida (ROLIM, on-line, citação do autor).

Como é comum em relatórios das comissões da Câmara, depois da avaliação das 28 instituições asilares, os deputados envolvidos lançaram um conjunto de sete recomendações: 1) instalação do Conselho Nacional do Idoso; 2) criação da Coordenação Nacional da Política do Idoso; 3) efetivação do Programa Nacional dos Cuidadores de Idosos; 4) desativação gradual das clínicas asilares em benefício de outros modelos, como o atendimento domiciliar, Casas-Lares, Centros de Convivência, Hospitais-Dia; 5) deslocamento emergencial para instituições hospitalares de idosos portadores de doenças infecciosas, ou que necessitem de cuidados médicos e de enfermagem permanentes; 6) exigência e fiscalização do Poder Público para que as instituições que cuidam de idosos sigam proporções espaciais adequadas (expostas no relatório), estabelecidas para que sejam bem atendidas as necessidades físicas e espaciais dos idosos; 7) pede, finalmente, a aprovação do Projeto de Lei 6.163/2002.

O Projeto de Lei 6.163 de 2002 jamais foi colocado em votação. Tão logo o relator, deputado Marcos Rolim, muito ligado à questão dos direitos humanos, saiu do parlamento (janeiro de 2003), o projeto foi arquivado mediante procedimento regimental. Nenhum parlamentar solicitou o desarquivamento, para retomá-lo do ponto de tramitação onde estava parado. Nenhum se interessou. O Estatuto do Idoso consiste numa lei mais ampla, e não contradiz em nenhum aspecto aquele projeto. Este último era mais específico, entretanto, no tocante às instituições de abrigo, enquanto o Estatuto limita-se a fixar princípios que devem ser observados pelas instituições.

A COBAP em nenhum momento deixou de fazer pressão sobre o governo, e acompanhou de perto o desenrolar das leis tratadas aqui anteriormente, em especial o Estatuto

do Idoso e a desejada (pelas elites) reforma da Previdência, contra a qual a COBAP se coloca. Em torno de si, a COBAP atraiu:

[...] aposentados gráficos, vidreiros, metalúrgicos, portuários, têxteis, alfaiates, costureiros, ferroviários, camponeses, bancários, carregadores e ensacadores de café, marceneiros, antigos trabalhadores das indústrias químicas e farmacêuticas, das indústrias de borracha, das indústrias de destilaria e refinaria de petróleo, das indústrias de plástico, das indústrias de alimentação, dos transportes urbanos etc. que, a partir da COBAP, discutem nos congressos e em suas associações os caminhos para a formulação das suas demandas, a luta por melhoria das condições de vida, em um contexto em que a exploração econômica se concretiza na sociedade brasileira pela ação do grande capital, e na política econômica do Estado que cria, garante e expande as condições de dominação (HADDAD, 1993, p. 104).

Os “administradores” do conflito social tentam se antecipar em relação aos movimentos sociais. Põem diques e comportas aos movimentos sociais, e captam para si as demandas, adaptando-as à capacidade do Estado, à “realidade econômica”, à capacidade empresarial de absorção de tais reivindicações, finalmente transformando demandas em leis (comumente, letra morta). Desta feita, conquistas sociais tantas vezes aparecem como “amadurecimento” de um debate democrático, desenvolvimento de uma percepção social agora mais justa e atenta, e o passado é transformado, a posteriori, num momento de “pouca luz”, em que prevalecia a “injustiça” que agora é superada – um desvio acidental do reto caminho:

Após seis anos de tramitação no Congresso, o projeto do Estatuto do Idoso, que define medidas de proteção às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, foi aprovado ontem no Senado, por unanimidade, em votação simbólica, após quatro horas de discursos. Agora o estatuto vai à sanção presidencial. “Esse estatuto é um grande avanço na nossa legislação social. O país a cada dia dá mais passos na direção da justiça social”, afirmou o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP). A proposta foi apresentada em 1997 pelo então deputado Paulo Paim (PT-RS), hoje senador. [...] Os líderes partidários do Senado fizeram acordo para que o estatuto fosse aprovado sem modificação, para evitar retorno à Câmara, porque o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretende sancioná-lo no dia 27, quando se comemora o Dia Nacional do Idoso, ou em 1º de outubro, considerado o Dia Internacional do Idoso (Folha de S. Paulo, 24 set. 2003).

Ainda presos e dependentes do assistencialismo clientelista, os idosos têm forçado para envolverem em sua luta os trabalhadores que estão na “ativa”. De qualquer forma, há anos o movimento dos aposentados e pensionistas tem atraído a atenção da sociedade em geral e efetivado um considerável grau de pressão. Em janeiro de 2005, na Praça da Piedade, em São Paulo, houve importantes manifestações contra as perdas salariais sofridas pela “categoria”. Também protestaram contra o descumprimento do Estatuto do Idoso, que entrou em vigor em janeiro de 2004, mas que permanece em grande medida uma letra morta, especialmente se levados em conta as filas no setor de saúde e os dribles que as empresas de transportes inventam com grandiosa criatividade.

O Título IV do Estatuto do Idoso estabelece a política de atendimento, e refere as entidades asilares públicas, privadas e filantrópicas:

Art. 48. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, observadas as normas de planejamento e execução emanadas do órgão competente da Política Nacional do Idoso, conforme a Lei 8.842, de 1994.

Parágrafo único: As entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso ficam sujeitas à inscrição de seus programas, junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento, observados os seguintes requisitos:

- I. oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- II. apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis com os princípios desta Lei;
- III. estar regularmente constituída;
- IV. demonstrar a idoneidade de seus dirigentes (BRASIL, 2003).

O contexto do Estatuto do Idoso é aquele das pressões sociais crescentes em torno das questões às quais ele tenta responder de alguma forma. Aplicá-lo, entretanto, é outro problema que tem envolvido muitas dificuldades.

‘O estatuto está sendo desrespeitado nos transportes, nas filas e na saúde, quando o idosos tem prioridade no atendimento e não acontece’, reclama o aposentado Gilson Costa. Um flagrante do desrespeito, segundo ele, é a implantação das linhas com microônibus. ‘Isso é zombar da inteligência da gente. A lei prevê 10% de acento gratuito para o idoso, se eles colocam um microônibus que só tem 20 lugares, só vai haver duas vagas para o idoso, vagas que geralmente estão ocupadas por pessoas jovens’, reclama (PAIM, on-line).⁸⁸

Também não tem ocorrido a desativação gradual das clínicas asilares em benefício de outros modelos, como o atendimento domiciliar, Casas-Lares, Centros de Convivência, Hospitais-Dia, tal como o relatório da V Caravana Nacional dos Direitos Humanos propunha.

Não obstante, é bom que não se perca de vista a ação dos gerenciadores (tantas vezes domesticadores) dos conflitos sociais, a bem de uma análise histórica de fato crítica. Os

⁸⁸ Em São Carlos-SP, por exemplo, uma empresa de ônibus interurbano encontrou uma maneira criativa de desestimular as pessoas a efetivarem seus direitos no tocante aos descontos nos preços das passagens. Elas têm de primeiramente fazer um pedido no guichê (bastante ausente), esperar uma carteirinha ficar pronta, fazer o depósito do valor com desconto numa agência bancária (caixa eletrônico faria demorar ainda mais), esperar no mínimo três dias úteis, e conseguir tickets no guichê. Com estes, no dia da viagem, elas têm de passar novamente no guichê para pagar a taxa de embarque e, finalmente, pegar a passagem, onde vem um carimbo com os dizeres: “SEM DIREITO A SEGURO”. No caso de idosos, esses devem fazer reserva com antecedência; dois lugares são gratuitos, ou então recebem 50% de desconto nos lugares não reservados. A empresa parece respeitar relativamente o Estatuto do Idoso, mas compensa suas perdas dificultando a efetivação do desconto para estudantes, professores, etc. Conceder sem contrapartida é sempre um risco na capacidade de acumular, risco que sempre se quer evitar. O desenvolvimento tecnológico responde devidamente a este problema, na medida em que tende a diminuir custos e salvaguardar de perdas nos momentos de concessão de direitos. Mas nem todas as empresas podem realizar este desenvolvimento tão dinamicamente. Este é o caso das empresas de ônibus.

gestores estão geralmente ligados a conselhos, como o CNDI. A comunidade de juristas, o Ministério Público Federal, o Ministério da Justiça, etc., são os principais municiadores de pessoal para gerir conselhos como esse. O Estatuto do Idoso e as leis relativas à velhice estão recheados de conselhos. São também gestores – e seu poder é variável – os representantes da sociedade civil organizada, ou seja, o pessoal de instituições como sindicatos, Organizações Não Governamentais (ONGs), que de alguma forma pugnam pela administração do conflito social. Os curadores, embora possam estar ligados a órgãos “públicos”, realizam a gestão social da riqueza segundo os princípios da classe gestorial, que não pode deixar ociosos os recursos. Trata-se de uma intervenção direta na vida privada, para investir o dinheiro da forma como é habitual no mercado financeiro. Portanto, o sentido não é público; o sentido gestorial é juridicamente identificado, confundido, com o público. Há uma produção social da velhice, que não é meramente biológica, seguida da transferência dessa produção para os bens de capital. Os trabalhadores idosos têm uma massa minguada de recursos, se considerada individualmente, mas se trata de recursos consideráveis quando tomados socialmente.

As ações dos grupos gestoriais foram ganhando importância crescente na configuração das leis relativas aos idosos, e de alguma forma começaram a influir nas instituições asilares.

Os asilos de idosos têm sido aquelas instituições voltadas aos de maior idade que não têm autonomia relativamente ao trabalho, secundariamente àquelas pessoas cujas famílias não apresentam condições para delas cuidarem, e, portanto, às pessoas que não podem se suprir por si mesmas, por conta de fatores ligados ao avanço da idade – problemas mentais, físicos, ou mesmo sociais, que comumente nos vão acometendo no decorrer da vida. Ocorre que, como toda instituição, também os asilos de idosos passam por mudanças históricas mediante diferentes contextos e transformações, de forma que não cabe o congelamento de uma noção.

A composição de uma história dos asilos de idosos vai além dos limites deste trabalho. Não obstante, a estreita relação entre os asilos e os “vencidos”, “marginalizados”, “excluídos”, “velhos” (no sentido de “inadequados”, “gastos”, etc.), e mais recentemente, os “supranumerários”, “desfiliaados” (CASTEL, 1998), permite-nos captar de modo relativamente breve algumas transformações não retilíneas que permeiam a existência dessas instituições.

A trajetória não retilínea das “*metamorfoses da questão social*” que o sociólogo Robert Castel⁸⁹ (1998) – cujo trabalho é amplo mas se refere especialmente à França – identifica vai da *tutela e coerção* (do Estado Absolutista e da tradição dos ofícios) ao *contrato* (do Iluminismo, da governabilidade liberal), num primeiro momento, e do *contrato* ao *estatuto* num segundo momento, quando o *Estado Social* tenta afastar os riscos das relações de trabalho e solidificar garantias – a sociedade salarial. Para todos esses momentos, Castel aplica um modelo dinâmico, pois pode-se migrar de uma situação a outra em qualquer direção, que articula *integração* ⇔ *vulnerabilidade* ⇔ *inexistência social*.⁹⁰

Na análise de Castel (1998), a sociedade mais atual passaria por um processo de aviltamento e precarização das condições dos assalariados, algo que não seria propriamente uma novidade histórica, haja vista que assalariados sempre estiveram relacionados à precariedade, mas que, no entanto, depois de mais ou menos consolidadas boas condições na sociedade salarial, há um tipo novo de precarização, pois os novos “inúteis para o mundo” podem ser bastante “qualificados” para o mesmo mundo que os desfilia.

No século XVIII, impõe-se a revolução jurídica do livre acesso ao trabalho, que representou a superação, a quebra da tradição, das formas seculares de organização do trabalho, dos ofícios mais precisamente, mas ao mesmo tempo, uma tal situação levava os trabalhadores a uma condição de precariedade ainda maior que as condições tradicionais. A precariedade é perigosa para o todo social, e a “questão social”, em Castel (1998), é aquela instância de onde depreendemos certa possibilidade de continuação ou ruptura de um determinado “pacto social”, de um determinado formato da vida em sociedade.

A promoção do livre acesso ao trabalho fecha, assim, um longo ciclo de transformações conflitivas, pondo fim aos entraves que impediram o advento de uma condição salarial. Mas essa revolução é igualmente decisiva em relação ao que segue. É ela que reintroduz a questão social sobre bases absolutamente novas no início do século XIX. Sob o reino das tutelas, a condição de assalariado asfixiava-se. Sob o regime do contrato, ela se desenvolve, mas, paradoxalmente, a condição operária se torna frágil ao mesmo tempo em que se liberta. Descobre-se, então, que a liberdade sem proteção pode levar à pior servidão: a da necessidade (CASTEL, 1998, p. 44).

Para fazer frente a essa vulnerabilidade, teria se desenvolvido no século XX o Estado Social, para diminuir riscos, dando respostas às novas questões sociais, e consolidando a sociedade salarial. Não obstante, mesmo na França, como mostra Castel, nas últimas décadas, a vulnerabilidade de massa volta a crescer, e é aviltada a condição do assalariado, e

⁸⁹ Autor que muito se valeu de estudos desenvolvidos por historiadores.

⁹⁰ Daí Castel preferir o termo *desfiliação* a *exclusão*, pois este último supõe uma condição definitiva que ele nega mediante complexas possibilidades de reintegração nas diferentes zonas de densidade das relações sociais.

daquele que Castel chama de *supranumerário*, “sobrante”, além de ser pouco definido o liame entre o assalariado e o supranumerário. Esta nova questão social, já referida em meu estudo como algo bastante ligado à última reestruturação produtiva em curso, em Castel suscita (e subsume) um discurso pela cidadania:

[...] o Estado social permanece nossa herança e é também, sem dúvida, nosso horizonte. Nossa herança: ainda vivemos no meio de poderosos sistemas de proteção e é isto que dá à situação atual sua especificidade. Essa vulnerabilidade após as proteções, e com proteções, não é a vulnerabilidade de antes das proteções da primeira metade do século XIX. Mas o Estado social é também um horizonte. A perspectiva histórica mostra que é a forma – porém a mais forma viável – que o compromisso entre a dinâmica econômica, comandada pela busca do lucro, e a preocupação de proteção, comandada pelas exigências da solidariedade, assume (CASTEL, 1998, p. 279-280).

Castel não deslegitima a soberania empresarial. Para ele, tal como a Física não pode ignorar a lei da gravitação universal, a sociedade não pode ignorar o mercado (CASTEL, 1998, p. 523). Ocorre que, por si só, as empresas também não podem dar conta da falta de coesão, da ruptura, das questões sociais que ela própria contribui ferozmente para fomentar. Daí a insistência do autor no Estado Social, nas soluções complexas que este precisa encontrar para afiançar lucros empresariais e proteção social.

No Brasil, notadamente, o Estado Social nunca chegou a se constituir; talvez tenha sido no máximo um Estado burocrático. E com o que foi patentado como neoliberalismo, o Estado brasileiro se desresponsabilizou no tocante à questão social. Mais precisamente, diferentes atores atuam no Estado brasileiro, alguns para vivificar capital morto. É então que a *questão social* é tratada, mas de forma a não realizar qualquer Estado Social, a despeito dos discursos, ou o faz muito limitadamente.

Para Castel (1998, p. 45), é na questão social onde se situa a vulnerabilidade de uma sociedade. Para este estudo, é relevante afirmar que a questão social, compreendida no limite aqui exposto, informa sobre a maneira como a velhice é produzida, a despeito daquilo a que chamamos de “idade”, o que a coloca num modelo relativamente dinâmico, se seguirmos na esteira de Castel, haja vista que se pode migrar da inexistência social para a vulnerabilidade, ou ainda para a integração. Mas não basta constatar isso; é preciso analisar como isso ocorre. No tocante aos idosos asilados, tal caso é extremamente raro, mas há indicativos de que possa vir a acontecer. Como? Vivificando “capital morto”. E, novamente, estamos diante do capital.

O capital não apenas produz isso ou aquilo, com ou sem peso. Aliás, ter ou ter não peso é um problema para a Física, mais que para a Economia, certamente.⁹¹ Produz pessoas, o produtor e o consumidor.⁹² Daí ser possível usar verbos que caberiam melhor às coisas para designar algo que se deseja de pessoas – *reciclá-las*. Produz a oferta, mas também a procura. Produz idades, enfim. Quando se reestrutura, é para dar respostas aos conflitos sociais, às suas contradições, e diminuir a capacidade de resistência dos trabalhadores – a tecnologia não é neutra. E é neste contexto que as empresas têm se convertido em “máquinas de desfiliação”, como o próprio Castel observa:

Quando, no contexto da busca da ‘flexibilidade interna’, a empresa entende adaptar as qualificações dos trabalhadores às transformações tecnológicas, a formação permanente pode funcionar como uma seleção permanente. O resultado é a invalidação dos ‘trabalhadores que estão envelhecendo’, demasiado idosos ou não suficientemente formados para serem reciclados, mas jovens demais para se beneficiarem da aposentadoria (CASTEL, 1998, p. 519).

Uma verdadeira máquina de produção de velhice! Ora, a historicidade da questão social relaciona-se intimamente com a historicidade das instituições asilares. É para lá que vão os sem-lugar de diferentes sociedades e épocas, em idades bastante variadas, mas sempre idosos. Neste sentido, velhice não tem idade, pois não é uma questão simplesmente cronológica. Não se trata simplesmente de discursos sobre a velhice nas diferentes épocas, mas de práticas sociais que produzem velhice.

Na atual situação de aviltamento do trabalho, um supranumerário pode ser bastante “jovem”, mas comunga com o idoso o fato de estar desfilado. Sequer são explorados, pois suas competências primeiramente teriam de ser convertidas em valor social. Não são úteis socialmente; daí perderem o valor social. Não têm um lugar e, no entanto, estão bastante presentes. São numerosos demais (CASTEL, 1998, p. 33).

Castel fala de *neopauperismo*, pois o supranumerário está a mercê dos dias – vive o dia-a-dia. Vive a “cultura do aleatório”⁹³:

A precarização do emprego e o aumento do desemprego são, sem dúvida, a manifestação de *um déficit de lugares* ocupáveis na estrutura social, entendendo-se por lugares posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público. Trabalhadores ‘que estão envelhecendo’ (mas freqüentemente têm cinquenta anos ou menos) e que não têm mais lugar no processo produtivo, mas que também não o têm alhures; jovens à procura de um primeiro emprego e que vagam de estágio em estágio e de um pequeno serviço a um outro; desempregados de há muito tempo que passam, até a exaustão e sem grande sucesso, por requalificações ou motivações: tudo se passa como se nosso tipo de sociedade redescobrisse, com surpresa, a presença em seu seio de um perfil de populações que

⁹¹ Cf. Bernardo (2004, p. 104).

⁹² E como bons “produtos” que somos não nos vemos sob uma forma hiper-desenvolvida e sofisticadíssima de totalitarismo.

⁹³ Expressão de Laurence Rouleau-Berger (apud CASTEL, 1998, p. 529).

se acreditava desaparecido, 'inúteis para o mundo', que nele estão sem verdadeiramente lhe pertencer (CASTEL, 1998, p. 529-530, destaques do autor).

Uma vez realizado o tratamento conceitual e legal do idoso, suas implicações, a partir de agora são consideradas as práticas das elites locais – São Carlos-SP – em relação aos asilos e aos idosos. Também aqui são caracterizados os abrigos beneficentes de idosos da cidade.

Para este estudo, foi realizada uma pesquisa bastante detalhada dos jornais são-carlenses; foram encontradas algumas notícias acerca dos asilos da cidade. Em 1966, o jornal “A Folha” referia o “asilo de mendicidade d. Maria Jacinta”. Elogiava o sucesso de uma senhora em conseguir donativos para “os nossos pobres”. Os donativos eram conseguidos juntos aos “notáveis” da cidade. Resta ao “sem-lugar” esperar a ação beneficente de instituições e pessoas “com-lugar”, permanecendo intacta e sem ser questionada qualquer estrutura que possa provocar tanta “mendicância” – aqui o idoso é associado ao mendigo:

Relação dos donativos conseguidos por intermédio do livro de Ouro, a carga da Exma. Sra. Da. Amélia Barreto Costa, destinados a custear almoços aos asilados aos domingos, como segue: Dr. Luiz V. de Oliveira Cr\$ 1000,00, dro. Mario Maffei e Industria Giometti 2000,00, Elício de Cresci Sobrinho 1000,00, Renato Grilli 2000,00, d. Carminha Botelho 1000,00, Lincoln Jordão 1000,00, Fehr Comercial S.A. 2000,00, dr. Romeu Santini 500,00, Palácio das Borrachas 500,00, José Fernando Porto 500,00, d. Benedita Sodrê 2000,00, Alfredo Petrilli 500,00, dr. Antonio Moruzi 500,00, dr. Ulisses Nunes 500,00, Sabino Camargo Moraes 500,00, Banco Comercial 2000,00, Clínica Irmãos Corsi 2000,00, Núncio Cardinalli 2000,00.

Esta já é a segunda lista que publicamos, podendo-se notar o quanto a Exma. Sra. D. Amélia Barreto Costa tem trabalhado em prol do Asilo, e também a facilidade que tem encontrado pela boa vontade dos doadores, que não se negam em auxiliar os nossos pobres. Por esse motivo aqui fica mais uma vez o nosso profundo agradecimento aos doadores e à sra. D. Amélia. Pela Diretoria do Asilo e pela Sociedade de São Vicente de Paulo, Francisco Xavier Amaral (Secretário) (A Folha, 22 nov. 1966).

No início da década seguinte, eram anunciadas “novas diretrizes para dinamizar o Asilo D. Maria Jacinta”:

Recebemos na tarde de ontem a visita dos srs. José Zavaglia e Dino Fulvio Passucci, respectivamente presidente e secretário do Asilo de Mendicidade D. Maria Jacinta, que aqui vieram para expressar o agradecimento da diretoria da entidade que dirigem pela cobertura que este jornal vem dando às iniciativas do Asilo. Na oportunidade, o sr. José Zavaglia informou que a nova diretoria procurará melhor os diversos setores do Asilo, ampliando as instalações, possivelmente dotando-as com capacidade para mais 100 leitos; modificação das instalações sanitárias, nova estrutura para os serviços de alimentação, cozinha e etc. Com relação ao pedido feito ao Interventor Federal, dr. Antonio Teixeira Vianna para que seja prolongada a rua 7 de Setembro até a parte interna do Asilo, informaram os nossos visitantes que está assentada a visita do dr. Vianna à entidade para conhecer em detalhes a organização e a posição da área de terreno ocupada. Disse-nos o sr. Zavaglia que, uma vez aberta a rua 7 de Setembro haverá comunicação com a rua onde se localiza a Betânica Vicentina, facilitando o acesso àquela casa de caridade e proporcionando ao Asilo a

possibilidade de lotear algumas áreas. Presentemente o Asilo abriga 66 homens e 62 mulheres. É idéia da Diretoria, mais tarde, organizar um pensionato, o que virá auxiliar a manutenção do Asilo (A Folha, 09 jan. 1971).

A prefeitura são-carlense pretendia, à época, expandir a cidade, enquanto o asilo planejava ampliar a assistência:

Há muito tempo a Diretoria do Asilo de Mendicidade “D. Maria Jacinta” vem pleiteando o asfaltamento e prolongamento da rua 7 de Setembro, no trecho compreendido entre o portão de entrada de sua sede e o pátio interno, que tem área de, mais ou menos, 200 metros quadrados. Ontem esteve visitando o Asilo o engenheiro do Departamento de Obras e Viação, dr. Antonio Battaglia, a fim de estudar as bases em que serão realizados os serviços de abertura da rua, num trecho de 300 metros, seu asfaltamento e ajardinamento da praça e iluminação. O trabalho de levantamento será entregue aos topógrafos da Prefeitura que, deverão apresentar o plano ao Interventor, dr. Antonio Teixeira Vianna, para autorizar o início dos trabalhos. Aberta a rua, como foi idealizado pela Diretoria do Asilo, aquele setor de São Carlos sofrerá radical transformação, uma vez que serão loteadas diversas áreas, proporcionando a expansão da cidade, com a criação de um novo bairro. A Diretoria do Asilo de Mendicidade tem grandes projetos para a ampliação do seu trabalho de assistência, implantando outras atividades de amparo à velhice. Os trabalhos a serem executados pela Prefeitura serão atacados tão logo a planificação seja aprovada (A Folha, 07 maio 1971).⁹⁴

No jornal “A Folha”, de 03 de março de 1973, o deputado Célio Marques Fernandes (ARENA-RS), do partido da Ditadura Militar, chama a atenção das esferas produtivas para que estas não dispensem a experiência dos “velhos”; em alguns momentos sugeridos como maiores de 35, 40 anos, em outros momentos, como maiores de 60. Aponta algumas qualificações dos velhos trabalhadores, tomados como “mercadorias” das quais não devemos nos desfazer: “maior experiência, espírito crítico mais desenvolvimento [sic, sem vírgula], mais reflexão e melhor poder de análise”. O deputado cobra uma política para o idoso; algo que estava sendo feito pela Ditadura (assunto tratado neste estudo anteriormente). Ainda assim, a importância do velho tomado como tal em variadas idades era medida nas suas “qualificações”, adequações. Não obstante, mais tarde, tão logo uma nova reestruturação produtiva retirasse dele aspectos de sua engenharia criativa e os incorporasse nos equipamentos e formas de gerenciamento das empresas, os jovens poderiam tranquilamente assumir o lugar do idoso, deslocando a questão da velhice para a “necessidade” de gerenciamento da poupança dos velhos, os fundos de pensão. A produção da velhice pôde ser acelerada nas últimas décadas, deslocando a questão para a qual o deputado chamava a atenção.

Em 1974, era ampliado o pavilhão do abrigo “D. Maria Jacinta”:

⁹⁴ No ano seguinte, o abrigo “D. Maria Jacinta” recebia de presente uma viatura do governador do Estado de São Paulo (A Folha, 16 dez. 1972).

Em significativa solenidade, foram inauguradas no dia 4 de maio, às 18 horas, as obras de ampliação do Pavilhão ‘D. Gastão’, do Asilo ‘D. Maria Jacinta’, uma das obras unidas da Sociedade de São Vicente de Paulo nesta cidade. Esse pavilhão recorda o segundo bispo de São Carlos, D. Gastão Liberal Pinto, vulto do mais alto relevo no Episcopado brasileiro. Também Vicentino, D. Gastão foi capelão do Asilo, onde celebrava missa todos os dias, às 6 horas (A Folha, 07 maio 1974).

Lendo os jornais da cidade, encontramos notícias relacionadas aos asilos falando até de ofícios de agradecimento por ajuda na Campanha do Macarrão, feita para proporcionar um melhor almoço de Natal (1974) aos idosos do abrigo “D. Maria Jacinta”, à época chamado de “asilo de mendicidade” (A Folha, 08 jan. 1975).⁹⁵ Ou como a visita feita pelos comerciantes da cidade, por ocasião do Dia do Comerciante, ao mesmo abrigo. Visitas de notáveis que levavam mantimentos aos idosos, além de “conforto espiritual”, algo que o jornal fazia questão de salientar:

Os ilustres visitantes, no ato, fizeram a entrega, à Diretoria do Asilo, de grande quantidade de arroz, macarrão, açúcar, pães, travessieiros de espuma, além de outros gêneros alimentícios. Em seguida, em companhia do Diretor-Presidente, José Zavaglia, Vice-Presidente, Aristides Vieira e Superiora das Irmãs da Imaculada Conceição, Madre Florentina Maria, visitaram todas as dependências do Asilo, conversando demoradamente com os recolhidos à benemérita instituição são-carlense, dando-lhes, assim, conforto moral espiritual e material, o que, aliás, os comerciantes locais tem feito anualmente, quando das comemorações da Semana do Comércio (A Folha, 17 jul. 1976).

À época, e desde bem antes, o mesmo jornal se recheava de reportagens e artigos anticomunistas, alguns bastante cômicos – que poderiam ser perfeitamente requeitados por revistas atuais de grande circulação –, feitos por colunistas e também por padres, bispos, alertando inclusive para o perigo da esquerdização (ou, como aparece num dos jornais, “marxistização”) do pensamento cristão.⁹⁶ Persegue-se, por um lado, qualquer projeto alternativo de sociedade que venha dos trabalhadores, e por outro, recorre-se à caridade, que entretanto se baseia na continuidade das estruturas que produzem “desvalidos”. A caridade se nutre de uma relação assimétrica, que se quer perpetuar. Na circulação do dom, o credor é quem dá, não quem recebe.⁹⁷

Não obstante, na edição de 05 de outubro de 1976, o jornal “A Folha” fez duras críticas ao abrigo “D. Maria Jacinta”, fugindo um pouco à regra. No artigo é acusada de racismo a madre superiora Florentina Maria. Uma repórter negra foi enviada ao asilo para

⁹⁵ A “Campanha do Macarrão” era organizada todo ano; há, mesmo recentemente, campanhas similares nos finais de ano.

⁹⁶ Só este assunto já merece pesquisa à parte. A documentação é ampla; só em São Carlos-SP, há muitos artigos anticomunistas, anti-esquerdas, anti-anarquistas publicados nos jornais da cidade. Os comunistas, sobretudo, foram bastante perseguidos. Alguns tiveram de sair como candidatos a cargos legislativos sob outras legendas. Arriscaria dizer inicialmente que São Carlos foi mais pródiga nessa perseguição do que inúmeras outras cidades importantes do interior paulista.

⁹⁷ Cf. Godelier (2001, passim).

colher informações que comporiam um artigo jornalístico sobre idosos. A mãe teria se negado a prestar informações, dirigindo-se à repórter, Esdras Maria, da seguinte maneira: “Negro é isso mesmo, a raça não nega!” O jornal, então, passa a levantar dúvidas sobre qual o tratamento dispensado aos idosos perante uma tal líder. Mesmo os funcionários teriam afirmado que “a mãe é assim mesmo, mal educada, com problemas de ordem psicológica...”, passando a temer a “guerra” que ela travaria ali. A alfinetada final tem sérias doses de machismo por parte do jornal, contrapostas ao racismo da mãe: “Por certo é necessário uma reformulação [...] Sem dúvida uma reformulação, que não precisará de profundos estudos e sim de critérios para manter num asilo, com as funções que lhe cabem, a **ombridade**⁹⁸ e o respeito humano para representar a Igreja Católica Apostólica Romana”.

No dia seguinte, o jornal confirma o prometido. É publicado um artigo cujo título é “*Ser velho*”. Descreve os aspectos físicos do idoso, sua pouca afinidade com coisas novas, seu apego às lembranças, e sua solidão mediante quem não lhes dá ouvidos. Doentes e abandonados pelas famílias, com dificuldades de conseguir emprego depois dos 50 anos, o idoso se veria diante da falta de qualquer autonomia e se sentiria um peso para os outros. Informa o artigo que está asilada uma figura folclórica da cidade, Catarina Bum, esposa do violeiro Zé, que tocava pelas ruas da cidade. Há uma passagem no artigo onde fica patente a percepção já na década de 1970 de que o ritmo da produção absorvia crescentemente as pessoas, a ponto de trazer ainda mais dificuldades para os idosos, que não poderiam acompanhar a cadência dos mais jovens, nem contar com a companhia desses, absorvidos que estavam pelo novo ritmo da vida.

Com a evolução cada vez mais rápida de uma maneira de vida, nos últimos anos, sujeita a mudanças constantes o velho viu seus padrões ruírem rapidamente. Viu o mundo passar a valorizar o jovem, a capacidade de adaptação, a tendência de mudança rápida. Viu o corre-corre diário roubar o tempo que as pessoas mais novas lhe dispensavam alguns anos atrás (A Folha, 06 out. 1976).

⁹⁸ Grifo nosso. Tal como nas demais citações, os erros de gramática e ortografia não foram por mim corrigidos. A grafia “ombridade”, sem o “h”, equivaleria ao termo atual “hombridade”, que significa figurativamente nobreza de caráter. Mas a palavra deriva do espanhol “hombredad”, que significa “homem”. Ser homem, do ponto de vista da etimologia, é ter nobreza de caráter. Talvez inconscientemente, mas o autor do artigo utilizou um termo machista, o que é sugestivo no contexto do que escreveu. Criticou o racismo através do machismo. Como num ditado popular, “uma no cravo, outra na ferradura!” Alguns anos mais tarde, em março de 1982, foi publicado um amplo artigo, não apenas sobre o asilo “D. Maria Jacinta”, mas sobre a Sociedade São Vicente de Paulo. Indiretamente, num outro jornal, dava-se uma resposta à acusação de racismo: “Esta associação profundamente enraizada no Evangelho, não é racista. Admite em seu seio pessoas de todas as raças e todas as condições sociais. Assim é de todos, e beneficia a todos. Sem a ‘veste nupcial’ da aceitação da igualdade humana ninguém pode ser admitido na SSVP. Em suas reuniões existe a verdadeira fraternidade. Cada um dos seus membros tem o direito de se eleger e de ser eleito. Se um operário for Presidente do Conselho ou de uma simples Conferência será obedecido pelos demais confrades. Mesmo se entre eles houver pessoas de alta categoria social. Pois o Vicentino, como imitador do Cristo, tomou a sério estas palavras de Jesus: ‘Aprendeí de mim que sou manso e humilde de coração e encontrareis paz para vossas almas’ (Mt. 11,29)” (A Tribuna, 20 mar. 1982).

À época da Ditadura Militar e do “milagre econômico”, a pirâmide etária no Brasil era larga na base, estreita no ápice. Nas décadas seguintes, a “pirâmide” adquiriu forma de campânula. Já não há tanta predominância de jovens. Além disso, sequer os jovens podem ser valorizados numa situação de aviltamento do trabalho. A compreensão do que é ser velho também é variável mediante as novas formas de produção da velhice. Todos os sujeitos humanos, não apenas os “idosos”, possuem variáveis capacidades de adaptação, embora seja razoável supor que estas diminuam relativamente quando temos mais anos de vida. Mas é pouco prudente atribuir o fato unicamente às escolhas psicológicas individuais. Quanto às rugas, isso depende muito do que vemos nelas – se a história de vida de uma pessoa, se sua inadequação a padrões de beleza que nós mesmos estabelecemos. Isso é bastante factual! Mas, sem dúvida, a poderosa indústria cosmética agradece, se vemos nas rugas algo que deve ser maquiado, evitado, disfarçado, ocultado.

No ano anterior, no jornal “A Folha”, de 03 de julho de 1975, era defendida a idéia de que em São Carlos nunca se descuidara em relação aos “desvalidos” – “é do conhecimento geral que nossos concidadãos sempre dispensaram o melhor da sua atenção e carinho a todos que precisam ser socorridos”. Há alguns dias, o Abrigo de Idosos Dona Helena Dornfeld havia sido inaugurado e a foi encaminhado à câmara de vereadores um requerimento de congratulações à Sociedade Presbiteriana de Assistência Social, mediante o fato de esta ter inaugurado o asilo no centenário de sua igreja na cidade. O pavilhão do asilo possuía então uma área construída de 544m², podendo abrigar 30 idosos de ambos os sexos.

O mesmo tom celebrante é encontrado no artigo “*Asilo, uma instituição que orgulha a cidade*”:

Em princípios deste mês, no dia 5, o Asilo de Mendicidade ‘D. Maria Jacinta’ completou 55 anos de atividades ininterruptas, fundado que foi a 5 de março de 1922 e ao longo desses anos todos, o seu objetivo fundamental permaneceu o mesmo: abrigar a velhice desamparada, proporcionando-lhe amor, carinho, apoio moral, social e principalmente amparo espiritual, fazendo com que todos vivam felizes no ambiente em que vivem. Nosso asilo é, pois, um verdadeiro Lar dos Velhinhos, que ali vivem, presentemente, em número de 123 pessoas, 56 homens e 67 mulheres (A Folha, 15 mar. 1977).⁹⁹

⁹⁹ O tom celebrante reaparece em outros tantos momentos nos jornais são-carlenses: “Festas sociais apóiam o trabalho da Diretoria do Asilo ‘D. Maria Jacinta’” (A Folha, 05 ago. 1971); “Industrial, pela 11ª vez, comemora seu aniversário almoçando com familiares e internados no Asilo ‘D. Maria Jacinta’” – o industrial Ercílio Mastrofrancisco levava seus familiares para comemorarem, junto com os asilados, seu aniversário. O jornal insiste para que seu exemplo seja seguido (A Folha, 17 ago. 1971); “Reminiscências – O Asilo de Mendicidade de ontem e de hoje”, que fala sobre o abrigo “D. Maria Jacinta” (A Folha, 03 maio 1978); “Homenagens ao Asilo”, onde se usa o termo “jovial” para descrever os idosos animados e sambeiros (A Tribuna, 20 fev. 1979); “Confraternização festiva no Asilo ‘Maria Jacinta’”, com a presença do conjunto musical do professor de música, David Saidel, e seus alunos (A Tribuna, 24 jun. 1981); “Vice-Provincial das Irmãzinhas visitou o Asilo de Mendicidade Dona Maria Jacinta” (A Tribuna, 15 jun. 1983); “Centro Espírita Irmã Itália de São Caetano do Sul, visita o Asilo de Mendicidade Dona Maria Jacinta” – ocasião em que algumas experiências podiam ser trocadas (A Folha, 18 set. 1988).

Já quando a reportagem sobre a velhice é mais geral, e não específica sobre São Carlos, são desferidas críticas mais ferozes. Por exemplo, as dirigidas às instituições asilares da capital, que apenas estariam interessadas nas verbas governamentais, escondendo da visão pública o que acontece nos seus interiores. Ali o idoso é desamparado, devorado (sic) pelos ratos e ratazanas, desprezado pela sociedade que quer se desfazer dele.¹⁰⁰

Os asilos beneficentes, sempre que podiam, incentivavam alguma atividade de caráter religioso. O abrigo “D. Maria Jacinta” promovia visitas ao santuário rural popularmente chamado de “Aparecidinha” – Igreja de N. S. Aparecida, na “Babilônia”, local bem próximo de São Carlos-SP. Ali teria havido um incêndio, que entretanto não atingiu a árvore onde foi achada uma imagem de Nossa Senhora. O fazendeiro permitiu, então, que se construísse num pedaço de sua fazenda um santuário dedicado à santa, doando o terreno para a igreja são-carlense.

Há muito tempo os velhinhos do Asilo de Mendicidade D. Maria Jacinta vem manifestando desejo de visitar a Igreja de N. S. Aparecida em Babilônia, muitos dos quais desejavam pagar promessas feitas. No último dia 8, data em que se festeja o dia de N. S. Aparecida, esse sonho se tornou realidade, e acompanhados por D. Jeny Vianna e duas irmãs do Asilo, 40 velhinhos visitaram aquela Igreja em dois ônibus gentilmente cedidos por Nair e Dr. Antonio Vasconcelos, a quem o Asilo agradece mais uma vez (A Folha, 10 dez. 1978).¹⁰¹

O jornal “O Diário”, de 21 de fevereiro de 1980, noticiou o quase desabamento de uma das casas do abrigo “D. Maria Jacinta”, por conta de fortes chuvas após o trabalho de terraplanagem para a abertura da Avenida Comendador Alfredo Maffei. O terreno se abriu por uma extensão de quinze metros. O jornal denunciou falta de cautelas técnicas na construção, o que teria ocasionado a queda de parte de uma mureta de uma altura de oito metros.

Em março de 1980, uma nova diretoria toma posse no abrigo “D. Maria Jacinta”, apontado como a principal obra assistencial de São Carlos, sempre superlotado. Eis as pessoas envolvidas com a instituição à época:

Presidente – José Zavaglia; Vice-Presidente – Carlos Bermudes; 1º Secretário – Carlos Alberto Rocha Keppe; 2º Secretário – Italo Casella; 1º Tesoureiro – Antonio Carlos Mazzottini Syllós; 2º Tesoureiro – Carlos Roberto Manuel; Secretário Executivo – Benedito Franco de Camargo. Conselho Fiscal: Gervasio Lopes, Valdir Paulo Paschoalino, José Geraldo de Camargo Marques. [...] O Asilo internamente é dirigido pelas Irmãozinhas [sic] da Imaculada Conceição, tendo como superiora a Madre Lavinia e como Capelão Monsenhor Romeu Tortorelli, Presidente do Cabido de São Carlos, e como Presidente de honra D. Ruy Serra DD. Bispo Diocesano de São Carlos (O Diário, 20 mar. 1980).

¹⁰⁰ É o caso do artigo “Os velhos” (A Folha, 08 jan. 1977), que também faz uma descrição reprovadora do “Cemitérios de Elefantes” dos países escandinavos, para onde os idosos são deslocados, perdendo direito à residência própria; em seguida, o autor do texto, Wallace Leal V. Rodrigues, fala sobre a visão kardecista acerca do velho.

¹⁰¹ Outra atividade que o asilo “D. Maria Jacinta” desenvolvia era a realização de festas para aniversariantes do mês, convidando a comunidade para participar (O Diário, 13 jun. 1980).

Lá fora, fora dos asilos, durante a década de 1970, em São Carlos, tal como em outros lugares, houve inúmeras perseguições a estudantes; destacam-se muitas manifestações ocorridas na Universidade Federal de São Carlos e no Centro Acadêmico Armando de Salles Oliveira (CAASO), órgão de representação dos estudantes da Universidade de São Paulo (USP), campus de São Carlos, que por vezes ganharam as ruas; greves de trabalhadores, que a ditadura militar tentava “disciplinar”. Vários estudantes e trabalhadores detidos. Criação e ampliação do distrito industrial de São Carlos, com os jornais sempre tecendo inúmeros elogios aos “empresários do ano”. Os jornais recheavam-se de artigos celebrantes em relação à ação dos governos militares, não vistos devidamente como golpistas, mas como “salvadores”, sem os quais o país teria caído nas mãos de subversivos, estrangeiros, comunistas, baderneiros, etc. Golpistas que inclusive vinham para a cidade falar de “democracia” e eram tratados como exemplos de dignidade.¹⁰² Os jornais também tentavam, através de seus articulistas, disciplinar greves e manifestações estudantis.¹⁰³ Não raro, os jornais apelavam para valores cristãos em sua luta ferrenha contra qualquer projeto de sociedade que subsumisse uma democracia mais substancial. A “democracia” que referiam era aquela com rédeas postas pelos golpistas, que fizeram o trabalho sujo para as elites privilegiadas. Embora pensem que tenham realizado alguma quintessência humana. Como tem gente que se acha! *Risus abundat in ore stultorum!* Lendo os jornais são-carlenses dessas décadas, a nítida impressão que temos é a de que a vida nos asilos estava (e está) absolutamente apartada da sociedade.

O jornal “A Tribuna”, de 20 de março de 1982¹⁰⁴, divulga o programa de atividades do abrigo “D. Maria Jacinta” para o ano. Ali aparece o cardápio da semana, à base de arroz, feijão, proteína animal, vegetais e frutas, além da macarronada sempre aos domingos. Cita a assistência médica e odontológica. Recreação e atividades ocupacionais: passeios periódicos; para as mulheres: costura; para os homens: horta e criação de pequenos animais; salão com rádio e tevê. Fala dos melhoramentos a serem implantados, entre os quais

¹⁰² Não deixa de ser surpreendente que a memória que temos, mesmo no senso comum e na mídia atual, em relação à Ditadura Militar seja crítica a ela, à época tão amplamente apoiada pelos que agora a criticam com lágrimas de crocodilo; exceto pelos “subversivos” criticados e condenados (torturados e assassinados). A respeito dessa memória, são bastante interessantes as considerações feitas por REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. (Coleção descobrindo o Brasil).

¹⁰³ Essas observações cabem bem no tocante a todos os jornais são-carlenses pesquisados e citados neste trabalho. As questões passíveis de análise que aparecem nos jornais pesquisados vão muito além dos limites deste trabalho. Daí minha opção por uma breve exposição.

¹⁰⁴ Trata-se do mesmo artigo onde se dá uma resposta à acusação de racismo praticado no abrigo “D. Maria Jacinta”.

a reforma do Pavilhão Jesuíno de Arruda.¹⁰⁵ Há um relatório das atividades já desenvolvidas também e um balanço patrimonial. O artigo ocupa uma página praticamente inteira do jornal.¹⁰⁶

No mesmo ano, foram disponibilizadas aos idosos que desejassem ser alfabetizados aulas do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL; programa iniciado em 1964, pelo governo militar e extinto em 1985, com o final da Ditadura). Trinta e oito “velhinhos” se matricularam (A Tribuna, 28 abr. 1982).

Ao final dos governos militares, mediante a reabertura política ao longo da década de 1980, os asilos começam a trocar experiências entre si. Ao mesmo tempo, as universidades públicas se envolveram mais com os problemas asilares, notadamente, especialmente as áreas de enfermagem e terapia ocupacional. Mas não só.

Foi realizado, ontem, no Abrigo de Velhos ‘Dna. Helena Dornfeld’, o V Encontro de Dirigentes de Asilos, programado e organizado pelas equipes multidisciplinares dos asilos de Araraquara, Matão, Rincão, São Carlos e Taquaritinga e por técnicos e supervisores da Secretaria de Estado da Promoção Social. O objetivo desses encontros que já se realizaram nas outras cidades citadas, é o realizar uma interação entre os dirigentes dos asilos, para que se efetive uma troca de experiência e procedimentos que obtiveram sucesso nas instituições. Como parte do encontro foi proferida palestra pela professora da Faculdade de Enfermagem, da UFSCar, Ednete Beleza Nascimento e Silva, sobre o tema ‘Instituição e Velhice’ (O Diário, 28 ago. 1985, destaques do jornal).

Era o momento em que iam ficando patentes certos procedimentos ligados ao toyotismo – “integração”, “multidisciplinaridade”; logo viriam “flexibilização” e outros tantos trazidos à baila no Brasil sobretudo a partir do final da década de 1980. Essas novas formas de gestão vão invadindo as diversas instituições, mas tiveram início nas empresas japonesas. Trata-se da mais recente reestruturação produtiva do capital que ainda vivemos. Perpassa no processo uma forte integração entre os gestores, e prepara-se o terreno para a “gestão” da velhice produzida.

No final da década de 1980, o asilo “D. Maria Jacinta” estava já superlotado:

O diretor presidente do Asilo de Mendicidade Dona Maria Jacinta, José Zavaglia, afirmou ontem que a instituição está enfrentando um problema de superlotação. Abriga atualmente 150 idosos, quando tem capacidade para assistir apenas 120. E admitiu a possibilidade de ampliação do asilo, o que, no entanto, depende da autorização da cúpula da Sociedade de São Vicente de Paulo. ‘Se dependesse de mim, eu já teria duplicado a capacidade do asilo’, disse Zavaglia, observando que chegou-se ao estado de superlotação ‘porque diariamente recebemos pedidos de internação e a gente abre o coração e atende’. Segundo ele, atualmente é boa a situação financeira da entidade: ‘O povo bom de São Carlos tem colaborado’,

¹⁰⁵ Para a colocação do piso deste pavilhão, colaboraria numa campanha o Rotary Club de São Carlos (A Tribuna, 16 dez. 1982).

¹⁰⁶ Informações e balanços patrimoniais dos asilos eram publicados comumente nos jornais são-carlenses (Cf. A Folha, 03 abr. 1986).

acentuou, assinalando que por parte das autoridades locais e estaduais, se a ajuda não chega a ser muito expressiva, de todo modo ‘é boa e bem vinda’. José Zavaglia revelou que pretende dotar o Asilo de Mendicidade Dona Maria Jacinta de mais 200 vagas. Desde que assumiu o cargo de diretor-presidente em 1970, ele vem promovendo sucessivas remodelações no prédio. ‘Já atingi o que pretendia, mas a finalidade é torná-lo um asilo modelo’, informou (A Folha, 13 ago. 1986).

No final da década de 1980, quando São Carlos já havia implantado distritos industriais e o Parque de Alta Tecnologia, ficava patente o crescimento do número de idosos no Brasil e na cidade. O governador do estado de São Paulo, Orestes Quécia, propunha a expansão do Conselho do Idoso para todo o Brasil. À época, o presidente do Conselho era o economista Paschoal Misorelli, que expôs a intenção do governador de criar núcleos regionais em todas as cidades do interior do estado de São Paulo. É neste tipo de ação, de política, que ficam patentes as ações dos gestores da força de trabalho, em especial os ligados aos idosos. De lá para cá, suas ingerências aumentaram bastante.

O Colegiado do Conselho Estadual é constituído por membros representantes do SESC, Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, LBA¹⁰⁷, Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo e Secretarias de Estado, e além de programas culturais e de lazer, como promoção de viagens de grupos de idosos, pretende promover conferências, simpósios e mesas-redondas para o estudo e debate das questões referentes a velhice (A Folha, 09 dez. 1987).

Muito sintomaticamente, entre o final da década de 1980 e início da década de 1990, a empresa Faber Castell demite 20 funcionários do alto escalão (A Folha, 01 maio 1990) enquanto a SICOM demite 52 funcionários da administração, que estariam ociosos (A Folha, 13 maio 1990). As empresas usaram argumentos relacionados à reestruturação gerencial e enxugamento da máquina.¹⁰⁸ O toyotismo havia chegado, ainda que recheado de algumas contradições tupiniquins. Na política, o neoliberalismo ganhava legitimidade mediante a fortíssima propaganda em seu favor realizada pela mídia, especialmente a televisiva. Renovadas esperanças para empresários e gestores. Para os trabalhadores, fragmentação e enfraquecimento. Para a produção da velhice, uma indústria muito mais eficiente que as anteriores. Nos belos discursos de doublés de banqueiros, e mais tarde, após

¹⁰⁷ Fundação Legião Brasileira de Assistência.

¹⁰⁸ Cf. também “Aumenta tendência de queda no emprego industrial do interior” (A Folha, 19 jun. 1990) e “Cai nível de emprego em São Carlos” (A Folha, 19 jun. 1990). Em janeiro de 1992, a Clímax demitiu 250 funcionários, 200 da linha de produção, 50 das áreas de manutenção e serviços indiretos. Comprometeu-se, por conta da pressão do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Carlos e Ibaté, a priorizar a contratação dos demitidos quando a fábrica retornasse ao “ritmo normal” de produção, já que as demissões eram devidas à retração do mercado consumidor (Primeira Página, 21 jan. 1992). Mas isso só na superfície. Esta empresa estava mantendo altos estoques, o que contrariava os novos princípios organizacionais e a deixava para trás frente à concorrência. A forma de gerir a empresa teria de mudar, e estava mudando. Logo começaria a terceirizar inúmeros serviços.

vencidas algumas resistências, de gerenciadores de fundos de pensão, não podíamos perder o “avião da modernidade”; ninguém perguntava: “Mas e se ele cair?”¹⁰⁹

O incrível desenvolvimento da informática permitiu a integração, sob o jugo empresarial e gestorial, à distância de trabalhadores espalhados espacialmente e fragmentados politicamente. Não se tratou apenas de informatizar o que já existia, haja vista que informatizar um sistema ineficiente mantém-no do mesmo jeito, mas transformar as formas de gestão produtiva com o auxílio vigilante e integrador dos computadores, mais tarde da Internet:

[...] se passados vinte anos podemos sorrir do entusiasmo que levou então alguns comentadores a prever para breve a conversão do trabalho no domicílio em regra geral, o certo é que estão hoje criadas muitas das condições sociais e tecnológicas para que isso aconteça, e uma dispersão tão extrema dos empregados continua a corresponder aos anseios dos capitalistas. Foi sem qualquer dúvida a necessidade de espalhar os trabalhadores ao mesmo tempo que se concentravam os resultados do trabalho que levou a informática, e em seguida a ligação da informática às telecomunicações, a evoluírem da maneira como conhecemos (BERNARDO, 2004, p. 112).

Por outro lado, uma massa incrível de pessoas vai sendo lançada para o desemprego, subemprego, etc. Não é que não trabalhem, mas o fazem sem as garantias conquistadas ao longo da história de lutas dos trabalhadores. Há também os que não trabalham, muitos dos quais caem nas “redes de proteção social”, bastante divulgadas e implantadas nas duas últimas décadas no Brasil, embora os recursos para tal sejam disputados mediante o (e no) Estado por vários setores. Redes de proteção que costumam render votos nas eleições. Num tal ambiente, desenvolve-se uma espécie de *ética do saque*, pois estamos no interior de uma sociedade de consumidores onde poucos podem efetivamente consumir, num contexto de aviltamento e desvalorização do trabalho. Como adquirir então? Senão pelo trabalho, pelo saque.

Neste ambiente, não surpreende o fato de ser tão crescentemente valorizada a domesticação, o amansamento de crianças trabalhadoras nas escolas públicas, cujo aprendizado de conteúdos fica em segundo plano relativamente ao seu comportamento. Amansamento de estudantes universitários realizado pela tropa de choque. Balas de borracha nos professores da rede oficial de ensino do estado de São Paulo¹¹⁰ e nos trabalhadores grevistas,

¹⁰⁹ As mentes mais superficiais viam no momento uma recessão econômica passageira e conjuntural; os mais atentos perceberam que se tratava de uma profunda reestruturação produtiva antecipada no Japão, nos EUA e na Europa, e que ainda vivemos.

¹¹⁰ Para mim, particularmente, uma experiência única. Antes, só tinha noção das mentiras e manipulações da mídia por meio dos livros. Na greve dos professores de 2000, presenciei cenas que foram depois narradas na televisão e nos jornais. Para dizer pouco, a imprensa foi canalha! Especialmente no episódio do governador Mário Covas, que teria sido “agredido” pelos professores, o fato e a notícia foram, ambos, fabricados. Mas isso é assunto para outro estudo.

sempre condenados pela imprensa televisiva. Para todos os não-mansos, o estigma de “bademeiros”. “Do rio que tudo arrasta diz-se que é violento; ninguém diz violentas as margens que o oprimem” (Brecht).

Para os idosos de variadas idades cronológicas, o asilo. Avilta-se o trabalho, mas espera-se do trabalhador que este trabalhe, mansamente adapte-se às novas condições, que se “recicle” (como coisa) constantemente até que seu corpo e mente não mais o permita, seja dinâmico, faça trabalhos por empreita, sem garantias. Espera-se que poupe forçadamente recursos para sua “seguridade” (e não para seu direito), recursos que serão geridos por gestores que vivificam um capital que estaria “morto”, não fossem eles. Se a natureza tem horror ao vácuo, o capital tem horror ao recurso indisponível. Os gestores são nossos heróis, nossos representantes de comissões e sindicatos. Gente entendida. Espera-se que a família do trabalhador divida sacrifícios e custos, e se mantenha com o idoso trabalhador, ainda que o tempo para dedicar a este ente querido agora sem armas, sem autonomia, seja ínfimo, porque todos têm de trabalhar muito e ganhar pouco, porque o tempo da família trabalhadora não pertence a ela. E não se pode recorrer a nenhum tipo de absenteísmo: alcoolismo, drogas, etc. No máximo, alguns antidepressivos para enfrentar as próximas 24 horas. Afinal, o padre e o pastor dizem que é pecado, e a polícia, os funcionários baratos dos mesmos que aviltam o trabalho, vai persegui-los. Pois os corpos não pertencem às pessoas – pertencem ao Estado e, portanto, às empresas e aos gestores. Depois de sugadas suas forças, com a família sem condições de cuidar dele, o idoso realiza sua derradeira viagem – o asilo.

O Abrigo de Idosos “Dona Helena Dornfeld” está situado à Rua Venezuela, n. 101, no bairro Nova Estância, entre a Rodovia Washington Luiz e o Corpo de Bombeiros. É mantido pela Sociedade Presbiteriana de Assistência Social. Possui atualmente doze quartos, oito banheiros, uma sala de telemarketing, outra de Terapia Ocupacional, dispensa, sala de almoxarifado, roupeiro, lavanderia, quarto e banheiro da diretora, Maria Lucia Brito dos Santos à época desta pesquisa, escritório, cozinha, refeitório, sala de televisão, ante-sala, pátio e garagem.

O prédio tem forma de U, com pátio interno, para onde estão voltadas as portas dos quartos dos idosos. Lembra uma vila romana. Entre o pátio e as portas existe um corredor com corrimãos para facilitar o deslocamento dos internos. Há um espaço na entrada, onde os idosos podem contemplar uma rua pouco movimentada, com alguns bancos e sofás. Logo na entrada, do lado esquerdo de quem entra fica o refeitório e do direito, a sala com tevê. No pátio interno também há alguns bancos de cimentos e cadeiras que ali colocam em lugares variados. Há pequenos quadrados sem cimento, com grama, pequenas árvores e poucas

plantas. Internamente não há espaço para passeios agradáveis. Não há andares, o que facilita relativamente o deslocamento dos idosos, mesmo dos usuários de cadeiras de rodas.

A entidade funciona com algumas dificuldades persistentes, mantendo-se mediante doações e campanhas. A diretora me informou que no ano de 2006, esses eram os convênios e principais fontes de receitas: União: R\$ 1.107,00 mensais; Estado: R\$ 1.390,00 mensais; subvenção municipal: R\$ 15.000,00 anuais; verba parlamentar: R\$ 16.500,00 anuais; Igreja Presbiteriana: R\$ 1.400,00 mensais. Os idosos contribuem com suas pensões e aposentadorias para manutenção da entidade.

Existem algumas dificuldades no tocante ao relativamente reduzido corpo de funcionários. Quatro pessoas pertencem à administração, uma com nível superior e as outras com nível secundário. Duas pessoas respondem pela equipe técnica, ambas com nível superior. A equipe de apoio conta com 16 pessoas, com níveis fundamental e médio. Seis pessoas estão envolvidas com a capacitação de recursos; todas com nível médio. Em geral, os funcionários ficam presos ao trabalho em torno do idoso, sem entretanto poderem lhe prestar muita atenção amigável. Os idosos praticamente não têm privacidade, e para lá não podem levar seus apoios de memória. A falta de espaço não permite. Os quartos são compartilhados e os banheiros ficam fora dos quartos. Passeiam pouco; permanecem na maior parte do tempo encerrados e inativos. O abrigo depende um pouco da iniciativa de pessoas de boa vontade que para lá se dirigem para desenvolver algum projeto de leitura ou outras atividades. A entidade recebe constantes visitas de religiosos. Ali são realizados cultos. Este abrigo possui mais de cinquenta idosos internados.

O agora denominado Cantinho Fraternal “Dona Maria Jacinta” se situa na Rua 7 de Setembro, n. 1.000, entre o centro de São Carlos e a Vila Pureza. É mantido pela Sociedade São Vicente de Paulo – entidade filantrópica. Funciona com algumas dificuldades, mas oferece condições e estruturas bem razoáveis. Como fontes de receitas, conta o abrigo com os convênios federal, estadual e municipal. Os idosos também contribuem com suas aposentadorias e pensões. São realizadas campanhas em escolas e empresas, além do serviço de telemarketing, para arrecadação de recursos. O abrigo recebe doações de frutas e verduras de supermercados e sacolões, e vende roupas no bazar permanente, além de alugar seu salão para arrecadar fundos.

Ao chegarmos à entrada do abrigo, no final da Rua 7 de Setembro, deparamo-nos com um pequeno círculo de asfalto, com árvores de grande porte num canteiro central e um pequeno estacionamento – alto de um morro de onde podemos ver algumas paisagens

naturais. Vê-se que a entidade é antiga por conta da arquitetura. Há ali uma capela, onde são rezadas missas. Os prédios e casas que compõem a instituição são um pouco espalhados, e seu interior é meio labiríntico. Passando por alguns corredores, existem pequenos monumentos e pracinhas com bancos. Há uma considerável área livre ao fundo, com terra, árvores grandes – um pátio bem agradável, com chão de pedras. De algumas janelas de quartos é possível contemplar uma bela vista.

Atualmente, a ala masculina possui quatro quartos grandes com capacidade para cinco pessoas, nove quartos individuais ou duplos, 19 banheiros, um posto de enfermagem, um salão de tevê e uma sala de limpeza. A ala feminina possui 20 quartos, um almoxarifado de roupas, uma sala de tevê, um posto de enfermagem e 10 banheiros. Ao telemarketing são dedicadas duas salas e um banheiro. Há no abrigo sala de escritório, portaria com funcionário, uma sala de direção, outra de administração e dois banheiros. Existem um almoxarifado de roupas e sala de fisioterapia com banheiro. O setor de enfermagem conta com sala, farmácia, banheiro e sala de espera. O setor de terapia ocupacional possui duas salas, um salão para atividades e dois banheiros. Existem três salas de lavanderia, duas oficinas e duas garagens. No setor de alimentação, há uma cozinha, quatro dispensas, almoxarifado de alimentos e material de higiene e limpeza, dois refeitórios e um banheiro. Na área externa, contam-se um salão de festas com cozinha e seis banheiros, e seis salas de bazar mais dois banheiros.

É o maior abrigo para idosos de São Carlos-SP, com maior estrutura e com considerável quadro de funcionários: administrador; enfermeira padrão; três auxiliares de enfermagem; fisioterapeuta; terapeuta ocupacional; assistente social; auxiliar de escritório; uma coordenadora e quatro operadoras de telemarketing; dois messageiros; um motorista e dois porteiros; uma cozinheira e duas auxiliares de cozinha; um funcionário para manutenção geral e seis funcionários de serviços gerais; um vigia e uma patrolheira.

O pessoal de serviços gerais, da cozinha, motorista e vigia possuem primeiro grau. Os auxiliares de enfermagem possuem o ensino médio mais o curso técnico de Auxiliar de Enfermagem; alguns cursam o ensino superior de Enfermagem. Técnicos e administradores têm nível superior, enquanto os demais funcionários não citados até agora possuem o ensino médio.

A maior parte dos asilados deste abrigo pode ter um grau considerável de privacidade, e possui vários objetos pessoais dentro de seus quartos, garantindo-lhe apoios de memória muito importantes para o seu auto-reconhecimento. Há mesmo quem tenha quartos

individuais, com liberdade para sair da instituição e voltar com muita autonomia. Salvo em alguns pontos, os usuários de cadeiras de rodas não encontram muitas dificuldades.

Num bairro próximo a uma das saídas da cidade de São Carlos-SP, o Jardim Maracanã, encontramos o Abrigo de Idosos Cantinho de Luz “Newton Sergio Ibelli”, na Rua Prof. Antonio Munhoz, n. 210. Este abrigo pertence ao “Núcleo Os Guardiões do Amor”, sociedade espírita. Tal como a esmagadora maioria dessas instituições, vive dificuldades, mas possui condições e estrutura razoável. Os idosos contribuem com suas aposentadorias e pensões, tal como nas outras duas instituições estudadas. Possui convênios com a Prefeitura Municipal e as seguintes formas de arrecadação de recursos: contribuições eventuais de roupas, medicamentos, dinheiro, alimentos, etc.; contribuições regulares (mensais) de bens e dinheiro; grupos de contribuintes, pessoas conhecidas que se unem para fornecer bens ou serviços, como tratamentos dentários; sócio contribuinte, que colabora mensalmente com importâncias fixadas pela diretoria; trabalhos voluntários.

O Abrigo de Idosos Cantinho de Luz possui duas alas, na verdade. A mais ampla, a Ala B, situa-se na Rua Abb Saab, s/n., e ocupa o bloco todo. Nesta ala, o Centro de Reabilitação, encontramos muitos idosos com problemas de ordem mental. No centro do bloco há um pátio interno cimentado, com canteiros gramados e pequenos arbustos, que é usado para algum lazer. Tal como no abrigo “D. Helena Dornfeld”, lembra uma vila romana. Nas instalações do lado direito de quem entra pelo portão principal, vê-se cômodos com uma comprida varanda na frente, tangente ao pátio. Há relativamente poucos banheiros – apenas quatro vasos sanitários, quatro chuveiros e dois lavatórios. Estão sendo construídos mais dois banheiros. As instalações físicas da Ala B são constituídas, ainda, por: uma cozinha e lavanderia industrial; a casa do caseiro; farmácia; dois banheiros comunitários; salão de cabeleireiro; duas rouparias; cozinha para chá; refeitório; três quartos comunitários; duas despensas; sala de higiene pessoal; área de preparação de legumes; três banheiros de funcionários; um salão de 280m².

O “Centro Dia” deve atender aproximadamente 50 idosos. Esse projeto desenvolvido na Ala B pretende diminuir o índice de internações, atuando na prevenção e integração do idoso. Trata-se ali de um regime de semi-internato. Desenvolve atividades culturais e de reabilitação. O “Centro de Reabilitação” é um projeto integrado ao primeiro, que pretende realizar cerca de 600 atendimentos mensais. No momento está sendo ampliado. Presta atendimento fisioterápico; deverá contar com piscina de “hidroterapia” e ofurôs¹¹¹ para

¹¹¹ Ofurôs são banheiras de madeira inspiradas na tradição japonesa.

banhos com ervas. O objetivo é que o idoso tenha autonomia, recupere seus movimentos para AVD (Atividades da Vida Diária).¹¹²

Enfim, para os casos em que tal é possível, seria interessante nossa sociedade pensar alternativas como estas, que procuram devolver o máximo de autonomia à pessoa idosa. Os três abrigos que pesquisei estão recheados de pessoas de boa vontade, solidárias, preocupadas com o outro, empenhadas. Mas em muitos momentos, esta luta hercúlea lembra aquela condição agonizante da luta desigual entre indivíduos e estruturas mais amplas, difíceis de mudar substancialmente, a não ser como simulacro. É comum encontrarmos esses indivíduos se sentindo como quem está a enxugar gelo.

A fachada da Ala A do Abrigo “Cantinho de Luz” é bem acanhada. Uma parede lisa com pequena porta tangente com a calçada. Ali fica o escritório da diretoria e a porta de entrada de um salão amplo. Mais à direita de quem está chegando há um portão de garagem, que entretanto não é de garagem – trata-se de um corredor um pouco largo com quartos ao longo de suas laterais. Ali residem cerca de 50 idosos em regime de internato. Internamente, há contato entre a sala da direção e o internato, embora existam duas entradas olhando de fora. As instalações físicas da Ala A são constituídas por: 10 vasos sanitários; nove lavatórios e sete chuveiros; banheiro comunitário; lavatório; seis chuveiros; farmácia, salão de cabeleireiro e casa do caseiro. Há ao todo 12 dormitórios e oito banheiros, que ficam não apenas tangentes ao corredor principal, mas espalhados numa estrutura quase labiríntica. Há um jardim, um pequeno pomar interno, agradável, mas onde faltam bancos no gramado.

Do lado de fora das alas, há uma área verde com árvores nativas, pois aquela parte da cidade não está completamente tomada pelas casas. Há mesas e bancos de madeira espalhados. Lugar bonito, que o abrigo tem usado talvez ainda pouco.

O abrigo “Cantinho de Luz” possui um quadro de funcionários razoável, porém com número insuficiente e carente de alguns profissionais específicos; o próprio asilo diagnostica isso listando quais os profissionais dos quais ainda está desprovido. Conta atualmente com fisioterapeuta, enfermeira, três auxiliares de enfermagem, seis técnicos de enfermagem, assistente social, auxiliar de escritório, seis auxiliares de limpeza e serviços gerais, cozinheira, uma pessoa para manutenção e contador. E gostaria de incluir ao menos mais um de cada dos seguintes profissionais: fisioterapeuta, nutricionista, recreacionista,

¹¹² As informações sobre os asilos foram conseguidas através de visitação, preenchimento de questionário por parte das direções e entrevistas. No caso do Abrigo “Cantinho de Luz”, além daqueles itens, foi entregue a mim o **Plano de Trabalho 2007**.

assistente social, fonoaudiólogo, psicólogo, monitor de oficinas, terapeuta ocupacional e auxiliar de escritório.

Há vários pontos nas instalações que dificultam o trânsito de cadeira de rodas. A estrutura física do prédio permite que os idosos possam ter alguns apoios de memória em seus quartos. Os internos da Ala A podem se sentir um pouco enclausurados, pois para terem uma visão ampliada da paisagem, precisam passar por um corredor e assim terem acesso ao pomar. Ou saírem pelo portão de “garagem” e fazerem uma boa visita ao bosque externo.

São Carlos é relativamente bem servida de asilos, essas instituições que se tornaram um local mais ou menos apropriado de adequação dos conflitos familiares, num contexto de reestruturações produtivas que fizeram a vida em sociedade tão dinâmica quanto insuportável, *lócus* onde o lucro deve se realizar a qualquer custo. Mas a história dessas instituições, ou de outra possível para a qual aquelas podem ceder o lugar, não termina aqui; cogitam-se alternativas na velha e intrincada luta entre a autonomia e a heteronomia, entre a auto-organização e a hetero-organização, entre a humanização e a coisificação. *Vae Victis!*

CAPÍTULO 3

HISTÓRIA ORAL DE IDOSOS ASILADOS EM SÃO CARLOS-SP: MEMÓRIA DA CIDADE

“A fala dos velhos é sempre um discurso sobre o tempo”
(Maria Inês Rauter Mancuso).

Até aqui, discutimos os prolegômenos da pesquisa, o conceito de memória e o método da história oral, prestando atenção especial às possibilidades teóricas e analíticas do uso daquilo que denomino “*memória avessa*”. Críticas à história oral tiveram de ser rebatidas, mesmo que o uso da história oral esteja razoavelmente consolidado em algumas comunidades acadêmicas. Em seguida, foram estudadas as leis relativas à velhice, especialmente as que se desenvolveram na segunda metade do século XX, tentando captar a ação dos diferentes atores sociais para os quais o Estado brasileiro teve de dar respostas, quando aqueles já não ocupavam posições importantes no interior do próprio Estado. Ali pudemos avaliar uma espécie de produção social da velhice, que vai muito além do mero envelhecimento biológico, na qual estão bastante interessados os gestores. Pudemos igualmente avaliar um quadro de soberania empresarial que crescentemente tem normatizado a vida social, cujos efeitos sobre a questão do envelhecimento e da velhice se fazem sentir na segunda metade do século passado. Para tal, tive de me deter nas leis e nos contextos conflituosos que as ampararam. Finalizei aquele item caracterizando os abrigos de idosos de São Carlos mediante a historicidade dessas instituições num nível mais geral.

Neste item, o derradeiro, são analisadas as entrevistas feitas sob o método da história oral com os idosos dos três abrigos estudados, além das entrevistas com duas diretoras e uma assistente social. Uma das questões que ficam mais evidentes é que o asilo se tornou o local de acomodação de inúmeros conflitos que ocorrem sobretudo nas famílias, embora animados por conflitos sociais mais amplos.

Portanto, este não é um estudo limitado à família, a uma possível afinidade eletiva entre a condição do idoso e a situação familiar. Isso porque:

Como o próprio desenvolvimento do capitalismo foi transformando a família numa espécie de protótipo do *trabalhador coletivo*, o salário tende a ser o *salário da família* e não propriamente o *salário do indivíduo*. Com isso, as exclusões cíclicas dos diferentes membros da família são debitadas na conta da própria família. O sistema econômico não se sente obrigado a pagar pelos problemas sociais que cria. A contrapartida do trabalho livre é hoje a contrapartida do lucro livre e socialmente irresponsável (MARTINS, 2002, p. 29-30, destaques do autor).

Outras considerações iniciais são agora fundamentais. A forma como utilizo o termo *memória avessa* deve ganhar seus contornos de maneira mais definida e empírica neste

trabalho de análise da fala dos idosos asilados, desde que as fontes não recebam um tratamento metódico-positivista, que vê os documentos como “provas documentais”. Não basta colocar este e aquele trecho das entrevistas, para provar isto ou aquilo. É o caso, isto sim, de captar as várias dimensões da fala, culturais, sociais; as incongruências e contradições também.¹¹³ Em vários momentos, neste item, retoma-se o que foi discutido nos “prolegômenos”.

Retomando Bergson (1990), as imagens constituintes da memória estão sempre mediadas pela presença do corpo. A análise de Bergson subsume a existência de uma memória pura, essencialmente individual (e até espiritual), porém mesmo em estudos sobre memória que a consideram coletiva, social, o corpo aparece como o ponto de mediação.

O corpo não é só um ponto diferente no tempo e no espaço. Ele é um lugar: identitário, como afirma Pollack, e relacional. Por ele, colocamo-nos reciprocamente em relação. Por ele, ouvimos os sons da cidade, sentimos os seus cheiros, os seus sabores, vemos as suas ruas, os seus monumentos, as suas pessoas, e nele, por representações e procedimentos aprendidos socialmente, conferimos significado aos sons, aos cheiros, aos sabores, às imagens, às sensações táteis. E tudo isto, porque são representações, nos suscitam outras representações que não são físicas: podem ser afetivas, intelectuais ou valorativas (MANCUSO, 1998, p. 181).

Não por acaso, Maria Mancuso (1998) estuda a memória da cidade levando especialmente em consideração aquilo que nos remete aos nossos sentidos, aos sentidos do corpo – sons e silêncio (audição), cheiro (olfato), imagens e olhares (visão), sabores (paladar), contatos familiares e comunitários (tato). Mas o cientista social não pode estudar um fenômeno como algo meramente biológico, natural. Daí sua percepção de que mesmo as sensações são capturadas através de representações, ou mediante estas, como é o caso da autora (socióloga) e também de boa parte dos autores nos quais ela baseia a investigação¹¹⁴, além, é claro, das representações propriamente “afetivas, intelectuais ou valorativas”.

¹¹³ Aqui são colocados fragmentos das entrevistas realizadas sob o método da história oral, mas apenas para oferecer ao leitor a fala mais intimamente ligada aos temas que são tratados em cada momento do trabalho. Isso porque diferencio o método de exposição do método de investigação. A tese escrita é uma exposição de resultados, alcançados mediante análise da totalidade do material (método de investigação). As considerações sobre os fragmentos, portanto, não se baseiam apenas nos fragmentos, mas na análise do material como um todo. Isso não significa que no momento da redação (exposição de resultados), o material não seja reavaliado para precisar questões; ora, é justamente isso que a redação do trabalho provoca no historiador. Porém, esta reavaliação é, todo o tempo, pensada conforme o “tom vital” encontrado na totalidade documental a partir do olhar teórico – o que os gregos chamavam de “olhos do espírito”, com a diferença fundamental de que, naquele caso, só os “olhos do espírito” podiam enxergar o *arché*, o princípio das coisas, enquanto aqui o olhar teórico tenta iluminar o campo visual das relações.

¹¹⁴ E na verdade, tomar os sentidos desta forma levanta problemas teóricos e científicos que exigiriam um esforço muito maior por parte de quem os evoca, o que geralmente se torna impossível mediante as delimitações de temas e prazos acadêmicos. Os povos esquimós enxergariam mais tonalidades da cor branca do que as pessoas que não vivem neste clima e cultura. As percepções são mediadas pelas culturas, notadamente. Mas até onde vai a Biologia e até onde vai a Antropologia ou mesmo a Memória e a Historiografia?

Não seria abusado falar de um processo que vem de longa data, um processo de exaltação do estatuto do indivíduo, do individualismo, ou mesmo do egocentrismo, e nele certo senso de individualidade do corpo (MANCUSO, 1998, p. 191). Processo essencialmente ocidental, mas que ao mesmo tempo nos remete, quase paradoxalmente, ao “tempo das tribos” (MAFFESOLI, 1987), das sociedades de massas, de sua indiferenciação e da proxemia. Mas mesmo aí, eis o corpo, ocupando um lugar, ainda que plástico, simulacro, temporário, como num ritual de candomblé.

Embora Henri Bergson, em seu método introspectivo de investigação da memória, coloque o corpo numa posição privilegiada, Mancuso (1998) se inspira menos na metafísica bergsoniana e muito mais na tradição sociológica durkheiminiana (Maurice Halbwachs e Michel Maffesoli). O que conta o tempo todo são os quadros sociais da memória, e a relação indivíduo-sociedade não contraditória: “A busca da individuação pela memória e pelo corpo mostra, portanto, a presença social em cada um” (MANCUSO, 1998, p. 233). Neste veio de análise, o que caracteriza primordialmente a cidade são suas pessoas. O sabor da cidade muda porque mudam as pessoas. O mesmo elemento, como o *footing*, pode ser encontrado em outras cidades, mas ainda assim é único, por conta das pessoas que o freqüentavam numa urbe específica – de forma que a cidade é a extensão de seus indivíduos individuados comunitariamente, coletivamente, socialmente (MANCUSO, 1998, p. 234).

Há os sons e silêncios da cidade; tornam-se grandes apoios de memória. O som dos trilhos, das serenatas, a conversa dos velhos, das mulheres, o silêncio dos velórios, músicas na praça, no rádio, e novelas radiofônicas deixaram nos idosos diversas lembranças, muito significativas, justamente porque constituíam o ambiente vivido no seio da família ou no círculo de amigos. Mesmo as músicas “sertanejas” vieram compor um ambiente urbano que inicialmente atormentou fazendeiros conservadores em São Carlos, reticentes quanto à possibilidade de a cidade corromper o comportamento de seus subordinados.

Os que nós ouvia? Eles tinham as novelas. Quem queria assistir, por exemplo, tinha uns vidro enorme assim, e os artistas, ele, a esposa e outros, atrizes de novela, e a gente assistia. Como um cinema, vai. [...] na rádio. [...] Não, não. Na rádio. Então, passava uns programa. [Marcos: O senhor lembra de alguma novela que ficou famosa nessa época?] Ah, tinha umas antiga. “Direito de Nascer”. É, tinha “Direito de Nascer”. [Marcos: Era uma novela do rádio?] É do rádio. Então, eles faziam o seguinte. Eles... “Scripsis”, né. [Marcos: Script?] Script. Um... [Marcos: Onde estava escrito o que era pra falar?] Aquela parte de... Por exemplo, eu falo sobre um assunto de uma fazenda de gado, aí eu paro, entra o seu, outro texto. [...] É. E eu gostava. [Marcos: E as pessoas ouviam muito isso?] Ouvia. Tinha à noite, aos domingos. Sábado e domingo, dois dias de programação, de novela. E durante a semana, casas comerciais, enfim assuntos da cidade. [...] [Marcos: Vocês lembram quais as músicas que vocês ouviam, que tipo de música tinha que cantar?] Ah, finada minha mãe gostava muito de música sertaneja, né. É. Eu já levava pro Gisto Rossi, o dono, as música que nós cantava. [Marcos: Vocês pediam, então, pra rádio

pra tocar aquelas músicas?] Pedia pra ele. Isso, ele era o dono da rádio. E ele, naquele intervalo comercial, e punha. [...] Dizia. Dedicatória. A dona Ilíria e família, os filhos, quer ouvir... né. [Marcos: Tal música.] Isso. Um na técnica de som põe o disco. Né. Tinha o locutor e o técnico de som, que põe o disco. Era bonito. É. Ih, escola mais de quarenta anos. Eu me lembro, é. [Marcos: Tá bem vivo isso?] Graças a Deus, em mentalidade... [Marcos: E os nomes dos cantores que vocês gostavam, das cantoras?] Bom, os que vinha mais freqüentes em São Carlos, vinha Carlos Galhardo, Francisco Alves, Orlando Silva. Esse é tudo antigo (PRÍNCIPE, Fita 1, Lado B).¹¹⁵

Uma música, em especial, teria deixado os são-carlenses um tanto orgulhosos, se bem que ao mesmo tempo temerosos frente à “gravidade” do acontecimento que a música narrava. Ficaram orgulhosos porque a cidade foi cantada no país inteiro, como se fosse uma homenagem a uma obra coletiva: a urbe! E não era bem uma homenagem. Era manifestação de medo frente às vinganças que o sobrenatural pode efetuar contra quem não respeita as regras divinas¹¹⁶; afinal, não se deve fazer festa em período de Quaresma, ainda mais na Sexta-Feira Santa:

Eu sempre gostei da musica de viola. Caipira. Ah eu gosto mesmo. Eu canto um pouco ainda. [Marcos: E toca viola?] Não. Um companheiro tocava comigo, né. E nós dois cantava e ele batia a viola. O senhor lembra aquela música que a moça dançou com o diabo aqui em São Carlos? [Marcos: O senhor me conta essa história. Não sei dessa história não.] [Alguém ao fundo diz: Eu lembro!] Olha lá. [Marcos: Ah, então me conta!] Ah, é uma música, não é contada. É música, música mesmo. Uma vez na sexta feira santa que a moça dançou com o diabo aqui em São Carlos. [Marcos: E isso é cantado na música?] É cantado com a música inteira. [Alguém ao fundo diz: Ela é bonita!] Olha lá, ele sabe. [Marcos: E a moça dançou com o diabo aqui em São Carlos?] Aqui em São Carlos. Tinha até uma casinha [jazigo] da moça com o dito cujo... com o coiso junto. [Marcos: No cemitério?] É. Agora acho que não tem mais, rapaz. Acabou. Eu ia ver uma vez, mas não deu certo de ver. [E o que dizia a letra da música?] A letra da música diz assim, ó:

“Numa sexta feira santa
há muitos anos atrás
na cidade de São Carlos
publicaram nos jornais
Uma moça muito rica
contrariou o gosto do pai
num baile que fez em casa
ela dançou com Satanás
Quando o baile começou
Regulando nove horas
Chegou um moço bem vestido
Arrastando um par de esporas
Dando viva para o povo
Como vai minha senhora
Quero conhecer a festeira

¹¹⁵ Exceto nos casos em que corromperia o sentido do que está sendo dito na entrevista, retiro a fala do entrevistador, substituindo-a, quando oportuno, por parênteses com reticências: “[...]”. Quando não, coloco a fala do entrevistador entre colchetes. Essas leves alterações servem apenas para deixar mais nítidos os sentidos atribuídos pelos colaboradores da pesquisa aos acontecimentos, ao que é evocado, tornando sua fala mais fluente. Quando se torna necessário, para melhor contextualização do que é falado, faço outros tipos de observações entre colchetes ou em notas explicativas.

¹¹⁶ E certamente um excelente objeto de estudo para a Antropologia.

Por que eu estou chegando agora
O moço disse pra moça
Minha hora já chegou
Eu preciso ir se embora
Por que o galo já cantou
Tirou o chapéu da cabeça
E os dois chifre ele mostrou
Parecia um touro velho
Daquele mais pegador
O diabo soltou um bufo
E sumiu numa explosão
Praquela gente sem fé
Isso serviu de lição
No meio da correria
Dos gritos e confusão
Ficou louca a moça rica
Filha do major Simão” (FRANCISCO, Fita 1, Lado A)

Atualmente, atividades desenvolvidas nos abrigos, além da mídia que a todos alcança, desconsideram diferenças fundamentais entre a cultura evocada pela lembrança do idoso e culturas mais pasteurizadas que vieram posteriormente. Essas novas configurações de memória passam a invadir a forma como o idoso lembra, passam a se fundir às lembranças que o idoso traz, como se fossem do mesmo gênero. Faz-se, então, uma distinção temporal – esse cantor é desta época enquanto aquele é mais antigo –, mas não qualitativa. E não obstante, entre uma música e outra, entre uma cultura e outra, entre uma memória e outra que a quer refundir, tantos processos sociais ocorreram.

Este é outro aspecto da memória avessa, qual seja, o de usar a vestimenta de outro grupo, uma vestimenta que se volta contra o sujeito que lembra, pois que ele nem se dá conta; impede-o de captar o sentido das transformações pelas quais passou:

É, tinha Dalton de Oliveira, Emilinha Borba. Dá licença um minutinho. Até eu tava marcando os artistas da minha época [vai buscar o material de uma pasta]. Até a moça aí, a enfermeira: “Mas você tem paciência e lembra?” Lembro. De todos eles. Tem muitos agora. Atual, que eu não me lembro, né. É. Olha, começamos aqui [mostrando o material da pasta]. Veja bem, todos os cantores, ó. [Marcos: Tá tudo aí no caderno?] É. Todos, aí. Esse já é mais atual, João Paulo e Daniel, né. Aí. Chitãozinho e Xororó também, mais atual. E esses aqui são tudo os antigo. Aí. Roberto Luna é antigo (PRÍNCIPE, Fita 1, Lado B).

Este tipo de memória avessa não se configura numa resistência, como pode ocorrer com outras lembranças. Relaciona-se à vitória de outra memória, domesticadora, conservadora, mistificadora, que cria nichos de mercado e tem horror ao vazio de lucro. Esta memória avessa que acabo de referir é um produto. Porém, há aspectos latentes na mesma esfera de memória que podem vir à tona e se configurar em resistência passiva ou até ativa. A perspectiva de trabalho, por exemplo, que *seu* Príncipe tem e que aconselha para o neto mostra que ele não vê com bons olhos as empresas que contratam sob o modelo toyotista.

[...] o Danilo tá há três anos e oito meses, já, nesse mês de junho, hoje é dia dois, né, então até eles tavam com idéia de sair: “Ô, vô, o que o senhor acha de eu entrar na Volks¹¹⁷?”. Eu falei: “Danilo...” [Marcos: Aqui em São Carlos, o Danilo?] É, na Volks, lá na Cruzeiro, na estrada. E eu falei: “Eu acho, que o vô não trabalha mais em firma, que recebe aposentadoria, né, você tá firme, lá você tem tudo, parte médica, dentária, que tem, você tem o clube, o seu salário é fixo, todo mês você conta com aquele dinheirinho, você já tem ali a namoradinha, precisa pensar com vinte e quatro anos, Danilo!” “É, vô, tá certo...”. Diz que a firma lá pagava mais do que a Tecumseh [multinacional instalada em São Carlos; fabrica compressores herméticos para refrigeradores]. Falei: “Oh Danilo, a gente nunca se ilude de um valor de uma firma pra outra. Às vezes se deve dar o valor pela estabilidade que a gente está”. E ele falou: “É, vô, eu sigo porque nem o meu pai dá esses tipos de, não é de conselho, de instrução pra...”, né, “...de uma firma pra outra”. Aí eu falei: “Depois eu [...inaudível?]”. E ele firmou, já desde, ele vinha falando, desde o mês de março, abril, ele já vinha falando: “Fica quietinho!”. E foi que ele se acidentou, naquele dedo (PRÍNCIPE, Fita 5, Lado B).

Já Armando parece desejar o absenteísmo, uma resistência individual, passiva e silenciosa, por conta de uma memória avessa, pois aprendeu que “não vira mais nada”:

É, a pessoa que nós fazia era... para ver serviço, para nós poder trabalhar, ganhar dinheiro, né, e dar a produção ao patrão. Eu e mais colega, nós brigava com os outros aí para dar serviço para gente, e era difícil. De cem, encontrava um que dava, era muito duro, mas vamos fazer o quê? Por fim abandonei, larguei tudo, já não agüentava mais a dor de cabeça. O povo em cima de mim querendo serviço, serviço não se achava, vou fazer o quê? Tinha que largar, foi o que aconteceu, larguei, parei com tudo porque não dá mais. A gente faz, desfaz, faz, desfaz, não vira mais nada. Tinha que parar com tudo (ARMANDO, Fita 2, Lado B).

Se a percepção, a memória, dos indivíduos tende a considerar a cidade uma extensão de si mesmos, ocorre que ela não se reduz a tal. Espaços urbanos foram destinados a diferentes papéis nas diferentes épocas e sociedades, relativamente às exigências das formas predominantes de produção e organização social. A cidade é um produto; ao mesmo tempo, agente de transformação (RAMOS, 2000, p. 5).

No caso das sociedades modernas, foi o processo de industrialização que se constituiu no principal agente das transformações sociais, e a cidade foi (continua sendo) indispensável tanto para ampliá-lo quanto para reproduzi-lo. Desde então, são reestruturações produtivas, governadas pela lógica das respostas aos conflitos sociais, que animam alterações na sociedade e na cidade. A cidade, também agente, imprime certas diferenciações e inclusões em redes que envolvem várias cidades, todas envolvidas em relações que vão além do país, diferenciações estas nutridas por uma dinâmica de mão dupla, e por isso específica de cada cidade. Em outras palavras, a questão é identificar como a cidade se apropriou de uma dinâmica mais geral num primeiro momento e que tipos de demandas a mesma requisitou da rede geral num segundo momento. Posteriormente vai deixando de haver “primeiro” e “segundo” momentos, pois as dinâmicas se realimentam continuamente.

¹¹⁷ Fábrica de motores de automóveis da Volkswagen, instalada em São Carlos-SP.

São Carlos-SP, como tantas cidades do interior do Estado de São Paulo, nasceu a partir da forma de ocupação territorial que a Metrópole portuguesa imprimiu: as doações de terra, de glebas, as chamadas Cartas de Doação. As inúmeras doações de sesmarias ocorridas no final do século XVIII e início do século XIX, agora com o Brasil independente da Metrópole, incluíram a região onde atualmente se encontra São Carlos: Sesmaria do Pinhal, do Monjolinho, do Quilombo. As demarcações das sesmarias, na primeira metade do século XIX, prejudicaram os posseiros, que não tinham influência política suficiente para serem beneficiados, e tiveram seu trabalho de derrubada de matas expropriado pelo regime de grande lavoura de cana-de-açúcar que se instauraria, embora muito cedo tenha sido substituída pelas plantações de café. Tal como os autóctones, foram sendo expulsos, mortos ou assimilados. O favoritismo político foi nutrindo o surgimento de “coronéis”, grandes fazendeiros, latifundiários poderosos, defendidos por seus exércitos de capangas.¹¹⁸

A tradição católica se fazia sentir nos ombros são-carlenses. Para a fundação oficial da cidade é considerada apenas a data de conclusão e inauguração da capela, em 1857, quando a imagem de São Carlos Borromeu foi levada da Fazenda do Pinhal até esta capela. Nesta data, foi rezada a primeira missa, que evocou rituais cristãos de fundação de burgos – rituais antigos da Igreja Católica. O território do cemitério é bento, para que ninguém seja enterrado fora de território sagrado. Não por acaso, no mesmo ano, foi criado o distrito de paz e a subdelegacia de “São Carlos do Pinhal”.

Muitos idosos participaram diretamente da economia cafeeira; quando não, seus pais ou avós:

Ele [avô] sempre foi lavrador. Desde a Itália ele foi lavrador. Trabalhava em lavoura, né. [Marcos: E a avó do senhor?] Também. [Marcos: Lavoura.] Todos. Aí vieram. Quando vieram da Itália, é. Eles vieram pra Santos e naquela época, os fazendeiros ia pra Santos. Assim, não sabia se queria morar em fazenda, e... Vai sentar lá, vai lá [dirigindo-se a *seu* Inácio, morador do asilo, que vagava de um canto para outro]. E eles foram pra Jaboticabal. É uma cidade depois de Taquaritinga. E arrumou pra nós lá, pra família; meu pai, mais quatro irmãos e três irmãs. Nós vim em sete filhos. [...] Foram todos pra lavoura. É, a fazenda deu casa e deu alimento pro mês, até eles... né. Se instalarem. É. Então. E serviço pra eles, né (PRÍNCIPE, Fita 1, Lado A).

¹¹⁸ Informações sobre os primórdios de São Carlos-SP, e mesmo sobre períodos posteriores, são encontradas em diversos autores, com variados graus de senso crítico. Servi-me dessas obras, em passim, para esta breve caracterização histórica de São Carlos. Visões celebrantes podem ser encontradas em: BRAGA, 1995; GARCIA & VIANNA, 1996; MARTINS, 2004; as várias obras do prof. Ary Pinto das Neves (1984, 1994, 1997, 2000). Obras acadêmicas e de teor mais crítico que trazem informações específicas e históricas sobre São Carlos: BOTELHO, 1999; BUENO, 2001; DONADONE, 1996; GRIMBERG, 2004; MANCUSO, 1998; Margarete Garcia MARTINS, 2006; ÓSIO, 1991; RAMOS, 2000; TRUZZI, 2000. Obra cujo objeto de estudo é outro, mas que cita São Carlos em diversos momentos, trazendo preciosas informações: DEAN, 1977. As citações estão completas na seção de “referências”.

Eu estava apenas com três para quatro anos. [...] Tomava café e ia para roça mesmo. Ia trabalhar, era o único jeito que tinha. O sacrifício era duro. Tinha que trabalhar, queira ou não queira, tinha que trabalhar. Ali na roça tinha de tudo, carpir uma coisa e outra, plantação, tinha que plantar. Um pouco eu trabalhava, um pouco eu sentava [risos]. [Marcos: Vocês almoçavam ali mesmo ou voltavam para casa?] Ali mesmo. A minha irmã levava (ARMANDO, Fita 1, Lado A).

No final do século XIX, a lavoura de cana, que em São Carlos não chegou a se destacar, foi sendo substituída pela de café. Aqui começa a “moderna” São Carlos, a partir de uma íntima relação entre a produção de café e a civilização moderna – o café acelera o ritmo biológico. O café é a bebida da vida moderna. E não só: “O café era poder, riqueza, esperança e história” (TRUZZI, 2000, p. 80). A mão-de-obra era essencialmente a do escravo negro, embora atualmente alguns estudos monográficos tenham demonstrado a grande importância dos “camaradas” – força de trabalho livre, em condições de vida e trabalho aviltantes, sem garantias e direitos, que realizava tudo quanto é tipo de serviço. Abolida a escravidão, começam a vir contingentes consideráveis de imigrantes para São Carlos, especialmente alemães, italianos e espanhóis. Também no final do século XIX, São Carlos era integrada à rede ferroviária, por conta do poder político e financeiro exercido pelos grandes fazendeiros, entre os quais se destaca o Conde do Pinhal. A ferrovia encarnava a marca da civilização (TRUZZI, 2000, p. 95).

No início do século XX, a economia, baseada sobretudo na grande lavoura de café, entrará em crise. A “Princesa do Oeste”, apelido de São Carlos à época, ficará triste. Receosos de perderem seu poder e influência e reticentes quanto às possibilidades que a vida urbana trazia para outras classes sociais, os fazendeiros resolvem investir na produção de leite. Tal reestruturação, ocorrida na década de 1930, permitia que as fazendas não se fragmentassem, mantendo suas dimensões de latifúndio; permitia um respiro aos grandes fazendeiros. E é neste contexto que a cidade vai se tornar uma das mais importantes “bacias leiteiras” do país. Outra saída, pela qual não se optou mediante a crise cafeeira, era o algodão, que entretanto poderia estimular pequenas e médias propriedades (TRUZZI, 2000, p. 102-103).

Mas a cidade já instaurava uma nova dinâmica, nascida dialeticamente da mesma economia cafeeira que engendrou na cidade um inicial desenvolvimento industrial. Enquanto os fazendeiros se mantinham receosos com a cidade, os imigrantes, principalmente os italianos, enveredaram para a indústria urbana, trazendo para cá experiências européias ligadas à vida urbana e industrial. Tal eram seus trunfos.

A crise do café tendia a levar à diversificação dos produtos agrícolas. Estes, por sua vez, oferecem matérias-primas diversificadas que podem impulsionar a industrialização. Em Araraquara e Ribeirão Preto, cidades mais ou menos próximas de São Carlos, algodão, milho, laranja, cana-de-açúcar, arroz e café serviram ao setor industrial. Araraquara persistiu no desenvolvimento da indústria de produtos alimentares, e este setor ainda mantém hegemonia naquele município. Na década de 1930, o colapso das importações não será superado, e o eixo central passa a ser o processo de substituição de importações. Em São Carlos, por iniciativa de imigrantes que pretendiam atender ao consumo local e devido à oferta de matéria-prima (serrarias), desenvolvem-se fábricas de móveis que passam a vender para todo o Estado de São Paulo, Sul de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Ao final da década de 1930, São Carlos teria participado da “febre das camas”, e só a capital podia concorrer contra ela. Apenas na década de 1950 é que o ramo entra em involução, mediante distanciamento dos centros fornecedores de matéria-prima (TRUZI, 2000, p. 126).¹¹⁹

Nas primeiras décadas do século XX, enquanto em pólos industriais mais desenvolvidos do mundo, o trabalho parcelar e baseado em grandes contingentes concentrados de trabalhadores, concebido pelo sistema fordista-taylorista, começava a chegar a seu ponto máximo de evolução, e começava a sofrer por isso as agruras de ter de lidar com uma força de trabalho adaptada à indústria, com sindicatos fortes e combatentes, embora autoritários mediante sua base, que por sua vez pressionava crescentemente de baixo para cima, a indústria em São Carlos nascia de uma forma um tanto específica, que aliava pequeno capital, impulso vindo do café, saber-fazer imigrante, redes familiares e de amizade, paternalismo.

Os imigrantes trouxeram referências de uma sociedade urbana, algo que representou um verdadeiro impacto, inclusive resistências por parte dos são-carlenses mais antigos. Muitos deles possuíam respeitáveis conhecimentos nas atividades industriais, além de estarem habituados a serem consumidores. Podiam formar um amplo mercado para bens de consumo. Tratava-se de uma mão-de-obra com boas qualificações. Truzzi (2000, p. 148 et seq.) acena para a possibilidade de alguns desses imigrantes possuírem também algum capital, e pretenderem com ele montar o próprio negócio. Formaram redes de imigração com parentes, o que facilitava a chegada e instalação. Baseavam-se, portanto, na etnia ou na região de

¹¹⁹ Para mais detalhes no que se refere ao início da indústria em São Carlos, cf. também GRIMBERG, 2004. Trata-se de um estudo monográfico que dedica especial atenção ao papel do pequeno capital no processo de industrialização na cidade de São Carlos-SP. Embora seja um trabalho de conclusão apenas de graduação, consegue trazer boas questões sobre este tema.

mesma origem daqueles que já residiam em São Carlos. Bastava o negócio ser bem-sucedido, que se animavam a trazer e empregar parentes que vinham da Europa. Afinal, confiavam mais nesses.

Só mais tarde, grandes indústrias são-carlenses serão geridas sob o sistema taylorista. A partir da década de 1940, será a indústria a principal atividade econômica da cidade. Na década de 1950, houve uma crise de fornecimento de energia elétrica, fato sintomático, pois era evidente o respeitável crescimento industrial de São Carlos, o qual aumentou a demanda por energia a um nível que iria exigir o incremento deste setor de fornecimento; em períodos de estiagem, o problema aumentava.¹²⁰ O fato frustrava a imprensa, habituada a deificar empresários, especialmente o Sr. Ernesto Pereira Lopes, e a elite, as quais queriam ver uma cidade desenvolvida, “bela”. Por conta deste problema, as Indústrias Pereira Lopes S.A.¹²¹, entre as maiores indústrias de São Carlos, realizaram uma paralisação em suas atividades, em protesto contra a Companhia Paulista de Eletricidade em julho de 1957:

Quando estamos nos preparando para comemorar o primeiro centenário de São Carlos, em que todos deveriam contribuir no sentido de embelezar a nossa cidade, vemos a incúria e a desídia dos encarregados e diretores da Companhia de Eletricidade a nenhuma contribuição trazerem, como seria necessário e lógico esperar-se, para abrilhantar aquela festa. Não pode, porisso, passar despercebido ao povo de São Carlos a atitude assumida pelos Diretores das Indústrias Pereira Lopes S.A., que, inconformados com a continuidade do precário e assustador retrocesso da Cia. concessionária desse serviço público, se dispõem a combatê-la de frente, deixando de conformar-se com essa insustentável situação de descalabro no fornecimento da energia elétrica entre nós. Porisso, não obstante sofrerem prejuízos de monta com a paralisação de sua produção, motivada pelas interrupções havidas no fornecimento da energia, propõem-se a agir judicialmente contra essa relapsa Cia Paulista de Eletricidade, talvez preocupados mais com os interesses da coletividade são-carlense do que com os próprios. Certamente, porisso, os dirigentes daquela empresa de eletricidade não poderão deixar de levar em consideração essa obstinada atitude, que lhes ameaça a existência, forçando-os a melhorar o fornecimento de energia, porque para isso oportunidade e ocasião não lhes falta. Continuar fornecendo coisa que não possuem é que não é possível (Correio de São Carlos, 18 jul. 1957).

No entanto, essas manifestações foram desencadeadas por iniciativa dos próprios operários, algo que fica implícito no jornal “Correio de São Carlos”, que dizia pugnar pelo “benefício coletivo”, e que “jamais se prestou e jamais se prestará a papel de subserviência ou veículo de campanhas instigadoras de desordem, como foi apontado no caso do **manifesto**

¹²⁰ Problemas de fornecimento de energia elétrica estavam ocorrendo em outras cidades do Estado de São Paulo. Entretanto, muitas delas se adiantaram, comparativamente a São Carlos, na solução dessa crise.

¹²¹ As indústrias Pereira Lopes Ltda. foram criadas em São Paulo, capital, em 1942. Em 1945, foram transferidas para São Carlos. Inicialmente, era um entreposto de comércio e industrialização de pequenos motores elétricos. Mais tarde, passou a fabricar fogões a gás e também elétricos. Transformou-se em indústria de geladeiras domésticas. Na década de 1950, as Indústrias Pereira Lopes S.A. passaram a produzir refrigeradores da marca “Clímax”.

dos operários das Indústrias Pereira Lopes contra a falta de energia em nossa terra” (Correio de São Carlos, 20 jul. 1957, grifo nosso). O jornal havia equacionado a iniciativa na direção da glorificação dos diretores da empresa. No interior dos processos ideológicos de naturalização de determinadas relações sociais, e que tão imperativamente influem na memória social, geralmente por “benefícios coletivos” entende-se aquilo que interessa à soberania empresarial e não, exatamente, à coletividade.¹²²

O taylorismo já se fazia sentir entre os operários são-carlenses. É próprio deste sistema de gerenciamento extrair trabalho do operário até o esgotamento de seus limites físicos. Vejamos uma narração, referente à década de 1950 e 1960, de um ex-sindicalista que viu de perto o sistema interno das Indústrias Pereira Lopes (IPL):

As jornadas de trabalho na I.P.L. eram alentadas. Chegava-se ao absurdo do empregado entrar às sete horas da manhã de um dia e sair às 18 horas do dia seguinte. Houve casos de desmaios na linha de produção. A empresa não tinha refeitório e quando as extenuantes jornadas laborativas viravam a noite era servido no horário das refeições um sanduíche de pão com mortadela, acompanhado de um refrigerante fabricado em São Carlos. O trabalhador ia para a rua comer. Quando o trabalho não adentrava a madrugada e se alongava até pouco antes da zero hora, não era fornecido qualquer tipo de alimento aos trabalhadores [...] Para a direção da I.P.L. as necessidades fisiológicas tinham hora marcada e precisariam ser efetuadas naqueles dois períodos de cinco minutos. Fora do horário estabelecido pela empresa, os operários só poderiam ir ao banheiro autorizados pelos seus respectivos chefes de seção ou setor, e quando autorizados só poderiam se dirigir ao W.C. acompanhados por um policial da empresa. Sim, policial, porque o uniforme usado era de um policial, com quepe, cacete [sic], revolver na cintura e botina (PAINO, 2002, p. 12-13).

Essa grande empresa praticamente ditava o formato das outras empresas da cidade. Não à toa, durante o regime militar e até um pouco posteriormente, houve em São Carlos grandes greves e manifestações que colocaram em risco a capacidade de fomentar lucro por parte das empresas organizadas sob o gerenciamento taylorista. O taylorismo teria de ser superado por algo que fragmentasse os trabalhadores, que os enfraquecesse, que os separasse espacialmente e os integrasse sob o comando empresarial. Em resposta ao conflito social, desenvolve-se o toyotismo a partir do Japão;

¹²² Não deixa de ser interessante notar o enorme grau de conservadorismo dos jornais provincianos em geral, e dos jornais são-carlenses em particular. Cronistas que reproduzem chavões à enésima potência posam de gênios.

chega a São Carlos no final da década de 1980, inclusive na referida empresa, agora Clímax, depois Prosdócimo, atualmente Electrolux.¹²³

Na memória dos idosos asilados, a fábrica era um lugar para onde se devia ir quando se estivesse pronto, na idade: “Dali tinha minhas irmãs, meus irmãos e eu já tava grande, moço... pra morar aqui em São Carlos pra trabalhar nas fábricas” (FRANCISCO ANTÔNIO, Fita 1, Lado A). Quando se é criança, tem de brincar e ajudar os pais principalmente em casa. Quando se está moço, tem de trabalhar em fábricas, em alguma empresa menor, ou prestar algum serviço:

A Rute já tava mocinha, a Marlene, e cada um entrou numa firma, numa fábrica, né. E eu também, né. Quando meu pai tinha, por exemplo, serviço de construção, eu ia com ele; quando não tinha, eu ia trabalhar em imobiliária. É. Em serviço de pintor. Aí eu ia aprendendo. Como diz, antigamente não tinha esses material em látex. É tudo cal (PRÍNCIPE, Fita 1, Lado A).

[...] quando nós mudamos aqui, que nós viemos da fazenda para cidade, meu pai fazia serviço de pedreiro. Então era difícil ele ficar parado; se fazia um biquinho e tal até arrumar essa fábrica pra trabalhar; aí que ele afirmou lá e parado mesmo nunca ficou não (SEBASTIÃO, Fita 1, Lado A).

Os idosos asilados absorveram a idéia de que o progresso é sinônimo de indústria. Ter fábricas importantes na cidade é sinal de pujança, de riqueza, de evolução. Elas causam orgulho nos moradores. Voltemos a avançar na reflexão sobre a memória.

¹²³ Posso aqui recorrer à minha própria memória. Entre 1984 e 1985, fiz o curso de Mecânica Geral no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de São Carlos-SP. Consegui uma bolsa de estudos da Clímax S.A. Finalizado o curso, fui contratado para trabalhar na ferramentaria da empresa. Quando lá cheguei, ouvia comentários de que os guardas dos tempos em que a indústria se chamava “Pereira Lopes” faziam ordem unida no pátio interno. Ainda trabalhavam fardados e com quepe quando lá trabalhei, agora armados “apenas” de cassetetes. Minha irmã havia trabalhado nessa firma bem antes de mim. Eu a via sair bem de manhãzinha. Fazia muitas horas extras, ganhava mal e, por conta do trabalho repetitivo e exaustivo, até hoje sofre com um desvio nas costas, uma cifose na coluna vertebral – eis o taylorismo. Nos quatro anos em que lá trabalhei como ferramenteiro, pude ter uma visão mais global das áreas de moldagem, usinagem, linha de produção e até do setor de informática, onde fiz um estágio. Eu consertava moldes e ferramentas, principalmente as do setor de injeção de alumínio, que fazia o motor da lavadora de roupas. Eu também fazia muitas horas extras, mas o trabalho na ferramentaria é bem menos repetitivo que nos outros setores da produção e montagem. Fato é que vi muitas mudanças ocorrendo, e hoje me fica claro que se tratava de uma reestruturação produtiva ali na minha frente, interna. Se antes a ferramentaria chegou a fazer algumas de suas próprias máquinas (retíficas, fresadoras), além dos moldes, matrizes e punções que eram colocados em pequenas, médias e grandes prensas, à minha época começaram a terceirizar o serviço, para diminuir custos. Passaram a comprar componentes, além de matrizes e moldes prontos de empresas especializadas. Os desenhistas técnicos, projetistas, que outrora conviviam conosco foram deslocados para o setor de engenharia. Começavam a “enxugar” o quadro de funcionários e a contratar serviços que antes eram feitos ali mesmo. Sem dúvida isso tanto foi enfraquecendo os trabalhadores, fragmentando-os, quanto diminuindo os “custos de produção” da empresa. Eu próprio estava sendo deslocado da oficina de ferramentaria para o escritório da própria ferramentaria, para calcular os tempos de trabalho que cada ferramenteiro gastava na produção de moldes e matrizes, para preparar máquinas, para dar manutenção, construindo quadros que seriam utilizados como diagnósticos para intervenções que visavam à otimização do uso do tempo do trabalhador. Imagine, dos 16 aos 20 anos, eu, por ser força de trabalho qualificada no SENAI, trabalhando na ferramentaria, ganhava cinco salários mínimos. Algo que destoa muito do que as empresas pagam atualmente para gente dessa idade, que está começando. O toyotismo estava chegando, os custos diminuindo, os lucros empresariais aumentando, e os trabalhadores, claro, perdendo.

Uma leitura da memória, inspirada em Halbwachs, leva-nos a pensar que o que conta são os quadros sociais da memória, a relação indivíduo-sociedade não contraditória, de forma que a cidade seria a extensão de seus indivíduos, conforme disse anteriormente. Não obstante, a sociedade não é um todo exatamente coeso, como um corpo orgânico – tal a imagem concebida no positivismo comtiano – em que o *consensus*, a solidariedade do sistema, é mais pronunciada. Ela é atravessada por conflitos e antagonismos. Se é um todo, é um todo social estruturado sob conflitos cuja historicidade é bastante complexa. A memória, seguindo na esteira de Iúri Lótman, é essencialmente um fenômeno social, mas em outros termos, para os quais Halbwachs, em suas investigações sobre a memória, não oferece atualmente respostas satisfatórias. Sim, um fenômeno social, mas no sentido da luta pelo monopólio da informação, da luta pela hegemonia entre diferentes formas de decodificação de tais informações, para fazer perpetuar alguns elementos e dispensar outros tantos. Há diferentes *tipos, chaves, configurações* de memória. Essas diferentes memórias decodificam melhor certas questões; deixam para o fragmento e o esquecimento outras tantas questões. Em torno dela há inúmeras batalhas. E não basta ser uma grade que filtra para incluir dados novos em sua esfera; ela precisa ser transmitida, senão a memória como um todo, num determinado formato e configuração, é perdida. Além disso, são inúmeros os perigos que cercam a memória – ideologias, idealizações, convencionalizações, necessidade de se sentir bem e incluído no presente mediante o grupo atual, mediante as instituições atuais, mediante os discursos atuais –, perigos que tantas vezes impedem o sujeito de ter uma visão mais objetiva de si mesmo no tempo. Este é outro aspecto do que tenho chamado aqui de “memória avessa”.

Não agradava a Halbwachs a interferência do historiador no tocante à memória – a história viva é a memória; é a memória do grupo que dá sentido a ela, enquanto os historiadores apagam essa vivacidade a partir de um discurso de fora, artificial. Assim como, mais atualmente, Pierre Nora se ressentia com a história, por ter deixado um “lugar” para a memória bem menos expressivo que aqueles ocupados por ela nas tradições anteriores. O endereço das críticas de Halbwachs é a historiografia metódico-positivista. Pierre Nora parece endereçar suas críticas aos historiadores que se inspiram demasiadamente na Razão. Mas quantas dimensões da história perderíamos se o historiador abrisse mão de analisar, através da memória, as transformações da sociedade? E analisar como crítico, como historiador, como desmistificador! A memória não é só presente; ela é uma expressão da historicidade, o registro do percurso social do sujeito, dos conflitos sociais que ajudou a compor. A memória

atravessa o tempo, a história (vívida), as transformações sociais – tal como as eras geológicas deixam no solo sua memória, a história deixa suas marcas na memória.

A memória parece funcionar com apoios, por setor. Elementos vão se interpondo, até aflorar as lembranças, nunca de forma pura, mas atravessada por idéias atuais, convencionalizações, necessidades atuais de convívio com o grupo, etc. Mas como é o corpo que está interposto, há alguma sobrevivência das imagens guardadas no mais longínquo passado, de forma semelhante ao que Bergson dizia. As “grandes” dimensões dos lugares que retemos na memória durante a infância, quando éramos pequenos, faz-nos estranhar, se voltamos a eles depois de muito tempo, já adultos, sua atual “pequena” dimensão. Não obstante, mesmo Bergson não declarava que a memória era tão “pura” assim; sua teoria é mais dinâmica – não há, para este autor, percepção que já não esteja carregada de memória.

Levando isso em conta, tomemos a questão da memória da cidade. Quando pergunto ao idoso asilado onde ele nasceu, eu próprio já incluo na pergunta (talvez sem me dar conta no momento, receoso que o idoso fique monossilábico, algo muito comum numa entrevista) a rua, a casa, o bairro:

[**Marcos:** E onde o senhor nasceu? Qual que era o lugar, a rua?] O bairro aqui é, de nascimento, Vila Prado. [**Marcos:** O senhor nasceu na Vila Prado.] Vila Prado, travessa nove. [**Marcos:** Na travessa nove. E como que era o bairro na época? O senhor lembra? Tem a imagem dele na cabeça?] Olha, na época de menino, tinha bondes. [**Marcos:** Já tinha o bonde.] Os bondes, é. Ônibus, assim, de viagem era, como São Paulo, Campinas, outros lugares, era... Não tinha mesmo. Depois veio o Expresso Brasileiro, né. Fazer viagens assim, né (PRÍNCIPE, Fita 1, Lado A).

Muitas vezes, entretanto, o presente se faz imperativo, e o colaborador sai da evocação do passado, indo automaticamente para objetos e relações atuais, como no final da passagem acima (PRÍNCIPE, Fita 1, Lado A). O tempo se unifica num ponto restrito, concentrado, pesado, negando-se portanto, como se as coisas do passado e do presente não guardassem diferenças qualitativas. É um dos motivos que faz com que o colaborador possa se irritar com a necessidade de precisar a informação, quando isso é requisitado pelo entrevistador. Embora, às vezes, o motivo possa ser mais elementar: simplesmente não se lembra. A memória parece se nutrir de outras temporalidades, o tempo da família, do trabalho, dos bondes, dos jardins, ou pode apresentar aspectos que estariam fora do tempo, que não dependem do tempo cronológico, de forma que os fatos lembrados têm sua própria temporalidade.

[**Marcos:** Nasceu em Ribeirão Bonito. O bairro lá, qual bairro que era, a senhora lembra?] Ah, eu não me lembro o nome da rua. Depois mudei na Aracy [Cidade Aracy, bairro periférico de São Carlos] e fiquei até agora há pouco. Mas o bairro que eu nasci não (MARIA DO CARMO, Fita 1, Lado A).

[**Marcos:** O senhor se lembra, assim, a idade do pai do senhor quando o senhor nasceu? Era jovem, mais velho?] Ai, ele era bem velho, viu... Ele era, não lembro a idade que ele tinha não, mas ele era bem madurão já (SEBASTIÃO, Fita 1, Lado A).

Várias questões podem estar envolvidas no esquecimento, tanto individuais quanto sociais. Diferentes ciências enveredariam para distintas explicações. Alguns esquecimentos, entretanto, são devidos ao fato de que algo nunca tenha sido tão importante para a pessoa; vamos nos esquecendo de detalhes aos quais não atribuímos importância. Para que lembrar a exata idade cronológica do pai quando nascemos, afinal? Sebastião guardou o “essencial” – o pai era “madurão” –, pois é assim que aprendemos culturalmente a diferenciar as idades: bebê, criança, adolescente, jovem, maduro, (madurão), velho. Bergson defenderia que, mesmo nestes casos de esquecimento, a imagem está retida na memória, porém como espírito; podemos não conseguir evocá-la, por conta da relação entre a memória e o cérebro; este último seria um obstáculo, um filtro para que prevaleça a ponta do cone (como mostrado no item sobre memória e história oral), que é o estritamente necessário à ação presente. Em outras palavras, o cérebro é o local de materialização da memória – ele é seletivo. A teoria de Lótmán se aplica melhor à memória social; o esquecimento é par dialético da memória. Portanto, a memória é seletiva, mas o que é lembrado e esquecido depende da chave da memória, do tipo de memória que a pessoa põe em movimento em sua vida social, dos elementos que aquela memória consegue taquigrafar, unir em sua esfera longa. Inúmeros fragmentos caem no mais completo esquecimento.

Voltando ao tema da unificação do tempo num ponto restrito, onde passado e presente ficariam indiferenciados qualitativamente, nem sempre é assim que ocorre. Depende muito do quanto o idoso está mergulhado na vida cotidiana. Depende também se ele atribui (ou se é ou não incentivado a atribuir) importância ao seu passado. Depende também de questões ideológicas, pois a naturalização de relações sociais pode levar o idoso a não ver diferenças qualitativas no tempo, pois “sempre foi assim”: “Os ricos acho que dividiam [separavam-se] um pouco dos pobres né? [...] Eles dividiam, aonde nós tava eles saíam fora, né? Sempre foi isso aí aqui. Tudo lugar. Não todos, mas que tem, tem” (FRANCISCO, Fita 2, Lado A).

Não obstante, os idosos diferenciam o tempo: o tempo dos pais, dos avós; no caso de São Carlos, o tempo dos bondes, do trabalho, do casamento, dos filhos, o “meu tempo”. O passado é um tempo menos imperativo e coercitivo que o presente, pois as relações tecidas atualmente exigem e constroem muito mais (MANCUSO, 1998, p. 225). O passado pode ser o tempo da memória-sonho, uma memória única e não adestrada, como referia Ecléa Bosi.

Por ser única, ela pode ser avessa, até subversiva, por oferecer elementos para comparação com o presente. Pode fazer com que o idoso perceba promessas não cumpridas, processos desejados e não realizados; ele pode se decepcionar com o presente, contestá-lo.

Para um velho pescador, é um absurdo pagar pelo peixe nos atuais pesqueiros. Como dizia o poeta Marcello Palingenio Stellato (séc. XVI), “*Non annosa uno quercus deciditur ictu*” – “cavalo velho não se deixa abater por um golpe só”. O idoso tenta retirar uma substância de suas lembranças, e por isso, não vai acreditando em qualquer promessa; aprendeu a lição. É por isso que o capital flexível tende a preferir os jovens. Eles são flexíveis – estão começando –, ao passo que o velho, porque muito viveu, porque tem já aprendizagens e pode comparar, tende a não aceitar facilmente novos formatos e a enxergar perdas em algumas mudanças. Por não aceitar, não é colaborador, não é participativo, é um obstáculo às rápidas transformações nos sistemas produtivos. Quando não é flexível, surge a necessidade de isolá-lo. Com efeito, as instituições asilares tendem a fazer o idoso dispensar seu passado, levando-o a mergulhar no cotidiano. E aqui sua memória é avessa, porque vai no sentido do escape, para possibilitar uma vida cotidiana possível no interior da instituição asilar. É uma memória alienada; sua marca é o despeito, a subversão de si.

A casa fornece identidade à família relativamente à cidade – assim pertencemos a ela. É o lugar da relação familiar, dos primeiros passos, das primeiras noções. Quando se muda de residência, é a casa que fornece o ponto de referência para que se lembre de novos lugares e das novas relações. Ela é o grande apoio de memória que faz desencadear outras tantas lembranças, lembranças que vão além da casa e do período evocado, de maneira que, às vezes, fatos mais atuais ou anteriores a quando se morou “naquela casa”, “naquele bairro”, atravessam as lembranças do que é longínquo.

[**Marcos:** E as ruas da Vila Prado, como que era? De terra, asfaltada...] Ah, era tudo terra, não existia asfalto. Depois que veio os paralelepípedos, né. Aquelas pedra enorme. Aí o prefeito primeiro foi calçando, uma rua por rua e... [**Marcos:** As casas como eram?] Ah, era muito antiquíssima. Por sinal até a casa que eu nasci tem ainda. A casa é de alvenaria. Bom, é tipo tijolos, né. Aqueles tijolos antigos. Bom, com o tempo, os donos... o terreno era muito grande e a casinha ficava na frente, né. Que meus pais moravam ali. E depois foram construindo, né. E deixou aquela casinha na frente, como história, histórica, né. E as cores na época era amarelinho. Que aquele tempo não usava látex assim em parede. Usava mais cal, né. Caição, dizia, né. E eu, depois de moço, ainda fui pintar a casinha pro proprietário. “Quem é o Senhor?” Eu sou fulano de tal, Giovanni de Príncipe e dona Ilíria Damaceno Pereira de Príncipe, e eu nasci nessa casa. Ela admirou: “Nossa! Morou tantos inquilinos aqui.” Né. Os filhos, os netos, né. Os pais deles, os avós, tinham falecido, né. E eu falei: vou fazer uma pinturinha. Eu trabalhava em pintura, né. E fiz pra eles. Ficou muito contente. E eu senti mais contente em fazer, né (PRÍNCIPE, Fita 1, Lado A).

Eu mudei da Boa Vista [fazenda] para cá [São Carlos], porque o patrão vendeu a fazenda para os Pereira Lopes, aí não deixou ninguém plantar mais. E meu marido gostava de fazer plantação, então nós passamo pra cá. Comprei uma casinha aí, e mudamo pra cá (MARIA DE LURDES, Fita 1, Lado A).¹²⁴

[**Marcos:** O senhor lembra se tinha muitas praças no bairro, campo de futebol, no bairro onde o senhor morou quando era criança? Campo de futebol, largos?] Não, ao contrário. Depois que eu comecei a entender por gente, tinha o Tijuco¹²⁵ que, Cidade Jardim aí, aí tinha campo de futebol. [**Marcos:** Bastante?] Bastante não, pouco, pouco. Tinha dois campos de futebol aí no Tijuco. O campo do japonês lá na Cidade Jardim, e o campo que até você conhece, que você conheceu, era o da JOC [Juventude Operária Católica], perto do cemitério ali [cemitério Nossa Senhora do Carmo]. [**Marcos:** Onde hoje é a praça?] Hoje é a praça. [**Marcos:** Praça Independência.] É, ali foi um campo de futebol. [**Marcos:** Ah, é, eu não cheguei a jogar ali não.] **José:** Não? [**Marcos:** Não.] Então, ali saía, ali era lugar de encrenca. Aquele tempo o Tijuco Preto era quente mesmo, e eu estava pro meio. [**Marcos:** De moleque?] De moleque. Eu brigava. Eu brigava por qualquer coisa. Por causa de passarinho eu encrencava e até depois de grande eu encrencava com problema de passarinho, problema de namorada, eu encrencava. Eu ia nos baile, sobrava menina para mim, o cara invocava e eu encrencava (JOSÉ PASCOALINO, Fita 1, Lado A).

As lembranças sobre a infância, do passado mais longínquo, aparecem com um teor de estranhamento do próprio idoso relativamente ao modo de vida, o mobiliário da casa, ao espaço, a vida nas fazendas das redondezas, o chão de terra batida, a vida na cidade, pois era bem diferente do que é agora.

Era mesma coisa dessa minha [casa] aqui em São Carlos aqui. [**Marcos:** Quatro cômodos também, sem forro?] Sem forro, o chão de terra... [**Marcos:** Terra batida, bem macetada assim. E os móveis?] Os móveis era bom. [**Marcos:** Como que eram os móveis? Eram feitos por vocês mesmo?] Só que não tinha geladeira, fogão a gás não tinha, era fogão de lenha. [**Marcos:** Fogão a lenha. E para manter o alimento sem estragar, o que vocês faziam?] Como assim, cozido ou cru? [**Marcos:** Cru, cozido, como que faz para não estragar? Porque a gente sabe que estraga logo, né, comida feita. Como que vocês faziam?] Ah, não sobrava. [**Marcos:** E carne? Salgava a carne?] A carne nós comprava só o que dava para nós comer na hora. [**Marcos:** Então, por exemplo assim, eu soube de gente que usava lata de banha para conservar o alimento mais tempo, gente que enterrava, vocês não usavam essas coisas?] Não, nós usava quando nós matava porco, matava porco. Nós fritava tudo as carne, tacava no meio da gordura na lata e tampava e deixava lá. Conforme nós ia comer, nós tirava aquele pouquinho, esquentava e comia. Ficava mais de anos, ó. [**Marcos:** Ah, é? Durava tudo isso. E as ruas, como que eram as ruas ali na fazenda? Aonde a senhora brincava.] Aí, gostoso. O quintal era chão, quintal tinha um pésão de manga, então de sábado nós fazia uma panelona assim de doce de leite, juntava todo mundo da colônia para comer doce lá, e nós balangando. [**Marcos:** Fazia balanço?] Ô. [**Marcos:** O pai da senhora que fazia o balanço?] É, nós meninada mesmo. [**Marcos:** E do que mais vocês brincavam?] De pique, tudo quanto é brinquedo nós brincava. De bola, jogar dominó. Você conhece o joguinho? É. Aquela brincadeira, balança caixão. Dá um tapa na bunda e ia esconder (MARIA DE LURDES, Fita 1, Lado A).

Dona Ivani passou a infância em Taquaritinga. Jogos e brincadeiras eram mais ou menos iguais entre crianças de diferentes cidades do interior paulista. Brincava-se com

¹²⁴ Sobre a memória de idosos que viveram o êxodo rural, cf. Gigante (1999), minha dissertação de mestrado.

¹²⁵ Tijuco Preto, bairro de São Carlos que mais atualmente passou a ser chamado de Costa do Sol pelo poder público municipal. Popularmente, ainda é conhecido como Tijuco Preto.

amigos, com irmãos, mas logo vinha o trabalho, a necessidade de ajudar os pais; relativamente a dias mais atuais, tratava-se de uma espécie de antecipação da vida adulta. Geralmente, as mulheres começavam no trabalho doméstico enquanto os meninos eram iniciados no mundo do trabalho ajudando o pai. Dona Ivani parece se ressentir de não poder ter convivido com muitas crianças, só com os irmãos. Com isso, não teria conhecido muitas brincadeiras.

Amarelinha, pula-corda. Era isso. [**Marcos:** A senhora se reunia com muitas crianças? Poucas?] Não, não. Não eram. É, eu já era grande. Eu tirei o diploma com quatorze anos. Eu ajudava em casa, né. Eu ajudava. [**Marcos:** E antes disso? A senhora não brincava de boneca, por exemplo?] Ah, eu nunca lembro de ter brincado com boneca (risos). É. Não tinha criança, vizinho com criança. Era meus irmãos. Era meus irmãos. Brinca com meus irmãos. Nasceram tudo lá em Taquaritinga. Tenho cinco irmã e dois irmãos. O meu irmão é um ano mais novo que eu. Ele já morreu. Morreu casado, com cinquenta e sete anos. Ele morava em Marília. Ele morava em Marília. Cinquenta e dois anos ele morreu. Ele ficou doente. Ele teve derrame um pouco novo. Ele já tinha tudo os filhos e ele teve derrame. Ficou doente e ele morreu. [**Marcos:** Mas vocês brincavam de casinha? Papai e mamãe?] Ah, é! Casinha. De casinha. [**Marcos:** Brincava de médico também?] Não, não. [**Marcos:** Podia brincar com quem quisesse ou mais com irmãos mesmo?] É, eu ficava com meus irmãos. [**Marcos:** A senhora não se lembra de seus pais da senhora ter falado: “olha, não brinca com essa ou com aquela criança porque eu não quero, por causa disso ou daquilo”?] Não, eu não me lembro. [**Marcos:** Houve alguma ocasião na infância em que a senhora correu perigo? Brincando? Ficou em apuros?] Eu... é... eu lembro que era um domingo, nós estávamos almoçando e eu tive um desmaio. Ah, foi quando eu fiquei doente. Meu pai chamou o médico. Eu desmaiei. Não sei o que foi que deu. Foi indisposição do estômago, né. Eu tomei remédio. Quando era criança. É, quando era criança, é. Tive um desmaio (IVANI, Fita 2, Lado A).

A brincadeira é um instrumento de socialização e de educação para a vida adulta. É uma espécie de ensaio do que a criança terá de fazer no futuro: trabalhar, cuidar da casa, desenvolver a sexualidade, desenvolver certas habilidades, competências, e, principalmente, absorver valores morais. No caso dos trabalhadores, a brincadeira é, essencialmente, uma preparação da força de trabalho; é parte de sua própria produção como força de trabalho. As brincadeiras sempre nutrem íntima relação com o tipo de vida e trabalho que se deseja das pessoas. Uma criança brincando está, ao mesmo tempo, familiarizando-se com o formato mais característico dos instrumentos predominantes à época da brincadeira. O “Mecano” era um brinquedo constituído por peças metálicas (porcas, engrenagens, parafusos, etc.); a criança podia construir guindastes, carros, escavadeiras, a partir dos componentes do brinquedo. Era apropriado ao sistema de produção fordista-taylorista. O “Lego” , cujo princípio básico é a padronização máxima dos componentes, que não obstante deve permitir a produção das mais diversas coisas, como se fossem customizadas, substituiu o “Mecano”, sendo o primeiro muito mais apropriado aos princípios característicos do toyotismo. Uma criança que hodiernamente joga videogame, ou “navega” na Internet, está a se familiarizar com a

tecnologia informacional, base do trabalho automatizado e dos inúmeros serviços que podem ser realizados, prestados, a partir de um microcomputador pessoal. As crianças que brincam de boneca, de casinha, papai e mamãe, estão não apenas a descobrir e desenvolver a sexualidade, mas a ensaiar como produzirão uma família de trabalhadores no futuro. A produção de consumidores também está a se realizar no momento da brincadeira: a menina veste a boneca, escolhe suas roupas; o menino brinca de carrinho, seu futuro sonho de consumo. O que dizer do jogo “Banco Imobiliário”? O jogo da “vida”, da concorrência, dos negócios, da sorte e do revés, da acumulação de riquezas, etc. Há brincadeiras que vêm da tradição oral, como as cantigas de roda, brincadeiras que vêm de antigas formas de viver que de alguma maneira sobrevivem através da tradição, e que quando foram desenvolvidas exercitavam outras habilidades das pessoas: cantar, contar, dançar, correr, conversar, socializar-se, esconder-se, caçar. Há também formas sutis de resistência à dominação, que se desenvolvem como “brincadeira”, como a capoeira, luta disfarçada de dança.

Alguns, muito cedo, unem a brincadeira a uma atividade rendosa, unem a brincadeira ao “trabalho”. *Seu* José Pascoalino gostava muito de brincar de caçar passarinhos... e os vendia. Continuou a brincadeira quando se mudou de Rio Claro para São Carlos. Começou a trabalhar com 16 anos, agora de forma mais sistemática.

Vixi, o meu negócio era passarinho, dava dinheiro, né. Vendia. Caçava e vendia. [Marcos: Quais passarinhos?] Ah, o passarinho melhor que existe. Azulão... Os passarinho que eu pegava era o azulão, o pinta-sirva [pintassilgo], canarinho, que tinha comércio, né. Colerinha, esses passarinhos não tinha comércio, eu não ligava para eles. Trinca-ferro. [Marcos: Trinca-ferro. Isso, que idade o senhor tinha quando mexia com passarinho?] Oito ano. Vendia passarinho. Eu ia no cara, e o cara... falava com o cara, e ele vinha buscar, ou senão eu levava, era perto de Rio Claro. Levava e vendia. [Marcos: Aqui em São Carlos, quando o senhor mudou para cá, então o senhor já tinha mais de oito anos?] Ah, tinha, tinha uns doze anos. [...] No Tijuco. Era tudo terra. Tudo terra. Não tinha... lugar nenhum de asfalto. As casa, uma era mais ou menos, outra era um rancho, mas melhorou muito, viu. Ah, eu lembro da minha. Minha casa era quatro, quatro cômodo e... nós morava aí na Cidade Jardim. É, meu pai tinha um terreno bom lá. [Marcos: Mas já chamava Cidade Jardim ou o pessoal chamava de Tijuco?] Não, o Tijuco é antigo. Antes, nós não tinha nascido ainda, que se chama Tijuco, Cidade Jardim é... novo, Cidade Jardim. Meu pai foi o que começou a Cidade Jardim. Depois veio meu avô que morava lá também, construiu outra casa e... e aí comecei a trabalhar de pedreiro. [Marcos: Com uns quinze anos, com que idade?] Com dezesseis anos. Aí, aí eu comecei andar pro mundo, eu não parava aqui em São Carlos. Aonde eu tinha serviço eu ia, eu trabalhei muito em São Paulo, trabalhei em Santos, fui para Mato Grosso, fui para o Campo Grande, de Campo Grande fui para Cuiabá. [Marcos: Como que vocês viajavam?] De Trem. [Marcos: De Trem. O senhor ia sozinho ou...] Sozinho. Eu fui duas vezes para o Mato Grosso, eu ia de vez em quando eu ia para lá, pegava o trem e ia lá. [Marcos: Quando tempo demorava para chegar lá?] Uma noite, uma noite eu chegava lá. [Marcos: Passava o dia, a noite e o outro dia.] Certo. [Marcos: É assim?] Era assim (JOSÉ PASCOALINO, Fita 1, Lado A).

Tanto no uso dos cômodos da casa quanto no que tange às brincadeiras, estas últimas em menor medida, geralmente os adultos tentavam separar meninos e meninas, por conta dos valores morais. Era “perigoso” deixá-los juntos. A criança pequena dormia com os pais; tão logo crescia um pouco, passava para o quarto apropriado ao seu sexo. Não obstante, havia algumas formas de as crianças driblarem essa separação, especialmente nas brincadeiras, longe do olhar dos pais. Além disso, havia casos em que os pais não permitiam que irmãos dormissem no mesmo quarto com as irmãs, mas permitiam que ambos brincassem juntos, além de permitirem que se misturassem com colegas dos dois sexos.

[**Marcos:** Quantos móveis tinha, quantos cômodos tinham na casa?] Quatro. Sala, cozinha e três quartos. [**Marcos:** Quem que dormia nos quartos? Menino era separado de menina ou eram juntos?] Era separado. [**Marcos:** Alguém dormia com o pai ou com a mãe, com o padrasto e com a mãe?] Não. Dormia separado, o quarto deles era separado das família... Tinha o berçinho da criança no quarto dela só. Cresceu um pouquinho ia pro quarto. [**Marcos:** Tinha o quarto dos meninos e das meninas?] Tinha separado. [**Marcos:** Eram separados, não podiam ficar juntos?] Não. [**Marcos:** E brincar juntos podia?] Podia. Podia. [**Marcos:** E do que vocês brincavam?] De pique, amarelinha [risos], bolinha de gude com a molecada. [**Marcos:** E de casinha brincava?] De casinha [risos]. [**Marcos:** Tinha papai-mamãe?] Tinha papai-mamãe. [**Marcos:** E médico?] Médico [risos]. [**Marcos:** E os pais nunca condenavam alguma brincadeira, “falava disso não é pra brincar”?] Não. Não falavam nada (FRANCISCO ANTÔNIO, Fita 1, Lado A).

No caso de dona Maria do Carmo, não havia separação de sexos nem para dormir nem para brincar, pois a família era constituída por poucas pessoas. Possivelmente, os pais não viram “perigo” no convívio entre meninos e meninas, por conta de as crianças estarem sempre por perto e em número pequeno.

Tinha a sala, cozinha e dois quartos... Era grande... Um ficou pra minha mãe e outro ficou pros meus irmão. [**Marcos:** Ficavam confortáveis lá?] Ah, ficava. [**Marcos:** Separava menino e menina nos quartos?] Não, tinha cama separada, eu dormia com um irmão meu. Dormia um nos pés, um na cabeceira e o outro dormia sozinho mesmo. [**Marcos:** Então dividia a cama.] Dividia. [**Marcos:** E não separava os meninos das meninas.] Não, não. [**Marcos:** Mas queria? Queria separar?] Era só nós (MARIA DO CARMO, Fita 1, Lado A).

Ah, brinca com os irmão, com as crianças do vizinho, era com eles que eu brincava. Brincava de casinha, essas brincadeirinhas bobas. De casinha, do que mais podia ser de boneca. [**Marcos:** E de roda?] Brincava também. [**Marcos:** A senhora lembra das cantigas de roda?] Não lembro muito, faz muitos anos, né. [**Marcos:** Não lembra de nenhuma?] Brincadeira de roda. [...inaudível?] não sabe cantar, mas brincava de roda. Como que chama... [**Marcos:** Ciranda?] É, também. As outras, também que a gente conhecia eu cantava também. [**Marcos:** Não lembra de outras músicas?] Não lembro. [**Marcos:** Os meninos podiam brincar com as meninas?] Podiam. [**Marcos:** Deixavam. Os pais não achavam ruim?] Deixavam, não achavam não. [**Marcos:** Nunca falavam nada?] Não falavam não. [**Marcos:** E quando brincava de casinha, os meninos participavam?] Às vezes participavam, às vezes era só menina só. [**Marcos:** Quando os meninos participavam brincavam de papai-mamãe, essas coisas?] Brincava. [**Marcos:** Como que era? Como era a brincadeira?] É, eu não sei explicar. Brincava de boneca, brincava que eles era o pai, é assim. Brincadeira de gente boba. [**Marcos:** E punha a mão um no outro assim?] Era muito difícil. Eu não gosto de brincadeira de pôr mão, não gosto. [**Marcos:** Então não colocava a mão?]

Não, não, não... [**Marcos:** Vocês podiam brincar com quem quisesse ou os pais ficavam muito em cima de olho?] Não porque geralmente os pais de dia trabalhavam, né. Passavam [colegas] em casa e a gente aproveitava brincar. [**Marcos:** Podia, mas se eles estivessem lá eles seguravam um pouco mais?] Ah, segurava. Segurava sim, tenho certeza que segurava (MARIA DO CARMO, Fita 2, Lado A).

As cantigas de roda fazem parte da tradição oral. A *tradição oral* é própria de sociedades orais que têm a fala como meio de comunicação diária. Ao mesmo tempo, serve de preservação da sabedoria ancestral, transmitida verbalmente de geração a geração – oralidade que é não uma deficiência advinda da ausência de escrita, uma inabilidade, pressuposto positivista que ainda recheia os preconceitos dos historiadores ocidentais, e sim uma “atitude diante da realidade” (VANSINA, 1982, p. 157). Em sociedades que utilizam imensamente a escrita, a tendência da tradição oral é ocupar a margem, como é o caso das cantigas de roda em nossa sociedade.

Não obstante, é surpreendente que dona Maria do Carmo não se lembre de nenhuma cantiga de roda, haja vista que são poemas, músicas, cujo formato é apropriado à memorização. Pode ser que ela, percebendo minha intenção de ouvi-la cantar, tenha se precavido de fazê-lo. Havia formas de driblar o controle dos pais (e talvez o controle moral sobre si mesmo), através de brincadeiras que aparentariam ser, num primeiro olhar, “inocentes”, como “brincar de médico”. Na hora em que eu pergunto se as crianças se tocavam, instantaneamente são acionados os valores morais do sujeito – “Eu não gosto de brincadeira de pôr mão, não gosto” –, que de início foram anestesiados pela forma sutil como aquela brincadeira permite que as crianças conheçam as diferenças entre seus corpos.

A maior parte dos idosos asilados teve relação com a economia cafeeira do início do século XX, sobretudo se considerarmos seus pais e avós, muitos deles, colonos e meeiros. O êxodo rural fez parte da vida, senão dos entrevistados, ao menos de seus pais e avós.

Tanto na vida rural quanto urbana, quase sempre, foram as meninas que ajudaram no serviço doméstico, e os próprios homens se dão conta disso, mas referem o fato de maneira natural, sem estranhamento, sem questionar.

Não [trabalhava], minha mãe não. Só trabalhava em casa, pros irmãos e meu pai. [**Marcos:** Cuidar das crianças. Alguém ajudava a cuidar das crianças?] Só ela. Tinha uma menina que levava o almoço e tal. Uma menina mais velha do que eu. [**Marcos:** Na roça?] Não, só em casa. Ajudar a mãe lavar. Sabe como é que é (FRANCISCO, Fita 1, Lado A).

[**Marcos:** Como que era organizado o serviço da casa?] Ah, uma semana eu fazia, outra semana minha irmã fazia. Limpar a casa, lavar roupa, passar. [**Marcos:** E os homens da casa, ajudavam nas tarefas domésticas?] Não. Eles só limpavam o quintal, uma semana um, outra semana outro. Assim ia tocando o barco (MARIA DE LURDES, Fita 1, Lado A).

Trabalho doméstico não é visto como trabalho. Possivelmente seja este um dos fatos fundamentais que levam estudiosos a pensarem a memória da mulher como uma “memória privada” – o espaço da mulher é a casa, os filhos, etc. Se assim fosse, elas não demonstrariam tanta visão orgânica, geral, em relação à cidade, ao trabalho, às amizades, etc. As mulheres ficaram possivelmente a maior parte de seu tempo em casa, mas a casa não é apenas um espaço privado. É o local de produção das novas gerações de trabalhadores. O trabalho da mulher é fulcral neste aspecto “público”, não meramente privado – o fato de que ela tem papel fundamental na produção de uma força de trabalho adequada às exigências da esfera produtiva.

No caso de dona Maria de Lurdes, a mãe era doente, e nem sempre podia realizar os trabalhos da casa; era então que a família se irmanava em realizá-los – o pai e um irmão, além da constante ajuda feminina; mesmo nestas ocasiões, nem todos os homens aceitavam ajudar em casa.

[**Marcos:** O pai da senhora ajudava a mãe da senhora em algum serviço da casa?] Ajudava. Tinha vez, semana que ele fazia comida a semana inteira. Uma comida gostosa. Arroz, feijão, macarrão, carne... matava galinha, ele mesmo fazia, era uma delícia. [Vocês gostavam, então, quando era o pai que cozinhava?] Ô. [**Marcos:** E as filhas ajudavam o pai, ou não?] Ajudava. [**Marcos:** E a limpar, lavar roupa, ele ajudava?] Isso aí não. Ele ajudava só na comida. [**Marcos:** E as mulheres da casa, achavam justas essa divisão de trabalho na casa, ou achava que era errado só as mulheres que faziam o trabalho de casa?] Achava justo. Eu tinha um irmão que mataram ele no Paraná, aquele lá trabalhava bastante na casa. Ele limpava a casa, lavava roupa, passava, mas os outro não era chegado não. O que eu sei até agora é só isso.¹²⁶ [**Marcos:** A senhora disse que achava justo que os homens não mexessem muito na casa, né? Por que que é justo?] A gente achava que era feio, né, sei lá. Eles falavam que era, mas não era, né (MARIA DE LURDES, Fita 1, Lado A).

Nesta altura da entrevista, a própria Maria de Lurdes questionou o hábito de seus irmãos; percepção crítica dela, e de tantas mulheres, que foi ficando mais acesa com as mudanças sociais das últimas décadas, com os movimentos sociais contestatórios inclusive, e que levaram a mulher diretamente ao mercado de trabalho, para além do espaço da casa. Com o toyotismo, entretanto, as empresas fragmentam os trabalhadores, homens e mulheres, que

¹²⁶ Dona Maria de Lurdes, nesta ocasião, demonstrou vontade de finalizar rapidamente as entrevistas. Daí esta frase com a qual tentava pôr um ponto final. Depois ela acabou aceitando continuá-las. Muitos idosos asilados comportam-se de forma a dispensar o próprio passado, ou no mínimo a guardá-lo para si, como algo que não interessa a mais ninguém. Cavar as profundezas dessas memórias não é tarefa fácil, especialmente quando se trata de pessoas internadas em abrigos cujo formato as desvinculam do resto da sociedade. Portanto, não é sempre que a função do velho é lembrar; não é o caso quando, por exemplo, nós os lançamos ao exílio. Por outro lado, há lembranças muito dolorosas que vão se acumulando e se transformam num fardo. O esquecimento, nestes casos, é uma benção. Não obstante, não deixa de ser um tanto patológico, pois a questão ficou mal resolvida na consciência do sujeito. O ideal é aprendermos com o passado, embora esquecê-lo possa nos fazer nos divertirmos com os mesmos erros, diria Nietzsche (1844-1900). Mas não se trata de mero divertimento! Sem o passado perdemos o fio dos processos históricos; não captamos as direções das mudanças e ficamos sem nos dar conta da historicidade dos fenômenos sociais.

em boa parte vão voltando à casa para transformá-la em espaço de produção de componentes que são, posteriormente, incorporados no produto final, em empresas que têm se limitado a montá-lo, mantido o controle da produção total. Trata-se do trabalho domiciliário que vai sendo envolvido numa economia de escala que dispersa espacialmente os trabalhadores e, a um só tempo, integra-os sob o controle gestorial e empresarial:

A possibilidade de dispersar os trabalhadores e de os reunir, através da microeletrônica, num processo de trabalho integrado fez com que na década de 1980 algumas firmas transnacionais da indústria automobilística dividissem por vários países a cadeia de produção de um mesmo modelo de viaturas. E como a microeletrônica facilita também a fabricação por módulos, a filial implantada num dado país, sem precisar de modificar a concepção global de um modelo, pode alterar algumas de suas partes, de acordo com o nível de rendimentos desse país ou de acordo com o estado médio das estradas, o que alarga o mercado e, aumentando as economias de escala, beneficia a produtividade (BERNARDO, 2004, p. 112).

Esta tendência chegou a São Carlos, notadamente. Como não chegaria, se as reestruturações produtivas são processos além-fronteiras? O capital só pode se realizar num todo social desigual, porém articulado. Vejamos o que disse a uma pesquisadora o gerente de qualidade de uma importante empresa de São Carlos, a Electrolux.

Nós acabamos com o departamento de engenharia industrial, desmontamos o departamento de recursos humanos, desmontamos o departamento de controle de qualidade e criamos um único departamento que ainda hoje tem interferência em todas as **minifábricas** que é o departamento ou Gerência de Engenharia de Qualidade. Eu vou te explicar depois porque ele ainda é centralizado. O ‘ainda’ é porque num futuro próximo ele descentraliza. Nós começamos um novo modelo de gestão. Esse modelo de gestão, ele é focado no que a gente chama de unidade de negócios que dentro da nossa organização a gente chama de conceitos de minifábricas (apud GUEDES, 1999, p. 94, grifo nosso).

Guedes (1999, p. 94) refere em seguida um quadro encontrado entre os documentos que a empresa cedeu para a pesquisa, onde são comparados o modelo “antigo”, departamentalizado, e o novo (minifábricas):

	DEPARTAMENTALIZADA	MINIFÁBRICAS
SUSTENTAÇÃO	SISTEMA	PESSOAS
FOCO	NA FUNÇÃO	NO CLIENTE
ESPECIALIZAÇÃO	POR TECNOLOGIA	POR PRODUTOS
RECURSOS	CENTRALIZADOS	DESCENTRALIZADOS
RESPONSABILIDADES	DIFUSAS	BEM DEFINIDAS
PRIORIZAÇÃO/ ORGANIZAÇÃO	COMPLEXA	SIMPLES
VELOCIDADE DAS DECISÕES	LENTA	RÁPIDA
COMPROMETIMENTO	DIFÍCIL	FACILITADO

Fonte: apud GUEDES, 1999, p. 94.

As reestruturações produtivas tendem a sepultar certas competências e formas de vida desenvolvidas ao longo das trajetórias das pessoas; este processo é uma das faces da

produção da velhice na sociedade do capital. Pode ser mais vantajoso para a empresa contratar trabalhadores que foram “produzidos” desde crianças com as novas qualificações exigidas que “reciclar” trabalhadores da geração anterior. Em geral, as empresas preferem gastar mais horas de qualificação com novos assalariados do que com antigos.¹²⁷ A capacidade mais recente da produção de incorporar no sistema informacional, nos *softwares*, a engenharia criativa dos trabalhadores tem facilitado a posterior dispensa dos mesmos trabalhadores, vampirizados que foram.

Neste sentido, a memória que o novo “velho” tende a desenvolver subsume fortes aspectos avessos, uma memória avessa, porque suas habilidades são “ultrapassadas” e contradizem os novos formatos, ainda que possam usar a vestimenta de outro grupo (outro aspecto da memória avessa) e desta feita enxergar o processo como natural, como um progresso natural de qualquer sociedade – a naturalização da hetero-organização dos trabalhadores. Isso é perceptível nas lembranças dos idosos asilados, em passim, em seu tom vital. Não obstante, alguns trechos, em especial, são bastante reveladores desse aspecto de defasagem entre a reestruturação produtiva e o que aqui denominei “memória avessa”:

E fábrica, você vê, é muito rigoroso o regime deles. Sei que é preciso porque se não tiver estrutura, não tem progresso, não tem... Vai acabar é indo com burro na água mesmo, né. Então, mas eu nunca tive a intenção de deixar a minha profissão depois que eu aprendi. [Marcos: Então o senhor se manteve firme nela?] Ah, me mantive firme, porque foi um sacrifício pra aprender, sabe como eu comecei a aprender... aprender, eu jogava futebol aí no time junto com um rapaz que tinha uma alfaiataria. Nós era molecão... molecão, já estava grande, né, porque eu vim da fazenda, já era mocinho, e ele era alfaiate. E eu jogava no mesmo time e ele se interessou a me ensinar. A gente pegou uma grande amizade, então a gente tava todo lugar junto, ia pra namorar, pra sair por aí, paquerar. Ia no baile junto e ele falou: “Por que você não vem trabalhar junto comigo eu te ensino?” Peguei, fui... eu mais ficava parado do que trabalhava; então foi aí que eu nunca mais larguei da profissão. [Marcos: Que idade o senhor tinha quando começou esse aprendizado?] Eu tinha uns dezoito, dezenove anos, por aí, mais ou menos isso, de dezessete a dezenove anos, por aí. E foi uma carreira rapaz! Até agora trabalhei quase sessenta anos. [Marcos: O senhor gostava de fazer isso?] Gostava, me dei bem no ofício, porque quando nós morava na roça, eu sempre falava para os meus amigos lá da roça, meus colegas: “Olha eu vou ser alfaiate!” E eles, brincando também, falava pra mim: “Escuta, você acha que vai ser internado, você é louco, você não vai ser alfaiate não, você vai morrer carpindo!” (Risos) Aqui, sabe, e eu falava: “Vocês vão ver: eu vou ser alfaiate!” Eu não sei, rapaz, a gente parece que já parece com aquele instinto, né, olha aí o que deu (SEBASTIÃO, Fita 2, Lado A).

O “olha aí o que deu” de *seu* Sebastião é um balanço rápido das coisas. Vem à memória, retrospectiva, o imperativo do presente, que é estar num abrigo de idosos. Ter lutado, trabalhado a vida inteira, aprendido, se esforçado... será que tudo isso não poderia fazer vislumbrar outro destino? Essa parece ser a pergunta “interna” que *seu* Sebastião e os

¹²⁷ Cf. Bernardo (2004, p. 89).

outros entrevistados fazem para si mesmos. As respostas variam desde a auto-culpa até a transferência da culpa para alguém da família:

Eu aconselharia a juventude que tivesse bastante juízo, quando jovem pra não sofrer, ser bastante responsável pra... no futuro não acontecer o que aconteceu comigo, porque não adianta ser bom pra todo mundo como fui, um ótimo amigo se eu não fui bom comigo mesmo, né, faltou juízo, faltou cabeça, eu podia ter sido bom e ter sido bom pra mim também. Hoje eu teria um meio pros meus filhos [para ajudá-los]. (SEBASTIÃO, Fita 2, Lado B).

Há idosos asilados que custam a aceitar que a família os “abandone” ali; melhor dizendo, não aceitam.¹²⁸ Talvez fosse o caso de, numa pesquisa futura, entrevistar também outros membros da família, para avaliar as razões de cada um. Entretanto, não é fácil conseguir fazer os próprios idosos falarem sobre si mesmos; quanto mais a família. Às vezes, impõem-se ao oralista limites intransponíveis. Não obstante, as entrevistas realizadas com profissionais dos abrigos podem nos auxiliar.

Benedita Valentina Rui, a Benê, assistente social do abrigo de idosos “Cantinho Fraternal Dona Maria Jacinta”, arrola alguns motivos que levam as pessoas a se internarem (ou a serem internadas) no asilo:

[...] se for uma pessoa sozinha, vem procurar, é porque ela não tem condição de sobrevivência, não tem família, não tem ninguém e, nos muitos casos, o que acontece é a família, fica, quando a pessoa fica doente, a família acha que não tem condição de cuidar. Então, aí é onde há a maior procura por internação, é por causa da família. Agora quando é sozinho, é porque ele não tem condição de morar sozinho, então ele procura o abrigo. Não consegue se cuidar, muitas vezes ele teve uma vida de alcoolismo, ficou desempregado, não teve mais condição de trabalhar, não era aposentado, então aí ele recorre, mas, é no último caso que a pessoa vem sozinha pra fazer a procura de um abrigo. [Marcos: É muito comum os casos de derrame em que a pessoa perde os movimentos e por isso precisa do asilo?] Quando é procurado pela família, é no caso assim de a pessoa tá acamada, com Alzheimer, com derrame, com AVC [Acidente Vascular Cerebral], esse tipo de coisa. E quando a pessoa vem procurar sozinha, ela ainda tem alguma condição de caminhar sozinha, de se cuidar sozinha. [Marcos: Pela sua experiência, quanto uma pessoa é responsável por ela própria ter ido pro asilo quando fica mais velha? Ela levou uma vida desregrada, não se relacionou bem com a família, isso parece ter alguma relação ou não?] Olha, é difícil a pessoa procurar sozinha, mas quando ela procura, é exatamente por causa disso, porque, como foi falado na pergunta anterior, ela não tem condição de sobreviver sozinha, aí então ela vem. Talvez por causa do alcoolismo, talvez por ter acontecido algum acidente no passado e ele não ter condição de se manter (BENÊ, assistente social, Fita 1, Lado A).

Benê foi bastante sutil em suas observações. Em geral, não obstante, há fortes julgamentos morais relativos aos asilados feitos internamente. Ocorrem excessivas culpabilizações, que lembram o quão desregrados vários deles teriam sido. Há uma carga

¹²⁸ Eu tenho vários exemplos nas entrevistas com os idosos do que estou afirmando, mas penso ser inoportuno citar essas passagens. O oralista deve se manter sob compromisso ético com seus colaboradores. Em nome deste compromisso, todas as vezes que considere inoportuna a citação do que está nas entrevistas, deixei de citar e fiz observações de cunho geral, para tocar a questão sem ferir as pessoas.

excessiva de valores, muito possivelmente ligada ao fato de essas instituições beneficentes serem de caráter religioso (católico, espírita e pentecostal). As entrevistas com as diretoras e a assistente social, cada uma de um abrigo, subsumem não apenas o discurso de alguém que fala de um “objeto” (o idoso). De algum modo, falam também *pelo* objeto, pois a relação instituição/idoso é marcada por uma condição de subserviência do idoso, mediante sua atual fragilidade, na condição de requerer cuidados dos outros, seja pela inadaptação social, seja pela demência, seja pela incapacitação física. Esta é uma condição inapelável.

O historiador não pode se contentar com a tendência da memória (ou mesmo das percepções mais imediatas) de pessoalizar os motivos dos acontecimentos, ou de responsabilizar forças maiores, sobrenaturais, pelo ocorrido. O historiador recorre à memória social, grupal, mas também à “memória” historiográfica, analítica, das ciências humanas. Mas continuemos ainda com as percepções, com a memória.

Narrações de idosos asilados que viveram situações difíceis na família, especialmente o problema do alcoolismo, são bastante comuns. Também é comum que o idoso tente esconder isso das pessoas, inclusive do pesquisador. O livro “*Me Conte a sua História*”, coordenado por Jorge Dias Souza e financiado pela Federação Brasileira da Indústria Farmacêutica (FEBRAFARMA), reuniu 59 depoimentos de idosos internados ou assistidos por instituições geriátricas espalhadas pelo país. Foi escrito com a ajuda de vários estudantes de jornalismo, que entrevistaram os idosos e escreveram suas histórias de vida de maneira sintética e sob a norma culta da língua. É um uso possível da história oral, mas que destoa do utilizado em minha pesquisa. De qualquer forma, é possível encontrar nesta obra depoimentos semelhantes aos que colhi nos abrigos de São Carlos:

Numa noite meu filho me pediu dinheiro e, como eu não tinha, ele pediu para eu vender meu carro. Não deu outra! Acabei vendendo. Quando caí na real do que havia feito, continuei bebendo, bebendo, bebendo. Passei a andar de bicicleta. Eu estava trabalhando quando ele apareceu com a moto. Fez aquela festa, mas quando a vi me arrepiei, meu coração ‘fechou’. Passados alguns dias, a Polícia Rodoviária parou em frente ao colégio que eu estava pintando. Aí veio a notícia: meu filho havia sofrido um acidente. Fui ao local e o vi morto. Uma carreta bateu nele, arrastou-o no asfalto e ele acabou morrendo. A moto estava esvaquiada, assim como seu corpo. Continuei bebendo, e isso foi ficando cada vez mais sério. Já não ia mais trabalhar. Perdi a vontade de viver! E para piorar, haviam entrado em minha casa e roubado tudo. Eu estava na pior! Acabei me sentindo culpado pela morte do meu filho. Fui internado em Cuiabá, em uma casa de recuperação paga pela prefeitura. Recebi alta e fui almoçar com o prefeito (ele fora me buscar). Aluguei uma casa e tentei vida nova, mas como as coisas não estavam dando certo, voltei a beber. Quando me toquei, o dinheiro acabara e não me restara mais nada. Peguei minha roupa, coloquei num saco e saí sem rumo. Estava numa praça bebendo, quando um conhecido, também pintor, me reconheceu e me levou para sua casa. Fiquei com ele durante cinco dias e como não aparecia serviço, pedi uma grana e parti novamente. As coisas continuaram dando errado. Passei por Goiânia até parar em Brasília. Lá me tornei um mendigo até ser ‘achado’ pelo Serviço Social, que me

levou a um albergue em Taguatinga, cidade satélite de Brasília. Fiquei por lá durante cinco dias. Agora estou no Lar dos Velhinhos, e ainda me sinto culpado pela morte do meu filho. Só me resta perguntar: Deus, por que isso está acontecendo comigo? [“Por que comigo?”, escrito por Flávia A. de Queiroz, a partir de depoimento de Luis César Padilha Perim] (QUEIROZ, 2004, p. 225-226, observação nossa).

Armando, falecido, ressentia-se de estar no abrigo. A família, irmãos e irmãs, tinham dificuldades para encontrar um lugar para ele. Casou-se, mas a esposa faleceu; nunca conseguiu juntar muito dinheiro nem comprar casa. Para complicar, o filho foi preso. Teve derrames e posteriormente foi morar no asilo, encontrado na rua, mal podendo se mover, na situação de mendigo. Era visitado por membros da família, mas a insistência dele em sair dali, mediante a impossibilidade de seus parentes de tirá-lo do local, foi fazendo com que as visitas se tornassem mais raras. Por fim, a própria instituição passou a persistir com seus parentes para que esses fossem vê-lo.¹²⁹ Isso deu algum resultado.

[**Marcos:** Aonde o senhor estava morando, um pouco antes de vir para cá, aonde o senhor estava morando?] Na Vila lá em cima. [**Marcos:** Vila Nery. Certo. Aí o senhor teve problemas de saúde, né?] É. [**Marcos:** O senhor teve derrame, o que que aconteceu?] Derrame. Eu tive três. [**Marcos:** O senhor teve três derrames. Hoje não consegue mover as pernas nem os braços.] Acabou. [**Marcos:** O senhor tem que receber a comida na boca, não é assim?] É. [**Marcos:** Quando o senhor veio para cá, o senhor já estava assim ou o senhor teve derrame depois...] Não, essa mão funcionava direitinho. [**Marcos:** A mão direita.] É, a mão direita funcionava bem, só a esquerda que não... agora pegou a direita também. Não vai mais agora. [**Marcos:** O senhor estava conseguindo se virar sozinho antes de vir para cá?] Dava. [**Marcos:** O senhor conseguia comer sozinho, tinha dinheiro para comprar comida, não precisava da ajuda de ninguém?] Não. [**Marcos:** Como foi, exatamente, que o senhor veio para cá? O que que aconteceu?] Aconteceu que sua bela tia X veio aqui, deu o meu nome, e foram me buscar. [**Marcos:** E o senhor estava na casa dela?] Não, eu estava na rua. Ela encontrou comigo, deu o nome meu aí e foram me buscar. [**Marcos:** O senhor estava vivendo na rua, ou estava morando numa casa?] Eu estava vindo embora. Eu não podia fazer outra coisa. [**Marcos:** O que é “vir embora”? O senhor estava, ficava andando na rua?] Não, eu vinha vindo embora para casa. [**Marcos:** O senhor estava indo para casa?] É, e me pegaram eu. [**Marcos:** Aí pegaram o senhor porque a X, a irmã do senhor, ela deu o nome do senhor e foram buscar?] É, ela que mandou. [**Marcos:** E aí, quando o senhor era jovem, o senhor imaginava que fosse morar em um abrigo?] Agora ela me abandonou aqui. [**Marcos:** A X abandonou o senhor aqui. E o senhor imaginou alguma vez na vida que fosse morar num abrigo?] Eu não gosto de ficar aqui. [**Marcos:** Mas quando o senhor era jovem, o senhor imaginou que alguma vez, alguma vez o senhor imaginou que fosse morar num abrigo?] Já pensou? É triste. [**Marcos:** Mas o senhor imaginou, o senhor pensou “olha se a vida continuar complicada eu vou morar num abrigo”, ou nunca pensou em uma coisa assim?] Ah, eu não quero mais ficar aqui não, quero embora para outro lugar. [**Marcos:** Eu sei, eu estou perguntando se alguma vez na vida do senhor, em qualquer momento da vida do senhor, o senhor

¹²⁹ Armando era meu tio; passei a visitá-lo numa frequência razoável. Mesmo entrevistando outros idosos, aproveitava para ir ver como ele estava durante a realização desta pesquisa; destinava um pouco de tempo para conversar com ele. Perguntei-me sobre o quanto a proximidade pessoal poderia atrapalhar a pesquisa. Mas os benefícios são maiores que os problemas que isso ocasionaria, se é que ocasionaria. De certa forma, Armando possibilitou que eu tivesse uma “variável de controle”, digamos, pois poderia desenvolver uma noção mais precisa do quanto a memória pode ser fantasiosa ou quanto o sujeito pode ocultar, por exemplo, haja vista que eu acessaria outras referências relativamente ao que ele me dizia nas entrevistas. Armando faleceu no dia 22 de maio de 2007.

parou e pensou “amanhã ou depois, se a vida continuar difícil, se alguma coisa acontecer eu posso ir morar num abrigo”. Alguma vez o senhor pensou isso? Nunca pensou isso?] Não. [Marcos: O senhor achava que ia acontecer o quê? Ah, eu vou ficar mais velho, eu vou continuar morando na minha casa. O que que o senhor pensava?] Eu nunca pensei essas coisa, né (ARMANDO, Fita 2, Lado B).

A memória tantas vezes é avessa à própria “razão”, no sentido de explicação razoável dos motivos que faz com que o idoso tenha de ficar asilado. Ela se prende às próprias razões. Fica difícil compreender as coisas a partir de uma visão mais isenta, objetiva, pois é o idoso que sofre as agruras da condição de asilado, e não a pessoa que fala com ele. Por isso dá muita importância a certas idéias, às quais fica preso, e se nega a ouvir o outro se este traz uma referência diferente, ainda que mais razoável. É porque o outro não deve imaginar como é ficar ali.

Armando trabalhou muito, mas nunca se entregou cegamente a isso. Por várias vezes, preferia o absenteísmo, preferia andar por aí, pela cidade, conversar com os amigos, etc. Nunca viveu uma situação de emprego estável. Não pôde frequentar escola, não pôde se formar como mão-de-obra qualificada. Para ele, o trabalho não apareceu como algo cujo sofrimento exigido fosse compensado. Andou por muito tempo por todos os bairros da cidade, trabalhou, sonhou... e por fim ficou com raiva de São Carlos, vista por ele como se fosse uma entidade ingrata. Como a vida não está boa agora, tudo na cidade passa automaticamente a ser ruim, até a terra. Passa, então, a idealizar outras cidades, no caso Bauru, como se a cidade tivesse a capacidade de presentear (ou não) os homens com a vida, com a ajuda de Deus e da Virgem – bastaria ir para Bauru, onde o filho estaria trabalhando¹³⁰, que todos os problemas seriam automaticamente resolvidos.

São Carlos eu não gosto muito. [Marcos: Por que o senhor não gostou de São Carlos?] Porque... eu sei lá, existe muita ‘miserância’. A terra é muito ruim. [Marcos: ‘Miserância’, uma terra ruim. Por quê, *seu* Armando?] Porque eu acho, na idéia minha eu acho. É ruim aqui demais. [Marcos: Como que é uma cidade boa?] Cidade boa é fora daqui, né. [Marcos: O que ela precisa ter para ser boa?] Ah, para ela ser boa tem que ter tudo, né. [Marcos: Para ela ser boa tem que ter de tudo. E o que que é isso tudo aí? O que são essas coisas?] Tinha que ter um médico próprio só para isso, e não tem. Tem, mas tem que pagar, e se não tiver dinheiro, como é que fica? Fica urrando dia e noite que nem eu. Eu não agüento do jeito que estou. [Marcos: O que mais tem que ter uma cidade boa?] Ah, aqui é difícil. Aqui não acho que é boa não, foi o tempo que era boa, mas hoje acabou. Para mim acabou (ARMANDO, Fita 3, Lado A).

¹³⁰ A história de vida de Armando é realmente muito triste. Na verdade, seu filho está preso. Armando dizia que ele estava trabalhando e que o abandonou ali no asilo. Quando pesquisamos a fundo, encontramos várias contradições e incongruências no que dizem alguns entrevistados. Não devo expor todas aqui, de maneira pessoal. A maior parte uso para reflexões sobre o tema, e as exponho de maneira impessoal; tarefa que não é tão simples. Espero que este trabalho sirva para bem diagnosticar certos problemas sociais, fenômenos sociais, e ajudar a historiografia a avançar, de forma que não é minha intenção ferir pessoalmente quem já está por demais ferido. Meu intento é compreender a memória dos idosos, e certos processos sociais ligados a ela.

Queria que me levasse embora. [Marcos: Embora para onde?] Para outro lugar. [Marcos: Outro lugar aqui na cidade, ou em outra cidade?] Não, para outra cidade. [Marcos: Por que, o senhor não gosta mais de São Carlos?] Não quero ficar aqui. Não quero ficar mais nesse lugar aqui. [Marcos: O senhor acha que em outra cidade o senhor vai ser melhor acolhido?] Lógico. [Marcos: É. Mas o senhor não pode mais trabalhar, né? Para onde o senhor iria? Para a casa de alguém, o que o senhor imagina que devia acontecer com o senhor?] Eu ia viver com Deus e a Virgem Maria, que me ajuda. [Marcos: Na rua?] Fazer o que, né. [Marcos: Na rua mesmo? O senhor pousaria...] Na rua mesmo eu pouso. [Marcos: O senhor pouso na rua?] Pouso. [Marcos: Mas em São Carlos o senhor não quer ficar?] Não. [Marcos: Na rua de São Carlos não dá para sobreviver?] Não dá, eu queria era ir embora daqui. Não vejo a hora de ir embora, eu estou até doente por causa disso (ARMANDO, Fita 2, Lado A).

Aos que estão fora: o asilo aparece à grande maioria das pessoas como um castigo, uma punição; quem está lá é culpado por alguma coisa! Levou uma vida imprevidente e desregrada, não acumulou, não visitou os parentes, não deu atenção aos filhos, etc. Quem nunca ouviu esta frase desferida contra um idoso: “Se você continuar assim, vou te internar num asilo!”? Mas só podem usar isso contra o frágil, contra o idoso, o velho. Pois ele é uma pessoa como as outras! Ser velho não é ser uma entidade abstraída do humano, da pessoa que se é. Entretanto, só se pode ameaçar dessa forma aquela pessoa que está numa situação de subserviência, dependência, o idoso. Ao mesmo tempo, um fantasma assombra a todos. Pois um Acidente Vascular Cerebral (AVC), um ataque cardíaco, um Mal de Alzheimer, podem acometer qualquer pessoa – todos temem perder a autonomia de movimentos, todos temem perder o que lhes dá identidade: pensamento, consciência, sentimento, convívio, cidade.

O que toda a pessoa deveria saber sobre os asilos e não sabem? Nossa, nunca tinha parado pra pensar sobre isso. Mas eu creio, que assim, as pessoas vêem os idosos como coitadinhos, eles não são coitadinhos, pelo menos aqui no abrigo não são. Então essa é uma coisa que eu acho que todo mundo deveria saber, que os idosos não são coitadinhos. Outra coisa, é que o idoso continua sendo uma pessoa. Ele continua sendo uma pessoa. O que que acontece? Eu aceito as coisas dos jovens, do adolescente, da criança, e tudo bem, assim, uma tendência que as pessoas têm é a de colocar o idoso como anjo. Eu acho que isso é um problema. Até as funcionárias, quando elas chegam no abrigo, esperando encontrar uns anjos. Achando, assim, que quando você envelhece, você se torna uma pessoa melhor do mundo, uma pessoa mais agradável, mais isso, mais aquilo. Eu acho que essa é uma idéia que a sociedade tem de idoso que eu acho que não é legal, né. Porque é assim, ele é o coitadinho, ele é o bonzinho, ele é o fofinho, e a gente esquece que ele é uma pessoa, né, e que ele não é visto assim (MALU, Fita 1, Lado B).

Um dos aspectos da memória avessa é o fato de o idoso ir passando, quando asilado, a usar a vestimenta de outro grupo; as representações sociais com as quais se constituiu como sujeito vão sendo substituídas por uma que lhe é estranha, que é avessa ao próprio reconhecimento do sujeito.

A sua institucionalização [do idoso] o leva a substituir essas representações sociais [que o mantinham na sociedade] por novas que se caracterizam pela exclusão do processo produtivo, pela perda familiar, pelo rompimento dos vínculos afetivos e pelo isolamento social. Essa nova condição o leva a assumir outros papéis sociais,

definidos e determinados pela própria instituição e por seus representantes (CORTELLETTI; CASARA; HERÉDIA, 2004, p. 14).

Mediante as relações sociais, “lá fora”, os indivíduos vivem em diferentes lugares, mudam o convívio conforme o lugar, percebem autoridades diversas, pois há diferenciações espaciais e relacionais, de maneira que não há um “formato” exclusivo. Desse ponto de vista, a velhice aparece como um “limbo” – encontra-se “fora do tempo e do espaço, sacralizada, vista como degeneração, alienada do mundo”. Os asilados saíram de um mundo “amplo e público” para um “mundo restrito e privado” (CORTELLETTI; CASARA; HERÉDIA, 2004, 19).

Lá fora, o corpo que vê, cheira, ouve, sente e saboreia fica marcado pelos lugares da cidade. É como se a cidade também tivesse vida, coração (MANCUSO, 1998, p. 192). Ela é o grande apoio de memória do idoso. As mudanças pelas quais a cidade passou fazem com o idoso seja uma espécie de “migrante” que nunca saiu dali, pois as mudanças espaciais são acompanhadas por alterações nas relações pessoais, nas casas e cômodos, prédios e ruas, empresas, nas formas de vida. As próprias pessoas mudam – gerações são seguidas por outras. O idoso se vê como pertencente a uma determinada geração de pessoas, algumas das quais já se foram.

Ah, eu saí da casa eu tinha o quê, uns nove anos. Que... [*inaudível*], dez. Foi nessa época aí. A avenida chamava-se... ainda existe. Tem o Banco do Brasil? Você não é de São Carlos? [Marcos: Eu sou de São Carlos.] É? [Marcos: Sou.] Então. Na ‘rua larga’ [Na verdade, Avenida Sallum. ‘Rua larga’ é a Av. Dr. Teixeira de Barros. No entanto, as duas ruas estão na Vila Prado e são largas em comparação com as outras ruas] existe o Banco do Brasil, e ao lado tem a Igreja Santo Antônio. A praça. Então, ali chamava ‘Rua Larga’. Sempre ficou com o nome de ‘Rua Larga’, né, que tinha duas mãos, né. [Marcos: Bom, onde o senhor morou depois dessa primeira mudança?] Ah, depois, na época de menino, meu pai era pedreiro, construtor. E viemos mais pra cidade. Aqui, foi pro centro. Era rua São Joaquim. Antigamente... Hoje se chama José Soares de Arruda. Que é ali, antes da Sete [Rua Sete de Setembro]. Tem a Sete de Setembro, a São Joaquim. É, que era antiga, né. Então, meu pai fez negócio com o terreno daquela casinha. Ih, tinha uma mão-de-obra pra recuperar! Era eu e as irmãs, né, a Rute. Em São Paulo ela já tava com catorze anos. A Marlene de treze. Eu tava com dez pra onze nessa época. [Marcos: Ah, sim. E o senhor mudou muitas vezes?] Daqui de São Carlos? [Marcos: Aqui mesmo em São Carlos, de uma casa pra outra.] Nessa época eu também casei. Eu só morei com meus pais, depois da época, ele já tava na rua Conde do Pinhal, onde tá a prefeitura. Tem o Caiçara ali. Ali naquele itinerário ali, é, tinha casa muito antiga. Vivemos lá, ficamos uns vinte e cinco anos na casa. [Marcos: Mas muitas vezes o senhor mudou ou foram algumas vezes só?] Não, daqui de São Carlos não. Aliás, depois de casado, aí meu pai, foram... aí voltou pra Vila Prado. Fizeram um negócio pra casa, era muito antiga. Era de um dentista e de um médico de São Paulo. E fizeram uma troca. Ele gostou da casinha, que tava mais... né. Na São Joaquim. Aquele modelo, né. Tinha um salão, salão na frente pro comércio. Então, trocou com a casa do meu pai. Aí se casou lá a Rute, que é a mais velha, setenta e dois anos. A Marlene tá na época agora com sessenta e oito pra sessenta e nove. E eu, caçula, com sessenta e seis. Também me casei naquela casa, da Conde [Rua Conde do Pinhal]. [Marcos: Ok, ok. O senhor lembra, assim, por que que se mudava de casa? Por que que vocês mudaram? Cada vez foi por um motivo diferente?] Ah, na época minha mãe... já tá

com Deus, em memória dá pra falar, né. Ela gostava assim, de mudar dum bairro no outro. É. [Marcos: O senhor lembra o que motivava fazer isso?] Fazia isso mais pra saúde dela. Ela achava que o lugar não era bom. Não pelos vizinhos, que eram todos bons, né. Era muito amiga, né. E já fazia amizade. É que ela gostava mesmo assim. [Marcos: Do que que ela reclamava quando ela queria mudar?] “É, é, João...” Meu pai era João, né. No Brasil é João. E na Itália era Giovanni, né. Giovanni, é. Italiano, né. [Marcos: Giovanni de Príncipe.] É. E ele falava assim: “Tá certo, bem. Você quer mudar, então nós vamos mudar.” Ele deixava a casa alugada, com inquilino, e arrumava outra onde ela queria. Era assim. [Marcos: E não tinha muita dificuldade financeira pra mudar de casa? Vocês conseguiam fazer isso sem grandes dificuldades?] É, porque na época o meu pai era construtor. Construía, né. E sempre tinha um dinheirinho de reserva. Sempre via que ia ficar um ano no lugar, dois. Queria, né. [Marcos: Já previa que ia ter que mudar?] É, finada minha mãe era assim. Dona Ilíria. [Marcos: Bom, é, nunca chegou a mudar para um lugar muito distante então? Sempre aqui?] Sempre aqui. Moramos aqui no bairro Tijuco Preto, que fica aqui, na Antônio Blanco [rua], né. [Marcos: Eu moro no bairro Tijuco Preto.] É? Então. Tem uma lanchonete descendo quando vai para a rodoviária. É de esquina. Até os proprietários moram aí ainda, *seu* Isauro e dona Nilva. [Marcos: Eu conheço o *seu* Isauro. Espanhol.] É, espanhol, é. Ele é muito amigo da família. Então nós fala: como que é o nome do senhor? Ele fala: “Issauro”, “Issauro”... [Marcos: Com sotaque.] E ali, nós, minha mãe lá com meu pai pôs uma mercearia. Mais como uma venda. E ficou pra... naquele tempo tinha dinheiro de conta lá, de ficar um ano, dois, três, e ficou acho que uns oito meses [quis dizer “anos”]. E aí os fregueses foi, né. Adquirindo mais fregueses, se virando. E ali, ficou ali, era oito anos no salão do Isauro (PRÍNCIPE, Fita 1, Lado A).

Em São Carlos, é bastante comum que os idosos se lembrem dos bondes elétricos. Eles começaram a funcionar na cidade em 1914, tendo sido importados da Bélgica. Surpreendentemente, em minha pesquisa somente *seu* Príncipe fez questão de citar o bonde. Os outros entrevistados, em sua maioria, conheceram-no, mas necessitaram ser perguntados sobre este assunto. Acompanhemos *seu* Príncipe falando do bonde, com suas características interrupções da narrativa do passado, sempre atravessada por lembranças mais atuais. Ele evocou o bonde quando se lembrava do que tinha de fazer para realizar deslocamentos de um bairro para outro e, naquele caso específico, nem o bonde teria ajudado.

É, eu já morei na Vila Prado, depois viemo aqui pro, como ficava mais próximo do Isauro ali da mercearia, então arrumamo uma casa pra cá, isso. Bom, nós viemo da Vila Prado pra rua José Bonifácio, que fica pertinho do [...inaudível?] [Marcos: Fica pertinho do...?] Do rio do mercado, do Gregório, Mercado Municipal [mercado localizado no centro de São Carlos]. Então houve o seguinte, aí eles instalaram a mercearia lá, aqui, né. E ficava difícil pra vir todo dia, e todo dia. [Marcos: A pé?] Com os bonde! Os bonde, eles descia, eles vinha até o cemitério. [...] Do bonde! Descia pela rua São Joaquim, passava em frente à rodoviária... [inaudível] nem existia a rodoviária, não existia. E aí ele contou: “Não, isso aí é na Avenida São Carlos”. E ia pra Companhia Paulista que era os trem. [Marcos: E aí, então, vocês acabaram se mudando para o Tijuco Preto?] Isso, aí viemo pra cá. Aí passado uns anos, nós ficamos aí uns oito, uns oito, nove anos. Até minha mãe falar: “Ah, eu não to querendo ficar aqui mais, Senhor Isauro!” e dona Ermínia que é esposa dele. E a menina era, nesse caso que a maiorzinha... o menino era maiorzinho! E tinha a menina, eles moram em Campinas. Ela é, ela é psicóloga. [Marcos: Menina de quem?] Do Isauro! (PRÍNCIPE, Fita 3, Lado A).

São Carlos, à medida que se tornava uma cidade com importantes indústrias, ia também se notabilizando pelo uso dos bondes elétricos. Os bondes ofereciam uma melhoria nas condições gerais de produção na cidade, unindo bairros e indústrias, além de até animarem a composição de poemas. Atualmente, é possível visitarmos um bonde desativado em frente à piscina municipal, também desativada.

Bonde da Saudade

Justo Stovich, O Motorneiro¹³¹ das Arábias (Totó Fiorentino)

Um dia acabou o bonde
E agora ele se esconde,
Coitadinho, na piscina!
Hoje só vive molhado
Já não é bonde, o Maludo,
Até parece menina... (A Folha, 07 nov. 1965).

Nicola Gonçalves afirma o seguinte acerca dos famosos bondinhos são-carlenses:

Durante 50 anos, esse meio de transporte constituiu o principal serviço de locomoção das pessoas pelas ruas de São Carlos, havendo dias em que perto de 30.000 passageiros lotaram os coletivos, geralmente em Finaidos, quando a demanda ao cemitério obrigava a companhia a pôr em circulação todos os bondes disponíveis, sendo que até o tal cara-dura era usado, um bondinho sem tração elétrica e que era puxado por outro bonde. Podia-se contar no registrador que mais de 120 passageiros eram ali registrados em cada viagem, fora os que não pagavam por malandragem (GONÇALVES, 2005, p. 105-106).

Os jovens eram dados a se aventurar nos bondes. Quase nunca ficavam sentados. Seguravam nos estribos, ficavam ao lado do motorneiro ou na parte traseira do veículo. Subir em um bonde parado e se sentar no banco era coisa para mulheres, crianças e idosos. O jovem esperava o bonde passar numa velocidade média, quando então saltava por cima do estribo, mostrando toda sua destreza aos espectadores do bonde e da rua. Outra opção era esperar na curva, quando a velocidade era mínima. Descer do bonde em velocidade mais alta era muito mais arriscado, mas havia quem o fizesse. Passear com as crianças no domingo à tarde era uma boa opção (GONÇALVES, 2005, p. 106-107).

O bonde pôde aparecer às pessoas como algo que confirmava que as promessas do progresso, da modernidade, seriam cumpridas; ajudava, aparecendo aos olhos, a legitimar novas formas de vida que iam se constituindo, animadas pelo desenvolvimento da indústria. Segundo Mancuso (1998, p. 231):

A cidade se diversificou internamente. Em São Carlos surgiram bairros de ferroviários e, com o desenvolvimento da indústria, de operários. A cidade se espalhou espacialmente. Foi necessário aproximar, ligar os bairros de moradia dos operários aos bairros onde se localizavam as indústrias. O bonde realizou esta tarefa. O tempo dos bondes foi o tempo do crescimento e da diversificação econômica e social da cidade.

¹³¹ O motorneiro era o encarregado do motor do bonde.

A cidade aparece ao idoso como uma entidade viva, que tem alma, coração, que pode amar, odiar, receber, ameaçar, incluir, excluir. Em alguns casos, quando se vai para o asilo, é como se a cidade traísse a pessoa, ou então como se a cidade cumprisse algo que ela havia anunciado desde muito tempo para o indivíduo, inapelavelmente. Maria Aurora é portuguesa; veio com a família ainda criança para o Brasil:

Eu nasci em Portugal. [Marcos: E a senhora veio pro Brasil?] Com nove anos. [Marcos: Direto pra São Carlos?] Não, nós fomos morar em Rio Claro. Depois eu escolhi São Carlos e nós viemos pra cá. [Marcos: E que ano que era?] O ano que nós viemos? Ah, não posso precisar também não. [Marcos: A senhora era bem criança ainda?] Se eu era criança? Ah, quando nós viemos pro Brasil? Pro Brasil eu tinha nove anos. Pra São Carlos, já faz um tempão. Já cansei até de viver (risos). Não, sinceramente, por incrível que pareça, parece brincadeira, era a cidade que eu mais detestava no Estado de São Paulo era São Carlos. O papai vinha aqui e dizia: “vamos filha, assim você dá uma voltinha”, eu falava: “Onde papai? “São Carlos? Ah não, papai, eu não vou, São Carlos não”. – “Vamos filha, assim nós vamos conversando”, e papai era um homem muito amoroso, culto, uma maravilha de pai e ele começava me animando e eu vinha com ele. Chegava aqui, eu nem saía do carro. Eu ficava sentada no carro e ele ia lá: “Mariazinha, sai, bem, sai, bem, dá uma voltinha, vai naquela igreja que o papai também daqui a pouco já vai embora”. Então eu ficava contrariada, mas obedecia, né, o papai. Depois nós íamos embora e quando o carro estava na estrada eu falava: “Ai papai, que alívio, graças a Deus que saímos dessa cidade” – “Mas por quê?” Eu dizia: “Eu não sei, eu não sei”. Eu não sabia mesmo que eu vindo pra aqui, eu ia começar a sofrer, porque em Rio Claro eu não tinha tido nenhum sofrimento assim de marcar. E aqui em São Carlos foi tudo junto. Aqui eu vim pra sofrer só. É incrível. É incrível. Eu penso sempre nisso. São Carlos me chamava e eu detestava ele, por que meu coração parece que estava adivinhando que eu ia sofrer muito. E foi. E foi assim (MARIA AURORA, Fita 1, Lado A).

Maria Aurora é a entrevistada que mais estudou; cursou o colegial em Rio Claro, antes de se mudar para São Carlos. Sua família era mais abastada que as dos demais idosos entrevistados. Ela, entretanto, insiste que não tinha ambição para nada, de forma que não fazia poupança, não acumulava – era solidária, ajudava os parentes com dinheiro. O pai pugnava por educar os filhos conforme os valores das elites dos meados do século XX; valores esses que também se nutriam de heranças trazidas da vida que seus antepassados tiveram em Portugal, onde permaneceu bastante forte certa tradição aristocrática dos “tempos áureos” (entre o final da Idade Média e o período das “Grandes Navegações”). Mesmo entre as classes mais abastadas, havia diferenças fundamentais baseadas no sexo. A mulher não estudava para trabalhar; estudava para possuir “ilustração”, tendo de permanecer no espaço doméstico. “Mariazinha” se lembra da escola em Rio Claro, do colegial, um lugar especial, onde foi homenageada pela coragem, por ter salvado um menino negro do atropelamento. Tanto que não se deu ao trabalho de falar sobre o “primário”. *Fica o que significa.*

[Marcos: A senhora nunca trabalhou fora de casa?] Não. Papai quis que todas nós estudássemos, mas por fim, quando viu as filhas formadas ele falou que nenhuma ia trabalhar. Que era só meu irmão. [Marcos: Ah, ele que não queria que as mulheres

trabalhassem?] Não, não. Ah, naquele tempo era meio rígido. Ô, se era. A moça que trabalhasse fora era mal vista. Era. [Marcos: Por quê?] Eu sei lá. E a gente vai ler na cabeça dos outros o que se passa? Era desse jeito, então papai queria por que justamente, simplesmente por ilustração. Pra a gente ficar sabendo o que fala. E o diploma ficou na mão. [Marcos: Então agora eu queria que a senhora falasse onde a senhora estudou, como foi, quanto a senhora estudou?] Bom, o primário não se fala. Eu estudei no colégio... per aí... no Instituto Comercial, chamava assim, era escola do comércio. Rio Claro. E o diretor era Bilac também. Bilac o sobrenome dele. Italiano. Me fez muito lembrar o Bilac. E então foi muito gostoso esses anos que eu fiquei no Bilac, foi ótimo. Eu sei que uma noite eu cheguei lá e não vi a luz acesa em sala nenhuma, tudo apagado. Pra fora assim, na entrada a luz estava acesa, mas o resto tudo... e não via nenhum aluno, nada. E eu fui lá com o porteiro e falei: “Ô, Sr. Bento, fala uma coisa pra mim, o que que está acontecendo que não tem ninguém?”. Ele falou: “Ah, é mesmo dona Mariazinha, o professor Bilac falou pra senhora ir lá no escritório dele”. Eu achei tudo tão esquisito, mas fui lá e bati na porta. O *seu* Bilac entrou de lá: “Entra!”. Eu entrei e todo mundo começou a bater palma. Eu fiquei pra morrer. Eu queria afundar naquele lugar onde eu estava, pra não ser vista mais. Então, ele falou assim pra mim: “Filha, nós fizemos essa reunião, pois nós temos muita coisa a agradecer a você”. Eu falei: “Agradecer, o que é isso, Bilac?”. Ele disse: “Você pensa que eu não sei o que você andou fazendo?” E me deixou assim, tanto é que eu fiquei diabética com aquela idade. Os médicos ficaram loucos em Rio Claro, que eu fiquei diabética em última instância. Olha, mas fiquei mal. Porque a emoção foi tão grande que houve derramamento de açúcar no meu sangue, que foi assim uma coisa de se chamar atenção. Os médicos, assim, todos se reuniram lá na Filarmônica, que falei pro senhor, fizeram uma junta médica pra falar de mim, porque eu não tinha idade pra ser diabética. Porque o negócio foi assim, é meio chato de contar, mas eu vou contar: eu ia indo pra escola, lá pro Bilac, numa noite e de repente surgiu um aluno pretinho que era aluno lá na escola também. Humilde. E ele vinha vindo por cima de um canteiro, antes de chegar na calçada. Quando ele desceu da calçada, eu fiz assim pra ele e ele não parou e eu fui na frente e o carro bateu em mim e não nele. Então aí eu precisei de cuidados, né, eu precisei de socorro médico porque eu fiquei muito machucada. Então, ele juntou tudo isso e me colocou uma medalha no peito. E falou: “Essa é uma medalha de honra”. “Uma coisa eu vou dizer...” – ele falava – “você é uma menina estudiosa, você é super inteligente, você é meiga, você é gente com G maiúsculo”. Foi falando tudo o que vinha na cabeça dele. Eu fiquei tão emocionada, tão emocionada, e não podia mostrar, não podia chorar, não podia fazer feio ali, né. E isso deu origem a essa descarga de açúcar no meu sangue, mas ficou mais açúcar do que sangue. Foi uma coisa horrível o estado em que fiquei. Em Rio Claro deram o início ao tratamento, mas me mandaram pra São Paulo, pra um especialista; até ele era finlandês, esse médico. Quase não falava português. Ele batia em minhas costas e falava: “Linda menina, linda menina”. Ainda ele falava muito arrastado. E fiz o tratamento direitinho e nunca mais tive nada. Ainda um dia desses pensei: “Puxa vida, agora que estou velha, só faltava ser diabética”. Mas eu acho que não vem mais, já passei o que tinha que passar. E foi isso aí que deu a origem a essa história toda. Foi eu ter jogado o outro fora do carro. Eu joguei mesmo (MARIA AURORA, Fita 2, Lado A).

A esmagadora maioria dos idosos asilados estudou, no máximo, até finalizar o quarto ano (primário). Alguns chegaram ao “ginásio”. Pouquíssimos conseguiram cursar o segundo grau (ensino médio). Tinham de trabalhar desde crianças – os meninos auxiliando o pai, ou indo à busca de emprego; as meninas fazendo o trabalho doméstico, ajudando a mãe, cuidando das crianças. Os irmãos de Maria de Lurdes estudaram até o quarto ano em São Carlos; o pai dela não deixava as mulheres estudarem. *Seu* Francisco Antônio percebeu bem a distinção que existia entre ricos, que estudavam além do primário, e pobres, que deviam

estudar só quatro anos. Já dona Ivani teria estudado numa escola que não a animou a perceber tal distinção. Vejamos algumas narrativas dos colaboradores relacionadas à escola, ao estudo formal:

Bom, eu estudei no Paulino Carlos, aí na Praça das Pombinhas, usa falar, né. [Marcos: Sim, a Coronel Sales.] Coronel Sales. E que tinha a biblioteca ali. Ali antigamente era a Cadeia Pública [atual Câmara dos Vereadores]. Antiga. E tinha o Cine São Carlos do lado. Cine São Carlos. Cineteatro São Carlos. Na Rubens Sampaio. E tinha aquele e um na Major [rua]. É o Cine São Paulo. É, tinha dois. [Marcos: O senhor lembra em que ano isso aí?] Ah, eu lembro, menino, mocinho, tinha uns dezessete anos pra dezoito. [Marcos: Assim, por volta de mil, novecentos e cinqüenta e sete?] É, foi. É, porque do quarenta. Cinqüenta e sete eu tinha dezessete. De dezesseis pra dezessete. É. [Marcos: E, bom, como que foi o estudo do senhor?] Bom, o meu estudo foi assim. Eu entrei no primeiro grau, e aprendendo lá até o quarto ano, no Paulino Carlos. E chegou os quatro anos, né, eu recebi o diplominha do quarto ano, né. E depois não estudei mais. [Marcos: Não deu mais certo?] Não é que eu não estudei. Na época, tinha pessoas que era mais dedicada em estudo, né, e eu não era muito assim. Eu gosto de escrever. Tenho meus desenhos que eu faço aí, né? [Marcos: Eu vi o caderno do senhor.] É. E minha mãe muito lutou. “É, rapaz...” Ela falava “rapaz”. Os mineiros tratam os filhos de “menino” ou “rapaz”. Os mineiros. Cê tem tinta aí? Então eles são profissional. Aí na Marechal [rua Marechal Deodoro da Fonseca], aquela praça da maquininha, da Maria Fumaça [Praça Brasil, conhecida popularmente como “Praça do Bonde”]. Lá fiquei, assim, uns oito meses só. E tava bem. Naqueles papel manilha. Eu já tava fazendo isto. Tinha Português e Matemática. É duas aulas por semana, né. Eu já tava... Até pouco tempo fazendo como meu professor, professor Paulo Pires. É. Lá no centro, né. “Ah, mas essas coisas não me é estranha”. Falei: “É do senhor, o senhor foi meu professor”, nessa profissional. É. Se ficasse, podia ser, na época eu era novo, né, um arquiteto, né. Por exemplo, né. Mas não teve... [Marcos: Não teve jeito?] Gostava mais de desenho, como eu faço. O desenho ali (PRÍNCIPE, Fita 1, Lado A).

[Marcos: Então, vamos dizer, em Itirapina o senhor estudou até que ano na escola?] Até... até quase oito ano. [Marcos: A idade do senhor, então o senhor ficou na escola dois anos?] É. [Marcos: Dois anos, sete e oito anos (referente à idade).] Depois vim aqui em São Carlos e estudei até quinze, dezoito ano. [Marcos: O senhor terminou o colegial?] Não teve, naquele tempo não tinha o colegial. Tinha só o colegial pra quem era rico; os pobre não tinha colegial, agora que tem colegial dos pobre. [Marcos: Então os pobres estudavam até acabar...] Até acabar o quarto ano. [Marcos: O quarto ano. O senhor lembra as matérias que tinha? Matemática, português, tinha mais alguma coisa?] Eu não estudei Português. [Marcos: Não?] Nem matemática. [Marcos: Não, o senhor estudou o quê?] Estudei... A, B... [Marcos: C...] A, B, C, D. [risos] (FRANCISCO ANTÔNIO, Fita 1, Lado A).

Em alguns momentos, a memória é avessa porque o idoso compara, percebe engodos, ainda que nas próprias entrelinhas, implicitamente. A percepção de *seu* Francisco Antônio implica que a “democratização” da escola pública, tomada como “colegial dos pobre”, não significou uma mudança substancial nas estruturas que sustentam a existência de ricos e pobres. O colegial seria um faz-de-conta, para enganar, para termos a percepção de que todos agora têm acesso à educação, quando na verdade não, porque afinal agora temos o “colegial para os pobre”, que perpetua qualitativamente as diferenças. Essa percepção está implícita na fala de *seu* Francisco Antônio, a de que o “colegial para os pobre”, no fundo, não serve para nada.

Os alunos da escola pública vislumbram um futuro que se mostra a partir da vivência com seus próprios familiares. Vêm que mesmo os professores, os quais oferecem conteúdos que lhes parecem não contribuir em nada para melhorar a própria situação, vivem uma situação de precariedade e aviltamento do trabalho. Estudar lhes parece uma inutilidade que apenas aceleraria o processo de sua desvalorização – saber mais para não sair muito do lugar de onde se está; correr contra o tempo numa escada rolante que se move em sentido contrário; dedicação, estudo, trabalho e sacrifício que não trarão nada ou muito pouco.

Os sistemas produtivos sempre influenciaram enormemente as políticas educacionais, a escola, em especial a escola pública, além daquilo que se vislumbra para o próprio futuro. No toyotismo, é marcante a rotatividade de mão-de-obra não qualificada. O “colegial dos pobre”, ao qual se refere *seu* Francisco Antônio, não serviria para nada, a não ser para dar um diploma que a empresa está exigindo, por conta daquela rotatividade da mão-de-obra. Não são exigidos mais que conhecimentos superficiais, que entretanto podem ser adquiridos fora da escola. Há o fracasso escolar e a produção maciça de analfabetos funcionais¹³², mas por outro lado, os alunos se tornam competentes em outras qualificações – como nos lazeres eletrônicos, na vida urbana, na comunicação audiovisual. Eles são atentos ao que está na novela, na moda e na mídia. Enfim, “são suficientemente fúteis para não causarem nenhum perigo e suficientemente modernos para oferecerem uma imagem pública

¹³² Apesar de toda verborrêia pedagógica, como não enxergar que a “progressão continuada”, que ao transferir toda a responsabilidade para a escola, mais precisamente, para o professor, criou no aluno um processo de auto-desresponsabilização, contribuiu ainda mais decisivamente para acelerar a produção de analfabetos funcionais? A preocupação oculta (nem sempre oculta) do projeto era diminuir os gastos governamentais com alunos trabalhadores, pois esses poderiam adquirir fora da escola os conhecimentos necessários para trabalhar. O problema é que o analfabeto funcional pode não permitir à empresa que lhe extraia valores mais consideráveis na relação capital/trabalho. Ele deveria ser um pouco mais qualificado na leitura. Possivelmente para diminuir esse problema, há algum tempo os projetos pedagógicos têm se baseado na idéia de forçar todas as disciplinas a enfatizarem a leitura. A aula de História deve ser uma aula de Língua Portuguesa. No momento em que escrevo essas linhas, o governador do estado de São Paulo, através de seus lacaios que ocupam as partes inferiores da pirâmide prussiana da hierarquia, força os professores a utilizarem o “jornalzinho do Serra”, conforme está sendo apelidado pelos professores (Projeto São Paulo Faz Escola). Nesse jornal, todas as aulas de todas as disciplinas são basicamente de Língua Portuguesa – interpretação de textos que estão longe de levar a qualquer pensamento de fato crítico. Há algum tempo, revistas de grande circulação têm insistido no “alto salário” dos professores (sem comentários!), contrapondo-o à incapacidade de leitura dos alunos. Não faz tanto tempo, foi publicada uma matéria que criticava o teor “marxista” dos livros didáticos de História e Geografia (matéria de capa da revista **Época**. São Paulo: Globo, n. 492, 22 out. 2007: “O que estão ensinando a nossas crianças: os livros didáticos refletem ou distorcem a realidade?”). Os livros didáticos referidos estariam passando valores socialistas, marxistas, pelo simples fato de não disfarçarem as desigualdades e certas mazelas do capitalismo, das quais numa sociedade democrática os cidadãos deveriam ter o direito de ao menos tomarem ciência. No lugar das passagens criticadas, a matéria sugere que deveriam ter sido ensinados às crianças outros conteúdos, conteúdos esses que não passam de publicidade empresarial, pois transmitem a noção de que devemos reservar aos empresários, investidores, a solução de problemas como a pobreza, que qualquer outro tipo de solução é populismo, é incorrer no erro soviético, comunista, etc. O empresário aparece como o benfeitor enquanto as empresas são divinizadas. Seria também por conta de pressões desse tipo, vindas da imprensa sicofanta, que o governo paulista resolveu adotar o jornalzinho? O próximo passo será o Índex?

às empresas e bens de consumo que prosperam precisamente com a venda de ícones da modernidade superficial (BERNARDO, 2004, p. 135).

Acompanhemos dona Ivani:

[**Marcos:** Aí passou a viver na cidade de Taquaritinga mesmo e não no sítio.] É.
[**Marcos:** E aí a senhora já tinha uns quatorze anos aí?] Não. Eu comecei a estudar no grupo...no grupo escolar com dez anos. E tirei diploma com quatorze anos. Tirei só o diploma. Só fiz o primário. [**Marcos:** E de lá, na cidade, ficou morando mais quanto tempo?] Não, eu... eu fiz o primário e aí meu pai mudou... ele mudou de lá. Nós mudamo. [**Marcos:** Foi pra onde?] Foi pra Itápolis. Moramo um ano lá. Um ano em Itápolis. Aí eu não estudei mais. [**Marcos:** E morou mais onde depois?] Em Araçatuba. [**Marcos:** Itápolis ficou muito tempo?] Um ano. [**Marcos:** Ah, um ano. A senhora tinha falado, desculpa. E aí a senhora morou em Araçatuba. Quantos anos lá?] Ah... é... parece que foi dois anos...ou um ano...não estou bem lembrada. Eu sei que quando eu vim pra cá. E aí nós viemos pra cá. Pra São Carlos. Eu tinha dezesseis anos. Quando eu vim morar aqui eu tinha dezesseis anos. [...] Era minha irmã que era minha amiga. Minha irmã mais velha. Eu ia na escola mas não tinha amiga. Eu ia num grupo escolar que tinha três períodos. Eu ia à tarde. [**Marcos:** E aí lá a senhora ficou quanto tempo estudando? Nessa escola.] Quatro anos. [**Marcos:** Então, na época isso era um curso básico? Que a senhora fez?] Acho que é, né. [**Marcos:** Eram quatro anos, não é? E esses quatro anos não tinha mais pra onde ir na época? Tipo, um quinto ano?] Não. Eu não fiz quinto ano. [**Marcos:** Mas tinha? Tinha ou não tinha?] Não. [**Marcos:** Assim, o que que ensinava? Português, matemática, ciências?] Matemática... História... Geografia... [**Marcos:** Essa escola era pública, privada?] Pública. [**Marcos:** Não era de nenhuma instituição religiosa?] Não. [**Marcos:** Como era o nome dessa escola?] Não lembro. Não lembro. [**Marcos:** Era grupo escolar?] Era. Era grande. Tinha uma escada grande. Era bonita a escola. Era tudo calçado. [**Marcos:** Estudavam meninos e meninas?] É. Meninos e meninas. [**Marcos:** Ninguém separava menino e menina? Ou no pátio eram separados?] Não era. [**Marcos:** E os professores? A senhora gostava dos professores?] Eu gostava. Gostava. [**Marcos:** A senhora diz que não tinha amigos na escola. Era a irmã da senhora.] Não tinha. [**Marcos:** Por que a senhora acha que não tinha amigo ali?] Era pouco tempo, né? É... É... o horário de recreio era pouco... não, acho que não tinha recreio... parece que era... ah, não lembro se tinha ... não, não tinha recreio não. Eram três períodos, não tinha recreio, eu acho que não tinha recreio. [**Marcos:** A senhora era tímida?] Eu era quieta. Muito quieta. É, é, muito quieta. [**Marcos:** A senhora se lembra de algum professor ou professora em especial que a senhora achou que ensinou alguma coisa...] Eu não lembro dos professores. [**Marcos:** Eles falavam só da matéria ou falavam sobre a vida também?] Falavam só da matéria, né. [**Marcos:** De vez em quando não vinha um falando: Olha o que é importante na vida, é isso, aquilo? Não tinha assim, um que falava desse jeito?] Não, só ensinava matéria. [**Marcos:** E que matéria a senhora mais gostava?] Ah... é... eu era aplicada em geograf... eu não lembro se era... história, parece que era. [**Marcos:** Os pais da senhora estimulavam a senhora a fazer trabalhos escolares ou não?] Não. [**Marcos:** Eles não participavam assim, ó: o que você está aprendendo, como é que foi?] Não. [**Marcos:** Por quê?] Ah... É... eu não sei...eu estudava, né. [**Marcos:** As outras crianças da escola eram de famílias mais ricas, mais pobres que a senhora ou mais ou menos igual?] Tudo igual. [**Marcos:** E esse tudo igual, como assim? Tudo rica, tudo pobre, tudo mais ou menos?] Mais ou menos (IVANI, Fita 1, Lado A).

A mulher de família trabalhadora tinha de sair da escola para ajudar no trabalho doméstico. Junto com as lembranças do passado, logo vêm à tona na narrativa as limitações do presente – os problemas na vista de dona Maria do Carmo:

[**Marcos:** Bom, quando a mãe da senhora tava trabalhando, quem é que cuidava dos filhos?] Eu cuidava deles. Saí da escola pra olhar os menor. Tive que parar de estudar, saí do segundo ano. [**Marcos:** Tá, a senhora chegou a aprender a escrever?]

Aprendi. Escrevo o nome, escrevo o que mandar escrever, eu escrevo. [Marcos: Ah, tá. A senhora consegue ler um jornal?] Agora eu não consigo ler jornal. Por causa do olho. Nossa, mas tá muito ruim o olho. Eu fui operada dessa vista aqui, tava com “vitiligi”.¹³³ [Marcos: Vitiligo?] Operei dessa vista, dessa aqui não, até ontem eu operei, e faz muitos anos que eu operei dessa. A minha filha morava, mora aqui em São Carlos, levou eu pra fazer exame, operei essa vista aqui e essa daqui não. [Marcos: A direita ainda não operou.] Não operei. Agora deu um “titirigi” na vista que eu não enxergo de jeito nenhum. Tem hora que clareia a visão assim e eu não enxergo nada. Depois vai vortando, vortando, vortando ao normal assim e me dando tontura. [...] Eu ia na escola e quando ia na escola a gente acordava cedo. [Marcos: A escola era longe?] Não era. Era a Coronel... [Marcos: Coronel Pinto Ferraz (EMEF Coronel Pinto Ferraz, escola de Ribeirão Bonito).]? Isso! [Marcos: Certo. Escola lá antiga.] É. [Marcos: Ok. Então a senhora estudou nessa escola. Que idade a senhora tinha, uns sete anos, seis, sete?] Ah, tinha uns sete, oito anos (MARIA DO CARMO, Fita 1, Lado A).

Como fica evidente nos vários relatos citados, a cidade é como uma entidade viva, e é feita de lugares onde as relações entre as pessoas se efetivam, materializam-se. A memória localiza as lembranças de maneira um tanto “topográfica” – os acontecimentos se deram nos lugares. A partir deles, dos lugares, viriam à tona as pessoas, fatos, ou vice-versa.

Segundo Mancuso (1998, p. 203),

Os lugares são espaços identitários, relacionais e históricos. Os lugares são feitos sociais: é a inscrição no espaço de um jeito de amar e namorar, de nascer, de andar, de caminhar e de se chegar ao destino, de se abrigar, de criar os filhos, de educar, de se vestir, de comer, de se trabalhar, de se divertir, de repousar, de honrar aos deuses e aos antepassados, de morrer. Os lugares, portanto, são um modo de agir consolidado e expressão das relações sociais. Ao se falar de lugares está se falando das relações sociais que os produziram e daquelas que os mantêm ou os modificam.

Não obstante as lembranças serem um tanto “topográficas”, na memória as pessoas ocupam lugares, *tópos*, ainda mais importantes, notadamente. Como *seu* Príncipe, que quando se referia à “Praça das Pombinhas”, descobriu o ano em que teriam ocorridos os fatos que recordava a partir da idade que ele imaginou que tivesse à época. Só então viu na própria cabeça as imagens dos lugares que não existem mais: o Cine São Carlos, a praça, o outro cinema. O lugar conta, mas relativamente a tudo do lugar que o sujeito lembrar a partir de si e da relação do sujeito com as pessoas, do que é significativo ao sujeito. Neste sentido, a cidade de uma determinada época é a cidade das pessoas que viveram nela “naquela época”.

É cabível dizer que o campo é também um lugar feito de lugares; igualmente no campo a memória é um tanto topográfica. A cidade torna as relações fugidias, transitórias, algo que no campo só começa a ocorrer quando as indústrias lá chegam, aproximando os formatos. Não obstante, a cidade é o lugar por excelência do dinamismo, das relações fugidias

¹³³ Vitiligo é uma doença de pele que fica numa grande área esbranquiçada, sem pigmentação, sem pigmento que dá cor à pele (sem melanina). Dona Maria do Carmo deve ter confundido o que teve no olho com o vitiligo. Pode ser que ela tenha sido acometida por catarata (quando o cristalino do olho fica esbranquiçado e impede a passagem da luz). Pterígio (carne esponjosa que se estende em direção à córnea) ela teve, conforme a seqüência da narração.

e transitórias. Ainda assim, a memória reconstitui os lugares, as casas, os prédios, as fábricas, as igrejas, as praças. Reconstitui as pessoas.

Na cidade, as empresas se beneficiam da engenharia criativa dos trabalhadores, especialmente quando as formas de gestão mais recentes vão se dando conta dessa possibilidade, e alteram os modos de realizar o trabalho, em nome dos ganhos de produtividade. Ao incorporar essa engenharia criativa na tecnologia, nos bens de produção, na informática, tantas vezes é sepultado o saber-fazer do trabalhador que possibilitou aquele salto, desenvolvido ao longo de seus turnos, tornando-o inadequado, “ultrapassado”. O museu da empresa é o museu das marcas, das máquinas, das ferramentas, dos processos dos quais se exclui ideologicamente os trabalhadores. Porém, a memória, avessa, reconstitui o trabalho. A memória oferece os termos de comparação. Quando os trabalhadores conseguem se beneficiar, de alguma forma, das mudanças nos processos de produção, quando elas não significam sua exclusão ou inadequação, eles as vêem positivamente. Quando é o contrário que ocorre, a memória avessa se desenvolve no descompasso com o que se exigiu do sujeito.

Em geral, os idosos que entrevistei nos abrigos, principalmente os homens, haja vista que as mulheres comumente se dedicavam ao trabalho doméstico, em algum momento da vida trabalharam em empresas de São Carlos. Mas fica bastante nítido o esforço que fizeram para trabalharem para si mesmos. Nenhum deles se tornou um crítico do capital; o fato mais comum que encontrei foi desenvolverem algum tipo de absenteísmo, de resistência individual passiva, como o alcoolismo, o ressentimento, a sensação de ter sido traído pela cidade, pelos familiares. Não obstante, pugnaram para que não se tornassem alheios ao produto do próprio trabalho. Lutaram pelo próprio tempo. Perceberam que havia uma contradição fundamental em trabalhar para o outro: a hetero-organização – o outro controla suas ações, seu tempo. Para o idoso trabalhador, tal controle independe do caráter de quem o exerce; para o controlado, o controle é ruim intrinsecamente.

No caso de *seu* José Pascoalino, não deixa de ser interessante que ele identifique a direção do abrigo com o patronato. Seu ressentimento se volta contra a impossibilidade de continuar trabalhando para si mesmo, condição de um período anterior, quando podia gozar de mais autonomia; assim como *seu* Sebastião, que se ressenete de não poder continuar teimando em ser alfaiate. É o que marca as pessoas que estão nos abrigos: a falta de autonomia física, financeira, mental, ou numa palavra, laboral, e como essa falta de autonomia se relaciona com a própria família, ou mais precisamente, como essa falta de autonomia se relaciona com o que as reestruturações produtivas foram exigindo da família.

Ó, eu sempre gostei de trabalhar de empreita. Tipo, de empreita, você não tem patrão e você trabalha à vontade, tanto faz se é na roça ou na cidade, eu sempre trabalhei de empreita. Eu até perdi minhas carteira, eu tinha três carteira cheia, eu perdi tudo em viagem. Perdi tudo. Eu consegui aposentar por causa do... comecei a pagar IN... [Marcos: INSS.] INSS. Então, foi uma mão para mim, porque eu não conseguia mais... eu cheguei numa situação que eu não podia nem andar mais. A vida vai passando rapaz, hoje eu estou mais, mais tranquilo, mas... quando eu trabalhava, não me faltava dinheiro, dinheiro não me faltava. Graças a Deus nunca faltava, era difícil faltar um dinheiro para mim. E tinha minha mãe, às vezes eu precisava de um dinheiro, ela socorria a gente, é, ela socorria eu, mas do resto eu não precisava... eu pegava dela, depois eu devolvia, eu não ficava. Não é porque é minha mãe, não ficava não. [Marcos: O senhor falou que gostava de trabalhar por empreita, porque assim não tem patrão?] Não, não tinha patrão. [Marcos: É ruim ter patrão?] Eu não gosto de patrão não. Eu não gosto, pode ser bom do jeito que for, mas sempre pega no calo da gente, você pode ver, as empregadas aí, elas cortam volta da Malu [referindo-se às funcionárias do abrigo]. E a Malu é boazinha. [Marcos: Elas o quê?] Elas corta volta da Malu. [Marcos: Corta volta, o que significa cortar volta?] É quando não quer cruzar com a Malu. [Marcos: Entendi. Porque patrão é uma coisa que sempre pega no pé?] É, sempre pega no pé mesmo, se não pega no pé de um jeito, pega no outro. Então, eu sempre gostei de trabalhar por conta, trabalhava demais mesmo, mas trabalhava pra mim mesmo, pra mim mesmo (JOSÉ PASCOALINO, Fita 2, Lado B).

Trabalhei, sempre fui alfaiate, sabe, trabalhei lá um bom tempo e aqui vivi na costura, não sei se você sabe a alfaiataria que tinha na General com a Visconde de Inhaúma. [Marcos: Bastião, o Bom.] É. [Marcos: Eu lembro.] Então, só ali eu fiquei 26 anos e tive também no Geminiano [rua]. Fiquei mais uns 20, bem dizer, uns 50, 60 ano costurando (SEBASTIÃO, Fita 1, Lado A).

É, foi aonde que eu me apeguei, além de gostar da profissão um pouco por causa disso, porque eu sempre tive a minha alfaiataria, eu tive a alfaiataria em vários lugares aqui na cidade. Sabe, tive umas quatro, cinco alfaiataria. É, foi alfaiataria assim, de pobre, pequena, mas com grande freguesia. Cê vê ali mesmo aonde eu tava ultimamente, eu tinha muitos médicos que ia lá, tinha pessoas importante de teatro, artista, tive muitas pessoas importantes que ia ali fazer roupa comigo, trocar um zíper, fazer uma barra... e muitas pessoas importantes, assim, não entrava qualquer pessoa; pobre também, que não tem preferência, que era todo mundo, era gente legal, sabe? Fazia, recebia não fazia criado pra ninguém, sabe? Não, porque me queixa, nunca perdi nada. [Marcos: E ter patrão é uma coisa ruim?] Ah, ter patrão... eu trabalhei pouco tempo em fábrica, mas é duro, rapaz; às vezes eu ficava muitas noites sem dormir e tava envernizando uma cama, porque eu trabalhei numa fábrica de cama, envernizando uma cama. Me dava aquele sono assim, (Risos) [inaudível], sabe? [Marcos: Ficava com o pescoço caindo?] Caía, então, o patrão passava ali e falava um monte pra gente e com razão, né! [Marcos: Xingava?] – “Pô, você não pode dormir no serviço, cê tá fazendo um serviço que precisa de atenção e você fica dormindo!” E por isso que não me adaptei muito bem não, e ali, por minha conta, não dava nem sono, porque se faz um serviço que... você acaba aquele, você quer fazer outro pra render, pra ganhar mais. Chega de tarde, você faz a soma, eu ganhei tanto, tá bom, olha... e... [...] É, se você tivesse morrendo, mas tem que tá ali esperto, porque... E o patrão tá com a razão, né, porque ele tá te pagando, tem que trabalhar. Pô, você vai dormir? [Risos] Não é verdade? (SEBASTIÃO, Fita 2, Lado A).

Em muitos casos, os antepassados dos idosos asilados entrevistados, quando não eles próprios, foram colonos e meeiros. Observa-se que inicialmente o modo de vida na cidade se parecia com o do campo. Era bastante habitual que parte da alimentação viesse não da compra, mas da coleta, plantação e da criação de animais, principalmente porcos e

galinhas. Possuem conhecimentos ancestrais de plantas comestíveis e medicinais. Posteriormente, a tendência foi que reduzissem as atividades da família ao trabalho assalariado e à compra de alimentos, roupas, calçados e remédios. Antes de haver geladeira, ou sacrificavam o animal em data próxima ao seu consumo, ou compravam pequenas quantidades de carne, para que não estragasse. As cozinhas costumavam ser um dos maiores cômodos da casa, quando não o maior. Eram comuns fogões à lenha e fornos de barro. Aqueciam a água do banho no fogão à lenha. Às vezes, inventavam artifícios para facilitar o trabalho como, ao invés de utilizarem panelas para aquecer a água do banho, colocavam serpentinas diretamente no fogo.

Interessante observar que o são-carlense antigo tem a noção de que sempre existiu a CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz), como é o caso de *seu* Príncipe. Afinal, desde 1890, mediante influência política do Conde do Pinhal, São Carlos passara a contar com água potável, encanamentos de esgoto e luz elétrica, que foi inicialmente usada para iluminar a cidade. Mas ainda não existia a CPFL. A memória realiza aqui uma “atualização”, como se a atual empresa que fornece energia sempre o tivesse feito. Percebeu criticamente, entretanto, que a prioridade era a modernização das empresas que utilizavam essa energia, e não o atendimento das residências, algo que viria mais tarde.

A cozinha... Naquele tempo, é, tinha cozinha grande. Como tem o refeitório aí [do abrigo], né, a cozinha do refeitório. Era cozinha antiga, grandona, com fogão de lenha. Usava muito lenha. Então, meu pai, como era pedreiro, ele construiu o fogão. Que quem tinha fogão a gás era raro o gás de botijão. E ia usar mais lenha. Então meu pai instalou um forninho, sabe como é, no próprio fogão, com serpentina. Tinha uns canos assim, grande. E conforme ia aquela chapa, os buraco, cozinha o feijão, o arroz, as mistura, né. Bom, e naqueles cano, ele esquentava. Tá entendendo? Tinha um depósito assim, em cima, e a água descia por aquele cano. E, com a caloria do fogão, da madeira, esquentava a água. Usava até aquela água até pra tomar banho. [Marcos: Então, com o fogão a lenha, conseguia também esquentar a água do banho. Direto na serpentina?] Serpentina, do forninho pra assar bolo. [Marcos: Energia tinha, até dava pra pôr chuveiro elétrico?] Não, tinha. A CPFL [Companhia Paulista de Força e Luz] sempre existiu. Mas, sabe, era bonde, indústria, e tinha lugar que faltava. [Marcos: Então, desse jeito... Mas tinha um chuveiro elétrico?] Não, tinha. Um chuveiro antigo, Lorenzetti. Que é o mais antigo. [Marcos: Ah, sim. E o pai do senhor, mesmo assim, inventou um jeito de esquentar a água com a serpentina e vocês até chegavam a tomar banho com essa água, esquentando ali.] Isso, porque no cozimento do alimento, aí cê esquentava a água e usava aquela água. [Marcos: A água ficava armazenada quente em algum lugar?] Ficava, não. Por exemplo, tinha o depósito, né, e assim, do lado do forninho tinha o outro depositozinho, e a água já saía fervendo. Aquela caloria, né. Então usava. Ou pra fazer café, ou enfim, pra tomar banho. É. [Marcos: Ah, sim, interessante, o pai do senhor era um homem criativo.] Ih, nessa parte de construção ele era antigo, ele era muito inteligente. Fogão de lenha... Arr! Forno de barro pra assar pão (PRÍNCIPE, Fita 1, Lado B).

A parede era de tijolo mesmo, assim. [Marcos: E como que era usado os cômodos da casa?] É, era como a sala, cômodos grande, assim meio grande, tudo simples... bem simples. [Marcos: Os pais do senhor separavam, os quartos das meninas e dos

meninos?] Oh, separava sim, meu pai era um homem, nossa rapaz ele era gostava das coisas muito certo, muito direita, nós morava na roça, nós lutava muito porque você nem sabia porque tava trabalhando que você não via a cor do danado do dinheiro. Mas ele era um homem muito correto e nunca vi meu pai ficar devendo e não pagar, sempre que ia fazer as compra dele, todo mês cobria, pagava direitinho, mas nós passava apertado na roça, nós comia muito coisas da roça, sabe, é melancia, é caruru, fazia salada de serraia [ou serralha: planta amarga, de folhas recortadas, áspera, verde escura], berduega [ou beldroega: planta rasteira e resistente, que nasce em qualquer solo, cujas folhas e caules são crocantes e doces]... **[Marcos: Como é que é essa última?]** Ah... **[Marcos: Não entendi a última?]** Caruru? **[Marcos: Depois.]** Berduega. É berduega, é um, um matinho lá, que às vezes minha mãe cozinha ele pra nós comer, berduega, serraia brava, isso ai nós comia... é, aproveitava muita coisa da roça. **[Marcos: Criavam animais?]** Não. **[Marcos: Galinha, porco?]** Galinha sim, galinha nós tinha, porco também, animais tinha cavalo, um trolinho [pequena carroça]. Nós morava ali em São Roberto e a ia buscar a despesa em Água Vermelha [distrito de São Carlos], não sei se você conhece Água Vermelha? É, então. É, então nós comprava lá. É, fazia a despesa do mês... é arroz, feijão, essas coisas, agora as misturas era mais... tinha galinha, tinha porco, tinha... é e não tinha mistura quando eu te falei aí, era na base do mato mesmo... camuqui.... (risos), você conhece camuqui? **[Marcos: Não.]** É a planta do pé de abóbora, aquelas que dá no final assim, aquilo lá minha cozinhava também pra nós comer. **[Marcos: E era bom?]** Era bom, bom, a gente tinha a mesma força, a mesma saúde porque trabalhava na roça, mas tinha época que... Sabe que é... era tudo puro, né, você ia comer um ovo, ele era ovo puro caipira. Você vê um ovo caipira, para um ovo de granja, não sei se você já notou a diferença, mas é muito grande. **[Marcos: O caipira é maior?]** Não, não é que é maior, o caipira é vermelho, vermelho tem outro gosto até, porque ele é mais saudável, ele é... Nossa! Não se compara um ovo caipira por um ovo da granja, que nem aqui nós come é mais é ovo da granja, né. Ovo de granja, essas coisas, lá era tudo mais caipira, você come um frango caipira e come um frango de granja pra você vê a diferença. É diferença total da carne, duma carne pra outra é tudo (SEBASTIÃO, Fita 1, Lado A).

[Marcos: Tinha alguma bebida que o pai do senhor sabia fazer? Ou algum remédio, alguma coisa assim?] Ele sempre foi caseiro de remédio, buscar remédio no mato e fazia em casa. **[Marcos: Ele fazia remédio pra quê?]** Dor de cabeça [...] (FRANCISCO ANTÔNIO, Fita 1, Lado A)

[Marcos: O senhor lembra como o pai do senhor fazia o remédio? Com o que que ele fazia?] Com mato. Carovinha. Carovinha e folha de pitanga, broto de pitanga, broto de jabuticaba. **[Marcos: E pra que que servia cada um. Por exemplo, se estava com dor de cabeça, qual que fazia?]** Fazia broto, broto de jabuticaba. A carovinha, por exemplo, se tava ruim da... do corpo, se tomava um cálice assim de carovinha, se tivesse alguma coisa no corpo, a carovinha fazia sair tudo que tem no corpo. **[Marcos: E os outros, a jabuticaba, a goiaba? O senhor falou goiaba, não jabuticaba?]** Jabuticaba. **[Marcos: É, se a pessoa tivesse com disenteria, o que que tomava?]** Tomava esse. **[Marcos: Tomava também a carovinha?]** Tomava um golinho de carovinha, e tomava aquelas, assim, chá de jabuticaba. **[Marcos: Chá de jabuticaba. Certo. O pai do senhor sempre, então, fazia o remédio? Ele nunca comprava na farmácia, assim, quando ele foi pra cidade?]** Depois que veio na cidade, daí... Ia na farmácia comprar (FRANCISCO ANTÔNIO, Fita 1, Lado B).

Os idosos caracterizam as roupas e calçados como simples, precários, comparados com os de atualmente. Entretanto, não havia um hábito consumidor desenvolvido. Não significa que não houvesse percepção estética, ou vontade de vestir algo diferente. Alguém com habilidades e máquina de costura em casa poderia se aventurar a fazer uma roupa diferente, ou mesmo encomendar, pois São Carlos também se tornou célebre pela forte e

importante presença dos alfaiates. Tanto que em 1940 foi fundada a Associação Beneficente dos Alfaiates de São Carlos (ABASC), para congregar os alfaiates da cidade. As alfaiatarias se tornaram um ramo tradicional, especialmente a fabricação de ternos masculinos. Mas a maioria dos idosos, no passado familiar, acabava comprando roupas e calçados de baixo custo.

Em seguida, nas lembranças de *seu* Sebastião, aparecem vários aspectos do modo de vida que passaria por profundas alterações. Esse modo de vida descrito por *seu* Sebastião é basicamente o mesmo entre os idosos asilados que também viveram no campo, nos arrabaldes de São Carlos. É também bastante semelhante ao modo de vida urbano, são-carlense, em meados do século XX.

[**Marcos:** As roupas da casa nessa época eram feitas ou compradas?] Nós se vestia muito mal, eu tinha só um terninho pra os fins de semana ir no baile, que a gente gostava muito de dançar, ir nos baile, mas a gente se vestia muito mal. Aquelas calcinha eu usava calça curta ainda, não tinha quase não se tinha roupa. Meus irmão que era mais velho tudo, tinha uma calcinha ou duas pra quebrar o galho era um modo diferente. [**Marcos:** E essas poucas roupas eram compradas?] Ah sim, compradas. [**Marcos:** Não tinha ninguém na casa que já costurava?] Ah, não dava pra fazer, a minha mãe não sabia. É difícil uma pessoa que soubesse, era na base de comprar mesmo, comprava feita, sabe, ia num lugar barato assim e comprava. Sapato nem tinha a possibilidade de ter; eu fui ter uma chuteira era mocinho, bem mocinho, meu pai falou serve pra você jogar e pra você pôr aos fins de semana também, então ele comprou uma chuteira pra mim, mas você sabe qual o calçado que a gente usava na época? Era alpargata, não sei você se lembra. É. Então, alpargata que a gente tinha, a gente tinha um cuidado; às vezes ia trabalhar descalço pra conservar o alpargata. [**Marcos:** Trabalhava até descalço pra conservar?] Pra conservar, era... a vida que eu vivi com meus irmãos, a minha família, foi muita sofrida, viu. E não dizer que a gente tinha corpo mole não, nós trabalhava, rapaz. Era café de colono, sabe. Meu pai pegava não quantos mil pés de cafés lá e precisava trabalhar, rapaz. Trabalhava meu pai, quantas madrugadas ele acordava, nós olha a lua tá clara, vamos pra roça, aí o serviço vai render. Nós ia, mas era nessa base aí, quase que não tinha nem o que comer. Quando tinha uma festinha em Água Vermelha, quando tinha uma festinha em Água Vermelha, a gente ia com 400 réis, 200 réis no bolso. Eu gostava tanto de comer doces, essas coisas. Se comprava dois, três doces já acabava o dinheiro e aí só passava vontade e fome. [**Marcos:** E vocês tinham máquina de costura na casa?] Tinha, dessa de mão, aquelas... Não era no pé, era só à mão, mas pra costurar mesmo só uma coisinha que descosturou, porque é difícil costurar com máquina de mão. A minha mãe costurava às vezes. [**Marcos:** O pai do senhor ajudava a mãe no serviço de casa, ou só na roça mesmo?] Só na roça. [**Marcos:** O serviço de casa a mãe do senhor fazia tudo sozinha, ou as filhas ajudava?] Fazia, as minhas irmãs ajudava, tinha três irmãs. [**Marcos:** Nessa casa tinha fogão a lenha?] Fogão a lenha... [**Marcos:** Nessa casa da fazenda?] É, nós só cozinhava com fogão a lenha. [**Marcos:** Que móveis que tinha na casa?] Oh rapaz, móveis sabe... que tinha quatro, cinco cadeira, uma mesa. [Fica um pouco em silêncio, tentando lembrar de algo; **Marcos:** Tava falando sobre os móveis da casa.] É, tinha um... eu nem lembro direito, mas é coisa assim pobre mesmo, casa com uma mesa, quatro, cinco cadeira e às vezes tinha... meu pai fazia banco e punha na frente da casa. Às vezes, tinha dentro de casa também algum. [**Marcos:** De Madeira?] De madeira, era assim. Forno, de... É, de barro, de tijolo, essas coisas... fazia... minha mãe fazia pão. [**Marcos:** Banho nas crianças quem que dava?] Ah, as crianças era minha mãe que sempre cuidou, né, mas tinha só dois irmãos, de mim não precisava mais porque já era grandinho, meus irmãozinhos tinha dois abaixo de mim, só eles (SEBASTIÃO, Fita 1, Lado A).

Nas lembranças, aparece a idéia de que o modo de vida era sofrido, de forma que o crescimento, as melhorias, o progresso da cidade são bem-vindos, ainda melhor se tivessem ocorrido antes. Mas as melhorias parecem não compensar a perda das pessoas que se foram com aquele modo de vida: avós, pais, irmãos, amigos, às vezes filhos. E, tendo passado por tantos caminhos, trabalho, amizade, família, termina-se no asilo. “Por quê?”, parecem se perguntar para si mesmos. E tentam responder. Os motivos alegados variam: problema de saúde que redundava em falta de autonomia, perda de movimentos, de visão, impossibilidade de continuar com a família, abandono, falta de dinheiro, de moradia, até ter posto o divertimento em primeiro lugar, de forma a não sobrar dinheiro, etc.

Ah, eu não posso falar mal de São Carlos, São Carlos foi muito bom pra mim, eu que não fui bom (Risos) pra São Carlos. São Carlos sempre foi um lugar aonde eu tenho... se sair comigo na rua se vai admirar de ver a amizade que eu tenho até hoje. Eu conheço todo mundo, todo mundo me conhece. De cada dez pessoas, no mínimo sete me conhece. Sou conhecido do prefeito, como um... uma pessoa que vê um cara conhecido e é pobre, o João Babão, cê conhece o João Babão? Ele pede esmola, não pede? Então, eu sou conhecido que nem ele. Todo mundo me conhece, quem que não conhece o João? Todo mundo conhece. Eu também. Ninguém pode falar mal de mim, não devo nada pra ninguém. Fui um cara correto, só não fui correto comigo, sempre fui honesto, trabalhador, muito trabalhador, trabalhava o dia todo, mas a noite gastava tudo. [Marcos: Tem alguém que o senhor sente muita saudade, assim, pensa sempre?] Olha rapaz, tem muitas pessoas, tem muitas pessoas, esse amigo meu mesmo, sinto muita saudade... acho que nem sabe que eu tô aqui, porque a gente não mais se encontrou. [Marcos: O Luiz, né?] É, tive... tem muitas pessoas que a gente teve uma profunda amizade, mas muita amizade mesmo e a gente não consegue apagar né, tem que relembrar e tanto é que eu tenho muitos amigos bom, que liga pra mim, amigos que jogaram futebol comigo, disputou campeonato amador, que a gente tinha muita amizade. Eles me liga e a gente mata saudade. E até tem um amigo, rapaz, que eu fiquei sabendo por intermédio de outro que me ligou que ele sofreu um derrame e tá muito ruim. Foi bom de bola, fui um grande amigo. cê deve conhecer, foi muito famoso no futebol, o Daurici! Daurici trabalhou... se lembra quando o Sérgio Piovezan tinha aquela casa de... casa de... o que ele vendia, meu Deus? Miudezas, essas coisas. Então, o Daurici era contador dele. E o Daurici, eu soube que ele sofreu um derrame, que ele não pode mais sair, não pode mais sair de casa. Tava nessa situação e ele é até mais novo do que eu. É um rapaz pequeno, um miudinho (SEBASTIÃO, Fita 2, Lado B).

[Marcos: De quem ou do que o senhor sente mais saudade?] Da minha mãe, do meu pai, meu avô. Eu sinto muita falta deles. [Marcos: O senhor se sente em um bom lugar nesse mundo? O senhor gostou, digamos assim, a situação do senhor, é uma situação na qual o senhor concorda ou gostaria que fosse totalmente diferente.] Eu podia até morrer, eu já diverti bastante. Eu estou satisfeito com a minha vida, do jeito que está indo também está bom demais. [Marcos: O senhor se sente colocado de lado?] De lado? [Marcos: É, posto de lado.] Não, graças a Deus também não. [Marcos: O senhor gosta de viver com as outras pessoas ainda?] Gosto. [Marcos: Gosta de ficar isolado ou gosta de ficar perto das pessoas?] Não, isolado também é duro. Isolado é muito duro. Eu já tive isolado, mas é muito duro (JOSÉ PASCOALINO, Fita 2, Lado A).

A partir da situação em que se encontram atualmente, as atitudes são razoavelmente variadas, não obstante ninguém buscar sistematicamente o isolamento. Eles continuam travando relações no interior do próprio abrigo – relações de amizade, de conflito,

de sensações e sentimentos amorosos e sexuais.¹³⁴ Mas o modo de vida é o “modo de vida” da instituição!

[**Marcos:** Então um filho que se sentiu abandonado pelos pais acaba deixando eles no asilo mesmo?] Olha, eu posso até dizer que sim. Quando eu fui convidada a vim trabalhar aqui no abrigo, eu não sei o nome da autora hoje, mas eu ainda tenho o livro, depois eu posso até pegar se você quiser, eu tava lá no Rio de Janeiro, eu tava me preparando, eu trabalhava em creche... e fui convidada pra trabalhar aqui no abrigo, eu falei: “Gente, eu não sei nada de idoso, eu tenho que ler pelo menos alguma coisa”. E fui pra livraria correndo, pra comprar livros que falava sobre idoso. E o primeiro livro que eu li, a autora disse que os filhos, os netos, os bisnetos... as pessoas se vingam com os idosos. E eu achei aquilo um absurdo, porque na minha casa a gente se dava muito bem com os velhos da minha casa. Os velhos da minha casa são, eram velhos diferentes, hoje eu nem sei como estão. Mas era um relacionamento bem diferente, e eu achei aquilo um absurdo, tanto que eu parei de ler o livro. Eu só fui voltar a ler o livro muito tempo depois. Mas aí eu cheguei aqui no abrigo e, quando eu cheguei aqui no abrigo, a primeira coisa que eu fiz foi procurar saber onde tava a família de todo mundo. E eu achei que aqui no abrigo... e fiz muita besteira, levava os idosos na casa no fim de semana pra família ficar, mas aos poucos eu fui vendo que alguns idosos, ao invés de voltarem alegre das suas famílias, voltavam tristes e chorosos. Mas por quê? Eu botei, arrumei aquele idoso, dei banho, perfumei, levei ele na casa da família dele pra ele passar sábado lá, ou domingo e ele volta triste. E aí eu fui vendo que o idoso [...inaudível?] que quando ele chegava lá, ele era maltratado, né. E aí eu tinha uma idosa aqui, que ela até já faleceu, e ela disse, uma vez eu chamei o filho dela, porque o filho dela botou ela aqui e quase não vinha, não telefonava. Um dia eu chamei ele aqui e falei: “olha, o que você tá fazendo com a sua mãe é um absurdo...”, que eu cheguei aqui no abrigo dona de tudo, né, dona de toda uma história que eu não conhecia na verdade, que eu não tinha experiência. E eu chamei esse filho aqui no abrigo e disse pra ele assim: “Isso é um absurdo o que você tá fazendo com a sua mãe, não me conformo, você tem que vim toda a semana visitar, levá-la nas festas, aniversário dela, você nunca ligou mais”. E ele assim, ele é um homem muito alto e muito branco. E ele foi ficando vermelho, e aí eu já... quando ele começou a ficar vermelho, eu falei, ou ele vai voar em mim ou vai acontecer alguma coisa. E aí ele começou a chorar. E aquele homem enorme, gigante, né, que ele era um homem muito alto, gordo, forte e muito branco, com aquele cabelo loiro assim, eu falei: Nossa! E ele tinha uns olhos azuis, tem né, de vez em quando eu encontro ele na rua, só que ele tá mais idoso, com uns olhos azuis enormes. E ele começou a ficar vermelho e a chorar, chorar... Aquele homem desabou na minha frente, aí eu perdi todo, né. Aí ele falou assim: “Malu, a minha mãe, nós éramos crianças ela batia muito na gente, ela largava a gente por outros, por homens, ela não bobeava em nos deixar dentro de casa, trancados, e sair com os namorados dela. O que eu vi de homem entrar dentro da minha casa, e por fim sabe o que ela fez comigo e com meu irmão? Botou a gente num orfanato, e abandonou a gente lá. A mãe dos meus colegas iam toda semana, iam no natal e no ano novo. A gente vestia roupa dos outros. A mãe dos nossos colega levava bala,

¹³⁴ Como ficou nítido na fala da diretora Malu em páginas anteriores, tendemos a idealizar os idosos, retirar-lhes os aspectos humanos que temos. Nós os beatificamos, os idealizamos, e nos esquecemos de que são seres humanos como nós, embora restritos à instituição asilar. Também visitei os abrigos, além das entrevistas, e pude descobrir sobre acontecimentos cotidianos que não aparecem nelas. Repito: são seres humanos. Por óbvio que possa parecer, é bom lembrar o fato para que o leitor não se assuste. Se um idoso asilado foi racista a vida inteira, não quer tomar banho, e é uma auxiliar negra quem lhe banha, ela poderá ouvir algo como “Você não presta nem para limpar...” Também na hora do banho, o idoso pode tentar percorrer com a mão o corpo da funcionária, que o tenta driblar. Mas por que eles não poderiam até se apaixonar, ou sentirem atração mútua? Por causa da idade? Podem sim se apaixonar, embora a funcionária esteja ali para trabalhar! Mas o idoso não costuma sair por aí. Tece suas relações no próprio abrigo. Pode um casal de idosos procurar cantos mais ermos do abrigo e trocarem carinho. Um idoso pode se masturbar embaixo da coberta enquanto assiste às funcionárias cuidarem de outro idoso, ou enquanto olha (ou se lembra de) visitantes bonitas. Em geral achamos que só jovens podem ser impulsivos. Ledo engano.

levava tudo, a gente chupava bala porque a mãe dos colegas levava, nossa mãe nunca ia. E quando ela aparecia, ela não ficava muito tempo com a gente. A mãe dos meus colegas ficava lá a manhã inteira, ajudava lá no orfanato, até a varrer, lavar, passar, nossa mãe não. E ela não levava uma bala pra gente”. Depois disso aí, eu comecei a rever todo aquele sentimento, aquela coisa que eu tinha, e a minha história treze anos depois é assim: muitos idosos são culpados. Hoje, por exemplo, eu não tenho filhos, eu tô morando aqui em São Carlos há treze anos. Eu tenho um monte de sobrinhos lá no Rio de Janeiro. Eu não telefono pra eles, eu não escrevo, eu quase não vou em casa. Quando eu tiver idosa, que não vai demorar muito, daqui uns dez ou quinze anos, eu vou querer que meus sobrinhos cuidem de mim. Eu não tô cuidando deles. Os alunos aí da Federal [Universidade Federal de São Carlos], vêm aqui e eles ficam muito assustados: “Ai, mas é um absurdo os pais, os filhos deixarem os pais aqui”. E os alunos da Federal, geralmente, em sua maioria, eles malham muito, quando eles vêm aqui no abrigo, eles ficam com dó dos idosos, é uma dó, coitados. E um dia eu parei, foi um monte de alunos, até o pessoal da fisioterapia e falei pra eles assim:

- Vocês estão com dó dos idosos?

- Estamos.

- Estão muito tristes?

- Estamos.

- Vocês não teriam coragem de deixar os pais de vocês no asilo?

- Claro que não!

Eu falei:

- Com certeza os filhos de vocês pensavam igual. Agora eu quero que vocês me respondam uma coisa, a maioria é aqui de São Carlos?

Não, a maioria era de fora. Aí eu falei:

- Quantas vezes vocês telefonam pra mãe de vocês? Quantas vezes vocês vão em casa, e ficam em casa em vez de ir pras baladas, e só levar roupa pra mãe lavar, né, ou só ligar em casa quando precisa de um dinheiro, vocês ficam em casa com os pais? Vocês fazem isso? (MALU, Fita 1, Lado A).

Aqui, os sentimentos e relacionamentos que as pessoas cultivaram, ou deixaram de cultivar, no passado aparecem como grandes motores do destino que acometeu os idosos. Mas essas “falhas” só aparecem nas falas dos próprios idosos asilados quando levamos em conta suas entrelinhas. No mais, são ocultadas por eles. Entretanto, notadamente, a forma como se constituíram os sentimentos e sensibilidades ao longo das relações tecidas pelos sujeitos durante a vida pregressa não explicam, por si só, o destino dos idosos asilados. É a falta de autonomia que os mantém ali. Se alimentaram conflitos cujos frutos agora colhem, certamente também os colhiam antes do asilo, com a diferença de que, agora, estão sem armas para se defenderem dos ataques, das vinganças, ao passo que seus oponentes sentem-se fortalecidos. Pois é mais fácil atacar o mais fraco, o idoso, a criança. Aqui a produção social (e não meramente biológica) da velhice atua, mais uma vez, contra o idoso. Pode haver também, por parte de instituições religiosas beneficentes, como é o caso, um rigorismo moral muito forte em relação a algumas questões mais específicas, como aquelas atividades que muito divertem os seres humanos, mas que aparecem como sinônimo de vadiagem, boemia, ociosidade, autonomia, etc.

A carga excessiva de valores colocada no papel social desempenhado pelos atuais idosos em suas vidas progressas, que tende a condená-los como culpados pelo destino atual, leva-nos a enfatizarmos demais o fato de poderem ter se tornado ricos e bem sucedidos com a família (instituição que facilitaria essa tarefa, ao reunir uma força maior que o indivíduo para tal e garantir o papel da herança, o de transmitir aos descendentes o capital e o trabalho acumulados), valorizando o ato de acumular. O fato de agora estarem pobres aparece, então, como resultado de uma vida “desregrada”, sem nos perguntarmos por que, afinal, estabelecemos certas regras e dispensamos outras possíveis. Esses elementos provavelmente pentecostais, e talvez em alguma medida pertencentes a um catolicismo atualizado, vai de encontro ao tipo de memória que outro grupo quer impor aos sujeitos. Aqui também encontramos uma memória avessa, que tenta invadir a memória do sujeito, desta vez o condenando pelo passado, como se o idoso estivesse diante da balança de Osíris ou do Juízo Final.

Os calçados podiam ser encomendados no sapateiro. Havia também um calçado de baixo custo, cuja sola era feita de corda, comum nas falas dos idosos asilados, que era chamado de Alpargatas Roda. Começou a ser produzido no início do século XX. Relativamente a outros componentes do vestuário, muito cedo os sapatos foram sendo padronizados e vendidos. Enquanto ainda havia o hábito de costurar a quase totalidade das próprias roupas, os sapatos já eram comprados.

Ah, minha mãe costurava. [**Marcos:** Ela costurava toda a roupa da família?] Das minhas irmã... Vestido não. Mas calça e camisa ela fazia. Pras minhas irmã vestido ela não confeccionava. Já comprava em loja, bazar, né. [**Marcos:** Bazar. E os sapatos?] Na época? [**Marcos:** É. Se comprava, se fazia? Quanto ia no sapateiro?] Ah, não, na época era feito em sapateiro. Que nem esse mesmo senhor é sapateiro [refere-se ao companheiro de quarto no abrigo], o Fredy Rodrigues, né. É. A profissão dele é sapateiro. [**Marcos:** Vocês encomendavam o sapato no sapateiro?] É, meu pai mesmo, naquela época, meu pai tem sapatão aí. Que usava pra trabalhar em pedreiro, eles era com sola de pneu. Não como assim, né, com esse material [mostra a sola do próprio sapato]. Usava mais de construção de pneu. Que pro trabalho era mais rústico, né. Sapatão. [**Marcos:** Mas o tempo todo ou tinha algum outro tipo de sapato?] Não, tinha. Tinha o sapato social, como o seu, pra sair, né. E aquele pro trabalho. [**Marcos:** E as moças, os sapatos das moças?] Na minha época... eu usei muito Alpargata Roda. Alpargata Roda. Alpargata. Tinha aqui em São Carlos e tinha em São Paulo. Que existe até hoje Alpargata Roda. [**Marcos:** Esse tinha que comprar, né?] É. Era comprado. [**Marcos:** Então, em geral os sapatos das moças eles eram comprados, não feitos com o sapateiro?] Não. O sapato, por exemplo, pra ir num dia de um aniversário, numa missa, não ia com Alpargata. Mas pra ir pra escola... Pra bater, o mais certo, né. Era Alpargatinha Roda, com sola de corda. [**Marcos:** Tá. Ele era mais barato?] Na época era, né. [**Marcos:** Do que que era a sola?] É de corda. A sola, é. Era direto, não tinha o salto aqui assim. Era direto. [**Marcos:** Tear vocês não tinham, era máquina de costura?] Não, tear não tinha. Minha mãe teve uma máquina Singer de costura, com um motorzinho, é. Tinha. Este também foi tudo de São Paulo (PRÍNCIPE, Fita 1, Lado B).

O uso do pronome possessivo “meu” para referir o tempo, tal como fez *seu* Príncipe e é tão comum entre os idosos – às vezes, pessoas na faixa de 30, 40 anos também falam dessa forma – se deve em grande medida ao aspecto geracional da memória. Ou em outras palavras, à “comunidade geracional”, conceito desenvolvido inicialmente por Karl Mannheim (1893-1947). Como as gerações que se sucedem encontram diferentes configurações, entrando em contato com uma herança acumulada num ponto específico – o chamado “contato original” –, o ritmo biológico de nascimento e morte se depara com certo momento da continuidade histórica, encontra uma estrutura social definida, a partir dos quais as diferentes “idades” vão se sucedendo, fazendo com que a contemporaneidade das pessoas as identifique em “gerações”.¹³⁵ Gerações essas que comungam o destino de uma região histórica e social. Baseada em Mannheim, afirma Mancuso (1998, p. 39, destaque da autora):

Com o suceder de gerações, produzem-se dois tipos distintos de ‘contatos originais’ com a herança cultural e social: um determinado pelas mudanças sociais, quando se alteram as relações sociais; outro determinado por fatores biológicos fundamentais – de um lado, a entrada em cena continuada de novos grupos etários; de outro, o envelhecimento e a saída de cena.

Mas no pós-modernismo, como lembra a própria Mancuso (1998, p. 37), é questionada a importância das gerações na caracterização dos estilos de vida, uma vez que no pós-fordismo a sociedade se tornou mais complexa, multifacetada, sem haver unilateralidades que permitam uma identificação mais estanque dos indivíduos numa fronteira que separa as “idades” (infância, juventude, idade adulta, velhice). As sociedades, a partir das décadas de 1970, vivem a fluidez e a multiplicidade dos estilos de vida, constantes migrações do indivíduo de uma tribo a outra, como insiste Michel Maffesoli (1987, *passim*), de maneira que falarmos de identidade, e não de identificação fluida, subsume incorrer numa simplificação que não tem aderência ao mundo que observamos.

Essa mesma fluidez é uma competência exigida pelo toyotismo, notadamente. Mas nos encontramos no meio de tal processo, e outros processos, de certa forma, compensam aquele, tornando a questão das gerações ainda fundamental. A indústria cosmética pode prometer a alguém que se reaproprie de sua juventude, utilizando-se de certa nebulosidade dos mitos, entretanto, o mesmo fato atualiza a importância da idade e das gerações, pois constrói nichos de mercado. Uma geração de trabalhadores educada sob novas competências, familiarizada com a informática, por exemplo, ao chegar ao mercado de trabalho disputará vagas com “gerações” anteriores de trabalhadores, educadas sob o império de outras competências que agora vão passando a ser dispensadas – a produção social da velhice.

¹³⁵ Cf. Mancuso (1998, especialmente p. 37-44).

Ultimamente, na academia tem-se falado muito da capacidade criativa dos discursos, como se as idades fossem meros produtos discursivos. Atentam desta feita para o método da desconstrução de discursos, sem supor a igualmente necessária desconstrução das relações sociais que os nutrem. Em suma, as gerações continuam sendo um elemento fundamental da vida social.

Abandonando ligeiramente a base durkheimiana, Maria Mancuso realiza uma sofisticada solução para a questão das gerações, articulando-a às transformações ocorridas no mundo do trabalho, à memória da cidade, à velhice, à mídia, à morte:

A memória sofre, assim, um duplo ataque: um, da perda do valor do passado e das experiências como referência, ocasionadas, para Benjamin, pelas mudanças na organização do trabalho; outro, da influência dos meios de comunicação de massa. A esse duplo ataque, se somam as mudanças das características da cidade, depositária de significados sociais e apoio à memória. Além desses fatores, nitidamente sociais e culturais, se soma outro, em especial para os velhos, um fator biológico carregado de significados sociais: a morte. Em suas reflexões sobre a velhice, Norberto Bobbio ressalta que nos 'lugares da memória, os mortos perfilam-se em torno de nós em número cada vez maior. A maior parte dos que nos acompanharam já nos abandonou. Mas não podemos apagá-los como se nunca tivessem existido'. Ecléa Bosi reflete de maneira dura e delicada sobre o tema: 'Integrados em nossa geração, vivendo experiências que enriquecem a idade madura, dia virá em que as pessoas que pensam como nós irão se ausentando, até que poucas, bem poucas, ficarão para testemunhar nosso estilo de vida e pensamento. Os jovens nos olharão com estranheza, curiosidade; nossos valores mais caros lhes parecerão dissonantes e eles encontrarão em nós aquele olhar desgarrado com que, às vezes, os velhos olham sem ver, buscando amparo em coisas distantes e ausentes' (MANCUSO, 1998, p. 44, destaques da autora para citar outros autores).

Como afirmado anteriormente, são inúmeros os perigos que cercam a memória. Quando os ataques obtêm sucesso, temos um tipo de memória avessa (ao menos preferi chamá-la dessa forma, para relevar sua importância fulcral para o historiador), aquela que produz alienação de si, incapacidade de refazer elos. Neste sentido, ao tomar a memória como fonte de maneira crítica, o historiador se posta como um arqueólogo à procura dos elos perdidos.

Ao menos tomando como base os idosos asilados que entrevistei, a esmagadora maioria não conseguiu manter matrimônios muito estáveis. Esta é uma das questões fortemente relacionadas à ida dessas pessoas para o abrigo. Ficaram sozinhas ou acompanhadas de alguém que não poderia cuidar delas, uma vez que elas, por motivos diversos, foram perdendo a autonomia. Maria Aurora e Maria de Lurdes são viúvas. Ivani Miller é solteira, José Pascoalino nunca se casou e *seu* Francisco Antônio, que também nunca se casou, afirmou ser "solteirão". Maria do Carmo disse que foi "amasiada, só". *Seu* Príncipe é casado, mas mora no abrigo enquanto a esposa reside "em casa". *Seu* Francisco é

desquitado. *Seu* Sebastião casou e se separou por duas vezes. *Seu* Mário se casou uma vez e se amasiou com uma segunda mulher, prima da primeira, que o fez “sentar na graxa” – não quis cuidar dele depois que ele foi acometido por um derrame. *Seu* Armando, meu tio, afirma que nunca se casou, que é solteiro, mas em outros momentos da entrevista fala sobre a mulher com a qual viveu. Ajudou a criar o filho dela, que com magnanimidade adotou como seu. Impossível não me lembrar neste momento das narrativas de meu pai, irmão de Armando que, a pedido de meu avô, ia procurar Armando num matagal que existia onde hoje é o bairro “Cidade Jardim”. Lá havia uma casa bem pobre, onde Armando costumava cair nos braços amorosos de uma mulher, depois de ter “fugido” do serviço. O absentéismo, essa resistência silenciosa, pode não ser perdoado pela família, que precisa sobreviver ou que precisa acumular. Não obstante, a família pode abrir uma distância do idoso, ao invés de abandoná-lo por completo. Inegavelmente, ocorrem também abandonos.

Esses tipos de situação não são incomuns, e acabam se transformando num “problema social” com o qual o Estado e outras instituições têm de lidar. O asilo, por exemplo, como foi afirmado, torna-se um local de acomodação de conflitos. Problemas do gênero têm sido objeto de estudo (e de preocupação) da gerontologia:

A família constitui-se numa importante rede social, pois pode oferecer o sustento e o suporte de que o idoso necessita durante o período de adaptação à residência geriátrica. Na realidade, constatou-se que quem comumente visita os idosos são os seus familiares, incluindo-se aí filhos, irmãos, netos, sobrinhos e outros. É importante destacar-se a necessidade de serem mantidas as distintas fontes de apoio que ajudam o idoso a lidar com as situações novas e desafiadoras do cotidiano institucional. É importante assinalar, também, que a melhor forma de utilizar as potencialidades de adaptação às novas circunstâncias depende do bem-estar subjetivo, das saúdes física e mental (BULLA; MEDIONDO, 2004, p. 100).

A família não pôde ampará-los em seu espaço e cuidados, ou alguns conflitos não permitiram fazê-lo. Isso não significa que conflitos não possam ser resolvidos – “no sentido psicológico, um conflito pode ser entendido como um ponto de transição que pode evoluir para uma solução adaptativa ou não adaptativa” (SANTOS, 2003, p. 186). Tomando de forma mais geral, a questão dos possíveis conflitos entre o “cuidador” e o idoso pode ser decorrente da falta de compreensão – por parte daquele ou daquela que poderia se constituir num cuidador, mas que não mudou sua percepção no tocante ao seu familiar – em relação à doença do idoso, quando esse é o caso, pois velhice não é doença. Tal como demonstra o seguinte resultado de pesquisa:

[...] até que a família conseguisse fazer a construção da demência como doença e a resignificação do seu familiar como doente, muitas tensões, dilemas e conflitos foram experienciados. Assim, especialmente na fase inicial da demência parece que as dificuldades eram maiores. Os distúrbios de cognição e memória, que geralmente ocorrem de forma intermitente, deixavam a impressão de que o portador estava

simulando e cometendo erros de propósito ou por birra. Tais comportamentos muito freqüentemente desencadeavam conflitualidade nas relações interpessoais entre o cuidador familiar e o portador (SANTOS, 2003, p. 187).

Para *seu* Mário, o abrigo aparece como um recanto onde pode se encontrar livre de conflitos que lhe incomodam. Quando é de sua vontade, visita os parentes que não lhe incomodam, que nada ou pouco lhe cobram:

Eu vim pra cá [São Carlos] uma vez batizar um sobrinho meu aqui. Mas faz muito tempo já. Eu era solteiro ainda. Mas tinha bonde aqui, tudo ainda. [...] Em Porto [Porto Ferreira-SP] que eu me casei. Casei no Porto. Porto Ferreira. Casei em Porto Ferreira. Aí eu mudei pra Leme. E em Leme arrumei minha segunda mulher. Gostei da prima dela, né? Era mais nova. Larguei duma velha pra pegar uma nova. Tomei no... no nariz. Sentei na graxa (risos). [...] Eu vim pra cá em noventa e sete. Que eu vim aqui no asilo. [Marcos: Em Noventa e sete. Faz tempo. E daqui o senhor nunca saiu pra cidade, nada?] Não, eu já fui no Porto, fui em Leme, na casa da minha mulher, tudo. Na casa da minha mãe, na casa da minha irmã. Inclusive sábado passado eu fui na casa da minha irmã. Fui lá tomar uma loirinha, então... fui lá aproveitar, né. [Marcos: O senhor poderia repetir a última frase? Que tem uma loirinha?] A loirinha. Eu gosto de tomar uma loirinha. Cerveja (risos) (MÁRIO, Fita 1, Lado A).

Teria sido a mãe de *seu* Mário que conseguiu um lugar para ele no abrigo de São Carlos. A vivência de *seu* Mário em relação à cidade é ímpar em comparação com os outros idosos entrevistados, pois se refere estritamente ao abrigo da cidade. Vive num quarto com um colega, e como me disse, ali fica no próprio cantinho bem sossegado.

O negócio é o seguinte: eu vim aqui pro asilo que a segunda mulher minha não quis mais cuidar de mim, daí ela mandou eu embora de casa. Aí eu telefonei pro Porto [Porto Ferreira-SP] pra minha mãe arrumar um asilo pra mim. Não queria morar com a mãe, com a irmã, com ninguém. Queria morar sozinho mesmo. Aí minha irmã arrumou aqui pra mim no asilo. E tinha cento e setenta pessoas aqui no asilo. Precisei esperar uma vaga aqui. Morrer um pra eu entrar aqui (MÁRIO, Fita 1, Lado A).

Dona Maria Aurora é viúva. Teve um casamento estável, embora se sinta perseguida por acontecimentos inusitados e infelizes, como quando foi atropelada no tempo da escola, ao salvar um menino negro (fato descrito anteriormente neste capítulo). O próprio dia do casamento lhe foi bem inusitado. Acompanhando sua narrativa, percebemos hábitos de um grupo social mais bem servido de recursos, com comportamentos mais ligados às elites da cidade, embora também ela seja hoje asilada:

Ainda estou aqui esperando ir lá encontrar com ele lá em cima, no fim da Avenida São Carlos. Meu marido. Eu tive sorte no casamento. Meu marido foi maravilhoso. Tanto é que apareceram outros que quiseram casar comigo, amigos dele até que me conheciam de perto, né. E eu falava: “Jamais eu vou encontrar outro igual a ele, então eu fico assim” (MARIA AURORA, Fita 1, Lado A).

Não, o meu [casamento] foi muito triste, sabe? Como sempre. Como sempre. Um dia assim que é de alegria pros outros pra mim sempre acontece alguma coisa que me faz chorar e que acaba com o dia pra mim. Nós fizemos assim: de casar na igreja do bispo, não em igreja grande, suntuosa, com gente assistindo, nós não

queríamos isso, era um casamento simples. Quem ia fazer nosso casamento era o bispo daqui. Ia e foi. Então o bispo falou pra mim “olha filha, só que tem uma coisa, tem que ser às onze horas, eu sei que não é hora de casamento, mas acontece que eu tenho que ir na Vila Prado pra inaugurar o Cine Jóia”. Eu falei “está bom, o jeito que o senhor puder”. Nós fomos. Às onze horas era pra irmos pra igreja. Eu me aprontei, tudo, meu marido chegou. E o papai na cama e ele ia ser o meu padrinho. Eu já tinha lhe chamado uma porção de vezes: “Papai, por favor, dê um jeito, levanta”. – “Eu não posso, filha, não posso”. E não pode levantar. Então, eu não tinha padrinho. Quando chegaram os padrinhos do meu marido, que eram muito amigos meus também. Que era o Dr. Emílio Fehr, já ouviu falar da família Fehr aqui né, dos alemães. Era o Dr. Emílio, era um amigão que nós tínhamos. E ele gostava muito de meu marido. Então ele quis ser o padrinho dele, e a senhora dele a madrinha. Mas acontece que eu não tinha nada. Na hora H eu não tinha nem padrinho e nem madrinha. Então, aquilo fez muito mal pra mim, sabe? Fez mal mesmo. Aí o Dr. Emílio chegou e me viu chorando, com os olhos vermelhos. Aí ele falou assim: “Hoje não é dia de chorar, né?”. Ele falou pra mim, aí eu disse: “Pois é, Dr. Emílio, eu não tenho padrinho pois papai não levanta” [...] (MARIA AURORA, Fita 1, Lado B)

É, eu fiquei desesperada, né? E aí eu comecei a chorar. E chegou o Dr. Emílio com a senhora dele e falou: “Ô, filha, por que você está chorando?” E eu falei: “Ah, Dr. Emílio, brincadeira, o papai não levanta e eu não tenho padrinho, não tenho madrinha, não tenho nada”. – “Não seja por isso, filha, eu vou ser seu padrinho também e a Emília vai ser sua madrinha. Não quero ver lágrima nesses olhos”. Aí então eles foram também meus padrinhos. Chegaram na capelinha do bispo, era muito linda ela, mas estava tão vazia, tão vazia. Não tinha uma pessoa. Aquilo, se eu pudesse, eu despencava a chorar. É que eu me contendo, eu sou muito controlada, em todas as minhas emoções, em tudo. E eu fiquei quieta, mas era aqui dentro, era um turbilhão de angústia. E outra que houve também em meu casamento: nós tínhamos convidado o irmão dele e a cunhada pra serem padrinhos dele. Então eles tinham que ir almoçar lá em casa. Foram convidados pro almoço. E eles não apareciam. Mesa arrumada e tudo pronto e nada deles virem. Aí o meu marido me falou: “Mariazinha, vamos lá, vamos ver o que está acontecendo, que o Nini – ele tinha apelido de Nini – que o Nini não vem”. Eu falei: “Então vamos lá”. Chegamos lá, eles estavam à mesa almoçando. Uh, meu marido pôs a mão na cabeça. “O que vocês estão fazendo, vocês estão almoçando, mas nós viemos buscar você pra almoçar lá, por que vocês não foram?”. “Nós não fomos convidados”. Eu falei “Ai, meu Deus, é hoje!”. Eu disse “imagina, nós convidamos!” Tudo, fizemos ele lembrar, tudo direitinho. Ele falou: “Ah é? Como que passou isso?” Eu falei: “Então desiste do que vocês estão comendo aqui e vamos, se aprontem e vamos que nós te esperamos”. Esperamos por eles. Ah, mas antes disso o principal. Eles, entre os irmão, estavam lá discutindo quem foi e quem não foi que convidou, que não convidou. E um vai lá e pega, meu cunhado dá um soco pra dar no meu marido e deu aqui no meu rosto. Aqui ficou tudo roxo. A noiva (risos). A noiva ficou roxo (risos). Então toca chorar de novo. Foi assim, uma coisa... olha, nem quero lembrar do dia de meu casamento. Teve muita coisa assim, que não deveria acontecer. Mas é desse jeito a vida e fazer o quê, né? (MARIA AURORA, Fita 2, Lado A).

A religiosidade se faz muito presente entre os idosos asilados. *Seu* Francisco Antônio, católico, foi um colaborador bastante monossilábico durante as entrevistas. Ele ajudou a Igreja Santo Antônio, de São Carlos, a arrecadar fundos trabalhando como “festeiro”, embora se mostre incomodado com o lado lúdico da festa. Só se justificaria fazê-la por motivos religiosos, haja vista que fez questão de asseverar que nem ele, nem mãe, nem pai, nem padrasto tinham interesse fora do trabalho e da igreja.

[Marcos: A mãe do senhor era católica – o senhor estava falando –, sempre foi. E o padrasto?] Ele também. Praticante. Ele era festeiro na Igreja de Santo Antônio. [Marcos: Então o senhor participou bastante de...] Participei. [Marcos: Como que foi. O que o senhor foi, sacristão ou alguma coisa assim?] Sacristão não, fui festeiro. Da quermesse. Eu vendia bebida, gelado, sem gelo... só. [Marcos: Por que vocês faziam quermesse?] Para a reforma da casa, da igreja. Santo Antônio. Era mais jovem. [Marcos: Que época que foi essa participação do senhor na igreja?] Agora você me apertou [risos]. [Marcos: 1964, 65, 66?] Setenta e cinco. Fiquei muitos anos lá. [Marcos: Ficou famoso na igreja de Santo Antônio, Tinha bastantes amigos?] É. [Marcos: E o senhor assistia missa de semana também, ou só de final de semana?] Só assistia aos domingo. E eu tomava... depois da missa, eu ia trabalhar. [Marcos: Na quermesse?] Na quermesse. [Marcos: O senhor teve algum posto na igreja?] Quê? [Marcos: Teve algum posto na igreja?] Não. [Marcos: O senhor ganhava para fazer aquele trabalho na igreja?] Não. [Marcos: O senhor fazia porque queria fazer?] Porque queria fazer. [Marcos: A mãe do senhor rezava a noite? Tinha essas coisas ou não?] Rezava. [Marcos: Ensinou o senhor rezar?] Ensinou. [Marcos: O que que ela ensinou?] Pai Nosso, Ave Maria, Creio em Deus Pai. [Marcos: O senhor lembra, ela lia a bíblia, ou ela não sabia ler?] Ela não sabia ler. [Marcos: E o padrasto sabia?] O padrasto sabia. [Marcos: E ele lia? Lia a bíblia?] Lia a bíblia. [Marcos: Ele lia para vocês ouvirem?] Lia só para ele. [Marcos: Aí o senhor lia para o senhor?] Eu nunca peguei a bíblia. [Marcos: Nunca, nunca leu?] Eu lia folheto. [Marcos: O folheto da missa?] Folheto da missa. Eles tirava... tirava, pegava o folheto, abria a bíblia e tirava... Escrevia na marca do que tava na bíblia, no folheto e entregava na igreja. Na hora da missa. [Marcos: A religião era muito importante para o senhor?] É. [Marcos: É até hoje?] Até hoje. [Marcos: E o senhor é bastante religioso?] Sou. [Marcos: O senhor dá bastante valor para os ensinamentos religiosos?] É. [Marcos: O senhor podia resumir alguns desses ensinamentos para mim? Quais são?] [risos] Que o senhor valoriza?] Creio em Deus Pai. Ave Maria, Salve Rainha, Creio em Deus Pai, Pai Nosso. [Marcos: O senhor faz o sinal da cruz antes de comer, antes de dormir. Como é que é?] Faço. [Marcos: Faz sempre? Continua indo em missa ou parou?] Parei. [Marcos: Aqui no abrigo tem alguma atividade religiosa?] Aqui, nos domingos eles vêm rezar. [Marcos: Ah, eles vêm rezar. Quem que vem rezar, padre?] Pastor. O próprio pastor vem rezar. [Marcos: E de qual igreja é?] Não sei. Agora você me apertou. [Marcos: O senhor participou de algum grupo de jovens de igreja?] Não. [Marcos: Grupo de adulto?] Não. [Marcos: Irmãos Mariano, não sei, alguma coisa assim? O senhor participou?] Não. [Marcos: Nada disso?] Nada disso. [Marcos: Tradição, Família e Propriedade (TFP), nada disso?] Nada disso. [Marcos: Nenhum grupo de jovens, nada?] Nada. [Marcos: Mas o senhor sabia que essas coisas existiam?] Existia. [Marcos: E não queria participar?] Não. [Marcos: Por quê?] Porque sim (FRANCISCO ANTÔNIO, Fita 1, Lado B).

Como os outros idosos asilados, *seu* Francisco Antônio não fez qualquer relação entre religião e política. Em geral, não prestavam muita atenção nos diversos grupos internos e suas diferenças relativamente à instituição religiosa.

É comum que, no abrigo, o idoso rearranje sua religiosidade, por exemplo articulando a religião na qual foi criado com a religião ligada ao abrigo, haja vista que se tratam de abrigos beneficentes construídos e mantidos por instituições religiosas. A premissa de que Deus é um só facilita a tarefa de articular a religiosidade vivenciando-a em Igrejas diferentes, cujos ensinamentos guardam algumas fundamentais distinções no tocante a vários temas. Os sujeitos percebem algumas dessas distinções, mas não as consideram fundamentais por conta da grandeza da premissa. Em geral, prendem-se a essa premissa maior de tal forma

que acompanhar rigorosamente os ensinamentos que vêm da Igreja (ou das Igrejas) não seria tão fundamental. O importante seria a fé no divino.

Eles [os pais] foram criados na religião católica, né? Eu também. Agora eu venho curtir o culto com eles aí, estou contente. Gosto de ver eles falar no culto. [Marcos: Culto evangélico?] É, evangélico. [Marcos: Não é católico?] Sou católico, mas todas as partes, você sabe, tem Deus. Aí eles falam em Deus. Deus também tem no católico, mas eu acompanho eles também aí, né. [Marcos: Aqui no abrigo?] É. [Marcos: Então assim, o senhor foi católico e os pais do senhor também, todos católicos?] Também, católicos. [Marcos: E vocês praticavam os ensinamentos?] Ah, não tinha prática não. Nós era católico assim: tinha fé em Deus. Assim, não tinha prática em nada. Tinha aquela fé que nós tem Deus, né? Meu pai, minha mãe, eu e os irmãos. [Marcos: E vocês iam à missa?] Agora não. Não ia também. Nunca ia. [Marcos: De criança o senhor ia?] Ah, no meio de mato. Não ia não. [Marcos: Aqui em São Carlos o senhor ia?] Nunca fui também. Ah, fui uma missa uma vez e depois fui ver uns par de casamento. Isso aí eu fui ver. [Marcos: O pai do senhor, a mãe do senhor ou o senhor já teve algum posto na igreja? Sacristão ou alguma coisa assim?] Não. [Marcos: Nada disso? Os pais do senhor ensinaram o senhor a rezar a noite?] Não. Nada. [Marcos: O senhor aprendeu alguma oração por conta própria?] Aprendi a oração aqui. O Padre Nosso eu aprendi aqui por que eu sabia só a metade. [Marcos: É, se o senhor não ia em missa.] Não ia em lugar nenhum. Quer ver, eu vou mostrar pra você. Olha o Padre Nosso aqui. [Marcos: Tá. Como aqui não grava imagem eu vou dizer: ele me mostra um folheto com o Pai Nosso, o Padre Nosso e...] Esse é o Pai Nosso Evangélico, sabe? Daqui da igreja. Quer ver? [Marcos: Deixa eu ler. Então assim é a reza do Pai Nosso Evangélico: “Pai nosso que estás no céu, santificado seja o Teu nome, venha o Teu reino, seja feita Sua vontade assim na Terra como nos céus. Dá-nos o pão de cada dia e perdoa as nossas dívidas, assim como nós aos nossos devedores, e não deixeis cair em tentação, mas livra-nos do mal, pois Teu é o Reino, o Poder e a Glória para sempre. Amém.” Ok! Então, os pais do senhor não te ensinaram a rezar nem na hora de dormir e nem antes das refeições?] Nada. Agora que eu estou mexendo aí, então eu... [Marcos: Ok. Bom, a bíblia o senhor nunca leu? Nem o pai do senhor?] Não. Nem o pai, ninguém. Nada foi lidado com isso, que nós fomos vivendo na roça, colônia, fazenda, bom, você que é, você já sabe como é que é. É assim mesmo. [Marcos: E os ensinamentos religiosos a gente sabe que tem vários, né? O senhor diria que o senhor pratica, que o senhor praticava, nunca praticou?] Do quê? [Marcos: Os ensinamentos, os valores.] Ah, eu só ia na escola. Fui três anos na escola. Depois a professora foi embora. Ficou doente e foi embora e eu nunca mais estudei. [Interpretou “ensinamentos” como algo que se aprende na escola, mais especificamente]. [Marcos: E que importância o senhor daria pra religião? O senhor acha que a religião é uma coisa importante ou a pessoa pode passar sem isso?] Eu gosto das duas religião [católica e evangélica]. Eu acho que é importante. Um pouquinho de uma e um pouquinho da outra. Eu gosto das duas, né? Não vou desfazer da... eu gosto das duas, né? Porque todas elas tem o Deus, nosso Deus. É ou não é? Por que esse Padre Nosso aqui foi feito de quando Deus... foi Deus que deixou o Padre Nosso. Então, eu acompanho o Padre Nosso com os poder de Deus, não é isso? (FRANCISCO, Fita 2, Lado A).

Seu Príncipe é católico, como os pais, e diz passar os ensinamentos religiosos para os novos membros da família enviando-os ao catecismo. *Seu* Sebastião se diz um católico não fanático, não praticante. Afirma ter fé em Deus e que as únicas orações que de fato aprendeu foram o Pai-Nosso e a Ave-Maria. Frequentou não muito assiduamente as Igrejas São Benedito e Catedral.

Eu rezo, todo dia peço ao deitar, ao levantar, todo dia eu rezo, mas naquele momento só. Peço, peço com bastante devoção, respeito, não tem perigo de que eu venho a

caçoar essas coisas. Eu respeito muito a religião, a minha religião, não fico muito tempo rezando não (SEBASTIÃO, Fita 1, Lado B).

Seu Mário é católico, mas não vê legitimidade na figura do padre. Não pensa que o padre seja alguém autorizado a saber sobre a vida dele. Prefere a relação direta com o divino, sem intermediários dos quais desconfia: os “velhacos”. Não pensa que deve se pautar em valores exageradamente rigoristas, que negam o direito ao prazer, ao gosto.

Eu na missa eu não vou não. Mas tem uma turma que vem de sábado aqui com nós aqui fazer oração no quarto. [Marcos: Aí o senhor faz?] Faço. [Marcos: Qual é a religião do senhor?] Católico. Sempre fui. [Marcos: Mas seguidor ou mais ou menos?] É, mais ou menos, né. Quando eu casei eu menti pro padre, né. Bobo, né. [Marcos: O senhor mentiu pro padre? O que o senhor falou pra ele?] [risos] Ah, negócio de mentira, né. Coisa que eu não fiz eu falei pro padre. Enrolei tudo o padre lá. [Marcos: Pra poder casar?] Já fui bêbado, né. Casar. Já fui turbinado. [Marcos: Porque senão não casava?] Não, eu já fui turbinado já. O padre ainda falou assim pra mim: “Você não está bom, né, filho?” – “Que filho o que, seu...” Tá bom”. [Marcos: Mas em que o senhor precisou mentir pra ele?] Ah, contar coisa da minha vida, poxa! Ele queria saber da minha vida. [Marcos: Ele ficou perguntando coisa da vida do senhor até o senhor...] É. O que eu tinha feito na vida, se eu não fiz arte, se eu não fiz isso, se eu não fiz aquilo. Falei assim: “Se quer saber...” [Marcos: Era confissão?] Era confissão, velho. Naquele quartinho fechado lá. [Marcos: Aí ele perguntou todos os pecados do senhor?] É, eu tava confessando lá. O bicho é velhaco (MÁRIO, Fita 1, Lado A).

A família de dona Maria do Carmo mudou de religião. Ela também acompanhou os passos da família. Preocupa-se em manter alguns rituais religiosos ensinados pela Igreja que frequentou. Até hoje, o pastor a visita para que ela comungue. A nova religião a fez se afastar das “coisas do mundo”, da “música do mundo”, pois são incompatíveis as coisas divinas e as mundanas.

[Os pais] Já foram católicos, nasceram católicos. [Marcos: Aí viraram crentes?] É. [...inaudível?] [Marcos: A senhora se lembra deles falarem o por quê?] Eles não gostavam! [Marcos: Iam na missa, como que era?] Culto eles iam, no culto da noite. [Marcos: Todo dia?] Não, tinha dia certo. [Marcos: A senhora se lembra qual dia da semana era o dia certo?] Tinha de sábado, tinha de domingo, e tinha de um dia da semana. Não sei se era de quarta ou de quinta-feira da semana, também tinha. O resto da semana não tinha. [Marcos: E eles ensinavam alguma coisa da religião pra senhora, pros filhos?] A gente aprendia na igreja, né. [Marcos: Aprendia na igreja. E essa igreja que a senhora diz que era crente era a “Congregação Cristã do Brasil”?] Não, era a “Assembléia de Deus”. [Marcos: “Assembléia de Deus”, tá legal, era a “Assembléia de Deus”. Os pais da senhora ensinaram a senhora a rezar à noite?] Rezava um pai nosso. Fazer oração não é do costume de agora, né, tudo a gente faz. Eu faço até hoje. [Marcos: Isso que eu ia perguntar: mudou alguma coisa, a religião crente, “Assembléia de Deus”, que os pais da senhora praticavam, a senhora depois que se amasiou também continuou praticando ou mudou?] Foi, meu velho não gosta, não fazia questão que eu ia. Ele não ligava que eu ia. Eu ia, agora que eu não tô indo. Faz mais de ano que não tô podendo andar, não posso fazer sozinha, fiquei doente assim e não tô podendo ir. Mas todo mês vem um pastor aqui fazer a ceia. [Marcos: Aqui no abrigo] Vem trazer pra mim. Esse mês ele não trouxe, e tô esperando que ele venha. [Marcos: Tá esperando a, como é que fala...? A hóstia?] É, tô esperando. [Marcos: A senhora falou agora há pouco que não tá podendo ler a bíblia, então a senhora costuma ler?] Eu costumo ler, tenho bíblia, tenho harpa, tenho tudo. [Marcos: Harpa? A senhora pode explicar o que é pra mim?] Cantor. Que ensina a cantar os hinos. E não tô podendo ir na igreja de jeito nenhum.

[**Marcos:** E tem algum livro que a senhora costuma ler fora a bíblia?] Tem não, tem não. Tem algum jornal que eu leio aqui. [**Marcos:** É verdade, tem o jornal “A Tribuna” [Jornal de São Carlos]]. “A Tribuna”. De noite eu abano. Tem muito calor (MARIA DO CARMO, Fita 1, Lado B).

Naquele tempo a gente ouvia bastante música de rádio, a gente cantava também. Mas agora, hoje em dia, eu não canto mais. [**Marcos:** A senhora lembra quais eram as músicas, o nome delas?] Ah, eu esqueci de tudo. Cantava alguma música sertaneja, gosto muito de música. Até hoje eu gosto, mas é que eu não... [...inaudível?] porque não tenho costume. Tinha costume de ir na igreja, né, e deixei a música. Eu gosto de música, até hoje eu gosto de música. Muito de sertanejo eu gosto. [**Marcos:** Eu não entendi o que a senhora falou em relação à igreja. Música e a igreja, o que tem?] Porque quando eu tava na igreja, então a gente cantava as músicas da igreja. Aí depois a gente passou pra outra religião, a gente parou, não cantava mais. Era difícil, muito difícil a gente cantar outra música do mundo. Então eu não cantava, até hoje eu não canto. [**Marcos:** Não canta música do mundo.] Não canto. [**Marcos:** Só da igreja?] Quando eu lembro, assim, que faz um ano mais ou menos, que eu não tô freqüentando a igreja, porque não posso ir, então não ouço música. [**Marcos:** Mas a igreja proibia de ouvir outras músicas?] É, porque não pode, né, eles não gostam. [**Marcos:** Não gostam.] Por causa da religião, né. Então eu acho que não dá certo música do mundo com música evangélica, não dá certo, né. Ou vem uma coisa ou vem outra, né. [**Marcos:** Como que é isso, ou você se prende ao mundo ou você se prende a Deus?] Ah, eu me prendo a Deus. [**Marcos:** Se você se prende a Deus, não pode prender ao mundo?] Não, eu acho que não. Gosto muito da religião, freqüento muito, obedeço bastante a Deus e não participo muito do mundo não. [**Marcos:** Mas isso é desde quando? Quando a senhora era criança não pensava assim.] Não pensava assim, que quando eu era criança eu não era crente, né. Então, eu não pensava assim. Do jeito que ia, ia. Cantava música do mundo, pintava e bordava e daí por diante. Mas depois que eu passei a conhecer a Palavra, eu larguei de mão, a gente larga, né. Aí eu larguei. [**Marcos:** E quando foi que a senhora largou? Quando foi que a senhora entrou na igreja?] Faz muito tempo, foi quarenta, acho que faz mais de quarenta e cinco anos que eu sou batizada. Faz muitos anos que eu sou batizada (MARIA DO CARMO, Fita 2, Lado A).

Seu Armando, de família católica, freqüentou a Igreja São Sebastião. Disse ter aprendido as “rezas simples”. O rigorismo religioso, para ele, estava mais presente em algumas datas religiosas específicas, como a Sexta-Feira Santa. Torna as noções de bem e mal como algo que dispensa demonstração ou discussão. O bem e o mal são evidentes por si mesmos. A religião ensinaria a fazer sempre o bem, e deve ser passada de pai para filho, como uma tradição. A família de *seu* José Pascoalino era católica e praticava ao menos a maior parte dos rituais, freqüentando a Igreja Nossa Senhora do Carmo, no bairro popularmente chamado de Tijuco Preto. A família de dona Ivani também era católica; ela costumava ir às missas na Igreja São Sebastião. Lembra-se do Padre Fulgêncio, que rezava missas na Igreja São Sebastião e em outras Igrejas também. Ele costumava andar a pé pela cidade, por longas distâncias. Evitava caronas. Andava com uma sandália franciscana, à moda de São Francisco de Assis. Compenetrado, mal olhava para frente. Dona Maria Aurora herdou da família o catolicismo. Segundo ela, sempre foram praticantes, faziam o “dever”, porém não eram fanáticos, fez questão de frisar. A família de dona Maria de Lurdes também era católica. Freqüentavam as missas de domingo na Igreja São Sebastião. Antes de dormir, ela e os irmãos pediam bênçãos aos pais. Atualmente, não aprova a proliferação das Igrejas evangélicas:

Ah, hoje é muita igreja de gente crente, né? E eu não gosto disso. [**Marcos:** Tem um culto aqui, eu não sei se é de terça feira...] Hoje mesmo vai ter. [**Marcos:** E a

senhora participa?] Tem que ir, porque senão acha ruim, né, mas eu não gosto não. [Marcos: A senhora prefere o católico. E não tem nenhuma missa católica de vez em quando aqui?] Aqui não. [Marcos: Vocês vão na igreja?] Não. [Marcos: A senhora gostaria de ir?] Na igreja católica eu gostaria (MARIA DE LURDES, Fita 2, Lado A).

Dona Maria de Lurdes parece estranhar os rituais de outras igrejas que não a católica. Fixou-se na valorização dos rituais religiosos que praticou enquanto pôde ter alguma autonomia, enquanto convivia com familiares e amigos fora do abrigo. Diferente de outros idosos, não realizou uma reordenação de suas noções religiosas a partir do convívio com as outras religiões e com base na premissa maior da fé em Deus, que poderia admitir diferentes religiões. Manteve o diferente na situação de exótico, estranho, extravagante.

As instituições religiões forçam por ocupar um lugar privilegiado na memória dos idosos. Seus templos grandiosos são parte fundamental do espaço urbano. Eles são marcantes, enormes apoios de memória – a catedral no centro da cidade, as inúmeras igrejas nos bairros, e templos de várias religiões. Na situação de asilado em instituições de cunho religioso, o idoso pode ser levado a reavaliar suas posições quanto à religião de origem, mudando para outra ou rearranjando noções que articulam a religião de origem aos rituais que passou a praticar. As direções dos abrigos fizeram questão de observar que não forçavam ninguém a seguir essa ou aquela religião. Alguns idosos, entretanto, demonstraram certa preocupação caso não frequentassem ao menos de vez em quando os rituais realizados nas instituições.

De alguma forma, diante da finitude dos sujeitos humanos, as memórias parecem realizar uma luta para tornar possível a sua permanência, sua longevidade; utilizando-se de seres finitos em termos de consciência, pensamento e sentimento, memórias anteriores aos sujeitos, tradições, disputam os sujeitos como se esses fossem hospedeiros. A institucionalização das manifestações religiosas, portanto a fundação de igrejas, subsume um poderoso mecanismo de perpetuação para além dos indivíduos. Essa memória influi ativamente na grande esfera da memória social, servindo como um filtro de decodificação e, como um gene invasor, instala-se na memória das pessoas. A partir de então, tende a tornar o sujeito aceitador de condições adversas, mesmo quando decodifica acontecimentos e fenômenos que estariam a princípio fora da esfera religiosa. Como toda memória, ela também gera o esquecimento, seu par dialético, como dona Maria do Carmo, que foi se esquecendo das músicas que ouvia no rádio quando passou a considerá-las “músicas do mundo”, portanto incompatíveis com o divino. O resultado desse “gene de memória” pode ser a resignação, comumente encontrada nos abrigos; como se os idosos esperassem que Deus redimisse o sofrimento no qual desembocaram, levando-os para um lugar melhor – a Salvação.

Com efeito, a resignação é essencial ao convívio social, à coesão social. Portanto, também é essencial para a perpetuação de uma dada estrutura de poder. A religião, quando leva à revolta, ainda assim é muito mais comum que leve a uma revolta contida, refreada, pois o amor e a resignação devem impedir os homens de atacarem seus inimigos, ou aqueles que os exploram. A revolta incontida só pode se realizar contra o ateu, o agnóstico, o herege, pois esses seriam inimigos da premissa maior: a fé em Deus. Ou visto pelo ângulo da memória, o ateu e o agnóstico oferecem outra chave de memória que faz o “gene de memória” religioso perder sua capacidade de “reprodução”, sua longevidade. A reação é ainda mais marcante contra o herege, aquele ou aquilo que é identificado como o lado oposto do divino, pois nesse caso o Diabo não é meramente um “gene de memória” adversário da religião. É ainda pior: o caos contra qualquer memória, a escuridão e o esquecimento completos. Ele é o fragmento, e tudo aquilo que impede a coesão social, que impede a tradição, a civilização – ele é a “besta” inculta, incivilizável, que ousou questionar a hierarquia divina e a “coesão social” no Reino dos Céus.

Salvas as exceções que não encontrei em minha pesquisa, para os idosos asilados, política é sinônimo de eleição; nada mais. Tal como é para boa parte da população. Afastados de participações mais efetivamente “cidadãs” durante toda a vida familiar, de trabalho, de relação com a cidade, por que seria diferente na velhice? Mais uma vez, põem a vestimenta (pelo avesso) de outro grupo, para quem nunca interessou que “democracia” fosse mais que método restritamente processual de eleição de líderes.

Alguns idosos asilados que entrevistei e seus pais conheceram pessoalmente políticos de São Carlos. Os entrevistados pensam a política como sinônimo de políticos – personificam a política – interessados em eleições, interessados em ocupar cargos políticos, sempre muito pródigos em promessas para a população. Os colaboradores demonstraram mais atenção à eleição para prefeito da cidade que para outros cargos, embora a eleição para presidente da república também tenha sido valorizada. Em geral, conhecem boa parte das siglas partidárias, mas não as caracterizam como algo relevante. O importante, para os idosos asilados, é a pessoa. Avalia-se, à época da eleição, quem seria a “melhor pessoa” para ocupar o cargo pretendido. Os idosos asilados demonstraram dificuldades de compreensão em relação a termos usuais em política, como “reacionário”, “conservador”, “progressista”, “direita”, “esquerda”, etc. Também há quem demonstre completo desdém até pelas eleições, como é o caso de *seu* Francisco Antônio.

Ele [o pai] nunca votou, só quem votavam era meus irmãos. [Marcos: Os irmãos votavam. E o senhor?] Eu nunca votei também. [Marcos: Nunca votou?] Não.

[**Marcos:** Nunca se interessou?] Não. [**Marcos:** Por quê? [*Seu Francisco Antônio só balança negativamente a cabeça, com desdém para a política*]] (FRANCISCO ANTÔNIO, Fita 1, Lado B).

Na época de, que era época de eleição, tinha prefeito e vice, né, e no caso eles [pais], no final sempre, né, aquele que acharia que serve pra cidade, né. [**Marcos:** E o pai do senhor conhecia algum político pessoalmente?] Ah, conhecia. [**Marcos:** O senhor lembra de quem era?] Lembro. O primeiro da minha época de moço, era Antonio Massei, era o nosso prefeito da cidade. [**Marcos:** E o pai do senhor conhecia?] Conhecia. Até fazia, prestava serviços a ele. [**Marcos:** Tinha amizade mesmo.] Tinha. [**Marcos:** O senhor lembra assim qual a frequência que eles conversavam?] Eles conversavam mais assim, como eu falei outro dia, e meu pai prestava serviço a ele, era pedreiro, né. Prestava mais serviço na casa, no sítio, né. [**Marcos:** O senhor sabe quais as opiniões políticas do seu pai?] Olha, sobre aí, essa parte, dizendo assim, aí seria no caso ele, né, se decidir votar no candidato que seria o certo, né? [**Marcos:** Mas o senhor se lembra assim, em termos de pensamento, se ele gostava de alguma linha de política, se ele gostava, tipo assim, de socialista, de comunista, se ele gostava assim de políticos conservadores.] Ah, sim, os conservadores, né. [**Marcos:** Ele gostava mais dos conservadores, né.] [...inaudível?] prefeito da cidade, né. Aquele senhor, Antônio Massei. [**Marcos:** O senhor lembra de algum local da cidade onde o pai do senhor freqüentava e que ia político alguma coisa assim?] Me lembro, por exemplo, na praça coronel Sales, onde fazia os comícios, né? [**Marcos:** E ele ia?] Vixi, ele ia, ele aplaudia, ele gostaria de ver a palestra, né. [**Marcos:** Então, ali na coronel Sales eram feitos os comícios e o pai do senhor ia lá.] Todos eles então eram feitos ali. [**Marcos:** O senhor lembra de ele ter feito algum comentário depois de voltar da praça assim, algum dia que ele foi na praça?] Bom, a não ser com algum amigo dele, né, com algum parente, com nós não. [**Marcos:** Ele falava de política com vocês, com os filhos?] Não. Nessa parte não. [**Marcos:** O senhor se lembra do pai do senhor ter votado em eleição.] Lembro, muito bem, era mocinho, lembro. [**Marcos:** O partido que ele votou o senhor lembra? O partido político?] Político, eu lembro, esse senhor era do Partido Trabalhista, né. É, Antônio Massei¹³⁶. [**Marcos:** Antônio Massei. O pai do senhor participou de algum partido político?] Ah, em partido não. [**Marcos:** Nem sindicato de trabalhadores?] Não, também não. Que ele já não trabalhava mais em firma, registrado, né (PRÍNCIPE, Fita 3, Lado B).

[**Marcos:** E política, o pai do senhor se interessou por política?] Não. [**Marcos:** Alguém da família?] Ninguém. [**Marcos:** Ninguém nunca foi candidato nada.] Não. Ninguém! [**Marcos:** Nem conheceu pessoalmente políticos, nada?] Ah! Eles nunca... viu, nunca conheceram. Eles sempre votaram por cabeça de outros amigos isso aqui, mas amizade com político eles nunca tiveram não. Eu tive e tenho, mas eles não e... o pessoal aí a gente tem amizade, quase todos políticos. [**Marcos:** O senhor diz quando, quando foi essa amizade, agora aqui no abrigo?] Não, porque tinha estabelecimento, né. Que nem Newton [Newton Lima, atual prefeito de São Carlos] mesmo, o prefeito. Newton Lima é meu freguês lá na alfaiataria, quem mais...? Tem uma porção de vereador meus amigos. A gente conversava muito... quem mais... é, foi dessa maneira aí. [**Marcos:** O pai do senhor tinha algum partido que ele gostava tinha alguma posição política bem definida que ele falava qual que era ou não?] Nunca tocou nesse assunto, nunca. [**Marcos:** Nem participou de sindicato de trabalhador nada, foi sindicalizado o pai do senhor?] Olha, eu não tenho total certeza, mas acho que não. Nunca foi. [**Marcos:** O senhor também nunca foi sindicalizado?] Não. [**Marcos:** Agora o senhor tem uma posição política, assim, ou não?] Não, não tenho não! [**Marcos:** Algum partido de preferência alguma pessoa que o senhor acha que é um bom político.] Olha, eu parei, eu sempre votei, mas agora de votar depois que aconteceu essa tragédia comigo, que perdi a vista, se eu fosse votar, ia voltar no Lula mesmo. [**Marcos:** No Lula mesmo!] É. [**Marcos:** O senhor gosta do Lula, ou gosta do partido dele?] Porque eu acho que é o melhor, né.

¹³⁶ Antonio Massei pertenceu a uma família de imigrantes italianos que se instalaram na zona rural de São Carlos. Foi funcionário municipal. Elegeu-se prefeito da cidade em três ocasiões: 1952, 1964 e 1977.

Não que eu tenho fanatismo por isso, mas eu achei que era mais certo votar no Lula (SEBASTIÃO, Fita 1, Lado B).

Faltaria mais fontes para analisar isso em detalhes, e mudar consideravelmente de assunto, mas percebi que é bastante vultosa uma simpatia nutrida pela figura do atual presidente brasileiro, Lula. Alguns cientistas políticos têm falado acertadamente sobre o lulismo (e não petismo) entre populações classificadas como de “baixa renda”. Alguns líderes surgidos dos movimentos sociais, e transformados em administradores de conflitos sociais, obtêm enorme sucesso perante os trabalhadores. E disso se nutre a democracia tal como está posta. Os mesmos que ajudam a criar o anacronismo dos sujeitos em relação aos sistemas de produção, os mesmos que alimentam a produção social da velhice, são os que, em épocas de eleição especialmente, falam ao coração dos sujeitos, alimentam seus sonhos, suas esperanças, colocam-se como seus representantes legítimos. Põem-se entre os “desfiliados”, excluídos, marginalizados e os que produzem a desfiliação, a exclusão, a marginalização. Põem-se entre o trabalho e o capital, e fadam os trabalhadores à perpétua hetero-organização, heteronomia, alienação. Ascendem uma vela para o trabalho e um luxuoso lustre de cristal para o capital.

As colaboradoras, mulheres, demonstraram um maior afastamento em relação à política, embora suas noções relativamente à personificação da política, sua redução à dimensão do voto¹³⁷, desconhecimento de certos termos, idéia de que “discutir” é feio, etc., sejam basicamente as mesmas dos homens.

Ah, eu não entendo de política. Eu não entendo política. Não entendo. [Marcos: Mas vamos ver se aconteceu alguma coisa política aí na vida da senhora. O pai da senhora se interessava por política?] Não. [Marcos: Participou de partido político, sindicato, conheceu político, conversou com político em alguma ocasião?] Não. Não. [Marcos: E a senhora? Conheceu político em alguma ocasião? Simpatizou com algum político ou algum partido político? Gostava de votar ou não gostava? Como é que era?] Eu gostava. Votava. Gostava. É, eu... mas não lembro em que eu votava... faz tempo. Eu votei quando eu morava com a minha irmã. Eu votei no... agora não lembro... agora eu não sou mais... [Marcos: Fernando Collor de Mello? No Lula?] No Mello. [Marcos: Fernando Collor de Mello? Ah, no Mello prefeito.]

¹³⁷ Os apologistas da democracia no estágio em que se encontra defendem que o voto deve pressupor que o eleitor acompanhe a gestão daquele que elegeu, haja vista que numa sociedade complexa a participação direta seria impraticável. Com isso, acreditam que votar não seja pouco, ainda mais se considerarmos os “tempos obscuros” da Ditadura Militar. Assim se referem a ela no presente mesmo alguns de seus promotores e defensores no passado. Defendem os apologistas que deleguemos o poder a outro, mas que ao mesmo tempo deveríamos “estar de olho”, como diz a propaganda do Superior Tribunal Eleitoral. Simultaneamente, desqualificam o voto nulo, ao invés de considerá-lo um mecanismo mais avançado, uma oportunidade para mudar, no mínimo, os candidatos. Forçam para que seja legítimo o eleito, mesmo com uma margem enorme de rejeição. E o máximo de participação que admitem é “estar de olho”, manifestar-se através da imprensa, de sindicatos, de partidos, de ONGs, e demais instituições que, como essas, filtram a fala, põem nela a própria chave de memória, para aumentarem o poder de barganha, gestores que são, preparando-se para administrarem conflitos e ganharem com o posto ocupado. Infelizmente, os apologistas se esquecem – ou, certamente, lembram-se muito bem – que essa democracia foi aquela que a Ditadura Militar permitiu, mesmo que gradualmente e enfrentando constantes e heróicas lutas, resistências e pressões efetivadas por respeitáveis grupos.

No Mello prefeito. Eu votava no prefeito. [Marcos: É Dagnone de Mello. Tem que falar pra gravar.] Ah, tem que falar? [Marcos: É, eu falei...] Dagnone de Mello. Votei nele. [Marcos: Bom então teve o Dagnone de Mello, que a senhora já votou nele. Teve algum outro político assim, que a senhora gostou ou não gostou?] Eu votei no... ah não lembro... José Serra eu votei (IVANI, Fita 1, Lado B).

Embora, em geral, os idosos asilados que colaboraram nesta pesquisa personifiquem a política, *Seu Francisco* faz questão de se manter simpático ao partido da oposição consentida durante o período da Ditadura Militar, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), atual PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Ainda assim, diz não se interessar por política, restringindo-a às épocas de eleição, quando se interessava um pouco, referindo-a como sinônimo de torcida de jogo de futebol. Política seria um gosto; ou se gosta ou não se gosta. Tal percepção denota uma falta de participação política mais efetiva, que influi na forma das lembranças – evoca-se fatos e pessoas ligadas à política e no mesmo segundo vem à tona o futebol e as torcidas, o “gosto”. Na narração também aparecem questões relativas ao trabalho de *seu Francisco*. Depois de trabalhar no sítio, veio para São Carlos trabalhar de empreita na pedreira. Sente saudades da autonomia que o trabalho lhe garantia comparativamente à atual vida que leva no abrigo.

[Marcos: O pai do senhor se interessava por política?] Não. [Marcos: E o senhor?] Eu interesse um pouco. [Marcos: E como que é pro senhor? O senhor gosta de algum partido, de alguma pessoa?] Eu gosto de partido, quando está em candidato, gosto de partido, gosto de futebol, o Palmeiras, tudo isso eu tenho um pouco. [Marcos: Mas o senhor se lembra de ter tido amizade com algum político daqui da cidade alguma coisa assim? O senhor ou o pai do senhor?] Meu pai não. [Marcos: O senhor teve?] Amizade eu tenho. [Marcos: Tem até hoje?] Tenho até hoje. [Marcos: Mas isso é recente ou faz tempo que o senhor tem amizade com político?] Não, eu tenho amizade assim, no eles ficar candidato então a gente pegava amizade. [Marcos: Na época de eleição?] É. Na época de eleição. Antes não. [Marcos: O senhor chegou a trabalhar de cabo eleitoral, ajudar candidato, alguma coisa?] Não, nunca. [Marcos: E o senhor conhecia as opiniões políticas do pai do senhor?] Não. Aquele tempo não. [Marcos: E as opiniões políticas do senhor quais são? Geralmente que tipo de opinião política o senhor tem? Como que o senhor vê a política, eleição, se está bom, se não está, como é que é?] Eu acho que a política, quando sai, eu acho quando está bom é quando o partido ganha, né. Está ganhando, não é isso? Aí eu acho que está bom. [Marcos: E qual o partido que o senhor simpatiza?] Quando eles saem eu acompanho, antes. Eu não acompanho mais com isso. [Marcos: Mas tem algum partido que o senhor simpatiza? PFL, PSDB, PMDB, PC do B, PT?] Ah, PMDB, né. [Marcos: E o senhor lembra de algum lugar da cidade onde tinha comércio, tinha alguma coisa política que o senhor ia?] Lembro, ô. Aí na praça, na rua, nas ruas lá na Vila Monteiro, aí na Praça Coronel Salles, lá na Vila Prado, conheço uns quatro ou cinco lugares que teve comércio. [Marcos: E o senhor foi? Chegou a ir?] Fui. Eu ia. [Marcos: Que idade o senhor tinha mais ou menos?] Ah, eu tinha, quando eu andava nos comércios, eu tinha mais ou menos vinte e cinco ou trinta anos. Vinte e cinco anos. [Marcos: E o pai do senhor gostava do MDB também ou o senhor não sabia?] Nada, ele não lidava com esse negócio. Gostava só de enxada. [Marcos: Agora, sindicato o senhor já participou ou o pai do senhor?] Não. [Marcos: E partido político?] Não. [Marcos: Também não?] Não. [Marcos: E, vamos supor, assim, quando vocês estavam com problema de salário baixo, como é que vocês resolviam esse problema?] Nós não pegamos quase salário, rapaz, em fazenda. Agora, quando passamos pra cá [São Carlos, zona urbana], nós

trabalhava na pedreira sem salário. Nós trabalhava de empreita. Entende? Quanto mais eu fazia, mais eu ganhava. Não tinha salário. Nós ganhava até mais do que o salário, mas na empreita. [Marcos: E o senhor acha que aquele dinheiro estava bom naquela época?] Tava, puxa vida. Claro que tava. Ainda ia na putada divertir um pouco [risos] (FRANCISCO, Fita 2, Lado A).

Como aquilo que denomino “memória avessa” é muito importante nessa pesquisa, nos próximos parágrafos, dou atenção especial ao tema da política e da ausência quase total desse elemento basilar de constituição da vida social na memória dos idosos asilados. Ou mais precisamente, sua presença praticamente unânime como sinônimo de método restritamente processual de eleição de líderes. O intento é indicar que essa postura esvaziada da política e da democracia, essa vestimenta de memória avessa que invadiu e ajudou a constituir a memória social dos idosos asilados, tem sido legitimada pela própria “Ciência” Política.¹³⁸ E, portanto, mais uma vez, os gestores encontram campo de legitimação em sua ação insistente de negar aos movimentos sociais qualquer autonomia, justamente porque tentam sempre assumir a direção dos conflitos sociais.

Há na discussão teórica acerca da democracia um divisor de águas, notadamente. A partir de Joseph Alois Schumpeter (1883-1950), são quebradas noções tidas como “clássicas” de que a democracia se tratava do governo da maioria, em detrimento do que alguns autores de tendência “à esquerda” preferiam chamar de democracia social (que ampliava a noção de democracia da instância política para a questão da igualdade e justiça sociais), finalmente conferindo maior autonomia à instância política – agora sob o estatuto de “variável independente” –, e em benefício da conversão de fenômenos políticos a formalismos processuais. Assim, instala-se uma tradição schumpeteriana, e praticamente se transforma num consenso entre os cientistas políticos atuais tratar a democracia como instância essencialmente política, em que pesa a competição de líderes por votos. Ao partir dessa postura teórica, a Ciência Política atual propõe modelos explicativos “abertos”, os quais, argumentam, confere à análise um olhar menos “rombudo”, que abarca não só as estruturas (engenharia das instituições e órgãos políticos), mas as ações relativamente autônomas dos atores políticos, no contexto da democracia.

¹³⁸ Seria o caso de perguntar aos meus “iguais”, aos historiadores, acerca de uma pretensão mais ou menos abandonada de que História seria (ou deveria ser) Ciência. Há os que a têm considerado uma espécie de ramo da Literatura, um “romance real”, diria Paul Veyne, e esses devem ser a maioria, mas os deixemos momentaneamente de lado, tomados que estão pelo válido interesse historiográfico que possuem de “desconstruir” discursos. Quantas vezes o termo “Ciência”, que pressupõe que métodos e procedimentos possuam validade universal, independentemente de gostos, valores, religião, etc., se trata apenas de “excrecência discursiva e sistematizada” (na falta de um termo melhor) de práticas sociais de grupos sociais específicos? É por isso que sugiro a “desconstrução” de relações sociais, e não meramente de “discursos” tomados infladamente como algo que possui capacidade criadora por si só mediante a performatividade da ação humana.

De forma que, no desenvolvimento das teorias das formas de governo, em sua fase contemporânea, coincidente com as sociedades mais evoluídas econômica, social e politicamente, numa palavra, no desembocar da modernidade, vai se polarizar a dicotomia entre apenas duas formas de governo – a democracia e a ditadura (ou autoritarismo, mais recentemente ainda). Existe aqui uma recorrência às matrizes gregas, mas há uma distorção que vem acompanhando o termo “ditadura” desde o final da Primeira Guerra Mundial. Segundo a filosofia clássica, o termo mais apropriado para o uso corrente de “ditadura” seria o de “tirania”, “despotismo” ou “autocracia”. No mundo clássico, “ditadura” é de conotação positiva, própria para situações extraordinárias, e é legitimada pelo estado de necessidade (guerras, sublevações); e não de conotação negativa como recentemente lhe é atribuída, ou como na antiguidade era o caso da “tirania”, que não tinha legitimidade. À conotação negativa de ditadura, e mais recentemente ainda, autoritarismo, contrapõe-se a conotação positiva de democracia como uma forma de governo senão perfeita menos má, ou boa em si mesma. Isso tem sido bastante consensual. Um motivo a mais para desconfiarmos!

Notadamente, democracia não se confunde com liberalismo. Existe muito antes desse último. Sabemos que na Grécia Antiga havia a esfera privada do *oikos*, e a esfera pública, na *polis*, onde os cidadãos, numa democracia direta, argumentavam e tomavam decisões. Lembrando Hannah Arendt (1991, passim), o senhor de escravos no *oikos*, *lócus* do labor (esfera das necessidades vitais), era o cidadão na esfera pública – aquele que está entre iguais. A democracia era restrita aos cidadãos. Sabemos também que discutir democracia na Idade Média é por demais problemático. Aqui o poder quando não é pessoal, com base no senhor feudal, é impessoal com base na instituição religiosa (a Igreja Católica). De forma que é com o advento do poder da burguesia e do liberalismo que a democracia iniciará a trajetória que a tornará representativa e, tardiamente e a muito custo, irrestrita.

No momento da constituição do Estado Nação, não a democracia, mas a monarquia aparecia como grande opção para unificar o poder. Não obstante, tão logo esses Estados vão sendo unificados, o poder absoluto dos monarcas serão tematizados em debates em torno de sua legitimidade. Na Inglaterra, pioneira no processo, John Locke fará críticas contundentes ao absolutismo, no final do século XVII, desenvolvendo ideais de limitações às ações do Estado e de garantias ao indivíduo. Seu pensamento se tornaria a base do liberalismo dos períodos posteriores. Apesar de Locke não ser, exatamente, um teórico burguês, muito do liberalismo que viria depois se pautou na sua teoria, adicionando a ela dados mais “técnicos”, como as formas em que são obtidos os lucros e acerca das leis de circulação das mercadorias.

Locke critica, através dos dois *Tratados sobre o Governo*, os teóricos do Absolutismo, principalmente Sir Robert Filmer (1588-1653), autor de *O Patriarca*, e em algumas passagens, Thomas Hobbes. Basicamente, sua tese central poderia ser assim definida: a mente humana, sem a experiência sensível, estaria fadada a apenas uma compatibilidade interna. Daí parte sua crítica ao inatismo de Ralph Cudworth (1617-1688). Em outras palavras, não existem idéias inatas no espírito humano, muito menos divina, o que não permite a legitimação do absolutismo do direito divino; direito esse atribuído ao patriarca.¹³⁹

Com isso, Locke coloca como ponto de partida o indivíduo – toda a tradição liberal se pautará nessa base. Ao indivíduo pertence a experiência sensível, que pode se dar apenas mediante o direito natural, o direito à vida, direito esse constantemente ameaçado quando o poder é absoluto. Deve-se pôr limites às ações do Estado. Este deve oferecer garantias individuais, uma vez que o direito precede à existência desse Estado. Ou seja, nenhum direito novo seria criado a partir do “pacto social”, de forma que pudesse ser adicionado aos “direitos naturais” (LOCKE, 1983, p. XVI). O governo civil deve se fundar “sobre o consentimento de indivíduos livres” (MICHAUD, 1991, p. 33). Não questiona a existência de Deus, mas as formas de legitimação que se utilizam do direito divino. Deus teria dado a razão a todos os homens, e não a alguns, não sobretudo ao príncipe. Todos são livres por possuírem essa razão – eis o “estado de natureza”. Desta feita, o poder absoluto reproduziria o “estado de guerra”:

Deus, com toda certeza, estabeleceu o governo com o fito de restringir a parcialidade e a violência dos homens. [...] Aquieço finalmente em que o governo civil é o remédio acertado para os inconvenientes dos estado de natureza, os quais devem, com toda certeza, ser grandes se os homens têm de ser juízes em causa própria, pois é fácil imaginar que quem foi tão injusto, que se tornou capaz de causar dano a um irmão, raramente será tão justo que a si se condene por isso; mas desejaria que quem fizer essa objeção se lembre serem os monarcas absolutos somente homens, e se o governo tiver de ser o recurso para os males que necessariamente decorrem de serem os homens juízes em causa própria, não sendo por isso de suportar-se o estado de natureza (LOCKE, 1983, p. 38).

Em outras palavras, o governo civil seria a institucionalização do estado de natureza (MICHAUD, 1991, p. 37). O estado de natureza poderia ser “exercido” pelo indivíduo sem os perigos trazidos ou pelo poder absoluto ou pela ausência de governo. Então, o Estado deve garantir ao indivíduo a disposição sobre si próprio, a liberdade e também a propriedade – elementos essenciais do estado de natureza. Acerca da propriedade, Locke a entende como extensão do indivíduo que, para fixá-la, realizou trabalho. Seu conceito de

¹³⁹ Cf. Michaud (1991, passim).

trabalho é pré-capitalista (ou pelo menos, na falta de um termo mais adequado, não capitalista no sentido mais recente); não obstante seu conceito ser inovador. Enfim, Locke inicia a valorização do indivíduo, que irá pautar a tradição liberal. Ainda no final do século XVII, a Inglaterra vive a Revolução Gloriosa, quando Guilherme de Orange sobe ao trono; Locke volta do exílio à Inglaterra, e o Estado passa a ter suas ações restringidas pelo Parlamento.

Enfim, na história das idéias, grosso modo, Locke abriu as portas para que o liberalismo fosse, aos poucos, se apropriando da democracia, no contexto do advento do poder da burguesia.

Tomemos agora um liberal bem atual e um grande expoente da Ciência Política, Samuel P. Huntington.¹⁴⁰ Este nos sugere que a essência da democracia são eleições abertas, livres e imparciais, e desta feita dá continuidade à tradição schumpeteriana:

Em outros sistemas governamentais, as pessoas se tornam líderes por nascimento, destino, riqueza, violência, cooptação, aprendizado, designação ou exame. O procedimento central da democracia é a seleção dos líderes, através de eleições competitivas, pelo povo que governam (HUNTINGTON, 1994, p. 16).

Se houve sistemas políticos com caracteres democráticos, principalmente no tocante à eleição de líderes, em povoados, tribos, em várias partes do mundo, a democracia de que tratamos aqui diz respeito ao mundo moderno, associada ao desenvolvimento do Estado-Nação. Assim, o movimento que desembocaria na democracia teria se iniciado no século XVII, justamente como já referido, à época de Locke – na Revolução Inglesa. Aqui, obviamente, a democracia não era, ainda, o caractere central, e sim as garantias individuais. A Inglaterra foi pioneira nesse processo, mas com o desenvolvimento de outros Estados Nacionais, ideais democráticos começaram a fazer parte das pautas políticas. Na medida em que vão se estabelecendo governos representativos, a caminhada em direção à democracia no mundo ocidental vai se tornar mais nítida.

No contexto das teorias modernas de democracia – quando era presente a idéia de que o Estado dizia respeito à democracia representativa devido às dimensões do território (relativamente vasto), exatamente porque nessas condições ficava impossibilitada a democracia direta, que era a dos antigos e sobre a qual era comparada a dos modernos – Alexis de Tocqueville publica em 1835 o primeiro volume de *Da Democracia na América* e dá novos contornos à questão da democracia quando reconhece na América do Norte (EUA) as conquistas relacionadas à soberania do povo, que na Europa ainda não estavam

¹⁴⁰ Bastante sintomático era o fato de o neoliberal, ex-presidente Fernando Collor de Mello, andar com o livro desse autor para cima e para baixo. Há alguns anos (cito de memória), ele repetia (também de memória) afirmações de Huntington acerca do que era democracia a uma platéia de jovens num programa de televisão. Nessa ocasião, Collor não citou Huntington.

concretizadas. Basicamente, seus méritos teóricos gravitam em dois elementos – a soberania do povo e o fenômeno da associação –, reconhecidos como existentes nos Estados Unidos. Através desses elementos, a distinção entre democracia direta e democracia representativa perderia relevância, segundo a Ciência Política atual, pois seria efetivo o alto grau de “participação” do povo nas decisões e feitura de leis, agora mais do que nunca possível através do associacionismo. Este último ofereceria um critério novo para a distinção entre sociedades democráticas e não-democráticas – os indivíduos associam-se entre si para promover o bem público, através dessas sociedades intermediárias entre o “povo” e o Estado. Aqui imperaria, para Tocqueville, o ideal de democracia – o governo do povo, pelo povo, através do povo.

Equacionado pela Ciência Política atual, esse discurso subsume uma espécie de apologia dos elementos intermediários, entre o “povo” e o Estado. E não por acaso, a prática social dos gestores assenta justamente na sua posição intermediária, na posição de gerenciadores de conflitos sociais, pondo-se à frente das lutas sociais, inibindo a autonomia das lutas tão logo ela surja, colocando-se como “representantes” de grupos, classes, segmentos, e tantas vezes compondo o próprio Estado.

É por isso que apenas autoras como Carole Pateman, simpática à questão da autogestão, usará das mesmas fontes clássicas da ciência política para chegar a outras conclusões.

A palavra “participação” foi anteriormente utilizada mais no sentido de construção frasal, menos no sentido de seu uso pelos contemporâneos de Tocqueville. Como indica Pateman (1992, *passim*), esse termo só passou a fazer parte do “vocabulário político popular” a partir do final dos anos 1960, não sem ironia, uma vez que o conceito teórico de participação nas recentes teorias políticas tem um papel menor; quando não se enfatiza seu caráter perigoso. Desde o início do século XX, as sociedades de massas, industrializadas, complexas, despertaram dúvidas acerca da possibilidade de se colocar o ideal de democracia (governo do povo, pelo e através do povo) em prática. Isso despertou os teóricos para novas formulações para o conceito. Como afirmado aqui, Joseph Schumpeter reformularia o conceito de democracia, agora como sinônimo de *método*, e que se tornou matriz para os atuais teóricos.

Pateman ofereceu o contraponto à tradição schumpeteriana – Berelson, Dahl, Sartori, Eckstein, etc. –, quase unânime na Ciência Política. Não obstante, não deixa de ser surpreendente a forma como o toyotismo pôde equacionar os componentes intelectual e

participativo dos trabalhadores, primeiro no interior da empresa, depois no exterior co-extensivo a ela¹⁴¹, em favor do capital e, em grande medida, corrompendo na efetividade histórica o que Pateman propôs na esfera discursiva, como se um anjo torto tivesse ouvido a prece dela.

Na obra de Schumpeter, escrita na década de 1940, “os únicos meios de participação abertos ao cidadão são o voto para o líder e a discussão” (PATEMAN, 1992, p. 14). Nenhuma atitude dos cidadãos que signifique um controle das ações dos governantes deve ser aceita, por ser contrária ao espírito do *método democrático*:

Na teoria de democracia de Schumpeter, a participação não tem um papel especial ou central. Tudo que se pode dizer é que um número suficiente de cidadãos participa para manter a máquina eleitoral – os arranjos institucionais – funcionando de modo satisfatório. A teoria concentra-se no número reduzido de líderes. “A massa eleitoral é incapaz de outra coisa que não seja um estouro de boiada”, diz Schumpeter¹⁴², por isso seus líderes precisam ser ativos, possuir iniciativa e decisão, e a competição entre os líderes pelos votos constitui o elemento democrático característico nesse método político (PATEMAN, 1992, p. 14).

Em outras palavras, a participação de um número irrestrito de cidadãos não poderia se dar, principalmente porque a sociedade é portadora de conflitos. São necessárias lideranças, mediante a existência de conflitos de interesse. O processo eleitoral disciplina a competição de lideranças, produz lideranças, produz governo. E só limitada a esse disciplinamento é que pode existir a participação. Significa dizer que, com isso, Schumpeter faz uma crítica contundente ao conceito de democracia como “fonte” e “propósito”. Não é mais o governo do povo, pelo povo e através do povo, que Schumpeter atribui à Doutrina Clássica da Democracia, cuja matriz é o século XVIII:

[...] assumimos agora a visão de que o papel do povo é produzir um governo, ou melhor, um corpo intermediário que, por sua vez, produzirá um governo ou um executivo nacionais. E definimos: o método democrático é aquele acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que os indivíduos adquirem o poder de decisão através de uma luta competitiva pelos votos da população (SCHUMPETER, 1984, p. 336).

Para Pateman, a teoria contemporânea da democracia limita demais a função da participação: “a função da participação nessa teoria é apenas de proteção do indivíduo contra decisões arbitrárias dos líderes eleitos e a proteção de seus interesses privados” (PATEMAN, 1992, p. 25). Além disso, para Pateman, a noção de “teoria clássica da democracia” sobre a qual a tradição schumpeteriana lançou suas críticas diz respeito a algo que não existe – tratar-

¹⁴¹ Refiro-me às atuais práticas de se dispensar os trabalhadores para que trabalhem no próprio domicílio para a mesma empresa que os dispensou, ou ainda a transformação desse trabalhador em empregado de uma empresa menor ligada àquela.

¹⁴² A passagem usada por Carole Pateman foi extraída da edição inglesa: SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalism, Socialism and Democracy**. Londres: Allen & Unwin, 1943, p. 283.

se-ia de um mito. Para mostrar essa tese, percorre as obras de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), John Stuart Mill (1806-1873) e George Douglas Howard Cole (1889-1959).

Basicamente, nos argumentos de Pateman reside a idéia de que também a teoria contemporânea da democracia tem forte aspecto normativo, ponto criticado por esta quando se dirigiu à “teoria clássica”. Assim, delimitaram alguns aspectos e descartaram outros, num procedimento normativo de seleção para as críticas. Por exemplo, da obra de Rousseau não foi considerado o caráter educativo da participação, o que diminuiria em muito o impacto das críticas. Semelhantemente, em John Stuart Mill há a questão do avanço geral da comunidade, que também envolve um aspecto educativo e isso é o que seria o fundamental para o governo; trata-se do aspecto bastante descartado pelos críticos na esteira schumpeteriana. Tanto Mill como George Douglas Howard Cole fazem teorias que abarcam as questões relacionadas à sociedade moderna e industrializada. Também nesse último, há o aspecto educativo da democracia, que a tradição schumpeteriana continuaria a desprezar. Nas palavras de Cole:

[...] o indivíduo não tem controle sobre o vasto mecanismo da política moderna, não porque o Estado seja muito grande, mas porque o indivíduo não tem oportunidade alguma de aprender os rudimentos do autogoverno dentro de uma unidade pequena (apud PATEMAN, 1992, p. 55).

Não está dada a palavra final, obviamente. Os cientistas políticos se confrontam com esse importante elemento continuamente, ainda que não o tratem como primordial. De qualquer forma, Pateman traz à baila um essencial contraponto às teorias contemporâneas de democracia, de tradição schumpeteriana, que basicamente se refere à participação no contexto de um processo geral de educação para a democracia, mais do que nunca, irrestrita.

Ironicamente, no quadro da luta por maior participação, cabe ao capital efetivar algum grau de realização dessa participação nos limites de sua lógica produtiva, recuperando para si as participações. O toyotismo tem realizado isso em algum grau, ao se utilizar da voz dos trabalhadores, que podem dar sugestão de inovações, trazerem soluções de problemas, em novas formas de auto-organização em grupos, fazendo-os se sentirem participativos, valorizados, ouvidos, cidadãos, e elevando sua auto-estima. Sabedores do risco que isso pode significar, pois a participação pode levar ao questionamento dos sistemas de autoridade e hierarquia, pode levar à acumulação de conhecimentos administrativos inovadores, pondo em perigo o controle do capital sobre o trabalho, cabe aos capitalistas formarem diques de controle da participação. A informática o tem permitido:

Por um lado, a capacidade para acelerar a difusão das informações e a transmissão das decisões faz dos computadores pessoais o instrumento ideal do toyotismo, permitindo que o esforço mental dos trabalhadores e as suas aptidões para a gestão sejam explorados durante o processo produtivo. Por outro lado, a capacidade da

informática para selecionar as informações e limitar a esfera em que elas são difundidas e, ao mesmo tempo, para orientar os sentidos em que as decisões são transmitidas faz com que o exercício da atividade intelectual e organizativa dos trabalhadores não ultrapasse o âmbito que lhe é fixado pelos chefes de empresa e obedeça ao controle das administrações (BERNARDO, 2004, p. 107).

Além disso, a formação intelectual e cultural dos trabalhadores, a influência daquele aspecto da memória avessa que subsume a vestimenta da roupagem de outro grupo, a esmagadora influência da mídia, de suas novelas e demais mistificações, ajudam a impedir que os trabalhadores levem a participação às suas últimas conseqüências: assumirem as rédeas da própria vida econômica, cultural, política, coletiva.

Um estudo da área de Engenharia de Produção sugere metamorfoses relativas aos significados atribuídos à “participação” nos sistemas organizativos das empresas. O contexto é o do desenvolvimento do toyotismo no Brasil. Até o final da década de 1980, definha a importância das comissões de fábrica na constituição de conteúdos associados à participação. Vai ocorrer uma “situação de equilíbrio” na disputa pela atribuição de significados, que envolvia as comissões e os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), em meados da mesma década. Finalmente, são atributos gerenciais da empresa que vencem não apenas a disputa simbólica, mas a efetiva:

[...] no início da década de oitenta o campo estruturado em torno da ‘participação’ ainda não apresentava um pólo dominante claramente desenvolvido. Naquele momento, os membros das elites sindicais disputavam espaço (principalmente o espaço simbólico) com os gerentes que começavam a se apropriar do tema. No decorrer dos anos oitenta, a balança do poder no campo pendia cada vez mais para o lado gerencial. No final da década, mal podia ser percebido o papel dos sindicatos no tratamento do tema, indicando que no período ocorreu um fenômeno praticamente completo de apropriação dessa temática pelo universo gerencial (DONADONE, 1996, p. 143, destaques do autor).

No atual contexto, a atividade intelectual dos trabalhadores têm servido mais para afastá-los dos outros, de forma que os mais intelectualizados se põem numa melhor posição na hierarquia do capital e tantas vezes se tornam gestores – os “intermediários”, discursivamente legitimados por grande parte dos cientistas políticos, conforme referi há pouco –, e menos para o enfrentamento e criação de condições para uma auto-organização emancipadora do trabalho.

Retomando os idosos asilados, nas suas narrativas encontramos a ausência quase total da política como participação efetiva. Nelas, a política sempre aparece como sinônimo de método restritamente processual de eleição de líderes. Tal como nas propagandas do Tribunal Superior Eleitoral, desponta a idéia de que para ter voz é preciso votar, ou seja, delegar a outro a participação política direta. Essa postura esvaziada da política e da

democracia, essa vestimenta de memória avessa decisivamente invadiu e ajudou a constituir a memória social dos idosos asilados. Foi e continua sendo legitimada pela Ciência Política, ao menos majoritariamente, pelos tribunais eleitorais, pelos gestores, pelos banqueiros, pelos empresários, pelos sindicatos, pela mídia, pela universidade. Só não é legitimada por algum historiador maldito!

Como dito anteriormente, a necessidade de ajudar os pais teria antecipado a “vida adulta” dos idosos asilados, colaboradores dessa pesquisa. Enquanto as mulheres começavam no trabalho doméstico, os meninos entravam no mundo do trabalho, em geral, como ajudantes do pai. *Seu* Príncipe trabalhou bastante como pintor, entre outros trabalhos. A mãe de *seu* Príncipe teria trabalhado inclusive em firma até que os filhos tivessem idade para o trabalho. Entretanto, era mais comum que as mulheres, as mães das colaboradoras da pesquisa, se ocupassem de trabalhos domésticos. Seu José Pascoalino trabalhou de servente de pedreiro para o avô, com quem aprendeu o serviço. Permaneceu trabalhando de pedreiro, mais tarde pintor, até ir para o abrigo. Também viajou muito com o pai, ambos trabalhando de pedreiros, em busca de melhores pagamentos. Percorreram vários estados. O pai de dona Ivani trabalhou com gado, num sítio em Taquaritinga. Mudou de ramo. Passou a ser comerciante. Teve bar e açougue. Com 17 anos, o pai de dona Ivani arrumou um emprego para ela num salão de beleza, onde aprendeu a fazer unha. O pai dela queria que ela trabalhasse, não incentivando para que continuasse na escola. Dona Ivani foi manicure até seu último dia de trabalho. Dona Maria de Lurdes trabalhou de cozinheira, geralmente em pensões. O pai, como a maioria dos pais dos idosos asilados, trabalhou na roça. O marido de Maria de Lurdes era servente de pedreiro.

Seu Sebastião, depois de viver no campo, tornou-se um célebre alfaiate em São Carlos. Havia no alto de sua alfaiataria, próxima à Estação da antiga Companhia Paulista e do pontilhão que dá acesso à Vila Nery, os seguintes dizeres: “Bastião, o bom”. Ainda assim, seu Sebastião comunga o destino dos outros idosos asilados.

A mãe de dona Maria Aurora foi professora de francês quando jovem. O pai tinha reumatismo, e passava por tratamento desde que a família morava em Portugal. Era um homem de negócios, em ramos variados. Foi dono de funerária, por exemplo. Mas logo não pôde mais trabalhar; ficou “inválido”, segundo o diagnóstico médico narrado por dona Maria Aurora. Conforme passagem citada anteriormente, dona Maria Aurora estudou, mas não trabalhou por conta da educação que recebeu, segundo a qual mulher que trabalhasse era mal vista. Ela, ao contrário da maioria das entrevistadas, foi incentivada a estudar, e não a

trabalhar. O marido, segundo ela, era um homem dinâmico, bom, amoroso e solidário, que aprendia rapidamente a realizar tarefas diferentes.

Fazer gasômetro. E dava um trabalho que só vendo. E era dado. Ele fazia e dava. Eu nunca vi meu marido fazer alguma coisa e receber alguma coisa. Só o pagamento dele. O resto era tudo de graça. [Marcos: Ele nunca ficou desempregado?] Nunca, ele era ótimo. Ele era bom funcionário. Muito bom. [Marcos: E não teve nada assim, nenhuma tecnologia nova que tirou o emprego dele alguma vez? Ou que obrigou ele a reaprender a trabalhar, a senhora se lembra?] Eu lembro. Ele subiu do cargo dele e foi esses negócios de examinar as locomotivas elétricas de ponta. Que então ia contar da história de Campinas. O trem ia sair às onze horas e quando eu cheguei na estação, já vi meu marido lá. Aí nós estávamos conversando. Aí começaram “Buckwiser, cadê o Buckwiser”. Eu falei: “Mas não dão sossego”. Aí ele levantou o braço, fez assim e eles vieram. O trem que vem vindo, deram prefixo pro trem. “Está com avaria...”, não sei o quê. Aí eu vi o meu marido, olhou pra mim e disse: “Mas vocês não dão sossego nem quando estou com a minha mulher, né?” E rindo. Aí ele falou: “Encosta a locomotiva aí, deixa o trem das onze sair e depois eu vou cuidar dessa”. Porque senão ele ia pro depósito. Lá ele ficava fechado e meu trem vinha e eu não podia ir. Porque ele não me via. Ele queria me ver. Queria se despedir de mim na porta do trem. Queria ver se eu ia mesmo. [risos] E fui. Então, quando foi de noite eu voltei pra casa, né. Peguei outro trem, não lembro a hora que foi, e voltei pra casa. Eu sei que eu trazia umas revistas, umas coisas, olhei o carro, estava vazio. Tinha só umas poucas pessoas. E falei: “Bom, não tem ninguém mesmo, vou ocupar essa cadeira aqui”. E na cadeira próxima minha eu pus as revistas, pus tudo o que eu levava por ali. Aí, eu passei por um soninho e nem percebi. Quando deu duas horas, eu vi perto de mim que tinha um vulto. Uma pessoa sentada perto de mim. Eu pensei que puxa vida, o carro vazio, precisa sentar perto da gente? Eu pensei. Comecei a olhar, o sapato muito engraxado, o sapato, parece que conhecia. Fiquei olhando. Ele foi pegar no meio do caminho o trem. Ele pegou um, desceu daquele e entrou no meu que vinha vindo pra cá. Aí eu fui subindo a vista, subindo, subindo, conheci a roupa dele e comecei a rir. Aí quando ele viu ele falou: “Ah, sua danada, hem, estava guardando lugar pra quem?” Eu falei: “Pra você?”. Tava guardando nada, ele que tirou tudo. Aí ele foi comigo. Ele falou: “Já não agüentava mais ficar sem você?”. E foi quase até Campinas num trem de carga e desceu daquele e entrou no meu. E fazia tempo que ele estava sentado ali e eu não acordava, porque não tinha nenhuma preocupação, nada. Dormi e ele estava lá. Era muito bom. Meu marido era uma coisa (MARIA AURORA, Fita 2, Lado A).

Vejamos outras narrativas que referem a questão do trabalho:

Trabalhei só na roça. [Marcos: O senhor não foi servente de pedreiro?] Fui. Lá na igreja Santa Isabel. [Marcos: Lá que o senhor trabalhou de servente de pedreiro?] Ajudei assentar a primeira pedra. [Marcos: Como que é o nome da igreja?] Santa Isabel. [Marcos: Santa Isabel. Na Vila Isabel?] Na Vila Isabel. [Marcos: E, o senhor trabalhou na roça...] Trabalhei na roça. [Marcos: ...mas aqui em São Carlos, quando o senhor mudou para São Carlos, o senhor trabalhou do quê?] Daí não trabalhei mais nada. Daí começou, foi falar com o Bispo, os grandão da Vila Isabel... [Marcos: Quem?] Os grandão da Vila Isabel. É, foram falar com o Bispo de... o juizado daqui, fazer uma carta, que queriam aumentar a igreja Santa Isabel. Lá da onde que, antigamente tinha os colono, tinha os colona na... nas fazenda, no sítio tinha os colono e foram tirar prenda. É da onde começou a quermesse. Depois assentei uma primeira pedra, depois com outra renda começamos abrir o alicerce, o alicerce e colocar as pedra no alicerce. Depois com outra renda começamos levantar a igreja, quando a igreja estava, dessa altura, mudei na Bela Vista, depois nunca mais fui lá. [Marcos: O senhor mudou para a Bela Vista?] Mudei para a Bela Vista. [Marcos: Então, aqui em São Carlos, o senhor não morou só na Vila Isabel?] Não. Mudei na... meu véio, o véio comprou um terreno e fez a casa na Bela Vista, depois mudamos pra lá [...] [Marcos: como que o senhor sustentou, se sustentou, ganhou dinheiro? Como que o senhor conseguiu sobreviver?

Com o que que o senhor trabalhou para sobreviver?] Meu padraço ajudava. [Marcos: O senhor não podia trabalhar?] Não, eu era doente, e sou doente até agora. [Marcos: Que doença é essa que o senhor tem?] Muita doença complicada, pneu[monia] dupla, ataque de lombriga... tinha outras doença, nem me lembro. Depois veio operação no nariz, depois veio operação no apêndice, depois operação da hérnia... da vesícula (FRANCISCO ANTÔNIO, Fita 2, Lado A).

[Marcos: A mãe do senhor trabalhava antes de casar?] Ah, minha mãe trabalhava sim. [Marcos: O senhor lembra do que que era?] Ela trabalhou aqui em São Carlos na indústria de tecidos. [Marcos: Chamava São Carlos mesmo [a indústria de tecidos]?] Era Tecidos São Carlos. É. Fazia cortes de pano. É. Ah, trabalhou, toda a vida ela trabalhou. É. [Marcos: Mesmo depois de casada?] Ah, depois... De solteira, ela trabalhou na firma, na indústria. Depois de casada também. [...] Então, a minha mãe na época... É, quando meu pai tinha menos serviço, ela dava pensão. Seria marmitas. Tinha pessoas conhecidas, então ela cozinhava, né. E as irmãs ajudava. [Marcos: Mas na casa do senhor não morava nenhum agregado, assim ninguém? Era só vocês da família?] É, só nós da família, só nós. [Marcos: Ela teve muitos empregos?] Minha mãe? Ah, ela trabalhou como auxiliar de enfermagem na Santa Casa de São Carlos. Uns cinco anos. [Marcos: Até vocês ficarem adultos?] Até pegar maior idade pra trabalhar, né (PRÍNCIPE, Fita 1, Lado A).

Ah, eu nem sabia quando fazia aniversário. [Marcos: Não sabia? [risos] Não tinha presente?] Que presente o quê. Que, Nossa, de jeito nenhum. [Marcos: E quando veio aqui pra São Carlos?] Bom aí já mudou. Porque aqui era mais experiente. Sabia o aniversário, mas não ganhava nada. Agora estou pegando presente aqui. Papai Noel vem e dá presente aqui no abrigo [risos]. [Marcos: Agora que o senhor está ganhando presente? [risos]] Agora eu estou. [risos] [Marcos: Papai Noel resolveu dar presente só agora? [risos]] Só agora. Os outros pai e mãe Noel não dava nada. [risos] A gente não tinha nada na vida. Era tudo trabalhar. Atrás de trabalho, trabalho, trabalho. Que presente o quê, rapaz. Ir até lá na cidade comprar calcinha pra levar pra mim? Mas não vinha mesmo. Agora estou pegando aí. [Marcos: O senhor não é o primeiro que diz isso que a vida é “trabalho, trabalho, trabalho”. Dá raiva disso?] Não, não dá raiva, né? Raiva não dá. Pior que você não vira nada. [Marcos: Trabalha, trabalha?] E vira o quê? Ainda mais de empregado na roça, no café, vira o quê? Na pedreira que virou um pouco, que daí a margem era melhor já pra nós (FRANCISCO, Fita 1, Lado B).

De primeiro em São Simão eu carpiá café, tirava leite. Depois eu mudei pra Porto [Porto Ferreira] e trabalhava em fábrica de louça. Depois fui pro Leme e trabalhei em serraria. E o derrame deu com negócio de serraria. [Marcos: Enquanto o senhor não teve derrame o senhor sempre trabalhou de serralheiro?] Certo. [Marcos: E o senhor gostaria de continuar trabalhando?] Gostaria. Ah é. [Marcos: O derrame é que atrapalhou, então?] Eu tive duas vez, filho. A primeira vez deu pra mim trabalhar. A segunda vez não deu não. [Marcos: O senhor perdeu o movimento das pernas?] Das pernas e dos braços. [Marcos: O senhor anda de muletas, eu tenho que falar isso pra ficar gravado. O senhor anda de muletas...] De muletas, essa merda! [Marcos: Quais são as dificuldades, como que o senhor tem que fazer, qual a manha do senhor pra se mexer pra lá e pra cá?] É com a muleta, né. Sem a muleta eu não ando um passo. Mas nem... [Marcos: Mas o senhor costuma sair bastante aqui dentro pelo menos...] Ando, ô. [Marcos: O senhor não pára, faz fisioterapia, tudo isso?] Faço. [Marcos: E a fisioterapia está ajudando bastante?] Tá, bastante. [Marcos: E o senhor gostaria de morar em outro lugar?] Não. Ah, eu acostumei aqui, né (MÁRIO, Fita 1, Lado A).

Seu Armando ajudou o pai trabalhando no campo. Quando veio para a cidade, nunca conseguiu se fixar por muito tempo num trabalho. Trabalhou de servente de pedreiro, de pedreiro, quando aparecia serviço.

[**Marcos:** Certo, certo. O senhor, assim, depois que saiu da casa do Afonso [pai de Armando], que foi morar com a... com a amasiada, né, do senhor. O senhor falou que não casou, então eu estou dizendo que é amasiada, era isso mesmo?] Certo. [**Marcos:** Então, quando o senhor morou com a amasiada do senhor, como que vocês conseguiam comida. Vocês compravam, vocês plantavam?] Eu comprava. [**Marcos:** O senhor comprava, o senhor trabalhava?] Trabalhava. [**Marcos:** Trabalhava do quê?] Pedreiro. [**Marcos:** Ah, o senhor foi pedreiro. Então o senhor parou de trabalhar na lavoura e foi trabalhar de pedreiro. Com quem o senhor aprendeu a ser pedreiro?] Aprendeu comigo, né. [**Marcos:** Não, o senhor, o senhor não era pedreiro, o senhor trabalhava na lavoura...] Trabalhava. Eu aprendi com os outro também. [**Marcos:** Mas desde criança que o senhor... como é que é, quando que o senhor começou...?] Eu já era grande nessa época. Tinha meus quinze anos, por aí. Eu me virava, tinha que se virar, né. [**Marcos:** E deu um bom dinheiro, o senhor conseguia bastante dinheiro sendo um pedreiro?] Dava mais ou menos, né. [**Marcos:** Dava para ajudar o filho, a amasiada...] É... [**Marcos:** Dava, ou não?] Dava. [**Marcos:** Ela também trabalhava?] Eu sustentava ela, né. [**Marcos:** Ela também trabalhava, ou não?] Trabalhava em casa. [**Marcos:** E ela fazia chouriço, cudiguim, tudo aquilo que vocês faziam antes, ela fazia também?] Ela fazia. [**Marcos:** O senhor fazia também? Ajudava, fazia...] Eu ajudava ela. [**Marcos:** O senhor ajudava no trabalho da casa? Ajudava, ajudava a lavar louça...] Ajudava (ARMANDO, Fita 1, Lado A)

Dona Maria do Carmo teve uma vida bem difícil. Foi mãe bem nova. Trabalhou de empregada para criar os filhos. Tanto ela quanto os familiares viveram migrando entre empregos precários e salários irrisórios, em São Carlos e em outras cidades também.

Me criei graças a deus, ele [o filho]. Trabalho de empregada também, sempre trabalhei de empregada, criei ele. Ficou rapaz agora há pouco, tá com mais de seis mês que eu não vejo ele. Ele sempre morou comigo. Lá em Ribeirão Bonito ele fez casa, na casa do sogro dele. Fez casa no quintal da minha filha, fizemos casa, mas depois ele foi pra granja lá em Guarapiranga. Vortô, veio na casinha dele no quintal lá, veio na minha casa... Sempre moremos juntos, ultimamente agora aqui em São Carlos, nós tinha ido pra Goiás, e fomos pra Guarapiranga. Fomos pra Goiás, disse que lá ia ganhar bem, tinha serviço, tinha tudo o conforto de bom... É bom o lugar, mas pra mim não dava certo porque era muito quente. O clima era muito quente. Eu não pude ficar, vim aqui pra São Carlos, fiquei morando na casa da minha filha lá na Vila Nery. Depois lá não me dei bem, meu filho queria vir pra cá. Eu fui e arrumei uma casa, dois cômodos, morava eu e minha neta, a filha dele, morava na casa. Tudo me ajudava, porque não tinha ninguém que trabalhava. Ele tava pra Goiás, né, tudo ele me ajudava, não faltava nada nessa vida, não faltava nada. Tinha pra comer de sobra, mas tinha mesmo. Um dava um pão feito em casa, outro dava pão comprado, sacola de rosca, outro dava pacote de arroz, outro vinha trazer despesa em casa com a condução... Tudo me ajudava. Aí ele resolveu, veio pra cá, veio pra São Carlos, ficou em casa, comia, bebia, tinha cama, e não achava serviço. Não achava serviço, ficou mais de dois meses parado. E eu [...inaudível?]. Aí depois ele achou serviço lá na "Globo Aves". Tava trabalhando lá, ficou dois anos trabalhando lá. Depois ele não quis ficar mais lá, aborreceu, pegou e saiu (MARIA DO CARMO, Fita 1, Lado B).

Embora os motivos que levaram os idosos a se tornarem asilados sejam relativamente variados, e sempre de alguma forma envolverem a família, a precariedade marcou o mundo do trabalho da esmagadora maioria, não apenas dos idosos asilados que entrevistei, mas de suas famílias, notadamente. A contar com esses dados, o Estado de Bem-Estar Social no Brasil jamais se efetivou. Com o toyotismo e o neoliberalismo, a precariedade,

nas últimas décadas, ao invés de diminuir, irá se tornar ainda mais presente. Nesse amplo processo, a produção social da velhice está sendo incrementada.

O toyotismo se instalou e continua se instalando em São Carlos, haja vista que ainda não esgotou todo seu potencial organizativo. Continua a alimentar o “campo simbólico” e na verdade se efetiva em grande medida. A palavra-chave no toyotismo, tal como no neoliberalismo, é *flexibilidade*. Ela norteia o processo de reestruturação produtiva, embora fundamentalmente foram (e continuam sendo) os conflitos sociais que levaram à reação e constituição da estratégia. A estratégia é uma resposta, tal como apontado em vários momentos nessa pesquisa, tanto às formas de organização dos trabalhadores, que forcem por incorporar mais valor em si, quanto à necessidade do capital de se reproduzir ampliadamente, criando condições para recuperar o valor que foram obrigados a ceder aos trabalhadores.

Num estudo sobre o movimento operário na fábrica de motores Volkswagen de São Carlos, a engenheira de produção, Fernanda Bueno, sintetiza as flexibilidades ligadas ao toyotismo:

[...] **flexibilidade social** extra-empresa, “relativa à legislação e regulamentação social e sindical, ou seja, possibilidade de variar o emprego (volume), os salários, horários e o local de realização do trabalho”; **flexibilidade estratégica**, ou seja, flexibilidade para mudar a estratégia da empresa frente às mudanças do ambiente externo, com rapidez, sem acarretar prejuízos significativos; **flexibilidade de volume** de produção frente à demanda; **flexibilidade de gama**, ou seja, possuir a capacidade de “introduzir e retirar produtos, peças e componentes da linha, ou de fazer modificações nos produtos/componentes existentes” **flexibilidade de mix**, visando suportar alterações no mix de produção dentro de uma dada gama de produtos; **flexibilidade para operações sazonais**, visando suportar a sazonalidade tanto da demanda como da produção; **flexibilidade para suportar mau funcionamento** do sistema produtivo, para se adequar a imprevistos e incidentes que eventualmente podem ocorrer na produção; **flexibilidade para suportar erros** de previsão, decorrente das falhas ocorridas em todas as outras dimensões citadas (BUENO, 2001, p. 99, grifos nossos).¹⁴³

Mesmo em vários estudos críticos relativos ao toyotismo, ocorre a ocultação – consciente ou inconsciente, difícil saber, mas as respostas devem variar conforme os autores – de uma questão fundamental: a prerrogativa da produção, da oferta, sobre a demanda. Isso mesmo desde os áureos tempos liberais do capitalismo. Atualmente, a prerrogativa da produção é ainda maior, porque ela ultrapassou as paredes das fábricas. As flexibilidades citadas levam-nos a pensar que a empresa realiza isso por conta de sua preocupação em *dar respostas* à demanda, aos consumidores. Colocamos as empresas num pedestal de ouro. Ser empresário, em nossa sociedade, é como ser um sacerdote do bem, um benfeitor – há sempre um papel destacado para ele nas novelas; há sempre intelectuais comentando na tevê as

¹⁴³ Os trechos entre aspas Bueno extraiu de SALERMO, Mario S. **Flexibilidade**: conceitos e necessidades dos sistemas de produção. São Paulo, 1993, mimeo.

“novas demandas” do mercado, que são as novas exigências dos empresários, e jamais podemos estressá-los, deixá-los “nervosos” ou desagradados; assistimos ao jornal que nos aconselha como devemos nos vestir e nos portar durante uma entrevista de emprego, o abençoado emprego que os benfeitores tão amorosamente nos oferecem. Elas, as empresas, nos atendem, preocupadas que estão em garantir-nos a abundância e o menor preço possível dos produtos. A liberdade aparece como liberdade de escolher entre esse ou aquele produto. Ora, as empresas estão a dar respostas a antagonismos sociais, a conflitos sociais. Além disso, a demanda é, igualmente, um produto!

O processo de produção deixou de ser apenas aquilo que se realiza dentro das fábricas, seja no “escritório”, seja na “oficina”, conforme o entende uma tradição que remonta a Smith e Marx. Realiza-se também nos lares, nas ruas, nos espaços públicos de entretenimento, nas escolas, em todo lugar onde o indivíduo social é adestrado para se incorporar a uma rotina produtiva qualquer e, ao mesmo tempo, dialeticamente, é “construído” para desejar usar o produto que, socialmente, ajudou a fabricar (DANTAS apud BERNARDO, p. 67).

Ao historiador, para quem nada pode ser tão novo entre o céu e a terra, a história não deixa de se apresentar como uma ironia. Quantos reinos foram derrubados nos processos revolucionários que levaram à constituição de repúblicas! E mesmo os reinos que se mantiveram tiveram igualmente de tratar seus súditos como cidadãos, respeitando-lhes os direitos constitucionais. Mas as empresas crescentemente vão se constituindo como uma espécie de Estado, e incrivelmente poderoso. Além de se tornarem novos Estados (não nacionais), influem determinadamente nas políticas do tradicional Estado dos Três Poderes (nacionais), e seus representantes ocupam a quase totalidade das cadeiras dos parlamentos. A ironia? Enforcamos e guilhotinamos os reis, mas eles ressurgem, não nos Estados nacionais, sim na crescente soberania empresarial. As empresas se tornam crescentemente soberanas, como monarcas, enquanto aos trabalhadores cabe o lugar de súditos.¹⁴⁴

No toyotismo, o controle de qualidade é deslocado do final da linha de montagem para durante seu processo, considerando que a noção de flexibilidade é utilizada também na concepção dos equipamentos, que podem se ajustar às modificações, caso sejam necessárias durante o mesmo processo de produção – como tijolinhos lego, o produto final é diverso, mas seus componentes crescentemente padronizados permitem diferentes construções.

Já os trabalhadores vivem uma séria situação de fragmentação. Mesmo os sindicatos de trabalhadores – que cada vez menos atuam de forma emancipadora na relação capital/trabalho, produzindo mais gestores de conflitos sociais, secretários, ministros e políticos do que apoiando os trabalhadores na sua auto-organização combativa – encontram-se

¹⁴⁴ Cf. Bernardo (2004, passim).

fragilizados, sem grande poder de barganha. Além disso, são comumente driblados pelas empresas, que migram para locais onde esses são menos combativos, têm menor tradição de luta:

O exemplo da planta da Volkswagen de São Carlos é claro e ressalta a dificuldade de permanência na região do ABC paulista. A organização da fábrica com a implantação de inovações tecnológicas, cujo exemplo mais radical é a utilização de 7 robôs, e a utilização de mão-de-obra altamente qualificada remunerada com baixos salários não poderiam ser implantadas na planta do ABC [cidades de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra] com a cultura e tradição sindical que possui. Entretanto, os trabalhadores da unidade de São Carlos, com o apoio de representantes do ABC, mostraram sua insatisfação com o movimento grevista de 1999 e com uma ação de protesto, representada com a “operação tartaruga”, no ano de 2000. A direção da fábrica respondeu com atitudes repressivas, as quais acarretaram a demissão de 22 funcionários em 2000. Apesar desse resultado negativo, os trabalhadores de São Carlos obtiveram também grandes conquistas, como a formação da Comissão de Fábrica, a única da categoria no município, marcado pela presença de um sindicato compromissado com os interesses da classe patronal, com baixa representatividade e objetivos alheios às funções de representação e negociação que deve ter uma entidade sindical (BUENO, 2001, p. 163).

Os poucos triunfos, entretanto, até aqui foram passageiros, pois a Volkswagen manteve os salários baixos e não cumpriu acordos. De fato, vê-se pouco ameaçada pelo movimento operário, ao menos por enquanto.

No toyotismo, “temos a emergência de um novo tipo de trabalhador, com uma série de particularidades: o trabalhador polivalente” (BOTELHO, 1999, p. 37). Dele se exige: versatilidade; habilidade de tomar decisões e resolver problemas; trabalhar em equipe; compreender o processo como um todo; adaptação a situações novas; disposição para aprendizado contínuo e capacidade de comunicação (BOLHELHO, 1999, p. 52).

Ocorre, entretanto, que enquanto alguns trabalhadores podem ser estáveis, receberem treinamentos, permanecerem em postos mais elevados do mercado de trabalho, adiando a época de sua substituição, o toyotismo articula essa condição com uma outra, a de instabilidade. Cria mais uma fragmentação entre os próprios trabalhadores, uma divisão entre estáveis e precários. Esses últimos não recebem tanta formação e treinamento, pois os ramos tecnologicamente mais avançados levam à geração dos menos avançados.

O capitalismo se baseia na discrepância, na diferenciação, que permite desigualdades nos termos de troca. O capitalismo tem de ser, por isso, mundial (talvez um dia interplanetário) – põe tudo e todos nos seus processos de troca. Não produz para o consumo. Produz o próprio consumo para poder acumular ininterruptamente. O toyotismo reedita esse aspecto – foi para isso que ele foi desenvolvido. Nos setores menos avançados, para se extrair mais valor dos trabalhadores, é preciso ampliar o tempo cronológico (do relógio) de trabalho,

algo que lembra a lógica daquilo que Marx chamava de “mais-valia absoluta”. O salário desse trabalhador é consideravelmente mais baixo, e é bastante comum que os trabalhadores menos qualificados, sob o toyotismo, reúnam mais de um emprego para compensar o baixo salário e o conjunto de precariedades.

Os sindicatos, muitos dos quais têm adotado uma posição colaboracionista com as empresas – o chamado “sindicalismo de resultado” – procuram diminuir o drama desses trabalhadores, auxiliando os processos de “reciclagem”, de treinamento. Não obstante, mesmo que isso possa desacelerar o processo como um todo, está muito aquém de resolver o problema, pois a produção da mesma discrepância é mais rápida. Os setores avançados, inovadores, reeditam a própria condição de alta capacidade de acumulação de capital no mesmo tempo cronológico e, exatamente por isso, também reeditam a discrepância, de forma que os trabalhadores em situação precária estão condenados a terem suas capacidades e qualificações deterioradas rapidamente.

Para as empresas é, portanto, mais vantajoso substituí-los pelas novas gerações, mais aptas às adaptações por estarem familiarizadas com os novos formatos. É o caso também de perguntarmos a algum outro profissional que não o historiador, não sei se para o neurologista, o psicólogo, o gerontólogo: *até que ponto, ou idade, um ser humano consegue, sem se cansar e desistir de vez, se “reciclar”?* Talvez respondam que o ser humano pode fazer isso até o dia de sua morte. Entretanto, o que percebi foi que as pessoas se cansam. Elas comparam, vêem que lutaram tanto e não virou nada. Para que continuar lutando? Mais uma vez, temos a produção social (e não meramente biológica) da velhice e, com ela, a memória avessa.

E, se as famílias de trabalhadores, em condições tão precárias quanto as que narrei e analisei insistentemente nesta tese, podem ter poucas possibilidades de ampararem seus idosos, é para os asilos que eles acabam sendo encaminhados. Mesmo assim, setores empresariais e gestores não lhes tiram os olhos. Quem sabe possam inventar (já estão fazendo isso) formas de transformá-los em capital vivificado.

Não obstante, os sujeitos lutam para serem seres humanos, não coisas. Possuem mais armas para essa luta quando têm saúde, vitalidade física, continuidade de pensamento, consciência e sentimento. Por parte de outras pessoas, que não o sujeito que vive a condição do idoso, não é pouca a solidariedade que encontramos visitando os abrigos para idosos. Muitas pessoas se empenham em cuidar deles, profissionais, familiares e voluntários. Não são raros os momentos em que as pessoas conseguem seguir uma ética comprometida mais com o

ser humano do que com a realização do capital, da acumulação e do poder, que por sua vez também são produtos humanos – não solidários, concentradores, mas são indubitavelmente produtos humanos ou, mais precisamente, sociais. Pessoas solidárias criam um tempo para se dedicarem aos idosos, mesmo que para simples conversas, para amizade. Muitas pessoas são solidárias por conta das éticas religiosas; outras, por outros motivos, ou por outras éticas. É um pouco difícil mapear as razões de cada uma. Possivelmente se relacionem com a circulação do dom, do presente e, portanto, do crédito simbólico, tal como observei no capítulo 2. Fato é que a solidariedade se apresenta no palco das lutas.

Mas é sempre muito “arriscado” depender da solidariedade alheia. Neste contexto, perder a autonomia, seja financeira, física ou mental, ainda que ela nunca tenha sido completa, é o grande pesadelo que pode acometer qualquer pessoa. Com esse pesadelo vem o espectro da possibilidade de se ter de viver a velhice num abrigo, longe da família. A esse respeito, as pessoas mais jovens tendem ao adiamento do ato de pensar a questão da velhice. Parecem insistir no auto-engano; fazem de conta que o “fantasma” não existe, embora ele as assombre. Nessa esteira, são bastante interessantes as palavras da diretora do abrigo “Cantinho de Luz”:

[**Marcos:** O que a senhora acha, pela experiência da senhora, que toda a pessoa, em geral, desde a criança ao adulto que tá lá fora, o que essas pessoas deveriam saber sobre os asilos, sobre o abrigo, que elas não sabem?] O que elas deveriam saber é que o idoso, é que amanhã ele será o idoso e que eles deixam de conhecer um abrigo porque ele pensa que amanhã ele vai tá bem, e nossa vida é tão imprevisível. Hoje nós temos dez pessoas e amanhã nós não temos ninguém. O que eles deveriam saber sobre o abrigo é o conteúdo dele: o idoso. Se eles viessem conhecer o idoso, eu tenho certeza que a sociedade melhoraria em relação ao idoso, a um abrigo, eu tenho certeza. Porque é só conhecendo eles, estando com eles, é que você vai melhorar o amanhã. Porque a propensão hoje, o que eu mais tenho visto, com muita tristeza é muito maus-tratos, é muito idoso sofrendo. E eu acho que as pessoas deveriam ver isso, vir ao abrigo pra ver o amanhã. Porque se não fizerem isso hoje, eles não vão ter amanhã. Esses daqui, ainda tão tendo amanhã, mas vai chegar a hora que não vai ter o amanhã, porque não estão dando estrutura pros mais novos entender o que é isso, entendeu? Não dão estrutura. Não dizem assim: “Não vamos lá no abrigo não, vai ver muita tristeza”; “Não vamos levar as criança não, vão ficar impressionada”. Não. Se é que a velhice nos impressiona? Ser velho nos impressiona? Ser idoso vai nos impressionar lá adiante? Ou nós não vamos perceber quando nós vamos envelhecer? Ou nós nunca vamos ficar velhos... é isso que eles tinham que ver. Pra que o idoso de amanhã, que somos nós hoje, possamos melhorar o amanhã. O que eles tem que ver no abrigo? Conteúdo, o idoso (MARIA DE FÁTIMA, LIA, Fita 1, Lado A).

Um dos principais problemas que pode levar o idoso (ou mesmo alguém considerado “jovem”) para o asilo, na impossibilidade de haver cuidadores na própria família, por exemplo, é o AVC (Acidente Vascular Cerebral):

Não, nós... o meu pai tinha, ele arranjava lugar e aí a família, os cara vinha buscar. Depois meu pai mudou para São Carlos, aqui para a Cidade Jardim [bairro], aí ele não alugava mais casa, ele comprou terreno e... depois no final ele morreu lá na

Cidade Jardim. Até minha casa eu vendi na Cidade Jardim, foi quando eu vim para cá [asilado]. Aí eu vim para cá e acabou minha história. Acabou. [Marcos: Por quê?] Ah, porque eu tive derrame, tudo isso. A vida acabou com tudo, acaba a vida da gente aqui. A gente não tem mais... regalias, a gente fica preso aqui, a gente não tem... só sai quando eles convidam a gente para sair, aí a gente sai, do contrário é aqui mesmo. Eu posso andar na rua, eles dão ordem para eu andar na rua, mas eu tenho as pernas, as pernas minha não funcionam mais, eu não tenho nada nas pernas, mas não funciona. Se eu parar um pouco de pé eu preciso sentar, eu não consigo andar. Se pôr [suposição], um quarteirão em seguida, para mim ir daqui no bar e voltar é um 'perreio'. Eu chego que chego... [...] Eu chego, já chego que não agüento mais. Às vezes eu fazia caminhada, mas eu não conseguia mais, não consegui mais. [Marcos: Quando a pessoa consegue caminhar, deixam ele dar uma volta, a pessoa dar uma volta?] Deixa, deixa. Tem pessoas que não deixam não, mas... deixa acompanhado, mas sozinho não deixa. Agora eu eles deixam, eu deixo eu sair para onde eu quiser. Eu não vou para a cidade porque eu não tenho... minha idade não venceu o sessenta e cinco anos. Quando vencer, eu vou para a cidade também, pego o ônibus perto... [quando se tornar um beneficiário do direito de andar de ônibus gratuitamente] É, pego aí mesmo, e saio. [Marcos: Quando foi o derrame do senhor? Faz tempo?] Ah, já faz um tempinho. Ah, faz uns quatro anos. [Marcos: Uns quatro anos. Aí o senhor teve dificuldade de andar e o que mais?] Não, começou... começou na sala, depois começou dar, primeiro dava câimbra pra caramba, aí eu estava andando, depois eu consegui... eu não posso andar mais. Não posso andar mais, e às vezes eu não tenho preguiça, não tem nada, mas só que eu não consigo mais andar (JOSÉ PASCOALINO, Fita 1, Lado A).

Seu Francisco Antônio alimenta o sonho de voltar para casa, no bairro da Bela Vista, onde os amigos estão esperando-o de “braços abertos”. Dá uma mensagem para a cidade. Deseja que ela progrida, como quem passa a tarefa que ajudou a realizar para as novas gerações, tarefa de uma vida – o trabalho na cidade, o trabalho que ajudou a construí-la e desenvolvê-la. Conforme afirmado anteriormente, tendemos a idealizar o progresso, embora ao mesmo tempo, quando realizam comparações entre o passado e o presente, as promessas não cumpridas, os idosos asilados podem chegar a noções críticas e surpreendentes – memória avessa. Mas como não idealizar o progresso, o desenvolvimento, se a obra de nossa vida foi contribuir nessa tarefa? Queremos levar uma ressalva positiva, um substrato de tudo que fizemos.

[Marcos: Quando o senhor veio para cá, o senhor já não estava trabalhando, o senhor era doente?] Era doente. [Marcos: E estava morando onde?] Na Bela Vista. [Marcos: Na casa de quem?] Dos velhos, os velhos faleceram, agora tô nas mãos deles. Meu pai e minha mãe faleceram, agora tô na mão dos meus irmãos. [Marcos: Mas, essa casa da Bela Vista, em que o senhor estava, é onde moravam os pais do senhor?] É. Agora tem a reforma. Agora eu preciso ficar aqui, até eles acabarem de reformar, depois eu vou embora. [...] [Marcos: O senhor sente falta de morar naquela casa?] Eu achei bastante falta. [Marcos: É. Quando o senhor era jovem, o senhor imaginou que fosse morar em um abrigo?] Não. [risos]. Eu achava que ia morar outra vez na casa de tábuas. [Marcos: Casa de tábuas. E o senhor nunca tentou comprar uma casa, não dava?] Não dava. [Marcos: O dinheiro não dava?] Naquele tempo era... nem... precisava fazer assim... [Marcos: Fechar a mão.] Fechar a mão, senão escorregava. [Marcos: O dinheiro escorregava? Não dava para fazer tudo?] Não dava para fazer tudo. [Marcos: O senhor não conversa mais com os irmãos, com os amigos, com os antigos amigos, nada?] Vou conversar com quem, não vem ninguém aqui. Veio só meu irmão, não vem mais ninguém aqui. Agora, meu amigo tá esperando eu lá de braços abertos. [Marcos: Aonde?] Lá onde eu vou morar, na Bela Vista. Depois que

o meu irmão vai lá, eles perguntam: “E o Francisco, quando é quem vem, estamos achando falta dele”. [Marcos: Certo. E pessoas mais jovens, o senhor costuma ter amizade, conversar?] Tem com mais jovens. Converso bastante com eles, velho, tenho bastante amizade com os velho, com os preto. Tenho amizade com todos. [Marcos: Sobre o que vocês gostam de conversar?] Sobre assunto, assim... antigo. [Marcos: O senhor acha que assunto antigo é bom?] É bom, distrai a cabeça. [Marcos: Distrai a cabeça. E lição, dá para tirar lição dos assuntos antigos?] Dá. Professor, assim, quando vai dar aula assim: “Aquele que souber as coisa antiga pode escrever”. As antiga escrevo, as coisa antiga. [Marcos: E o senhor acha que essas coisas antigas ensinam coisas para o presente, para o futuro?] Ensina. [Marcos: O quê, por exemplo?] Muitas coisa para o presente, para o futuro, para o jovem, para o jovem que já vem vindo, é. [Marcos: O que que ensina, por exemplo?] Naquele tempo, como era, no tempo como era a roça, como era para colher arroz, como é que era para colher feijão, como é que era para colher... café, e assim. [Marcos: O senhor se sente, assim, o senhor tem saudade de alguma coisa?] Saudade da casa. [Marcos: É. O senhor disse para o irmão do senhor que quer voltar para lá?] Eu quero voltar para lá. [Marcos: Faz tempo isso, que o senhor falou para ele, e ele não quer levar o senhor de volta não?] Faz. Está em construção, agora falta isso [gesto em que esfrega o polegar e o indicador]. [Marcos: Falta dinheiro para acabar a construção. O senhor se sente colocado de lado, seu Francisco?] Não. Não. [Marcos: O que o senhor mais gosta de fazer aqui no abrigo?] Nada, não tem nada. [Marcos: O senhor tem alguma sugestão para o abrigo melhorar?] Não. [Marcos: Nenhuma? Não tem nada que pode ser feito para ficar melhor?] Não. [Marcos: Não? Tem certeza?] Tenho certeza. [Marcos: Vou fazer uma pergunta para o senhor que é uma suposição. [...] Vamos supor que pudesse colocar uma pedra na praça central de São Carlos, com uma mensagem do senhor que ia ficar lá 500 anos. Aí o senhor ia escolher a mensagem, e pôr o nome do senhor embaixo assim. Pensa em uma mensagem para eu pôr lá. [risos] É uma suposição, eu não vou fazer a pedra, é só uma suposição, mas eu vou registrar, vai ficar gravado. Que mensagem o senhor diria?] São Carlos, queria ser, São Carlos... queria que São Carlos se... queria que São Carlos, São Carlos.... **progredia cada vez mais** (FRANCISCO ANTÔNIO, Fita 2, Lado A, grifo nosso).

Seu Príncipe sempre evoca em detalhes fatos e personagens da família. Suas relações familiares explicam os motivos mais imediatos de ter de viver no abrigo. Não obstante, alimenta-se fortemente do desejo de voltar a viver com os familiares, convivência que, para ele, é em si um lazer. Ofende-se quando é tratado como uma pessoa que não tem ninguém.

Pra mim sincero, já falei até pra X, que ela mencionou ontem ou foi hoje [...inaudível]. Volta e meia ela bate nas tecrinha, sabe: “É, tem idoso aqui que parece que não gosta, que não se sente bem [...inaudível?], ou talvez a família não quer que ele more junto com a família, ou tá até obrigado a morar aqui...”. Eu falei: “Obrigado eu não sou, tanto é quando eu vim pra cá foi bem claro, e se porventura ter que voltar com eles, eu vou”. Porque são minhas famílias. Porque eu não tenho outras pessoas na família, a não ser eles... O Danilo, o Vinícius, a menina, a Raquelzinha, a filha, a esposa... Que sabe o que acontece? Uma vez, não sei quem foi que falou aí, da minha parte da família não foi, diz que eu não tinha ninguém, tá entendendo? E sabe, eu ouvi isso aí várias vezes dela, que eu não tinha ninguém. Eu falei aí: “Mas então você vai ter que entrar, que se aprofundar mais, pra saber se eu tenho ou não tenho”. Não é isso? Tenho irmãs em São Paulo, e sobrinhos, e a família daqui. Como eu não tenho? Ela dizia assim que eu... um tipo como um indigente, sabe, isso aí me chocou muito, viu Marcos. Eu sou muito lúcido e não volta atrás o que eu ouvi. E foi deixando, sabe como é que é, meu temperamento é outro, e de fato, eu até falei, isso eu até contei pra minha filha e meus netos. E: “Vô, o senhor tá lá, mas não como o senhor, não tem ninguém, o senhor foi sempre dedicado com nós, com o finado pai do senhor e a vô. Nós ia pra São Paulo e o

senhor tratava nós com carinho”. E ela sugeriu que eu não tinha ninguém, que ela não conhecia minha família, daqui, e nem de São Paulo. Por isso que eu até me desanimei por completo, de ficar morando aqui, né, tanto que o Danilo falou que “se o senhor pretender, vô...”, porque a Ilíria tem todos os meus documentos, né, tanto aqui como em casa, tem o CIC, a [carteira] profissional, onde eu prestei serviço, e reservista, que eu servi, né. E eles era, pediram que a filha mais velha e o neto assinassem, num termo assim, como eu tava morando, abrigado aqui. Então, o Danilo e minha filha assinou e o Danilo assinou. Mas, por outro lado, falou: “Vô, se o senhor decidir ficar aqui mais um mês, dois, três que seje, nós assinamos e levamos o senhor, fica assim o que decidir” (PRÍNCIPE, Fita 6, Lado B).

Dona Maria do Carmo é bastante melancólica. Vive numa cadeira de rodas e se sente abandonada. A família não teve condições de cuidar dela; talvez haja pessoas que a culpem por algo ocorrido no passado:

Fico muito sentida, eu chorei bastante. Uma mulher de sessenta e sete anos viver assim não é fácil não, não é fácil. Até agora, com o sentimento, passei mal ontem o dia inteirinho, já deitei antes do almoço, deu vontade. Eu, pra poder almoçar, e tô aqui, não tô legal não. Fico muito sentida. Muita tristeza, muita tristeza demais, minha tristeza é demais que não cabe mais. [Marcos: A senhora não tem mais contato, assim, com amigos antigos da senhora? A senhora falou da tia da senhora, a senhora disse que já não tem mais contato com ela. Mais ninguém, assim, que tenha contato?] Ah, tem um primo que mora aí, é empregado também. Ele mora... [informação ocultada]. Veio aqui duas vezes só, não aparece. Minhas... [informação ocultada] mora aí também, na rua... [informação ocultada], aí pertinho... [Informação ocultada] que internou eu aqui também, nem aqui aparece... [informação ocultada]. Então, nem aqui aparece pra saber se eu tô boa ou se eu não tô, se eu tô viva, se tá faltando alguma coisa. Não aparece aqui. De quando... [informação ocultada] saiu do hospital... [informação ocultada] veio aqui duas vez só (MARIA DO CARMO, Fita 2, Lado B).

No início do presente capítulo, já havia feito algumas análises relacionadas às idas dos idosos para os abrigos. Com esta fala de dona Maria do Carmo, penso que a questão esteja suficientemente trabalhada, pois os motivos começam a se repetir.

Embora o autor da pesquisa seja o responsável por todos os aspectos que ela apresenta, fiz questão de citar longamente a fala dos colaboradores. Só assim para que, de fato, sejam colaboradores, pois ajudaram a compor o trabalho de maneira efetiva. Com as falas longas aqui incluídas, resolvemos também o problema que seria apresentar como anexo a totalidade das entrevistas, algo que obrigaria a realização de um segundo volume, muito mais extenso que este. Quem sabe no futuro.

Estou ciente de que várias unidades de sentido poderiam ter sido mais exploradas, que toquei “territórios” de outras disciplinas, que toquei em assuntos que iam além do meu objeto. Estou ciente também de que, em alguns momentos, fiz suposições ao invés de dar respostas. Não obstante, especificamente em relação a todas essas questões, tranquilizam-me o fato de que o *tom vital* ficou caracterizado e que a história oral é um método de construção de documentos que vão muito além dos interesses de um único pesquisador, pois esse se

concentra em um ou dois temas específicos, sendo que o método o convida para pensar outros tantos temas. Essas fontes têm grande valor para futuras pesquisas, tanto minhas quanto de outros pesquisadores que queiram se beneficiar desse incrível método. Assim é que é a história oral.

Antes de lançar as últimas palavras desta tese, que sintetizam e sistematizam o que analisei ao longo da pesquisa, gostaria de arrolar apenas mais algumas mensagens que os idosos asilados deixam para seus concidadãos são-carlenses:

Não querem. Eles não gostam de perguntar essas coisas. Porque moleque de dezessete e dezoito anos não vai atrás do velho que nem a gente, né. Eles não ligam pra isso aí. Agora os velhos liga porque a gente conversa, puxa um com outro, então sai. [Marcos: Mas o senhor não acha que por ter tanta experiência, o senhor não tem alguma coisa pra ensinar pra esses jovens que não se interessam?] Ah, eu não vou ensinar pra ninguém mais não. Estou sem interesse pra ensinar. [Marcos: Porque o senhor acha que...] Ah não, não adianta, né. Ensinar pra quê? Eu não sei nada pra ensinar pra eles. A gente não sabe nada pra ensinar. Ensinar o quê? Ensinar de mulher? [risos] [...] Eu gostaria de falar que aqui eu gosto demais daqui e prefiro ficar morando aqui, que eu não tenho casa pra morar, que tem a casa do meu irmão lá, mas não é minha. Entendeu? Então eu gostaria de continuar ficando sempre aqui. Só isso (FRANCISCO, Fita 2, Lado B).

Foi boa viu. A minha vida foi boa. Eu não reclamo da minha vida não. Foi bom demais. [Marcos: O senhor reclama do derrame?] Do derrame eu reclamo. Muito novo pra ter derrame, né, rapaz? (MÁRIO, Fita 1, Lado A).

É, a vida minha tá... eu sei que estou embananado aqui para o meu lado, e não saio disso daí... e está duro para sair, vou tentando, tentando, mas não tem jeito. Não agüento mais, essa vida não dá. Eu estou demais esgotado já, estou até de, de morrer de repente. Ô, meu Deus! (ARMANDO, Fita 3, Lado A).

Ah, para Deus não posso sugerir nada. A vontade dele é feita... aqui nessa terra como Ele quiser, porque eu... não toco nessas coisa não. Eu só peço a Ele que me dê saúde e trabalhar. Eu não consigo mais trabalhar, e eu tenho esperança ainda de trabalhar ainda, mas por enquanto eu não estou conseguindo (JOSÉ PASCOALINO, Fita 3, Lado A).

Convivi com minhas irmãs, meus sobrinhos. E eu me sentia bem, né. [Marcos: Então fica assim: “minha vida foi um gostoso convívio familiar”?] É, foi um gostoso convívio familiar. [Marcos: A senhora gostaria de deixar alguma coisa registrada sem eu perguntar? Tem alguma coisa que gostaria de dizer? De falar? Por exemplo, o que toda a pessoa deveria saber sobre a condição de quando a gente fica mais velho.] Quando a gente fica velho, a gente tem que aceitar, né. Aceitar. [Marcos: A senhora se sente velha ou eu é que estou falando isso?] Eu me sinto, né. [Marcos: Não é nenhuma ofensa falar assim?] Não. [Marcos: Tem que aceitar?] É, tem que aceitar. Tem que aceitar a vida da gente, né (IVANI, Fita 2, Lado B).

Hum, tem tanta coisa pra falar. Pnhava o meu nome [numa pedra onde ficaria uma mensagem aos são-carlenses], o nome do meu filho caçula, que eu gosto muito dele. Só. Ah, meu carro passou ali de novo [risos]. [...] [Marcos: E se a senhora pudesse resumir a vida da senhora numa frase só, o que a senhora diria?] Minha vida? Ah, agora não é mais nada, é uma merda [risos]. [...] Ah, os tempo que era moça era legal. Passeava adoidado, trabalhava, não tinha preguiça, não tinha e não tenho até hoje. [Marcos: A senhora diria que o que há de bom na vida mesmo é passear?] Passear com dinheiro no bolso, né? (MARIA DE LURDES, Fita 2, Lado B).

Eu nem sabia que existia historiador. Que profissão linda, não? Precisa de uma cabecinha, uma cabecinha de ouro, né? Então bem. O que eu? Eu só tenho coisas boas dentro de mim pra dar pros outros. Eu só quero o bem das pessoas. Eu quero que riam, que sejam felizes. Eu não sou, mas eu quero que as pessoas sejam (MARIA AURORA, Fita 3, Lado A).

Enfim, podemos sim falar de “memória avessa” como uma memória de periferia relativamente a um sistema concêntrico, cujo núcleo comporta as estruturas mais evidentes e coerentes. A memória avessa seria uma “estruturalidade não evidente e não demonstrada” (LÓTMAN, 1981, p. 40), mas que possui a mesma chave de memória que o centro, embora se constitua como uma chave adversa – é avessa ao centro, mas informa sobre a estruturalidade do centro. Portanto, funciona como estrutura ao mesmo tempo em que garante a dinamicidade da memória, pois a organização das memórias concêntricas é incompleta, contraditória, não obstante tendente à harmonização. Como afirmado anteriormente, essa memória avessa notadamente não constitui o centro da cultura, porque está a reboque não simplesmente da maior capacidade estrutural do centro – ela reside nos destroços documentais dos conflitos sociais. Mas é por isso que justamente nos informa sobre eles. Daí sua importância para o historiador.

Falando um tanto esquematicamente, pois o que direi agora num menor número de palavras foi dito ao longo do trabalho, a memória avessa pode apresentar os seguintes aspectos (ao menos foram estes que identifiquei ao longo da presente pesquisa):

1) É avessa por conta de subsumir uma resistência silenciosa relativamente à autonomia perdida, ainda que essa autonomia jamais tenha sido absoluta. Trata-se daquela memória que se constitui no descompasso com as reestruturações produtivas, as quais levam o sujeito a ter suas habilidades ultrapassadas e dispensadas pelo sistema produtivo, processo que referi como produtor social de velhice, para além do envelhecimento meramente biológico. Essa resistência é, em geral, individual e passiva, mas pode colocar alguns diques contra o capital, de maneira que os discursos ideológicos logo procuram insistir em aspectos que desarmam os resistentes – a questão da “reciclagem” de pessoas; os discursos pedagógicos atuais do aprender a aprender, que no fundo implicam em aceitar a hetero-organização dos trabalhadores; e os demais mascaramentos com os quais são revestidos os conflitos sociais.

2) É avessa, por se tratar de uma vestimenta que vem de outro grupo. Alguém situado num grupo social vai sendo levado a usar a vestimenta de outro grupo mediante a força estrutural do centro, mas não só. Aquela chave de memória vai sendo disseminada insistentemente através de meios de comunicação, através de pessoas, de grupos influentes,

etc. É o que comumente chamamos de ideologia, embora aqui a ênfase esteja nos processos que envolvem a memória. Essa memória avessa, que é uma vestimenta de outro grupo, constitui-se num novo patamar de cultura, pois é dinâmica – tem de incluir na sua esfera de memória longa (Lózman, 1981, passim) novas possibilidades, novos textos culturais, domando-os, subjugando-os, incluindo-os ao mesmo tempo em que imprime neles *sua* estruturalidade e não outra. Sua dinamicidade garante sua longevidade. Memória é lembrança e esquecimento ao mesmo tempo! Essa memória é avessa, porque é aversiva ao próprio grupo que a absorve – é uma memória-produto, uma memória comprada e vendida, difundida, doada. É avessa ao reconhecimento do sujeito relativamente aos processos mais amplos dos quais participa e ajuda a construir. Essa memória se aproxima do centro, embora seja também de periferia, pois foi se aproximando do centro não nascendo nele.

No caso do idoso asilado, esse aspecto da memória é também avesso no sentido do escape. Daí construir uma vida cotidiana possível na instituição em que agora vive. Essa memória avessa se volta contra aquele que lembra, para proporcionar-lhe uma vida alienada, mas vivível ali dentro, suportável. O sujeito não capta o sentido da transformação, ou o capta de forma avessa ao próprio reconhecimento de si no processo social. No asilo, essa memória é deslocada, pois é reconstruída na instituição e não encontra a própria subjetividade constituída ao longo da vida. É uma subversão de si. O caso limite é a dispensa do passado – o passou-passou, o passado tomado como algo sem importância, de maneira que o idoso asilado não se reconheça na função de ensinar os mais jovens.¹⁴⁵ Trata-se, nesse caso, de um processo de constituição de uma memória avessa que implica “desmemorialização”, o que está longe de ser um paradoxo. O que aqui é dito está muito longe da idéia de que o idoso seja “maltratado”, “abandonado”, que a família não queira cuidar dele, etc., embora casos como esses também aconteçam, evidentemente. O idoso pode desenvolver essa memória avessa, e em geral desenvolve, mesmo contando com um grande “*ballet de cuidadores*”.¹⁴⁶

Podem aparecer mais de um aspecto dos mencionados numa mesma colônia (comunidade de destino), ou num mesmo sujeito, e a forma como tais aspectos aparecem articulados é bastante complexa. Tentei aqui realizar uma abstração para facilitar a exposição

¹⁴⁵ Função essa que o idoso assume na grande maioria das sociedades tradicionais. Não é possível, nos limites deste trabalho, um arrolamento antropológico extenso. De qualquer forma, basta conversar com um antropólogo para logo ficar bastante claro que aquela atitude de uma sociedade tradicional que atira idosos montanha abaixo, descrita pelo filme “Balada de Narayama”, é mais exceção do que regra entre as sociedades tradicionais. Nelas, em geral, os velhos eram e são os guardiões do passado, como defendia BOSI (1994, passim), e por isso valorizados.

¹⁴⁶ Termo utilizado por Silvia Maria Azevedo dos Santos (2003, passim).

do problema que tratei durante todo o estudo, e finalmente concluir o assunto nos limites deste trabalho.

Reverendo o discurso historiográfico, analisando através da memória, tomando o idoso como um patrimônio histórico, o historiador pode compreender, ou no mínimo ter em conta, as transformações da sociedade. A memória não é o mero resgate do passado “puro”; ela inclui a refacção. Também não é só o presente do indivíduo no grupo; presente imperativo e que não dá margem a qualquer sobrevivência do passado. Ela é complexa (mas o que, afinal, não seria complexo?) e em geral avessa, porque os grupos dominantes precisam, para se perpetuar na posição que ocupam, naturalizar relações sociais dinâmicas. Todos têm de ver segundo os olhos de quem domina, segundo sua chave de memória longa, mas esse processo não pode nunca ser total e completo. Ele é incompleto, dinâmico, contraditório, avesso e observável. Enfim, a memória, e em especial a memória avessa, é a expressão da historicidade, o registro do percurso social dos sujeitos mergulhados nos conflitos sociais.

E os conflitos sociais assumem novas direções. O idoso não pode simplesmente ficar no asilo, para o mero benefício da adequação dos conflitos familiares. Novas formas de gestão vão sendo ampliadas, disseminadas, e começam a chegar às instituições asilares. Empresários, banqueiros e gestores passaram a desenvolver mais recentemente técnicas gerenciais que minimizam o almoxarifado, concebidas e levadas a termo a partir do toyotismo como respostas do capital às formas de resistência desenvolvidas pelos trabalhadores durante o fordismo-taylorismo.

A função do asilo, de adequar conflitos familiares, continua sendo importante, porque o idoso pode pôr empecilhos no processo de recomposição da força de trabalho, quando exige muitos cuidados, tomando tempo dos sujeitos “produtivos” da família. Mas ele tem de ser reintegrado na esfera produtiva, de alguma forma. Buscar essa forma tem sido um desafio para o capital, mas trata-se de um desafio que começou a ser vencido desde a transformação sutil dos direitos dos idosos em “seguridade” social, ao longo da segunda metade do século XX. Os gestores compõem conselhos e ocupam partidos políticos de direita e de esquerda, além de sindicatos. Permanecem na posição de gerentes dos conflitos sociais. A indústria farmacêutica permanece atenta e operante. A indústria de cosméticos insiste nos bailes de máscaras enquanto a medicina se aperfeiçoa na tarefa de lapidar a máscara na própria epiderme. A moda naturaliza a “necessidade” de mudarmos continuamente de roupa, e que sejam condizentes com o máximo de chique no interior de nossa “condição social”. As seguradoras enxergam novos negócios. Novos profissionais recheiam o “novo mercado”,

oferecendo suas competências geriátricas, gerontológicas e fisioterapêuticas aos idosos. E não se trata aqui de um julgamento moral de nada nem de ninguém. Essas pessoas estão repletas de boa vontade. O historiador atento é que é um maldito!

A função do asilo terá de ser ampliada, pois não pode ser um depósito de gente bem tratada (ou maltratada), nem um almoxarifado, nem uma mera válvula de escape dos conflitos familiares, nem apenas um local cheio de compromissos éticos com o outro e com a continuidade de si mesmo. Ele poderá continuar comportando alguns desses aspectos, desde que também sejam mercado ou que o beneficiem. Pois as contínuas ondas de choque do capitalismo têm de integrar tudo e todos na esfera das relações que criam valor de troca, na esfera das relações que possibilitam a acumulação de capital e de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações interpessoais, os processos perceptivos dos idosos, que se desenvolveram ao longo de sua existência, dão à memória a condição para uma *ação social*. Essa ação social é baseada num repertório presente na memória do idoso (tornada documento pelo oralista). E sua memória, que decorre da percepção, é o chão de apoio para sua ação. À medida que essa ação se desenvolve e se torna expressiva socialmente, importante socialmente, ela se cristaliza na forma de tradição (memória estruturadora, decodificadora). Tal tradição é, em si mesma, um processo de cultura grupal.

Neste sentido, a história oral é até mais que um método, ousaria dizer: é o único veículo que permite que a escrita da história tenha devidamente em conta o processo de constituição da cultura social. Sem esse processo, não é possível não apenas a reconstituição histórica dos elos; ficam também impedidos o registro e a reconstrução da história de grupos que não registram sua trajetória de outra forma, a não ser pelo crivo institucional (algo que, no caso considerado, não ajuda muito o historiador). Essa memória, enfim, é avessa porque se constitui a partir da ação dos indivíduos no interior dos conflitos sociais; e, da margem, informa o historiador sobre o centro complexo das reestruturações do capital. Informa o historiador, notadamente, sobre teores históricos que ficariam olvidados caso este se limitasse a outros tipos de fontes. Em outras palavras, esses códigos ficariam de fora da memória longeva da sociedade, tornados fragmentos, caídos no esquecimento.

Segundo Delgado (2006, p. 57, destaques da autora):

O conhecimento sobre o passado enriquece o presente com resíduos ampliados sobre tempo que já se foi (o ser de ontem é o ser de hoje). Dessa forma, passado e presente existem simultaneamente. A humanidade, sabedora dessa dinâmica vital de preservação da consciência de si mesma para as futuras gerações, dedica-se a tarefas de preservação no presente, que um dia será passado e à conservação de registros, informações, monumentos, enfim luzes para o seu reconhecimento conquanto ser no tempo.

Não obstante, diante do anacronismo criado pelas constantes reestruturações, constroem-se resistências silenciosas, memórias avessas, porque o trabalhador força por aumentar sua autonomia, por ser senhor de seu tempo, força por congelar sua carga de significados. Mas o tempo todo se vê desafortunado. Não controla suas capacidades e competências. É sugado, vagando pelos empregos e subempregos. É itinerante, sem local nem sossego. Suas competências, desenvolvidas com esforço e história, são rapidamente destratadas, desprezadas, descartadas. Está sempre a reboque do que os controladores determinam para ele. Mas ele lembra, principalmente os idosos, porque a estes vão ficando

mais claras as promessas não cumpridas, vão ficando mais enganadores aqueles discursos dos arautos dos admiráveis mundos novos. Os velhos são os guardiões dos elos perdidos:

Aquilo que se viu e se conheceu bem, aquilo que custou anos de aprendizado e que, afinal, sustentou uma existência, passa (ou deveria passar) a outra geração como um valor. As idéias de memória e conselho são afins: *memini* e *moneo*, ‘eu me lembro’ e ‘eu advirto’, são verbos parentes próximos (BOSI, 1994, p. 481, destaques da autora).

O velho guardou tudo para pôr à prova. Esta memória é avessa, porque destoa do legitimado, porque mantém sentido no que não mais é admitido assim. Essa memória é uma resistência silenciosa, porque destoa do oficial, porque vai morrendo com as pessoas sem ser registrada, sem ser considerada, sem direito a se constituir como uma versão. É *silenciosa*, porque não tem representatividade em nenhuma instituição nem aparelho político. Nem pela esquerda é proclamada, sequer reconhecida sua existência.

Já o asilo se tornou uma espécie de depósito, um local de acomodação dos conflitos familiares, para que a família continue respondendo bem às necessidades do capital, além de uma fonte de renda para quem vê um bom negócio no fato de as pessoas não terem, ou não quererem, manter os velhos em casa, com aqueles “cacarecos” que gostam de guardar.¹⁴⁷

Tudo indica que, com as novas formas de gestão desenvolvidas a partir da última reestruturação produtiva, o toyotismo, e com a ação contínua e crescente dos gestores, a função do asilo deve ser ampliada, de forma a possibilitar que a instituição se relacione mais intimamente com a produção de valor e com o consumo mercadológico, além da continuidade dos compromissos de cunho ético, tantas vezes religioso, que as pessoas certamente continuarão a cultivar, pois se trata de algo milenar. O idoso deverá ter a máxima autonomia no tocante às Atividades da Vida Diária (AVD), para diminuir tanto quanto possível seu grau de dependência. A terapia ocupacional, a fisioterapia, vão assumindo papel importante neste processo.

O outro aspecto da memória avessa implica uma subversão de si – não traz contribuições para que a memória se constitua numa ação social, e parece acometer sobretudo os idosos asilados. Ela é o escape para uma vida cotidiana possível e alienada. Ela se volta

¹⁴⁷ O Estado interferiu e continua interferindo em muitos problemas advindos do tratamento que tem sido reservado aos idosos, através do *ESTATUTO DO IDOSO* (Lei 10.741, de 2003). Como foi dito anteriormente, em grande medida, o Estatuto não é aplicado nem respeitado por inúmeros setores e instituições sociais, especialmente as que têm fins lucrativos. Ocorre que as relações sociais são mais influentes que os decretos legislativos. E é o mesmo Estado que ajuda a fomentar os anacronismos e a constituição do velho do ponto de vista social. Ele ajuda a criar o mesmo problema que num segundo momento tenta resolver, sem muita efetividade, a partir mais das beiradas que do centro, tomando o efeito por causa.

contra o sujeito que lembra, fazendo-o dispensar o passado. O sentido da transformação não é captado, pois ela não permite que seja possível a reconstituição dos elos. O sujeito veste a roupagem de outro grupo. Os elos são elaborados como produto por outro grupo, enquanto o sujeito absorve acriticamente daquele outra estrutura decodificadora do mundo, realizando um processo de auto-desmemorialização, que é também memória (avessa, alienante, domesticadora).

Não raro, os dois aspectos da memória avessa realizam uma batalha pela memória do sujeito, e podem se articular de uma maneira muito complexa. Nesse caso, tornam-se abundantes as ambigüidades que vão aparecendo nas lembranças do indivíduo. Mas como não ser ambíguo quando os trabalhadores levam uma vida dupla? O idoso luta para continuar a ser aquilo que sempre foi – homem, mulher, ser humano. Luta para se manter reconhecido na identidade que foi constituindo ao longo do tempo – identidade mutante, é verdade, mas que garante alguma continuidade em termos de lugar corporal para o pensamento, o sentimento, a consciência, e finalmente, para a memória.

Ao longo da vida, entretanto, o indivíduo serviu ao próprio propósito, o de ser senhor de seu tempo, o de trabalhar para si, o de se auto-organizar, o de ter o máximo de autonomia, mas ao fazê-lo, teve de realizar ambigüamente o propósito da alteridade, teve de vender seu tempo de trabalho, viver a heteronomia, ter seu tempo organizado e normatizado por outro, pela empresa, pelos patrões, pelos gestores, pelo Estado, pelo sistema de trocas. Teve capacidade para criar, produzir autonomamente a própria música, a própria cultura, a própria comida, o próprio modo de viver, o próprio jeito de pensar, mas o fez ambigüamente, pois na vida social, sob o modo de vida crescentemente moderno da cidade, foi convidado a comprar a música produzida por outro grupo, a absorver outra cultura, outro modo de viver, outro jeito de pensar. Criou e comprou, fomentou e absorveu, produziu e foi produzido, socialmente, nos conflitos sociais, no convívio com a alteridade, com a multiplicidade étnica, com o mundo do trabalho. Ouviu o rádio, assistiu à tevê, criou, comprou e conviveu.

Formam-se na memória dos idosos redes complexas de lembranças, misturadas a convenções, vivências autônomas e heterônomas. Não devíamos estranhar, portanto, a ambigüidade ou mesmo o paradoxo – posto que os paradoxos geralmente são tomados assim antes de serem mais bem compreendidos. Não obstante, lembrando Lótmán (1981, passim), a memória coletiva é onde os eventos históricos foram sendo introduzidos. A memória é o monumento intersubjetivo dos conflitos sociais. O idoso é um patrimônio histórico da cidade. O asilo, porém, tendeu a isolar esse idoso e, portanto, a anulá-lo.

Titono permaneceu hermeticamente isolado numa câmara. Éos o abandonou ali, depois de lhe ter desfrutado nos dias em que era belo. Os deuses, compadecidos, transformaram-no em cigarra. Mas Titono tem sido constantemente convidado a vir à baila. A indústria de cosméticos lhe promete fazer retornar aos seus dias de beleza incomparável. Os gestores se postam como sabedores do que é melhor para ele, prometendo-lhe uma boa segurança social em troca da utilização produtiva de sua poupança. As empresas farmacêuticas lhe perguntam onde dói, para em seguida lhe indicarem remédios milagrosos, que requerem muitas doses. O historiador pede a Titono um testemunho, para que registre e analise sua memória. Ocorre que Titono é imortal, nós não. Por isso, para nós, a memória é ainda mais importante.

REFERÊNCIAS

A FOLHA, São Carlos-SP, 01 maio 1990.

_____, São Carlos-SP, 03 abr. 1986.

_____, São Carlos-SP, 06 out. 1976.

_____, São Carlos-SP, 07 maio 1971.

_____, São Carlos-SP, 07 maio 1974.

_____, São Carlos-SP, 07 nov. 1965.

_____, São Carlos-SP, 08 jan. 1977.

_____, São Carlos-SP, 09 dez. 1987.

_____, São Carlos-SP, 09 jan. 1971.

_____, São Carlos-SP, 10 dez. 1978.

_____, São Carlos-SP, 15 mar. 1977.

_____, São Carlos-SP, 16 dez. 1972.

_____, São Carlos-SP, 17 jul. 1976.

_____, São Carlos-SP, 22 nov. 1966.

A TRIBUNA, São Carlos-SP, 16 dez. 1982.

_____, São Carlos-SP, 20 mar. 1982.

_____, São Carlos-SP, 28 abr. 1982.

ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas-SP: Ed. Unicamp, 1997.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Trad. de Roberto Raposo; posfácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense/ Universitária, 1991.

AUMENTA tendência de queda no emprego industrial do interior. **A Folha**, São Carlos-SP, 19 jun. 1990.

BALTIERI, Maria Lúcia (Coord.). **Inventário Turístico de São Carlos**. [Trabalho para disciplina: Organização de Eventos Turísticos. Colaboradores: Alcides Chinaglia, Gene Reinaldo Barnabé, José Ap. Rodrigues, Sonia Lencione]. São Carlos-SP: SENAC, 2002.

BARRIGUELLI, José Cláudio. **Oligarquia e poder político local**. São Carlos-SP: AHC/UFSCar, 1988-1990.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Trad. Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Magia e Técnica, Arte e Política. 3. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Trad. Paulo Neves da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDO, João. A Autonomia das lutas operárias. In: BRUNO, Lúcia, SACCARDO, Cleusa (Org.). **Organização, trabalho e tecnologia**. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. **Capital, sindicatos, gestores**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, 1987. (Biblioteca do futuro).

_____. **Democracia totalitária**: teoria e prática da empresa soberana. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Depois do marxismo, o dilúvio? **Educação & Sociedade**, São Paulo, n. 43. p. 393-412, dez. 1992.

_____. **Economia dos conflitos sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

_____. **Estado**: a silenciosa multiplicação do poder. São Paulo: Escrituras, 1998.

_____. **Marx crítico de Marx**: epistemologia, classes sociais e tecnologia em “O Capital”. Porto: Afrontamento, 1977. 3 v.

_____. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000. (Mundo do trabalho).

BOSI, Ecléa. Cultura e desenraizamento. In: BOSI, Alfredo (Org.). **Cultura Brasileira**: temas e situações. São Paulo: Ática, 1987.

_____. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTELHO, Marcelo Cláudio. **Reestruturação produtiva e negociação na indústria automobilística na década de 90**. 1999. 153 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BRAGA, Cincinato Cesar da Silva. **Contribuição ao estudo da história e geografia da cidade e município de São Carlos do Pinhal**. São Carlos: UNICEP, 1995.

BRASIL. **Código Civil**. Lei n. 10.406/2002.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Decreto n. 1.948/1996** [Regulamenta a Lei n. 8.842/1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso].

_____. **Decreto n. 3.409/2000**.

_____. **Decreto n. 4.227/2002** [Conselho Nacional dos Direitos do Idoso].

_____. **Decreto n. 5.085/2004**.

_____. **Decreto-Lei n. 72/1966** [Criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS)].

_____. **Estatuto do Trabalhador Rural**. Lei n. 4.214/1963.

_____. **Lei Complementar n. 75/1993** [Organização, atribuições e estatuto do Ministério Público da União].

_____. **Lei n. 10.048/2000** [Prioridade do idoso no atendimento].

_____. **Lei n. 5.889/1973** [Normas Reguladoras do Trabalho Rural].

_____. **Lei n. 6.435/1977** [Entidades de Previdência Privada].

_____. **Lei n. 6.439/1977** [Criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social].

_____. **Lei n. 7.716/1989**.

_____. **Lei n. 8.842/1994** [Política Nacional do Idoso e Conselho Nacional do Idoso].

_____. **Lei n. 9.459/1997**.

_____. **Lei Orgânica da Previdência Social**. Lei n. 3.807/1960.

BUENO, Fernanda Franco. **Impactos da reestruturação produtiva-organizacional na organização sindical**: um estudo sobre o movimento operário da fábrica de motores da VW de São Carlos. 2001. 187 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2001.

BULLA, Leonia Capaverde; MEDIONDO, Marisa Zazzetta de. Velhice, dependência e vida cotidiana institucional. In: CORTELLETTI, Ivonne A.; CASARA, Mirian Bonho; HERÉDIA, Vânia B. M. (Org.). **Idoso asilado**: um estudo gerontológico. Caxias do Sul-RS: Educus/Edipucrs, 2004.

CAI nível de emprego em São Carlos. **A Folha**, São Carlos-SP, 19 jun. 1990.

CAMARGO, Antônio Benedito Marangone; SAAD, Paulo Murad. A transição demográfica no Brasil e seu impacto na estrutura etária da população. **O idoso na Grande São Paulo**. São Paulo: SEADE, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARONE, Edgard. **A quarta república**: documentos (1945-1964). Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1980.

CARR, Edward Hallet. **Que é história**. 3. ed. Trad. Lúcia Maurício de Alverga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 4. ed. Trad. Iraci D. Poletti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CENTRO Espírita Irmã Itália de São Caetano do Sul, visita o Asilo de Mendicidade Dona Maria Jacinta. **A Folha**, São Carlos-SP, 18 set. 1988.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Os trabalhos da memória [apresentação do livro]. In: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CONFRATERNIZAÇÃO festiva no Asilo 'Maria Jacinta'. **A Tribuna**, São Carlos-SP, 24 jun. 1981.

CORREIO de São Carlos, São Carlos-SP, 18 jul. 1957.

_____, São Carlos-SP, 20 jul. 1957.

CORTELLETTI, Ivonne A.; CASARA, Mirian Bonho; HERÉDIA, Vânia B. M. (Org.). **Idoso asilado**: um estudo gerontológico. Caxias do Sul-RS: Educ / Edipucrs, 2004.

DEAN, Warren. **Rio Claro**: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DONADONE, Julio Cesar. **Reestruturação produtiva e mudanças organizacionais**: a difusão dos sistemas participativos na década de 1980. 1996. 149 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos-SP, 1996.

ESTATUTO do Idoso. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 ago. 2003, Editorial. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz2508200303.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2003.

FERREIRA, Jerusa Pires. Cultura é memória. **Revista USP**, São Paulo, n. 24, p. 114-120, dez./jan./fev. 1995.

FESTAS sociais apóiam o trabalho da Diretoria do Asilo 'D. Maria Jacinta'. **A Folha**, São Carlos-SP, 05 ago. 1971.

FOLHA de S. Paulo, São Paulo, 24 set. 2003, Cotidiano.

_____, São Paulo, 27 jan. 2004.

FORTUNA, Carlos. As cidades e as identidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, ano 12, n. 33, p. 127-141, fev. 1997.

GIGANTE, Marcos Antônio. **Guerreiros sem armas**: êxodo rural e memória de velhos trabalhadores (Tarumã-SP, 1960-1980). 1999. 249 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista, Franca-SP, 1999.

_____. Memória e História em Pierre Nora e em Iúri Lótman. **Multiciência**, São Carlos-SP, v. 7, p. 136-144, 2006.

_____. Turismo: na arena, eis que surge um *ethos*. **Multiciência**, São Carlos-SP, v. 5, n. 1, p. 100-109, 2003.

GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GONÇALVES, Nicola. História dos Bondes. In: BRANDÃO, Marco Antonio Leite. **O bonde em São Carlos**: crônicas e poemas. São Carlos-SP: EDUFSCAR, 2005.

GORZ, André. **Critique of Economic Reason**. Translated by Gillian Handyside and Chris Turner. London / New York: Verso, 1989.

GRANJA, Regina Helena. **A crise do sindicato na atual reestruturação capitalista**. 1998. 116 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 1998.

GRIMBERG, Maria Cláudia Nunes. **A formação da indústria no interior paulista**: um estudo sobre o papel do pequeno capital na industrialização de São Carlos (1901-1920). 2004. 40 f. Monografia (Graduação em História) – Centro Universitário Central Paulista. São Carlos-SP, 2004.

GUEDES, Maria Denise. **“Qualidade total” e a educação do trabalhador na perspectiva da empresa**. 1999. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 1999.

GUIMARÃES, Ruth. **Dicionário da Mitologia Grega**. São Paulo: Cultrix, 1989.

HABERMAS, Jürgen. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. Trad. Vamireh Chacon. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

_____. **Pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. **A ideologia da velhice**. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **O direito à velhice**: os aposentados e a previdência social. São Paulo: Cortez, 1993. (Questões de nossa época; v. 10).

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos tribunais, 1990.

HAYFLICK, Leonard. **Como e por que envelhecemos**. Trad. Ana Beatriz Rodrigues; Priscila Martins Celeste. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

HOBBSAWM, Eric. A outra história: algumas reflexões. In: KRANTZ, Frederick (Org.). **Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX**. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

HOMENAGENS ao Asilo. **A Tribuna**, São Carlos-SP, 20 fev. 1979.

HUNTINGTON, Samuel P. **A terceira onda**: a democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

IBGE, Censos Agrícolas de 1950, 1960. Censos Agropecuários de 1970, 1980. Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1980. Censo Demográfico de 1980 – Dados Distritais (São Carlos-SP).

IDOSOS, uma Questão Nacional. **Planejamento & Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, ano 4, n. 43, p. 12-17, dez. 1976.

INDUSTRIAL, pela 11ª vez, comemora seu aniversário almoçando com familiares e internados no Asilo 'D. Maria Jacinta'. **A Folha**, São Carlos-SP, 17 ago. 1971.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Trad. Márcia Cavalcanti. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

JUSTIÇA derruba passagem grátis para idosos em ônibus interestaduais. **UOL Economia**, 03 nov. 2006. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/infomoney/2006/11/03/ult4040u693.jhtm>>. Acesso em: 03 nov. 2006.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão et al. 3. ed. Campinas-SP: Ed. Unicamp, 1994.

LIVRO de Lançamentos dos Impostos de Indústrias e Profissões. Prefeitura Municipal de São Carlos-SP. Anos consultados: 1945 a 1948 [um livro para cada ano]. São Carlos-SP: Estação Cultura / Fundação Pró-Memória.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os pensadores).

LÓTMAN, Iúri. M.; USPENSKII, Borís; IVANÓV, V. **Ensaio de semiótica soviética**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

MAFFESOLI, Michel. **No fundo das aparências**. Trad. Bertha Halpern Gurovitz. Petrópolis: Vozes, 1996.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa.** Trad. Maria de Loudes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

MAGALHÃES, Dirceu Nogueira. **A invenção social da velhice.** Rio de Janeiro: Editora Papagaio, 1989.

MALUF, Marina. **Ruídos da memória.** São Paulo: Siciliano, 1995.

MANCUSO, Maria Inês Rauter Mancuso. **A cidade na memória de seus velhos: estudo sobre São Carlos, Itirapina e arredores.** 1998. 241 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, José do Prado. **Saudades de nossa cidade.** São Carlos-SP: Editora Ramos, 2004.

MARTINS, Margarete Garcia. Uma breve reflexão sobre o terceiro setor na cidade de São Carlos. **Urutágua**, Maringá-PR, n. 9, abr./maio/jun./jul. 2006. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/009/09martins.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe. **Manual de história oral.** São Paulo: Loyola, 1996.

MENESES, Ulpiano B. de. Identidade cultural e arqueologia. In: BOSI, Alfredo. **Cultura Brasileira: temas e situações.** São Paulo: Ática, 1987. p. 182-190.

MICHAUD, Yves. **Locke.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1991.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994. (Caminhos da história).

MORILA, Ailton Pereira (Coordenador). **Olhares sobre São Carlos: Resgate do acervo fotográfico da cidade.** São Carlos-SP: Centro Universitário Central Paulista, 1999. 1 CD-ROM. [Software desenvolvido com apoio do UNICEP].

NERI, Anita Liberalesso. **Envelhecer num país de jovens: significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos.** Campinas-SP: Ed. Unicamp, 1991.

_____; DEBERT, Guita Grin (Org.). **Velhice e sociedade.** 2. ed. Campinas-SP: Papyrus, 2004.

NEVES, Ary Pinto das. **Crônicas São Carlenses.** Iguape: Gráfica Soset, 2000.

_____. **São Carlos do Pinhal no século XIX.** Iguape: Gráfica Soset, 1997.

_____. **São Carlos na esteira do tempo.** Álbum comemorativo do centenário da Ferrovia (1884-1984). (1. ed., São Carlos-SP: Ed. Gráfica Engenharia da USP, 1984). 2. ed. São Carlos-SP: Suprema Gráfica e Editora Limitada, 1994.

_____. **São Carlos na esteira do tempo.** São Carlos: Ed. Gráfica Engenharia da USP, 1984.

NEVES, Eloiza; BRITO, Fábio Bezerra de; TALARICO, Fernando et alii. **O NEHO e a experiência de pesquisa em história oral**. São Paulo: USP, [s.d.]. Disponível em: <www.fflch.usp.br/dh/neho/temporales.htm>. Acesso em: 16 out. 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto história**. São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

O DIÁRIO, São Carlos-SP, 13 jun. 1980.

_____, São Carlos-SP, 20 mar. 1980.

_____, São Carlos-SP, 28 ago. 1985.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista. O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Jaime A. de Araújo; TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury. **(Im)previdência social: 60 anos de história da previdência no Brasil**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1989.

OS VELHOS. **A Folha**, São Carlos-SP, 08 jan. 1977.

PAIM, Paulo. O Cidadão no Legislativo. **Grandes Temas**, 25 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/web/senador/paulopaim/pages/imprensa/noticias/2005/Noticias/25012005II.htm>> Acesso em: 26 out. 2007.

PAINO, José Roberto Andrade. **Matizes de uma luta: capítulos tenebrosos da história sindical, empresarial e política de São Carlos. A tirania e a crueldade da ditadura e a volta à democracia, depois de muito sofrimento**. São Carlos-SP: Suprema, 2002.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PAULO, Antonio De; SILVA, Júlio César. MARTINS FILHO, Plínio (Org.). **Estatuto do Idoso**, Lei 10.741/2003. Política Nacional do Idoso e Conselho Nacional do Idoso, Lei 8.842/94 e Dec. 1.948/96. Sobre a prioridade no atendimento, Lei 10.048/2000. Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI, Dec. 4.227/2002. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PLANO Diretor do Município de São Carlos. Lei n. 13.691, 25 nov. 2005. 1 CD-ROM.

PREVIDÊNCIA Privada: uma alternativa para aumentar o nível de rendimentos na aposentadoria. **Planejamento & Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, ano 5, n. 59, p. 20-25, abr. 1978.

PRIMEIRA Página, São Carlos-SP, 21 jan. 1992.

QUEIROZ, Flávia A. de. Por que comigo? In: SOUZA, Jorge Dias (Coord.). **Me conte a sua história**. São Paulo: FEBRAFARMA, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga de Moraes Von (Org.). **Experimentos com histórias de vida: Itália-Brasil**. São Paulo: Vértice/ Ed. Revista dos Tribunais, 1988. p. 14-43.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 185-202.

RAMOS, Daniella de Mello Bonatto. **Reestruturação industrial e descentralização do setor de serviços**: contribuição para o estudo da posição de São Carlos na rede urbana paulista. 2000. 137 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2000.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. (Descobrimos o Brasil).

REMINISCÊNCIAS: O Asilo de Mendicidade de ontem e de hoje. **A Folha**, São Carlos-SP, 03 maio 1978.

ROLIM, Marcos. **V Caravana Nacional de Direitos Humanos** – Relatório. Brasília-DF, mar. 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/caravanas/br/v_caravana.htm>. Acesso em: 26 out. 2007.

SALÁRIO cai 12,7% e desemprego sobe 52% em uma década, diz IBGE, **UOL Economia**, 20 dez. 2006. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/2006/12/20/ult82u6563.jhtm>> Acesso em: 20 dez. 2006.

SANTOS, Silvia Maria Azevedo dos. **Idosos, família e cultura**: um estudo sobre a construção do papel do cuidador. Campinas-SP: Alínea, 2003.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SIMÕES, Júlio Assis. A previdência social no Brasil: um histórico. In: NERI, Anita Liberalesso; DEBERT, Guita Grin (Org.). **Velhice e sociedade**. 2. ed. Campinas-SP: Papirus, 2004. p. 87-112.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. **Projeto História**. São Paulo, n. 15, p. 51-71, abr. 1997.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, J. & FERREIRA, M. M. (Org.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 65-91.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**. Campinas-SP: Editora Revan/Cemarx-IFCH-Unicamp, n. 19, p. 27-48, out. 2004.

TRUZZI, Oswaldo. **Café e indústria**: São Carlos, 1850-1950. São Carlos-SP: Ed. UFSCar, 2000.

VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, J. (Coord.). **História geral da África**. [v. I: Metodologia e pré-história da África]. Trad. Beatriz Turquetti et al. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982. p. 157-179.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneip. 4. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1998.

VICE-PROVINCIAL das Irmãzinhas visitou o Asilo de Mendicidade Dona Maria Jacinta. **A Tribuna**, São Carlos-SP, 15 jun. 1983.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Trad. Therezinha G. G. Langlada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ENTREVISTAS COM OS COLABORADORES – HISTÓRIA ORAL

Benedita Valentina Rui (Benê): 1 fita cassete gravada.

Maria de Fátima Fontes (Lia): 1 fita cassete gravada.

Maria Lúcia Brito dos Santos (Malu): 1 fita cassete gravada.

ABRIGO de Idosos Cantinho de Luz “Newton Sergio Ibelli”. Núcleo Os Guardiões do Amor. Rua Prof. Antonio Munhoz, n. 210. Jardim Maracanã. São Carlos-SP.

Francisco Antonio Gonçalves: 2 fitas cassete gravadas.

Maria Aurora Marques Buckviser: 3 fitas cassete gravadas.

ABRIGO de Idosos “Dona Helena Dornfeld”, da Sociedade Presbiteriana de Assistência Social. Rua Venezuela, n. 101. Bairro Nova Estância. São Carlos-SP.

Francisco Borttoloti: 2 fitas cassete gravadas.

João Carlos de Príncipe: 5 fitas cassete gravadas.

José Pascoalino Antunes: 3 fitas cassete gravadas.

Maria de Lurdes Rizzo Torres: 2 fitas cassete gravadas.

Sebastião de Oliveira César: 2 fitas cassete gravadas.

CANTINHO Fraternal “Dona Maria Jacinta”. Obra Unida da Sociedade de São Vicente de Paulo. Rua 7 de Setembro, n. 1000. Centro. São Carlos-SP.

Armando Gigante: 3 fitas cassete gravadas.

Ivani Miller: 2 fitas cassete gravadas.

Mário Geraldo Parejo Ramirez: 1 fita cassete gravada.